

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA –
PPHR**

DISSERTAÇÃO

**Escravidão, família e compadrio cativo numa Freguesia Sul
Mineira: São Tomé das Letras – MG (1840-1870)**

Juliano Tiago Viana de Paula

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPPHR

**Escavidão, família e compadrio cativo numa Freguesia Sul
Mineira: São Tomé das Letras – MG (1840-1870)**

JULIANO TIAGO VIANA DE PAULA

**Sob a Orientação do Professor Dr.
Carlos Leonardo Kelmer Mathias**

**Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em História,
no Programa de Pós-Graduação em História -
PPHR, Área de Concentração em Relações
Poder, Trabalho e Movimentos Sociais.**

Seropédica, RJ
Abril de 2013

981.04
P324e
T

Paula, Juliano Tiago Viana de, 1979-
Escravidão, família e compadrio cativo numa Freguesia Sul mineira : São Tomé das Letras - MG (1840-1870) / Juliano Tiago Viana de Paula. - 2013.

165 f. : il.

Orientador: Carlos Leonardo Kelmer Mathias.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História - PPHR. Área de Concentração: Estado e Relações do Poder.

Bibliografia: f. 169-178.

1. Escravidão - São Tomé das Letras (MG) - História, 1840-1970 - Teses. 2. Família - São Tomé das Letras (MG) - História, 1840-1870 - Teses. I. Mathias, Carlos Leonardo Kelmer, 1978-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História - PPHR. Área de Concentração: Estado e Relações do Poder. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

JULIANO TIAGO VIANA DE PAULA

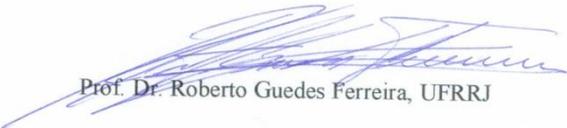
Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Curso de Mestrado em História, área de concentração em Estado e Relações de Poder.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 26/04/2013.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Carlos Leonardo Kelmer Mathias, UFRRJ
(Orientador e Presidente)



Prof. Dr. Roberto Guedes Ferreira, UFRRJ



Prof. Dr. Antônio Carlos Juca de Sampaio, UFRJ

AGRADECIMENTO

Finalizando esta etapa, deixo aqui registrado o meu mais sincero OBRIGADO a todas as pessoas com quem convivi nesses últimos anos e que me apoiaram de diversas maneiras.

O caminho que percorri para concluir o meu curso de mestrado foi longo, árduo, desafiador e no final das contas, gratificante. Esta aventura teve início no ano de 2005, quando tive a oportunidade de ingressar em um projeto de pesquisa coordenado pelo Prof^o Dr. Marcos Ferreira de Andrade, denominado Sociabilidades e Identidades: Negros, afrodescendentes e mestiços na Comarca do Rio das Mortes – Vila de São João del Rei, séculos XVIII e XIX.

Esta pesquisa de iniciação científica me proporcionou o primeiro contato com as fontes paroquiais que foram investigadas nesta pesquisa de mestrado. Participando deste projeto, adquiri experiência necessária para ingressar na pesquisa acadêmica. Dedico esta aprendizagem ao Prof^o Dr. Marcos Ferreira de Andrade por ter me dado à oportunidade de participar deste amplo projeto de pesquisa.

Antes de ingressar no mestrado me matriculei nas disciplinas que foram ofertadas no curso de Pós-Graduação em História da UFJF. Neste curso tive a oportunidade conhecer vários professores e colegas que me apoiaram há desenvolver um projeto de pesquisa para seleção de mestrado. Aos docentes desta instituição fica os meus sinceros agradecimentos, em especial aos professores (as); Ângelo Carrara, Carla Almeida, Monica, Anderson Pires e outros. Aos discentes e eternos amigos, Renato, Sergio, José Adil, Bruno, Rabbib, Vanessa, Luiz Fernando.

Ao meu orientador Carlos Kelmer, agradeço profundamente pela paciência, motivação, atenção e por ter me fornecido um pouco de sua experiência e conhecimento sobre as análises teóricas e metodológicas do meu objeto de pesquisa. Sinto-me satisfeito e honrado em ter sido o seu orientado durante estes 24 meses.

Sou grato aos professores que participaram da minha qualificação e defesa de mestrado, a saber, o Prof^o Dr. Roberto Guedes Ferreira e Prof^o Dr. Antônio Carlos Juca Sampaio. Suas críticas e incentivos foram essências para o desenvolvimento desta pesquisa de acadêmica.

Agradeço os funcionários do PPG por ter me cedido uma sala individual de estudo, pois, tal espaço particular, foi de grande importância para à execução dos escritos final desta dissertação de Mestrado, por isto, ficarei eternamente grato aos

funcionários, Carlos, Paulo e Gerivaldo.

Registro aqui, os meus agradecimentos aos amigos e colegas de alojamento (alojost ou terra do nunca) em especial, Fabio, Felipe, Gabriel, Regis, Baiano, Walmir e Samuel, pessoas com que mantive convivências diárias e que estiveram sempre dispostas a me ajudarem. Sou eternamente grato a eles, verdadeiros amigos!

Aos meus familiares sou eternamente grato, por terem acreditado no meu potencial e me apoiarem nos momentos mais difíceis deste trabalho acadêmico que nos exigisse dedicação e horas de estudos matinais e diurnos. Aos meus irmãos, Mateus e Tatiana, foram imprescindíveis, pois suas motivações e admirações me deram estímulo para que prosseguisse com os meus objetivos. Agradeço a certeza de que os laços de amizade, sentimento e consideração que nos unes é eterno. Correlação aos meus pais, Adilson e Graça foram responsáveis diretos para realização dos meus sonhos, dedico este título a eles. Meu pai com toda sua simplicidade soube entender as minhas dificuldades, no qual se sente muito orgulhoso, e fico muito honrado por este orgulho. Minha Mãe deste minha graduação compartilhou comigo todas as dificuldades logísticas em financiar e manter um curso universitário particular. Após estar graduado, demorei dois anos para me ingressar no curso de mestrado acadêmico. Foram varias tentativas, e minha ansiedade e angustia resvalava sobre meus familiares, e quem mais sofreu com isto, era a minha mãe. Quando veio aprovação, foi um dos dias mais feliz de sua vida, inclusive sua pressão equilibrou moderadamente. Por estar ao meu lado ao longo deste percurso, é a responsável pelas minhas conquistas. *OBRIGADO MINHA ETERNA E QUERIDA MÃE*. Aos meus demais familiares Avós, Luzia, *In memoriam*: Romeu, Geraldo e Irene, tios; Clerio, Clady, Lenilda, Wagner, Aloísio, Eduardo, Gelusia e Margarete, agradeço a torcida, o apoio, incentivo e a confiança que depositaram em mim. Não a agradecimento que baste. Muito OBRIGADO A TODOS.

Sinto na obrigação de agradecer Walter e Priscila (prima) pela acolhida fraternal na cidade do Rio de Janeiro. Considero um privilégio inestimável estava em suas companhias, pois foram as pessoas que contribuíram para minha adaptação em outras terras. Obrigados pela amizade e acolhida.

Por fim, agradeço a CAPES por ter me remunerado ao longo de 2 anos com concessão de uma bolsa de pesquisa. Sendo assim, tive plenas condições para executar esta pesquisa acadêmica dentro prazo previsto pelo programa.

RESUMO

PAULA, Juliano Tiago Viana de. **Escravidão, família e compadrio cativo numa Freguesia Sul mineira: São Tomé das Letras – MG (1840-1870)** 2013. p Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciência Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

O objeto desta pesquisa consiste em analisar relações entre escravidão, família e compadrio na Freguesia de São Tomé das Letras entre as décadas de 1840 a 1870. Para alcançarmos os resultados esperados o estudo abordou varias características da referida localidade, com o intuito de demonstrar algumas particularidades que difere de outras regiões examinadas. Através de varias análises, percebemos que além das posses escravas e atividades econômicas, as relações familiares entre livres e escravos também nos informaram a sociedade escravista que se constitui numa Freguesia rural voltada ao abastecimento interno local. Esta estrutura se organizava nas seguintes relações: nos elevados números de matrimoniais formais entre os cativos, no comportamento das uniões exogamicas entre mulheres crioulas e homens africanos, nas preferências de compadres de distintas condições sociais, nos relacionamentos informais entre padrinhos livres e madrinhas escravas (vice-versa), nos interesses de senhores e escravos entorno do compadrio e nos laços familiares entre estes distintos segmentos.

Palavras chaves: *Escravidão, família, compadrio e São Tomé das Letras*

ABSTRACT

PAULA, James Juliano Viana. **Slavery, cronyism and family captive in a South-Mining Town: São Tomé das Letras - MG (1840-1870) 2013.** p Thesis (MA in History). Institute of Humanities and Social Science, History Department, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

The present research seeks to assess the relationships between family, cronyism and slavery in the Parish of São Tomé das Letras decades between 1840 to 1870. To get the expected results of the study addressed characteristics that locality, in order to try to demonstrate some peculiarities about the population as a whole. Through various analyzes, we realized that beyond the means slaves and economic activities, family relationships between free and slave also informed us that the slave society constitutes a remote rural parish of large shopping plazas and focused on the domestic supply site. This structure is organized into the following relationships: the high numbers of formal marriage among the captives, the behavior of exogamous unions between men and women Creole African compadres in the preferences of different social conditions in informal relationships between godfathers and godmothers free slaves (vice versa), the interests of masters and slaves around the cronyism and family ties between these different segments.

Keywords: Slavery, family, cronyism and São Tomé das Letras.

Lista de Abreviações

APM – Arquivo Público Mineiro

ACDC – Arquivo da Cúria Diocesana de Campanha.

CEMEC – Centro de Memória Cultural do Sul de Minas

AMRSJDR – Arquivo do Museu Regional de São João del Rei.

Lista de Tabelas

I - Mapa da população da Capitania de Minas Gerais, 1766.....	21
II - Mapa de população da Capitania de Minas Gerais, 1776.....	21
III - População escrava e livre de alguns termos da Comarca do Rio das Mortes no período de 1833-1835.....	23
IV - Distribuição dos senhores de escravos e cativos, segundo a Faixa de Tamanho dos Plantéis da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870).....	27
V - Participação de Homens e Mulheres nos plantéis escravistas da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-870).....	33
VI - Estrutura de posse de escravo, segundo a naturalidade e idade da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870).....	35
VII - Percentuais e médias de animais na Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870).	54
VIII - Uniões matrimoniais entre os cativos por etnias na Freguesia de São Tomé das Letras(1840-1863)..	87
IX Comparação das idades médias ao primeiro casamento, por sexo: São Tomé das letras (1840-1870), Minas Gerais (1831-1832), Campinas (1774-1850) e Yorkshire (1750-1799).....	117
X - Padrões de Nomeações dos batizando escravos filhos de pais cativos da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870)..	122
XI - Padrinhos dos inocentes cativos pertencentes aos senhores de escravos da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870).....	135

Lista de Gráfico

I- Numero de propriedades envolvidas nas atividades produtivas da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870).....	41
II - Produção agrícolas nos planteis escravistas da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870).....	47
III- Produção pecuarista nos planteis escravistas da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870).....	47
IV - Casamentos de livres e escravos ao longo do tempo, São Tomé das Letras (1840-1870).....	62
V - Idades dos nubentes escravos de F. de São Tomé das Letras (1840-1870).....	66
VI - Escravos casados segundo os tamanhos das escravarias - São Tomé das Letras (1840-1870).....	69
VII- Relações matrimoniais entre Crioulos e Africanos, segundo o tamanho dos Planteis - São Tomé das Letras (1840-1870).....	77
VIII - Relações matrimoniais entre Crioulos e Africanos, segundo o tamanho dos Planteis - São Tomé das Letras (1840-1870).....	81
IX - Meses de Casamento da População livre da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870).....	84
X Idades dos nubentes livres da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870).....	96
XI - Batismo de livres e escravos ao longo do tempo - São Tomé das Letras (1840-1870).....	98
XII - Apadrinhamento de crianças escravos por padrinhos livres e escravos ao longo do Tempo - São Tomé das Letras (1840-1870).....	101
XIII Batismo de crianças escravas por décadas - São Tomé das Letras (1840-1870).....	104
XIV - Batismos de crianças escravas legítimas e ilegítimas ao longo do tempo - São Tomé das Letras (1840-1870).....	108
XV - Relações de compadrio entre cativos de distintos planteis escravistas - São Tomé das Letras(1840-1870).....	110
XVI - Presença de Padrinhos livres e escravos de acordo com o Tamanho das escravarias - São Tomé das Letras (1840-1870).....	113
XVII - Relações de compadrio das escravas de Gabriel Francisco Junqueira.....	132

SUMÁRIO

Introdução	1
1. Escravidão, tráfico e estrutura de posse numa freguesia escravista da Província de Minas Gerais.	11
Resumo do Capítulo	12
1.1- A população escrava de Minas Gerais	13
1.2 – Estruturas de posses vista através dos inventários <i>post-mortem</i> .	26
1.3- As estrutura produtiva revelada pelos inventários <i>post-mortem</i>	40
2. Laços de convívio: as relações matrimônias e de compadrio entre a população livre e escrava da Freguesia de São Tomé das Letra.	60
Resumo do Capítulo	61
2.1- As relações matrimoniais entre livres e escravos	62
2.2- Enlaces conjugais entre crioulos e africanos	72
2.3- Casamentos entre pessoas livres	79
2.3.1 Sem menção as condições jurídicas dos nubentes livres.	79
2.3.2 - Mês e idade de se casar da população livres da região.	81
2.5 – Aspectos gerais do compadrio	89
2.5.1 - Compadrio escravo e estrutura de posse	107
2.6 - Praticas de nomeações das crianças cativas batizadas.	116
3. Família e compadrio escravo nas tramas do cotidiano	119
Resumo do capítulo	120
3.1 - “ <i>Relações familiares</i> ”: os laços de compadrio entre senhores, membros das famílias senhoriais e escravos.	121
3.2 <i>Conectando senhores</i> : as redes de compadrio de Rita Guine, Francisca Crioula e Leonarda Parda escravas do Barão de Alfenas.	128
3.3 - Um balanço destas relações e outras considerações.	142
3.4 - As relações familiares do Pardo Inácio José de Santana e de seus escravos	145
3.5 - Os laços de compadrio da ex-escrava Leonara Maria Penha Crioula.	153
Conclusão	169
Fontes	166
Referências Bibliográficas	169
Anexos	179

INTRODUÇÃO

No dia 15 de julho de 1848 uniu-se maritalmente Feliciano Guine de 30 anos e Maria Joaquina Guine de 20 anos. Ambos os contraentes foram escravos do Alferes Francisco de Andrade Junqueira, filho do Barão de Alfenas. Foram testemunhas desta cerimônia o próprio senhor destes nubentes e o seu irmão João Tiburcio Junqueira. O padre celebrante desta união foi João Ribeiro Maia, Vigário da Igreja Matriz da Freguesia de São Tomé das Letras¹.

Na mesma data e local em que ocorreu o matrimônio de Feliciano e Maria Joaquina, ocorreram outras uniões maritais entre os escravos do Alferes, Francisco de Andrade Junqueira. Este casal de cativos tiveram sete filhos, José, Galdino, Adão, Eva, João, Adolfo e Rodolfo.

A esposa de Feliciano, Maria Joaquina Guine apadrinhou três crianças cativas na região, o primeiro foi Pedro, filho legítimo de, Jerônimo Guine e Generosa Guine, escravos do Tenente José Procópio de Azevedo, a segunda criança inocente foi, Adão, seu filho e o terceiro inocente escravo ,foi Martino, filho legítimo de, Joaquim Guine e Feliciano Guine, escravos de Antonio Gabriel de Andrade Junqueira (filho de Francisco de Andrade Junqueira).

As relações de Maria Joaquina com cativos de outros planteis, fortalecia os seus laços sociais em outras senzalas e aproximava o seu senhor de pessoas que detinha escravos na região. O que quero dizer, que este compadrio escravo nas redes de relacionamentos tinha funções pratica, pois conectava senhores e seus dependentes a uma complexa rede de relacionamento local.

Este pequeno fragmento dos laços maritais e de parentesco de Feliciano e Maria Joaquina revela o objetivo central desta pesquisa: analisar, como a escravidão se configurava nas relações familiares e de compadrio entre pessoas de distintas condições sociais da Freguesia de São Tomé das Letras.

Alcançar tal objetivo só foi possível graças aos valiosos indícios da vida material e social das pessoas contidos nos fragilizados acervos da Cúria de Campanha. Acervo localizado no Sul de Minas Gerais, que guardam uma rica documentação da antiga freguesia de São Tomé das Letras. Acessar esses manuscritos oitocentistas exigiu, antes

¹ Curia Diocesana de Campanha. Livro de casamento da Freguesia de São Tomé das Letras. 1840-1893.

² Um projeto de pesquisa coordenado pelo Prof^o Dr. Marcos Ferreira de Andrade, denominado

de tudo, um trabalho árduo e prazeroso de busca, descoberta e organização dos referidos documentos.

Os primeiros passos nessa direção foi a minha participação como bolsista voluntário num projeto de iniciação científica² durante o período de graduação. Tive a oportunidade de ter contato direto com os assentos paroquiais da população livre e escrava da Freguesia de São Tomé das Letras. Quando terminamos de alimentar os bancos de dados referentes às informações contidas nos assentos de batismo, casamento e óbito da região conseguimos verificar um passado onde famílias de pessoas de distintas condições sociais conviviam lado a lado nas lidas e dificuldades cotidianas da vida mineira.

Das atas de batismo e casamento foi possível identificar vestígios de famílias de escravos e de livres que viveram em São Tomé, nos Oitocentos. Desse modo, estes registros históricos facultaram acompanhar a formação e ampliação de núcleos familiares de escravos, bem como aproximações dos significados dessa experiência para as suas vidas. Revelaram ainda aspectos da vida conjugal, como as escolhas de parceiros para casar e constituir família. Por outro lado, possibilitaram investigar a importância do casamento formal e as uniões consensuais.

As atas batismais permitiram tecer as relações sociais nas quais as famílias escravas se envolveram. Observei que os seus vínculos foram estendidos para além dos limites das propriedades onde viviam. Escravos estabeleceram laços de compadrio com livres pobres e ricos, com companheiros de cativeiro da mesma propriedade e distinta, situação que informa grande mobilidade espacial. Transitavam por fazendas, vilas e arraiais onde faziam amizades e estendiam suas relações, significativas também para a constituição de meios de sobrevivência.

Os dados que foram levantados nos assentos de batismo, casamento e inventários demonstrou a forte presença das famílias escravas nos planteis escravista da região. Eram famílias compostas majoritariamente por pai, mãe e filhos, indicando um alto índice de relações consensuais. Mediante situação, nem sempre foi possível identificar na documentação a figura paterna, mesmo que na vida prática o pai se fizesse presente. Ainda assim, não raras vezes, as fontes noticiaram a presença de famílias

² Um projeto de pesquisa coordenado pelo Prof^o Dr. Marcos Ferreira de Andrade, denominado Sociabilidades e Identidades: Negros, afrodescendentes e mestiços na Comarca do Rio das Mortes – Vila de São João del Rei, séculos XVIII e XIX. Este projeto contou com apoio financeiro da FAPEMIG e com a parceira da Universidade Federal de São João del Rei.

extensas, vivendo em comum por um longo período de suas vidas.

Os inventários e testamentos permitiu visualizar as pessoas que estavam dispersas nos dados gerais sobre a família e o compadrio na região. Ou melhor, permitiu acessar o cotidiano e revelar algumas das complexidades das relações familiares vividas entre pessoas de distintas condições sociais.

Os inventários e testamentos foram essenciais para a compreensão das complexas vidas familiares entre senhores e escravos na região. Enquanto os registros paroquiais contribuíram para observarmos os aspectos mais gerais das relações matrimoniais de compadrio na Freguesia de São Tomé das Letras escravas.

Para analisarmos as tramas dos laços familiares entre senhores e escravos, tornou-se necessário o cruzamento de varias fontes que nos aproximou do cotidiano destes agentes. Nisto, utilizamos lista nominativa, assentos paroquiais, inventários e testamento. Toda esta documentação foi essencial para alcançarmos tais resultados.

Para reconstituir trajetórias de escravos como Rita Guine, Francisco crioula, Leonarda parda, Eliodora Crioula, Antonio Benguela, Vicência Crioula, Francisco José e Marciana, Cândida Parda e entre outros, foi preciso cruzar e articular informações dispersas pelos diferentes documentos que citamos acima. Este método de análise foi desenvolvido por Robert Slenes, que o denominou de “ligação nominativa”. Este procedimento investigatório consiste em reconstituir as trajetórias de vida de homens e mulheres no tempo, tendo como base as diversas séries documentais, que oferecem os seus nomes de seus familiares, dos seus senhores e das propriedades em que trabalhavam e viviam³. Essa opção metodológica possibilitou reconstituir percursos da vida familiar e social de escravos e traçar graus de estabilidade de suas uniões. Conforme salientou Maria Odila Leite Silva Dias: “Da urdidura dos pormenores é que o intérprete chega a uma visão de conjunto das sociabilidades, das experiências de vida,

³ O livro *A África no Brasil: Cafundó*, de Carlos Vogt e Peter Fry, com a colaboração de Robert Slenes, (1996) é uma importante referência sobre a utilização do nome como pista para a reconstituição histórica. Ver também REIS, Isabel Cristina F. dos. “A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888.” Campinas: UNICAMP, 2007. (Tese de doutorado em história). RIOS, Ana Maria Lugão. “Família e Transição: Famílias Negras em Paraíba do Sul, 1872-1920”. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1990. (Dissertação de Mestrado em História. SLENES, Robert W. Na Senzala, Uma Flor: As Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999. ROCHA, Cristiany M. Histórias de famílias escravas. Campinas, século XIX. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2004. FREIRE, Jonis. “Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista”. Campinas: UNICAMP, 2009. (Tese de doutorado em história) Outra referência não menos importante é o artigo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico, de Ginzburg e Poni (1989), onde os autores apontaram sobre o método onomástico, ou seja, a utilização do nome como guia na análise das fontes históricas. Ver, GINSBURG, Carlos. *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

que traduzem necessidades sociais⁴.”

Nossas análises sobre as relações familiares entre pessoas livres e escravas na Freguesia de São Tomé das Letras, nos inspirou nos caminhos apontados pela historiografia social da escravidão, os quais revelaram o escravo na trama histórica como sujeitos dinâmicos referenciado em suas próprias experiências, redimensionando a visão sobre o cotidiano do cativo, vestem, antes, como resultado direto da atuação e vontade dos senhores, e rompendo com a definição da figura do escravo como passivo e incapaz⁵.

Considero essencial apontar, a princípio, alguns estudos historiográficos que nortearam o nosso objeto de pesquisa. Trabalhos que foram realizados nos últimos tempos e que continuam desenvolvendo varias análises sobre um dos pilares da sociedade escravista brasileira, as “relações familiares de compadrio escravo”. Não é nossa intenção promover uma revisão exaustiva da produção em torno do tema, mas sim reforçar e lançar algumas questões que serão investigadas em nosso trabalho.

João Fragoço tece uma análise a respeito dos laços familiares de escravos com os distintos segmentos sociais da sociedade colonial no Rio de Janeiro. Na ótica de Fragoço, as relações sedimentadas pelo compadrio podiam agregar diferentes estratos sociais na construção de vínculos de parentesco tais como: nobres da terra, escravos, forros e livres. E a formação da parentela fruto dos acordos entre distintas categoriais sociais contribuía para uma hierarquização dentro das comunidades escravas e, ao mesmo tempo, favorecia a formação de uma clientela para o mando dos nobres da terra. Segundo o autor,

Com isto seguia-se uma velha tradição, já presente nos batismos de São Gonçalo de meados do século XVII: a de membros da nobreza da terra, inclusive fidalgos da casa do rei, serem compadres de algumas poucas famílias escravas. Tal parentesco entre diferentes estamentos sociais contribuía para

⁴ DIAS, Maria Odila Silva. *Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea*. Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, *Trabalhos da Memória*. São Paulo: EDUC, n. 17, p. 8, 1998, p. 258.

⁵ Desses trabalhos, pode-se citar: MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e Dinheiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. _____. *Blowin' in the wind: Thompson e a experiência negra no Brasil*. Projeto História, São Paulo, v. 12, p. 43-56, 1995. KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. REIS, João José (org). *Escravidão e Invenção da Liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1988. Mattos (1998) e Faria (1998). MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo Fapesp/Annablume, 1999. FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

produzir uma hierarquia nas senzalas e com isto viabilizar o governo dos engenhos ou ainda, e insistindo, de sua aldeia colonial⁶.

Analisando o apadrinhamento de cativos pertencentes aos senhores da Freguesia de São Pedro e da Paraíba do Sul, Carlos Engeman verificou uma modalidade de “*padrinhos preferenciais*”. De acordo com o autor, estes seriam aqueles que batizavam pelos dois afilhados de um dos grandes senhores de escravos destas regiões. Estes compadres preferenciais tinham estratégias pessoais nestas relações, pois, investiam o seu potencial em um único senhor, isto é, mesmo tendo batizado um numero considerável de cativos, por opção ou condição⁷.

Engeman supõe que estes padrinhos, são elementos secundários na escala sociais na região da Paraíba do Sul. De acordo com o autor, eram foreiros, pequenos proprietários e funcionários públicos, gente que vivia na orbitar dos senhores e de compadres. Seja como for, estes padrinhos preferenciais foram conectores, uma vez que batizam filhos de escravos de vários senhores, formando uma rede de associação com os proprietários e com seus dependentes⁸.

Para Brügger os vínculos de parentesco estabelecidos entre cativos e o segmento livre deve-se em razão de considerar o compadrio como uma aliança para cima, visto que;

de algum modo, situados, na hierarquia social, em patamares mais elevados do que o da mãe da criança. (...) Afinal, o padrinho, segundo a própria doutrina católica, constituía-se em um segundo pai, em um compadre: ou seja, alguém com quem, de algum modo, se dividiam paternidade. Nada mais “normal” do que a pretensão de que esta divisão pudesse ser feita com homens bem situados socialmente num patamar superior e que pudessem dispor de mais recursos – não só financeiros, mas também políticos e de prestígio – para o “cuidado” dos afilhados⁹.

Por sua vez, Cacilda Machado, estudando São José dos Pinhais em período semelhante, apontou a inadequação de um estudo desse tipo baseado apenas em

⁶ FRAGOSO, João. Efigênia Angola, Francisca Muniz Forra Parda, Seus Parceiros e Senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, Século XVIII. Uma Contribuição metodológica para a História Colonial. Revista Topoi, V. 11, n. 21, jul.-dez. 2010.

⁷ ENGEMANN, Carlos. De Laços e de Nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em Grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos / Carlos Engemann – Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006, p. 213-214.

⁸ Ibidem, p. 216.

⁹ BRÜGGER, Silvia. Minas Patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007, p. 286.

registros de batismos. Cruzando essas fontes com listas nominativas, Machado demonstra a presença significativa de parentes dos senhores como padrinhos de seus escravos. Percebe, nessas relações, tanto um conteúdo paternalista quanto uma estratégia dos escravos para estabelecer laços com várias casas e famílias situadas em diferentes posições sociais¹⁰.

As relações de compadrio dos escravos em distintas casas senhoriais foi algo também percebido por Marta Daisson Hameister na região de Rio Grande de São Pedro, no século XVIII. A autora notou que um cativo compadre de um escravo de outra propriedade poderia gerar vantagens ou prejuízos políticos para o seu senhor. Pois, tem acesso a informações que seus senhores, se rivais ou inimigos forem, não podem obter. Por outro lado, um escravo insatisfeito por completo com seu senhor, pode ser um vetor de disseminação de informações da casa à qual pertence por meio de suas relações de parentesco fictício citados anteriormente. Ainda podem tecer, com alguma desenvoltura, a sua própria malha, estabelecendo compromissos de lealdade e solidariedades¹¹. De acordo com Hameister;

Os ditos “subalternos” em suas relações sejam elas de matrimônio, concubinato, compadrio ou apadrinhamento, unem-se uns aos outros, tanto diretamente pelas relações contraídas entre si, quanto pelas que estabelecem pelo convite ao compadrio com pessoas pertencentes a famílias de estatuto social superior. Por outro lado, essas últimas, que disputam os recursos sociais cabíveis ao seu estatuto, por vezes estabelecem inimizades ou impossibilidades de firmarem alianças. Natural que não possam adentrar aos lares e círculos mais íntimos de seus rivais e inimigos. Entretanto, através de seus compadres de estatuto social inferior e os compadres de seus compadres, acabam adentrando as redes de parentesco fictícios com os aparentados também de seus rivais¹².

Analisando as relações de compadrio da Vila de Alegrede do Rio Grande do Sul, Luiz Augusto Farinatti, notou que os laços parentais entre os escravos se projetavam para fora das unidades escravistas, fossem com pessoas livres das mais variadas qualidades, fosse com mancipios que pertencessem a outros planteis. De acordo com Farinatti o próprio grupo dos escravos contemplava desigualdade social. Essa estratificação tinha

¹⁰ MACHADO, Cacilda. A trama das Vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

¹¹ HAMEISTER, Martha Daisson. Padrinhos de Pretos no extremo-sul do Estado do Brasil no Século XVIII. 2010. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Além disto, Hameister percorre as diferentes tipologias documentais, a bibliografia regional, a estudos de trajetórias, a construção de redes familiares ampliadas, a bibliografia antropológica, pontos fundamentais nos estudos de micro-história, para identificar o compadrio como “herança imaterial” da localidade enfocada.

¹² *Ibidem*, p.16.

fatores generativos diversificados. Ainda assim, o compadrio parece ser uma boa pista para encontrar os escravos que conseguiam manter relações numerosas e variadas, que poderiam lhes aportar recursos materiais e imateriais¹³.

Analisando a região de Mariana, de Minas Gerais, entre 1720 a 1750, Moacir Rodrigo de Castro Maia, notou que a instituição do compadrio nesta localidade, foi vivenciada por pessoas de diversos segmentos sociais. De acordo com o autor, o parentesco ou apadrinhamento espiritual foram algumas vezes usados pelos colonos para protegerem as relações permanentes com suas companheiras: o compadre e a comadre registrados nas fontes setecentistas eram na verdade concubinas. A vivência do compadrio nas vilas coloniais mostra também o cuidado com a prole nascida de relações consensuais, muitas vezes duradouras – geralmente entre senhores e (ex)escravos. Mostra ainda, pelas festas de batizados com “gala e fausto”, a importância do convite a padrinhos brancos, no caso do batismo de crianças, e da representação do compadrio com tratamento especial, isto é, chamar de compadre. Além disto, Moacir Maia percebeu que estas histórias locais fragmenta a norma, ou melhor, mostra que havia uma outra norma em construção ou que já se encontrava disseminada nas novas povoações mineiras: a proteção aos filhos, mesmo que fossem escravos, e as relações tecidas com mulheres escravizadas, muitas vezes duradouras¹⁴. Isto que dizer que na nascente vila, a necessidade de vínculos de parentesco tornou-se fundamental e moldou as estratégias e as relações de interdependências entre os diversos atores sociais¹⁵.

Natália Pinto, trabalhando com escravarias de Pelotas, detecta um interessante caso de batismo coletivo de dezesseis africanos no ano de 1834, em que os nomes escolhidos, todos de inspiração greco-romana - Catão, Sócrates, Epaminondas, Tito, Sipião, Sertório, Cícero, Demóstenes, Coriolano, dentre outros - somente pode ser de inspiração senhorial ou, quem sabe, da criatividade do vigário.¹⁶

No que se refere à extensão da família escrava via compadrio, Ana Paula Rangel verificou estratégias diversas para a ampliação deste núcleo. De acordo com a autora,

¹³ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Os compadres de Estevão e Benedita: hierarquia social, compadrio e escravidão no sul do Brasil (1821-1845). Anais eletrônicos do XXVI Encontro Nacional de História. São Paulo:2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308156793_ARQUIV_O_FarinattiSNH2011_2_.pdf Acesso em 14 de dez. de 2011.

¹⁴ MAIA, Moacir R.C. (2010), Tecer redes, proteger relações: portugueses e africanos na vivência do compadrio (Minas Gerais, 1720-1750). Topoi. v. 11. n. 20, p. 49.

¹⁵ LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹⁶ PINTO, Natália G. (2011), Parentes, aliados, inimigos: o parentesco simbólico entre os escravos na cidade de Pelotas, 1830/1850, século XIX. XXVI Encontro Nacional de História. São Paulo: ANPUH.

nas escravarias maiores os cativos estendiam os seus laços familiares sobre a comunidade de mancipios. No que concerne os pequenos planteis escravistas, Rangel nos relata que a família escrava se ampliava da seguinte maneira;

“Nas escravarias de porte obervamos, não apenas a opção por padrinhos livres, mas também a possibilidade de serem escolhidos padrinhos escravos de outros plantéis, o que indica que a comunidade escrava poderia transcender as fronteiras de uma mesma propriedade e se formar a partir de espaços de convivência outros, que não a mesma senzala, sendo também cimentada pelo parentesco, ainda que fictício”¹⁷.

Denize Aparecida da Silva, analisando a escravidão e o compadrio em duas Freguesia da Província de Santa Catarina entre 1845 a 1888, constatou que as relações familiares dos cativos destas duas regiões apresentava comportamentos distintos. Na Freguesia de Nossa Senhora das Graças, o sentido da escolha de compadrio entre os cativos era de reforçar alianças tanto com indivíduos presos ao cativo quando com pessoas de distintas condições sociais. Porém, na Freguesia de São Francisco Xavier, a imagem do compadrio de escravos foi percebida como uma comunidade pequena que buscou um profícuo relacionamento com livres¹⁸.

Cabe agora elencar a estrutura do presente trabalho. No primeiro capítulo faço uma incursão sobre a constituição da população escrava de Minas Gerais. Procurei demonstrar a importância deste contingente de pessoas escravizadas na formação social e econômica de varias regiões mineira ao longo do século XVIII e XIX. Na sequência, faço uma análise sobre a concentração e a disseminação de planteis escravistas e da aquisição de cativos entre os senhores da Freguesia de São Tomé das Letras.

No ultimo tópico do primeiro capítulo, iremos traçar o perfil das atividades produtivas que eram desenvolvidas nas propriedades escravistas da Freguesia de São Tomé. Neste estudo, os inventários serão a base documental. Procuraremos levantar indícios que nos fizeram acreditar que a vocação da região era mesmo uma economia diversificada voltada para as atividades agrícola e pecuária direcionada para o abastecimento interno.

Obviamente outros tipos de produções eram presentes na região e contribuíram para o movimento econômico da Freguesia. Com isso, pretendemos apresentar com

¹⁷ Rangel, Ana Paula dos Santos Nos Limites da Escolha. Matrimônio e Família entre Escravos e Forros. Termo de Barbacena – 1781-1821/ Ana Paula dos Santos Rangel. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2008.

¹⁸ SILVA, Denize Aparecida. “PLANTADORES DE RAIZ”: Escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888. (Programa de Pós-graduação em História- UFP) Dissertação de Mestrado, 2004, p.112.

maior quantidade de detalhes possível, quais seriam estes produtos, e sua relevância ao padrão de riqueza da região, bem como definir quais eram as atividades em que a referida localidade mais desenvolvia naquele período, de acordo com os inventários. Com esses resultados, poderemos comparar com as produções encontradas para outras Vilas e Freguesia espalhadas pelo território brasileiro e em especial aquelas localizadas na Comarca do Rio das Mortes do Sul de Minas Gerais. Sendo assim, a partir do trabalho destes estudiosos iremos mapear a participação da Freguesia de São Tomé dentro do conjunto.

No segundo capítulo, voltamos à atenção para alguns dados mais específicos da população livre e escrava local. Nesta parte do trabalho avaliamos a partir dos dados coletados dos assentos paroquiais da região, o perfil familiar de pessoas livres e escravas. O objetivo deste exame é perceber semelhanças e diferenças sobre a constituição destes laços familiares que foram constituídos por estes agentes de distintos segmentos sociais.

Foram abordadas questões relacionadas com as possibilidades de formação da famílias escravas a partir dos assentos de casamentos, batismos e óbitos que se encontram arquivados na Cúria Diocesana da Cidade de Campanha(em ótimo estado de conservação). Neles há dados referentes à data do casamento; ao nome dos noivos; à origem, no caso de alguns escravos, bem como à sua cor, ao nome e, por vezes, à profissão de seu proprietário; o nome de seus pais e, em alguns casos, ao nome do proprietário de seus pais. Quanto aos registros de batismo dos escravos, encontram-se dados como o nome, a data do batismo, algumas vezes o pai, a mãe, os proprietários dos pais, o nome do padrinho e da madrinha. Com relação aos registros de óbitos encontramos o nome do cativo, a data do óbito, o proprietário, o estado conjugal, o nome do cônjuge, sua origem e finalmente o motivo do falecimento.

A partir desses dados, foi possível analisar o número de casamentos realizados em São Tomé das Letras desde o primeiro registro, que data o ano de 1840 até o último ano do recorte desta pesquisa, 1870. A origem dos noivos vez parte destes estudos, a fim de percebermos qual a estratégia usada pelos escravos ou proprietários para os arranjos matrimoniais

Na segunda seção deste capítulo, com base nos registros de batismos de escravos, mostramos as condições jurídicas dos padrinhos dos batizando cativos e a importância destes protetores espirituais na vida dos inocentes mancipios. As relações de compadrio revelam situações interessantes, pois mostram certas estratégias

peculiares à localidade, como, por exemplo, o expressivo número de pessoas livres e escravas apadrinhando cativos na região. Estas oscilações significava que os pais destas crianças estavam cientes que eram preciso manter laços familiares com seus pares e com pessoas de distintas condições sociais, pois o rompimento com alguma destas realidades poderia lhe causar grandes males.

No terceiro e último capítulo iremos examinar os laços familiares entre pessoas livres e escravas nas tramas do cotidiano. A intenção deste estudo é demonstrar os agentes sociais que ficaram dispersos nas análises quantitativas dos assentos paroquiais. Além disto, iremos analisar alguns aspectos sociais das escolhas individuais destes agentes.

Seguindo uma sequência de exames, procuraremos examinar as estratégias relacionais destes distintos segmentos entorno dos aspectos políticos e sociais do compadrio. Neste sentido, o estudo de caso nos possibilitará recuperar outra dimensão que apenas a quantificação da série de fontes paroquiais não abarcaria. Para tanto, há que lançar mão de diferentes fundos documentais, como os paroquiais, listas nominativas, testamentos e inventários post-mortem, objetivo é procurar rastros e histórias dos atores sociais, tendo o nome como fio condutor dessa investigação¹⁹. Assim, o presente estudo lança luz sobre a trajetória de senhores e cativos que se envolveram em complexas redes de relacionamento social e familiar na região. É claro que muitos se perderão nesse esforço de acompanhamento nominativo, seja pela presença de homônimos, seja pela facilidade com que se perde o rastro de um escravo que com apenas com seu nome próprio como identificador, além do nome de seu proprietário.²⁰ Porém, com as histórias locais que serão apresentadas neste capítulo, tentaremos demonstrar um pouco das relações sociais vividas na dita Freguesia.

¹⁹ GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo et al. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1989, p. 169-178. HAMEISTER, Martha D. Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.

²⁰ BACELLAR, C. A. P. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. Comunicação apresentada no XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, 2011, 10 p

Capítulo 1º

Escravidão, tráfico e estrutura de posse numa freguesia escravista da
Província de Minas Gerais.

Resumo do capítulo

No primeiro capítulo faço uma incursão sobre a constituição da população escrava de Minas Gerais. Procurei demonstrar a importância deste contingente de pessoas escravizadas na formação social e econômica de várias regiões mineiras ao longo do século XVIII e XIX. Na sequência, faço uma análise sobre a concentração e a disseminação de planteis escravistas e da aquisição de cativos entre os senhores da Freguesia de São Tomé das Letras.

Na última parte do 1º do primeiro, iremos traçar o perfil das atividades produtivas que eram desenvolvidas nas propriedades escravistas da Freguesia de São Tomé. Neste estudo, os inventários serão a base documental. Procuraremos levantar indícios que nos fizeram acreditar que a vocação da região era mesmo uma economia diversificada voltada para as atividades agrícola e pecuária direcionada para o abastecimento interno.

Obviamente outros tipos de produções eram presentes na região e contribuíram para o movimento econômico da Freguesia, em especial. Com isso, pretendemos, neste momento, apresentar com maior quantidade de detalhes possível, quais seriam estes produtos, e a sua relevância ao padrão de riqueza da região, bem como definir quais eram as atividades em que a referida região mais desenvolvia naquele período, de acordo com os inventários.

Com esses resultados, poderemos comparar com as mesmas produções encontradas para outras Vilas e Freguesias espalhadas pelo território brasileiro e em especial aquelas localizadas na Comarca do Rio das Mortes do Sul de Minas Gerais. Sendo assim, a partir do trabalho destes estudiosos iremos mapear a participação da Freguesia de São Tomé dentro do conjunto.

1.1- A população escrava de Minas Gerais

Dentre as várias formas de mão de obra²¹ empregadas nas Minas Gerais, a escrava tornou-se umas das principais forças produtivas que contribuiu para a manutenção da economia da capitania e depois província Mineira. Tanto é que, a partir do século XVIII, iniciou-se a formação de várias populações cativas em seu território.

Em Minas Gerais, no final do século XVII, houve uma interiorização do seu povoamento. Neste mesmo período, foram encontradas várias jazidas de ouro, o que impulsionou um rápido crescimento populacional. Durante as três primeiras décadas do século XVIII, ocorreu um *boom* aurífero que atraiu homens provenientes de diversas localidades do reino luso. Em consonância com esse contexto, foram criadas novas frentes de expansões econômicas que contaram com a participação efetiva do trabalho escravo²².

Os cativos que incrementavam a população mineira vieram da África via capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro. Essas duas regiões tinham maior relação com o continente africano do que Minas Gerais. Sendo assim, as capitanias Baianas e Cariocas integravam Minas Gerais ao circuito do Tráfico Negroiro²³.

No final do século XVII e durante a primeira metade do século XVIII, havia três rotas que davam acesso às lavras mineiras; a primeira delas ligava a Vila de São Paulo à região das Minas Gerais. Esta rota ficou caracterizada como o “*Caminho Velho Paulista ou Caminho de São Paulo*”²⁴. Partindo desta vila, segundo roteiro fornecido por Antonil, passava-se por Nossa Senhora da Penha, Itaquaquecetuba, Mogi, Laranjeiras, Jacaré, Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá. Desta última vila, seguia-se até o porto de Guaipacaré, à altura do qual se transpunha a serra da Mantiqueira pela garganta do Embaú. Na região mineratória, escreve o jesuíta, “[...] segue-se dois caminhos: um que vai dar nas Minas Gerais do Ribeiro de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto, e outro, que vai dar nas minas do rio das velhas” [...] *cada um deles demoravam seis dia*

²¹ FRAGOSO, João Luíz Ribeiro e FLORENTINO, Manolo Garcia. O Arcaísmo como Projeto-mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro. 1790- 1840. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001, p.153.

²² CANO, Wilson. A economia do ouro em Minas Gerais (século XVIII). In: Contexto. São Paulo, no .3, 1977. Estruturas agrárias e capitalismo: ocupação do solo e transformação do trabalho na zona da Mata central de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). Ouro Preto, MG: Editora UFOP, 1999. _____. Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807. Juiz de Fora, MG: Editora da UFJF, 2007.

²³ KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. As múltiplas faces da escravidão: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711 - c. 1756. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X : FAPERJ, 2012.

²⁴ Ver; HOLANDA, 1957, p. 15-37 e 148-59.

de viagem”; para o percurso total, marchando-se [...] até o meio dia, e quando muito até uma ou duas horas da tarde [...]” afirma Antonil serem necessário no mínimo dois meses²⁵.

Por outro lado, esse mesmo autor estima lago como um mês e meio a duração da viagem para as Minas Gerais, partindo-se da cidade do Rio de Janeiro. Esse Caminho Velho da cidade do Rio de Janeiro, embora mais rápido, era também mais áspero do que o paulista: fazia-se por via marítima daquela cidade até o porto de Parati, de onde se segue por terra até a Vila de Taubaté. A partir desta Vila, percorria-se o mesmo traçado do Caminho Velho paulista²⁶.

Além desses caminhos, Mafalda Zamella refere-se a dois outros caminhos paulistas, para as Minas Gerais,

*[...] o segundo caminho paulista era o que seguia por Atibaia, Bragança, Extrema e transpunha a serra da Mantiqueira pelo vale do Camanducaia. Este foi o caminho que teria seguido Fernão Dias Paes e D. Rodrigo Castelo Branco em suas memoráveis jornadas aos sertões dos Cataguazes*²⁷.

Já em 1698, o governador do Rio de Janeiro, Arthur de Sá e Menezes, escrevia ao rei de Portugal comunicando-lhe a sua iniciativa no sentido de estabelecer um caminho que ligava o Rio de Janeiro à região das Minas do Ouro²⁸. Duas ordens de preocupações fundamentavam a iniciativa de Arthur de Sá: de um lado, a dificuldade existente para o acesso a Minas, tendo em vista os lugares tortuosos do caminho velho; de outro o receio frente à atuação dos piratas e corsários, mostrando-se vulnerável o carregamento de ouro das Gerais por via marítima, a partir do porto de Parati²⁹. Para execução da obra, encarregou-se um paulista, Garcia Rodrigues Paes, filho de Fernão Dias Paes. Observou Mafalda Zamella que, em “1701, a picada já estava aberta, entretanto, ainda não dava passagem para as cavalgadas, mas somente a pedestres”.

²⁵ ANTONIL, João André. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e Notas por André Mansuy Diniz Silva. Editora Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p.181.

²⁶ Idem, 2007, 184. Ver também; ZEMELLA, Mafalda. *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

²⁷ ZEMELLA, Mafalda P. *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada à cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.S.P, 1951.

²⁸ Ibidem, p. 151.

²⁹ Ibidem, p. 125.

Seis anos depois, Garcia Rodrigues conseguiu aperfeiçoar o Caminho Novo³⁰.

O caminho novo da cidade do Rio de Janeiro para as regiões auríferas, como caracterizado por Antonil, apresentava na verdade três variantes. Seus traçados diferenciavam-se quanto à forma de transposição da região da baixada fluminense, alternando trechos por terra firme e a utilização de vias fluviais. Todas as três variantes, não obstante, feita a passagem de canoas do Rio Paraíba, encontravam-se nas roças de Garcia Rodrigues Paes³¹.

A próxima rota em direção à região de Minas Gerais saía da cidade de Salvador³² e, passando pela Vila de Cachoeira, seguia por terra pelo Caminho do Sertão até as Minas; a outra saía de Salvador por mar, passando pelo Rio de Janeiro, onde se juntava à rota que vinha das Minas para o Rio de Janeiro, seguindo por mar até Parati e dali subindo por terra a Serra da Mantiqueira, até chegar às Minas. Nos livros de passaportes e guias de Salvador, entre os anos de 1718 e 1729, consta que saíram de lá 21.238 escravos, sendo 19.500 deles com destino a Minas³³.

De acordo com Mauricio Goulart, nos primeiros anos do circuito aurífero, os escravos levados para Minas eram originários das Capitanias do Norte, do quais partiam da cidade de Salvador³⁴.

Eduardo França Paiva também afirma que Salvador era o centro receptor, produtor e exportador de escravos, pois dali os cativos eram enviados para várias regiões da Colônia. Durante o século XVIII, uma expressiva parcela desse tráfico interno era direcionada para Minas Gerais, que chegou ao final do setecentos com uma das maiores populações escravas e libertas da América Portuguesa³⁵.

³⁰ Ibidem, p. 126.

³¹ ANTONIL, João André. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas. Introdução e Notas por André Mansuy Diniz Silva. Editora Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p.184-186. ZEMELLA, Mafalda. O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 126-7. ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História Colonial (1500-1800). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 5ª edição, 1963, p. 70.

³² De acordo com Alexandre Vieira, o tráfico atlântico de escravos entre o porto de Salvador e a África crescia constantemente, e a Costa da Mina era a principal região de origem dos que desembarcavam. Durante todo o século XVIII a comunidade mercantil reforçou os seus laços comerciais e mesmo políticos com a Costa da Mina. Ver; RIBEIRO, Alexandre Vieira. Estimativas sobre o volume do tráfico transatlântico de escravos para a Bahia, 1582-1851. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

³³ SOARES Mariza, “*Histórias Cruzadas: os mahi setecentistas no Brasil e no Daomé*”, in: Manolo Florentino (org.), Tráfico, Cativo e Liberdade – Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, p. 159-160.

³⁴ GOULART, Maurício. A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

³⁵ PAIVA, Eduardo França. O ouro e as transformações na sociedade colonial; produção, abastecimento e comércio nas Minas Gerais.. 4-2. ed. São Paulo: Atual Editora/Saraiva Editora, 2008.

Até a segunda década do século XVIII, os traficantes baianos foram os principais fornecedores de trabalhadores escravizados para a capitania mineira. Esses números impressionam o que de certa forma confirmam a afirmação de Herber Klein de que, em meados do século XVIII, cerca de 60% dos escravos que saiam do porto de Salvador eram direcionados para as minas de ouro³⁶.

Diante deste quadro, os senhores de engenhos baianos³⁷ passaram a se queixar da falta de mão de obra. Para solucionar este problema, a coroa Portuguesa resolveu diminuir a exportação de escravos para as áreas mineradoras com o alvará de 1701. Entretanto, o desejo de capitalizar de muitos baianos, principalmente dos traficantes, em lucrar nas lavras de ouro, fez com que a legislação se transformasse em umas letras mortas. Os negociantes argumentavam que muitos cativos não serviam para trabalhar nas propriedades açucareiras e, sendo assim, deveriam ser vendidos para a região aurífera³⁸. De acordo com Schwartz, no ano de 1690, o preço de um cativo do sexo masculino, em idade produtiva, girava entre quarenta e sessenta mil réis. Nas primeiras décadas da mineração, um escravo poderia ser avaliado na quantia de cem mil réis em 1710, chegando ao ano de 1723 ao preço de duzentos mil réis³⁹.

Analisando a Vila do Carmo no alvorecer do século XVIII, Carlos Leonardo Kelmer Mathias averiguou que um escravo no ano de 1727 custava em média 292\$335.

³⁶ RIBEIRO, Alexandre Vieira. O comércio de escravos e a elite baiana no período colonial. In: Fragoso, João; Sampaio, Antônio Carlos de Jucá; Almeida, Carla Maria Carvalho de. (Org.). Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

³⁷ De acordo com Schwartz, os negociantes da Bahia, desde o início da mineração, perceberam a oportunidade de grandes lucros, uma vez que nas regiões mineradoras o preço de venda do cativo era bem superior ao de Salvador e à área do Recôncavo baiano. Além disso, recebiam em ouro pela venda dos escravos, enquanto os senhores de engenho da Bahia pagavam a esses traficantes com açúcar, muitas vezes comprometendo a safra seguinte. Ver; SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 166.

³⁸ FURTADO, Júnia Ferreira. “Teias de negócios: conexões mercantis entre as Minas de ouro e a Bahia, durante o século XVIII”. In: João Fragoso, Manolo Florentino, Antônio Carlos Jucá, Adriana Campos (orgs) Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória- ES: Edufes, 2006.

GALLOWAY, J. H. “Nordeste do Brasil 1700-1750. Reexame de uma crise”, Revista Brasileira de Geografia, vol. 36, n 2, (1974), pp. 85-102. KENNEDY, John Norman. “Bahian elites, 1750-1822”, The Hispanic American Historical Review, vol 53, nº 3, (1973), pp 415-439. LARA, Sílvia Hunold. “Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa”. In: José Andrés-Gallego (coord.), Nuevas aportaciones a La historia jurídica de Iberoamérica. Madri: Fundación Histórica Tavera /Digibis/Fundación Hernando de Larramendi, 2000, (CD-ROM). MASCARENHAS, Maria José Rapassi. Fortunas coloniais - Elite e riqueza em Salvador - 1760 – 1808. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

³⁹ SCHWARTZ, STUART, *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo. Cia da Letra. 1995, p. 167.

Entre 1726 e 1730, um escravo adulto costumava ser avaliado em 193\$475⁴⁰. Desta forma, a exigência de novos trabalhadores escravizados nas atividades auríferas elevou o preço dos cativos no comércio agro baiano e carioca⁴¹.

A partir da segunda metade do século XVIII, os negociantes baianos foram perdendo hegemonia no envio de cativos para os campos das Gerais. No antigo caminho que ligava Rio a Minas, várias pessoas saíam da região do Paraty e, dependendo do número de paradas, gastavam até 99 dias para chegar à região mineira, o que tornava pouco competitivo no comparar à rota que, através do Rio São Francisco, unia Salvador às Gerais. Com a abertura do caminho novo, em 1711, o percurso de oitenta léguas (480 km) passou a ser feito entre dez e doze dias⁴². Assim, os comerciantes cariocas passaram a manter fortes relações com a região mineradora⁴³. Além do mais, a descoberta da nova rota diminuía a taxa de mortalidade entre os cativos, possibilitando um maior incremento de novos mancipios nas atividades mineradoras⁴⁴.

No ano de 1754, os cativos que desembarcaram no porto da cidade do Rio de Janeiro superaram aqueles que aportaram no porto de Salvador. Somado a isso, entre os anos de 1739 e 1759 cerca de 6000 escravos foram anualmente enviados para Minas Gerais, sendo a Capitania Fluminense responsável por 65% do total, ficando 35% a cargo da Capitania Baiana⁴⁵.

Analisando o desenvolvimento da economia Fluminense, na primeira metade do século XVIII, Antonio Carlos Jucá Sampaio notou que nos contratos dos caminhos⁴⁶ do Rio de Janeiro para as Minas, no ano de 1727, o valor atingido era de 25 arrobas enquanto o caminho para Bahia foi arrematado em 20,5 arrobas⁴⁷.

⁴⁰ As múltiplas faces da escravidão: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711 - c. 1756. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X : FAPERJ, 2012

⁴¹ RIBEIRO, A V., *op. cit.*, 2005, p. 23.

⁴² ANTONIL, João André. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e Notas por André Mansuy Diniz Silva. Editora Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 184-6.

⁴³ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. "*Os homens de negocio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português*" (1701-1750). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernandes; GOUVÊA, Maria de Fátima; (Orgs). *Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.75.

⁴⁴ LIBBY, Douglas. Notes on the slave trade and natural increase in Minas Gerais in the eighteenth and nineteenth centuries. November, 2004.

⁴⁵ FLORENTINO, Manolo. Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. "Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)". In: *Afro-Ásia*, n.º 31, Salvador: UFBA, 2004, pp. 83-126.

⁴⁶ Esses contratos referiam-se a taxas pagas pelas mercadorias que iam para as regiões mineradoras, cobradas em registros existentes ao longo do trajeto, semelhantes a uma alfândega.

⁴⁷ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá, "*Os homens de negocio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português*" (1701-1750). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernandes; GOUVÊA,

Como foi observado por Carlos Leonardo Kelmer Mathias, no período em que os portos nordestinos recebiam enorme contingente de cativos, a Capitania Fluminense recebia o maior número de procurações originadas das Minas Gerais, algo que se processou até meados do século XVIII. Além disso, os contratos das entradas provenientes do caminho novo e velho já vinham superando os valores dos contratos do Sertão da Bahia desde 1720. Diante destes dados, devemos considerar que, ao longo do século XVIII, tanto a Bahia quanto o Rio de Janeiro foram importantes para o crescimento da economia do ouro das Gerais.

Apesar do desaquecimento do tráfico baiano, ele não deixou de existir. De acordo com Alexandre Vieira, muitos navios negreiros continuavam a aportar em Salvador, de onde se remetiam os escravos para as minas ávidas de mão de obra. Embora não fosse mais o mercado preferencial e estratégico na reposição de cativos, posto que o Rio de Janeiro passou a ocupar, a Bahia ainda tinha importância para a demanda mineira. Entre 1760 e 1770, cerca de 60% dos escravos saía da Bahia em direção a Minas, o que resultava em uma média anual de 916 cativos importados. Apesar da redução, Minas continuava sendo o destino dos que concentravam as maiores remessas de cativos da cidade de Salvador⁴⁸.

Analisando as informações contidas no Códice 249⁴⁹, Maria do Carmo Salazar Martins e Helenice Carvalho Cruz da Silva constataram novos dados estatísticos sobre o tráfico interno entre Bahia e Minas. De acordo com as autoras, essa fonte revela que, durante os anos de 1759 a 1772, foram expedidos 3039 passaportes a indivíduos que desejavam levar escravos da cidade de Salvador para diversos destinos. Na realidade, tais registros notificam que 19917 escravos foram exportados da capital Baiana. Sobre tais remessas, os dados exaltam a importância de Minas Gerais enquanto mercado consumidor de cativos. Nos 14 anos relacionados pelo Códice de 249, a Capitania Mineira absorveu 58,8% de todos os mancipios que saíam da Bahia, sendo que 91,2% desses cativos eram africanos⁵⁰.

Maria de Fátima; (Orgs). *Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.76.

⁴⁸ RIBEIRO, Alexandre Vieira. *O tráfico Atlântico de escravo e a praça mercantil de Salvador*. C. 1680-c. 1830. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 205, p.105.

⁴⁹ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Mç 626, “Contrato da saída dos escravos da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco 1757”, pp. 1-2.

⁵⁰ MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. “Via Bahia: a importação de escravos para Minas Gerais pelo Caminho do Sertão, 1759-1772”. *Diamantina: Cedeplar/UFMG*, 2006.

Além disso, Martins e Silva afirmam que a entrada de escravos pelo Caminho do Sertão (que fazia a ligação Bahia-Minas) permaneceu praticamente inalterada entre os anos de 1759 e 1772. Segundo os dados encontrados pelas autoras, esse caminho perpetuava-se para o tráfico. Isto talvez estivesse associado aos “custos” dos tributos pagos pelo comércio negreiro, na medida em que se transferisse a sede do governo para o Rio de Janeiro, a política tarifária seria aplicada mais severamente. Portanto, o Caminho do Sertão, embora mais longo, apresentava-se mais atrativo devido às facilidades já descritas e, talvez, menos fiscalizado, o que propiciava os descaminhos de mercadorias e, sobretudo, de escravos⁵¹.

Todo o contingente cativo que foi em direção a Minas ao longo do século XVIII fez com que seus distritos e vilas apresentassem, desde o início da mineração, uma alta concentração populacional de escravos. Diante disso, uma das características particulares de Minas Gerais na época colonial era a intensa concentração de mancipios em pequenas áreas com elevado potencial produtivo.

As municipalidades de Vila Rica e Vila do Carmo apresentavam juntas quase 50% do total da população escrava Mineira⁵² no início do século XVIII. Segundo Russel Wood, a distribuição de cativos nessas localidades eram sempre irregulares. De acordo com o autor, no ano de 1719, as estimativas numéricas de escravos que trabalhavam nas encostas ricas em ouro perto de Vila Rica, comumente conhecida como morro de Paschoal da Silva, variavam entre 3000 e 4000. O número maior constituía 52% da população escrava total de Vila Rica, e a estimativa menor representava menos de 39%. Em 1737, mais de 5000 escravos se concentravam no morro de Sant’Ana, perto da Vila do Carmo. Wood nos esclarece que o elevado índice de cativos concentrados nestas áreas mineradoras não era somente mal supervisionado, mas constituíam a ameaça à lei e a ordem que poderiam tornar-se um terreno fértil para possíveis revoltas⁵³. Em se tratando do crescimento da população escrava na região das Gerais, no decorrer do século XVIII, não há corpus documental suficiente que apresente registros exatos, mas há estimativas demográficas que podem nos ajudar a compreender alguns aspectos deste contingente humano. Uma das fontes que se prestam a tal uso são as fiscais. No caso das regiões mineradoras, um conjunto de significados de informações pode ser extraído desses documentos.

⁵¹ Ibidem, p. 4-6.

⁵² RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Tradução de Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 399.

⁵³ Ibidem, p. 338.

Para Eduardo França Paiva⁵⁴, o período de produção das listas dos quintos reais está inserido no que é chamado de pré-censitário, ou seja, período que se estende da colonização até o recenseamento geral do Império de 1872. De acordo com o autor, os dados daquele período são esparsos, mas podem servir para traçar estimativas demográficas. Estas listas constituem os primeiros objetos censitários da mineração e, seguindo a classificação proposta de Maria Marcilio, são inseridas no período pré-estatístico. O período aludido, segundo a autora, inicia-se com a colonização e se prolonga até o século XVIII, apresentando poucas fontes que são propriamente demográficas e tão seguras quanto estas, mas que permitem traçar estimativas gerais da população.

Apesar de demonstrar algumas limitações, foram essas fontes censitárias que vários demógrafos e historiadores utilizaram para descrever o quadro demográfico da população escrava das primeiras regiões criadas na Capitania de Minas Gerais.

As primeiras fontes que nos m informações a respeito da população de Minas Gerais são os mapas populacionais de 1766⁵⁵ e de 1776⁵⁶ que possuem dados iniciais sobre os habitantes da Capitania de Minas Gerais.

⁵⁴ PAIVA, E. F. ; MASSARA, M. ; ANDRADE JUNIOR, A. ; SOUZA, P. M. ; SAMPAIO, S. D. . Evolução urbana de Ouro Preto nas primeiras décadas do século XVIII. Revista do Departamento de História, Belo Horizonte, 1989, p. 22-24.

⁵⁵ AHU, MG cx. 93, doc. 58.

⁵⁶ Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. In: Revista do Arquivo publico Mineiro, ano II, fasc. 3, p.511

Tabela 1 – Mapa da população da Capitania de Minas Gerais, 1766.

Comarcas	Escravos	Escravas	Subtotal	Livres	Total
Rio das Mortes	21.500	5.391	26.891	19.594	46.485
Vila Rica	32.907	5.470	38.647	21.602	60.249
Rio das Velhas	34.813	8.214	43.027	26.301	69.328
Serro	15.414	2.624	18.038	11.500	29.538
Total	104.634	21.969	126.603	78.997	205.600

Fonte: CARRARA, Ângelo Alves. Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais, 1674-1807. Op. Cit., p.280.

Tabela 2- Mapa de população da Capitania de Minas Gerais, 1776.

Comarcas	Homens				Mulheres				C
	Branco	pardos	Pretos	H	Branca	Pardas	Pretas	M	
Rio das Mortes	16.277	7.615	26.199	50.091	13.649	8.179	10.862	32.690	82.781
Vila Rica	7.847	7.981	33.961	49.789	4.832	8.810	15.187	28.829	78.618
Rio das Velhas	8.648	17.011	34.707	60.366	5.746	17.225	16.239	39.210	99.576
Serro	8.905	8.186	22.304	39.395	4.760	7.103	7.536	19.399	58.794
Total	41.677	40.793	117.171	199.641	28.978	41.317	49.824	120.128	319.769

Fonte: CARRARA, Ângelo Alves. Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais, 1674-1807. Op. Cit., p.280. Legenda: **H**: Total de homens, **M**: Total de mulheres,; **C**: soma de **H** e **M**.

Utilizando as listas de capitação e o censo das indústrias, Guilherme, o Barão de Eschwege, estimou que, em 1742, existiam na capitania mineira 186.868 escravos. Sobre a apuração do Barão, a população da capitania no mesmo ano totalizava 266.868 almas⁵⁷.

Na segunda metade do século XVIII, a população cativa mineira passou por um relativo declínio. Em 1776, os escravos perfaziam uma parcela de cerca de 52,2%⁵⁸. No

⁵⁷REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, n. IV, 1899. Documentos Diversos. População da Província de Minas Gerais, p.744.

⁵⁸ ALMEIDA, Carla M. *Homens ricos e Homens Bons...* op. cit. P.206.

censo de 1786, o primeiro a indicar distinções baseadas na cor, sexo e condição social, esta participação caiu para 47,9%. No início do século XIX, a presença de escravos declinou-se em relação ao contingente livre. De 46,4% em 1805 para 34,4% em 1808 e 27,0% em 1823⁵⁹.

Porém, na década de 1820, a população escrava mineira elevou-se a números impressionantes. Isto ocorreu devido à enorme importação de cativos vindos do Rio de Janeiro. E, sobre a vinda deste enorme contingente de escravos, os historiadores João Fragoso e Roberto Guedes Ferreira tem muito a dizer a respeito do assunto. Ao consultar os registros de despachos e passaportes emitidos pela intendência de polícia da corte, entre os anos de 1819 a 1833, constataram que a província mineira, entre 1822 a 1833, foi a que mais adquiriu cativos no porto carioca, atingindo uma porcentagem de 48% dos escravos. E, assim, superou as regiões do norte Fluminense e do Vale do Paraíba, que juntas absorviam 36% de mancipios vindos da praça mercantil carioca⁶⁰.

Nesse quadro ocorreram mudanças, pois entre os anos de 1819 e 1821, Minas sofreu uma queda demográfica no comércio negreiro. Durante aquele período, a província mineira quase não recebia cativos advindos do porto carioca, mas, em contrapartida, os municípios fluminenses adquiriram durante esse período de três anos 67,2% de escravos novos. Porém, com o aquecimento do tráfico negreiro de 1824, a participação fluminense caiu para 34%, e a província mineira passou a ocupar lugar de destaque na demanda por escravos novos, despachados da cidade do Rio de Janeiro⁶¹.

O processo de condução de cativos no interior da província mineira contou com a presença ativa de tropeiros. Nos códices consultados por Ferreira e Fragoso, constatou-se que os melhores tropeiros vinham da região do sudeste, especialmente de Minas Gerais, enquanto os cariocas não eram qualificados para tal atividade. Os tropeiros mineiros, apesar de declararem que os municípios fluminenses eram o seu destino, estariam neles apenas de passagem, já que, na verdade, o ponto de chegada com as mercadorias seria a província mineira. Interessante notar que, segundo as análises de Ferreira e Fragoso, esse tipo de comportamento consistia numa estratégia para pagar menos impostos pelas mercadorias que levavam para Minas, incluindo os escravos. A intendência de polícia da corte, nos anos 1820, cobrava os impostos, pagos

⁵⁹ PASCOAL, Isaias. Reprodução da força de trabalho no Sul de Minas: século XIX : no contexto de uma formação econômica não exportadora.

⁶⁰ FRAGOSO, João Luiz Ribeiro e FERREIRA, Roberto Guedes. “ Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada..,” p. 267-269. Ver também FLORENTINO, Manolo. Em Costa Negras..., p.247-260.

⁶¹ Idem., p. 250-258.

por passaportes, de Resende no valor de \$ 0,40 e para Minas Gerais no valor de \$ 160. Por este e outros motivos, os tropeiros usavam várias artimanhas para fugir do controle fiscal, fazendo de município fluminense o principal destino de saída das mercadorias para as terras mineiras⁶².

Muitos dos cativos que saíram do porto do Rio de Janeiro em direção à província mineira povoaram vilas e distritos localizados no sul de Minas Gerais, nas regiões pertencentes à Comarca do Rio das Mortes. Apresenta-se um quadro geral de sua população escrava da Comarca sul-mineira entre o final do século XVIII e início do XIX.

Tabela 3º
População escrava e livre de alguns termos da Comarca do Rio das Mortes no período de 1833-1835

Termo	Livres	%	Escravos	%	Total
São João del Rei	12.299	55,6	9.836	44,4	21.135
São José del Rei	20.324	59,5	13.825	40,5	34.149
Lavras do Funil	13.596	59,7	9.168	40,3	22.764
Tamanduá	8.927	69,9	4.004	30,1	12.931
Total	55.146	59,9	36.833	40,1	91.979

Fonte: Tabela elaborada pelos dados que foram coletados no projeto de pesquisa intitulado “Sociabilidades e identidades: negros, afro-descendentes e mestiços em Minas Gerais – Vila de São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX”; financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. Os professores responsáveis pela elaboração desta tabela foram a Profa. Dr. Maria Tereza Pereira Cardoso (UFSJ), Profa. Dra. Silvia Brugger (UFSJ), Profº. Dr. Anderson de Oliveira (UNIRIO), Profº. Dr. Marcos Ferreira de Andrade.

Se observarmos os termos pertencentes da Comarca do Rio das Mortes entre os anos de 1833 a 1835, veremos que cada um possuía um enorme contingente de cativos, o que talvez seria indício do potencial e dinamismo econômico que cada uma das regiões representavam no sul de Minas Gerais⁶³.

Os quadros populacionais das Comarcas Mineiras, elaborados por estes professores, revelam que a Comarca do Rio das Mortes era a que mais possuía cativos,

⁶² FRAGOSO, João Luiz Ribeiro e FERREIRA, Roberto Guedes. “Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada...” p. 267-269.

⁶³ LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da . Demografia histórica de Minas Gerais no período Colonial. Op. Cit., p. 19-25.

totalizando 71.147. No mesmo ano, nas outras comarcas, como a de Ouro Preto, a população escrava era estimada em 26.736; na Rio das Velhas, 42.812; Serro do Frio, 24.854; e na de Paracatu, 6,249⁶⁴. Tomando como base o número de cativo fixados na Comarca do Rio das Mortes, os dados vêm confirmar a sua importância social e econômica na primeira metade do século XIX em relação às outras áreas⁶⁵.

Além do contingente de escravos desses Termos, havia também distritos na Comarca do Rio das Mortes que agregavam uma massa significativa de cativos. Analisando os distritos pertencentes aos termos de Baependi e Campanha, Marcos Ferreira Andrade constatou números expressivos de mancipios. O autor examinou 10 distritos que pertenceram à Vila de Baependi, somando todas as regiões, havia 18.185 habitantes, sendo 9.879 livres; forros 319 e 7.987 escravos. Mais da metade desses distritos possuía uma população escrava acima de 40% e, em outros, como é o caso da Capela de São José do Favacho e do Varadouro, os cativos representavam 60% da população⁶⁶. De acordo com Andrade, os distritos localizados no termo de Baependi eram caracterizados por uma vasta área rural e grande concentração de escravos nas mãos de poucos proprietários⁶⁷.

Para 10 distritos que pertenciam à Vila de Campanha, Marcos Ferreira Andrade constatou uma população de 30.336 pessoas, sendo 18.020 livres; forros 1.643 e escravos 10.673. No geral, os índices apresentados demonstram a importância da mão de obra cativa nos distritos que faziam parte da Comarca do Rio das Mortes⁶⁸.

Em alguns distritos localizados próximos ao norte de Minas Gerais, havia populações cativas que apresentavam um índice populacional bastante significativo. Examinando o contingente de escravos de dez distritos mineiros no ano de 1804, Francisco Vidal Luna demonstrou variações nessas pequenas localidades. Entre os habitantes dos distritos de Nossa Senhora dos Remédios 22,18% eram escravos, em Abre Campos este percentual chegava a 65,95%. Os distritos urbanos também apresentavam uma significativa população cativa. Sucessivamente: Nossa Senhora dos

⁶⁴ População de Minas Gerais - 1821 -, de Silva Pinto Matos, in: Raimundo José da. Coreografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837). BH/SP, Itatiaia/EDUSP, 1981, VOL.2.

⁶⁵ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais...*op.cit., p.21.

⁶⁶ ANDRADE, Marcos Ferreira de. Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2008, p.276.

⁶⁷ Ibidem, p. 275.

⁶⁸ Idem, ...op.cit., p.276.

Remédios, com 26,18%; Mariana, com 27,28%; Vila Rica, com 31,82%; Passagem, com 36,22%; todos os demais tinham taxas superiores a 44% de escravos⁶⁹.

Carla Almeida, consultando as listas de habitantes da região de Catas Altas, constatou que, no ano de 1822, entre os moradores da região, 41,2% eram cativos. O percentual dos escravos que se encontravam na faixa etária dos 14 a 50 anos idades era de 45,4%⁷⁰.

Em um quadro geral, em 1808, Minas Gerais possuía uma população de 148.772 cativos, que cresceu para 168.543 em 1819, ou seja, 15% da população mancípia do Brasil. O contingente aumentou ainda mais entre 1819 e 1872, chegando nesta última data a 381.893⁷¹, o correspondente a 24,7% do total dos escravos existentes no Brasil. Em 1872, Minas continuava a sustentar esta posição; em segundo lugar vinha o Rio de Janeiro, com 306.425 e em terceiro a Bahia com uma população de 167.827 cativos⁷². De modo geral, Minas Gerais teve uma população escrava em crescimento constante até os momentos finais da escravidão brasileira. Como nos informou Roberto Borges Martins, Minas Gerais oitocentista apresentava, assim, o maior contingente de população escrava da história da escravidão moderna, exceto em relação às economias de Cuba, Haiti e o sul dos Estados Unidos⁷³.

⁶⁹ LUNA, Francisco Vidal, CANO, Wilson. Economia escravista em Minas Gerais. Cadernos IFCH - UNICAMP, N. 10. Campinas, out. 1983.

⁷⁰ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822. Niterói (RJ): UFF, 2001 (Tese de Doutorado – História).

⁷¹ Para João Fragoso, 58,8% destes escravos eram destinados a produção de gêneros alimentícios para o mercado regional e interprovincial.

⁷² MARTINS, Roberto B. Minas Gerais, século XIX... op. Cit., p. 187-188.

⁷³ Idem, op. cit., p.26.

1.2 – Estruturas de posses vista através dos inventários *post-mortem*.

A estrutura de posse de escravos parece-nos uma variável fundamental para o estudo comparado da escravidão nas diferentes regiões espalhadas pela sociedade brasileira⁷⁴. Infelizmente, para o estudo da escravidão na Freguesia de São Tomé das Letras, não contamos com a principal fonte deste tipo de análise, que são as listas nominativas. A inexistência desta rica fonte não deve servir de empecilho para que não tentemos, com fontes alternativas, estudar o tamanho das escravarias e as tarefas produtivas a que os cativos estavam submetidos. Assim, substitutivamente, abordaremos a questão através uma amostra de inventários *post-mortem*, que especificam o número de escravos que cada senhor possuía, além de um quadro das atividades produtivas da Freguesia em estudo.

Devido à riqueza de informações que podem fornecer e a sua relativa abundância, os inventários *post-mortem* constituem uma das principais fontes para os estudos das posses de escravos no Brasil Imperial. Tais documentos constituem um importante corpo documental para delinear a configuração socioeconômica da localidade estudada. Como bem pontuou João Fragoso, “*a totalidade de inventários post-mortem de um certo ano, em uma região, permite apreender a sociedade considerada em sua economia e diferenciações sociais em um dado momento*”⁷⁵. Como observou Garavaglia⁷⁶, os inventários são uma fonte socialmente determinada e sobre representam os setores mais ricos da sociedade, aqueles que têm algum bem a declarar. Mas, certamente, os escravos estavam entre os bens relevantes que justificavam a abertura de inventário.

Para tanto, consultamos os inventários dos senhores de escravos da Freguesia de São Tomé das Letras. A saber, todos foram localizados no Escritório técnico do IPHAN da cidade de São João Del Rei. Conseguimos coletar 62 processos que foram produzidos para as pessoas que possuíam cativos na região, estes documentos foram feitos entre as décadas de 1840 e 1870.

⁷⁴ LUNA, Francisco Vidal. “Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1804)”. In: COSTA, Iraci del Nero da (org). Brasil: História Econômica e Demográfica. São Paulo: IPE-USP, 1986.

⁷⁵ FRAGOSO, João Luiz R. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. Topói, Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. v. 11, n. 21, p. 75.

⁷⁶ GARAVAGLIA, Juan Carlos. “Las “estancias” en la campaña de Buenos Aires. Los medios de producción (1750-1815).” In: FRADKIN, Raúl O. (org.) La historia agraria del Río de la Plata colonial. Los establecimientos productivos (II). Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993, p. 125.

Com base nessa documentação, faremos uma primeira análise da estrutura de posse das propriedades escravistas da Freguesia de São Tomé das Letras.

Tabela 4º

Distribuição dos senhores de escravos e cativos, segundo a Faixa de Tamanho dos Plantéis da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870)

Faixa de Tamanho dos Plantéis	Senhores		Escravos	
	Nº	%	Nº	%
1 a 5 Escravos	31	50,0	84	10,2
6 a 10 Escravos	11	17,7	76	9,2
11 a 20 Escravos	8	12,7	109	13,2
21 a 40 escravos	6	9,8	173	21,0
+ 40 escravos	6	9,8	380	46,4
Totais	62	100%	822	100%

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei. Inventários *post-mortem* de São Tomé das Letras (1840-1870).

Seguindo o quadro apresentado, a definição de tamanho das posses é um critério que muitas vezes parece arbitrário. Entretanto, essa definição tem sempre que levar em consideração as regiões estudadas, bem como o tipo de economia desenvolvida nelas. Para uma determinada localidade, um indivíduo pode ser considerado um grande proprietário quando possui 20 escravos, ou até menos. Não é nosso intuito polemizar a respeito desta questão, pois nossas intenções consistem em examinar uma região voltada à produção agrícola e pecuária e de consumo interno.

Além do mais, era uma localidade que contava com poucos senhores de escravos e dedicada à produção pecuária e de alimentos para as Vilas e distritos próximos. Diante dessas condições, pode ser pertinente organizar as estruturas de posses em 5 faixas de tamanhos de plantéis – pequenas (1 a 5), medianas (6 a 10), médias (11 a 20), grandes (21 a 40) e excepcionalmente grandes (41 ou mais).

Ao todo foram 62 inventários e, conforme podemos perceber pela tabela nº4, o exame desses processos indica que a maioria dos escravos da Freguesia de São Tomé

das Letras convivia em cativeiros onde havia acima de 41 cativos. Esses dados indicam, também, a predominância de pequenos plantéis, visto que estes representavam 50,0% de todas as unidades escravistas.

Os plantéis de 6 a 20 cativos, considerados medianos, apresentaram números e porcentagens significativas de propriedades escravistas, já que, somados juntos, eram 19 (30,4%) plantéis com 185 (22,4%) escravos. Apesar da existência de plantéis medianos ser expressiva na região, os números não se aproximaram muito dos de pequenos plantéis, aqueles com até 5 escravos .

A tabela analisada mostra que, a partir do momento em que há uma maior concentração de escravos em determinados plantéis, o número de unidades produtivas vai se reduzindo. Ou seja, quanto maior for o número de cativos nas faixas de plantéis, menor serão a quantidade de senhores donos destas propriedades. Isto se torna evidente quando observamos as faixas de plantéis que possuíam de 21 a 40 escravos (grandes) e as que detinham acima de 41 (excepcionalmente grandes). Estas unidades eram propriedades de 12 senhores de escravos e juntas somavam 553 cativos, ou 67,4% do total. Em outras palavras, uma enorme parcela da mão escrava da região esteve concentrada nessas poucas grandes unidades escravistas.

Diante dos dados apresentados, podemos visualizar dois tipos de concentração na estrutura de posse da região, a de “propriedades escravistas” e a de “cativos”. Nota-se que as propriedades escravarias estiveram mais centralizadas nas unidades que possuíam de 1 a 5 mancípios (pequenas), e os cativos estavam mais concentrados nas posses que detinham acima de 41 escravos (excepcionalmente grandes). Conclui-se com isso que a escravidão na Freguesia de São Tomé das Letras era constituída por pequenas propriedades escravistas com até 5 cativos, e que havia uma alta concentração de escravos em plantéis de grande porte.

A distribuição apresentada difere em muito da existente no Rio de Janeiro, estudada por Fragoso. No período de 1790-1830, os plantéis de 1 a 4 escravos oscilaram entre 10 e 20% dos proprietários. Enquanto isso, a faixa de 20 a 49 oscilou entre 14 e 27% das posses. A maior parte dos senhores de cativos no Rio possuía entre 10 e 19 escravos (esta faixa concentrou entre 21 e 39% dos proprietários)⁷⁷.

No distrito de Lage, pesquisado por Maria Lucia Rezende Chaves Teixeira, os fogos com até 5 cativos variavam de 49%; 59,7%; 48,3%, detendo 13,4%; 14,2%; 9,3%

⁷⁷ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p. 80.

dos escravos possuídos, respectivamente nos anos de 1795, 1831, 1838⁷⁸. Em Porto Feliz, Roberto Guedes Ferreira encontrou uma distribuição de escravos semelhante à descortinada para São Tomé das Letras. Segundo o autor, a posse de escravo era centralizada, mas pequenos e médios senhores de cativos tiveram participação significativa. As propriedades escravistas de pequeno porte nunca deixaram de predominar entre as demais escravarias da região, demonstrando que a aquisição do trabalhador escravo era, até certo ponto, facilitada, enquanto durou o Tráfico Internacional de africanos.⁷⁹

Marcelo Mateus, analisando as propriedades de Alegrete, entre os anos de 1829 e 1849, percebe que a grande maioria dos senhores – 70,5% – detinha pequenos plantéis. Por outro lado, apenas 31% dos escravos estavam nestas escravarias, enquanto os 29,5% de médios e grandes proprietários eram senhores de quase 70% dos cativos. Esse predomínio de pequenos senhores está em consonância com números revelados por trabalhos que enfocaram outros municípios da província, mesmo com algumas diferenças econômicas e sociais entre eles⁸⁰.

A análise dos inventários da Freguesia de São Tomé das Letras informa uma alta concentração da propriedade escrava entre os inventariados. Portanto, o padrão da região foi a “concentração” das propriedades escravistas em posses com poucos escravos e o de cativos nas grandes unidades. Assim, maioria dos municípios na região vivenciou o cativo em grandes plantéis.

Déborah dos Reis, utilizando-se de inventários e listas nominativas, enfocando o município de Araxá, em Minas Gerais, encontrou mais de 80% de pequenos senhores entre 1826 e 1848⁸¹. Por fim, também, através de inventários, Kátia L. Almeida, estudando Rio de Contas, na Bahia, notou que quase de 75% dos senhores tinha até 10 cativos⁸². Desse modo, a dispersão da posse escrava parece ter sido a tônica em muitas

⁷⁸ TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: O distrito da Lage, 1780-1850. Dissertação de mestrado. B.H., UFMG, 1998.

⁷⁹ GUEDES, Roberto. Estrutura de Posse e Demografia Escrava em Porto Feliz (São Paulo, 1798-1843). Boletim de História Demográfica, NEHD-FEA/USP, v. 41, p. 1-20, 2006.

⁸⁰ MATHEUS, Marcelo S. Nas margens do Império: escravidão, liberdade e hierarquia social (Alegrete, século XIX). Material apresentado à banca de qualificação do mestrado em História PPGH-Unisinos, 2010, texto inédito.

⁸¹ REIS, Déborah Oliveira Martins dos. Características demográficas dos escravos em Araxá (MG), 1816-1888. Anais eletrônicos do XXXIII Encontro Nacional de Economia. Natal: ANPEC, 2005. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A018.pdf>> Acesso em 12 de jan. de 2011.

⁸² ALMEIDA, Kátia Lorena. Alforrias em Rio de Contas – Bahia (século XIX). Salvador: PPGH/UFBA, 2006. (Dissertação de Mestrado).

regiões do Brasil imperial até 1850⁸³.

Analisando os dados censitários para a província de Minas Gerais, entre os anos de 1831 a 1840, Douglas Cole Libby encontrou apenas 42 senhores que possuíam entre 50 a 100 escravos. Dos 20.000 domicílios consultados pelo autor, 66,7% das pessoas não possuíam escravos. O perfil mais geral da posse de cativos na província Mineira era a dos senhores com até 5 mancipios, pouco mais de 2/3 do total de donos de cativos⁸⁴.

Clotilde Paiva, trabalhando com as listas nominativas de 1831-1832, identificou que as grandes posses estavam concentradas nas regiões mais dinâmicas na Zona Mineradora Centro Oeste, de Pitangui e Tamanduá e Sudeste (que inclui o município de São João Del Rei). Das 199 posses, com o número acima de 50 escravos existentes nas listas nominativas, 134 (67,3%) estavam situadas nestas áreas.⁸⁵

Na Vila de São João Del Rei, durante o século XIX, Afonso de Alencastro Graça Filho verificou que 14 senhores de escravos possuíam plantéis com mais de 50 cativos, concentrando 1054 mancipios (30,6%). Nenhum deles alcançou o nível de posse de 100 escravos, mas 5 deles tinham mais de 90 trabalhadores escravizados⁸⁶.

Para São Gonçalo do Rio de Janeiro, Márcia Motta calculou, com base nos inventários de 1830-1850, uma média de 50 escravos para as propriedades com mais de 100 hectares, pertencendo a cafeicultores. Nas propriedades medianas de São Gonçalo, entre 50 e 100 hectares, o padrão seria de 22 escravos por unidade escravista⁸⁷.

Já na agricultura de subsistência de Campinas, Guaratinguetá, Itu e São Sebastião, em 1804, os senhores com até 5 escravos representavam 71,79% dos proprietários e detinham 35,02 da escravaria⁸⁸. Em Bananal, antes da entrada da cafeicultura, no ano de 1801, os proprietários de 1 a 29 escravos detinham 69,1% dos cativos e, em 1817, 56,9%. As posses com até 10 mancipios representavam, 21,7% e

⁸³ SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. _____, Escravos, roceiros e rebeldes. Bauru: EDUSC, 2001.

⁸⁴ LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista. São Paulo: Brasiliense, 1988. LIBBY, Douglas Cole., CRIMALDI, Márcia. —Crescimento natural dos escravos: uma questão em aberto. | IV Seminário sobre a Economia Mineira, Anais. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG.

⁸⁵ PAIVA, Clotilde Andrade. População e economia nas Minas Gerais do século XIX. São Paulo, FLCH/USP, 1996, Tese de Doutorado, p. 136-7.

⁸⁶ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais, São João del Rei(1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

⁸⁷ MOTTA, Marcia M. Proprietários de terra e arrendatários-escravistas em uma região produtora de gênero alimentícios. São Gonçalo (1808-1892)” In: Revista Arrabaldes, ano I, nº 2, set/dez. 1988, p.91.

⁸⁸ LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci Del Nero da. “ A Posse escrava em São Paulo no início do século XIX” In: Estudos Econômicos, 13 (1), abr/ 1983, p. 211-21.

28,8% da população cativa⁸⁹.

Comparativamente, os percentuais que foram encontrados para as regiões paulistas diferem dos dados constatados para Freguesia de São Tomé das Letras. Nas unidades de 1 a 10 cativos, consideradas como as de pequeno porte, somente 19,4% dos cativos concentravam-se nessas propriedades, enquanto nas propriedades grandes e nas excepcionalmente grandes, havia uma enorme concentração de mancipios, com porcentagem de 80,6. Ao contrário das localidades paulistas citadas, a desconcentração da mão de obra escrava em São Tomé não foi perpetuada.

Diante desses fatores, a estrutura de posse escrava instituída na Freguesia de São Tomé das Letras apresentou algumas marcas dignas de destaque. Como foi mostrado anteriormente, a posse de escravos era algo concentrado nas mãos dos senhores detentores de grandes escravarias, o que implica numa distribuição desigual da mão de obra cativa. Portanto, a organização da estrutura de posse da região pode estar atrelada a valores sociais, em que a aquisição de cativos era um dos elementos de maior importância para a definição das estruturas socioeconômicas na sociedade escravista brasileira, que conferiam status e apreço pela honra. Nesse sentido, *“mais do que a força de trabalho, a mão de obra escrava constituía num verdadeiro poder simbólico e material personificado no empreendimento hierárquico do costume de reverter ganhos em terras, homens e Sobrados⁹⁰”*.

Todavia, é possível interpretar a posse de escravos como um indicador de riqueza e prestígio, pode-se dizer que o ápice da pirâmide social da Freguesia de São Tomé das Letras, de fato, tornou mais rico, porém também mais estreito ou mais seletivo⁹¹.

Estes dados, por fim, dizem muito sobre a dinâmica das relações políticas e sociais internas do local. Em outras palavras, quanto maior a concentração de cativos nas mãos de poucos senhores, mais rígidas eram as relações hierárquicas que organizavam a população livre da região, e mais visível às distinções sociais no interior do grupo escravista.⁹²

⁸⁹ MOTTA, José Flavio. Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo, FAPESP/Annablume, 1999, p. 128 e 168.

⁹⁰ FRAGOSO, João Luiz Ribeiro & FLORENTINO, Manolo. O Arcaísmo como projeto. Op. Cit., 1997, p. 13-30. Como bem documentou Gilberto Freire, era prática recorrente no Brasil colônia, dar-se maior importância da aquisição de escravos do que ao requinte interno do grandes casarão, ostentação das mobílias, ou quaisquer outros dispositivos de riqueza propriamente.

⁹¹ MACHADO, Cacilda. A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

⁹² Ibidem, p.46

Sobre essa questão, Hebe de Castro sugeriu que “*cada complexo regional ou local engendrava seu próprio mercado e quase estabelecia regras próprias para o seu funcionamento[...]*”⁹³. Isto posto, tem-se que a propriedade escrava na Freguesia de São Tomé era algo que contribuía para a reprodução das hierarquias sociais, nas quais os pequenos, médios e grandes senhores de escravos reconheciam seus valores sociais na localidade.

Outro aspecto importante a ser observado para a compreensão peculiar da região de São Tomé das Letras é a razão entre o número de escravos do sexo feminino e do masculino, pois são dados que nos permitem estimar a importância do tráfico negreiro e da reprodução natural nas propriedades dessa região. A tabela 5º apresenta os seguintes dados:

⁹³ MATTOS, Hebe de Castro. Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.120.

Tabela n 5°

Participação de Homens e Mulheres nos plantéis escravistas da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870).

Faixas de Tamanhos plantéis	Escravos		Percentuais		Totais de cativos	Total Porcentual
	Homens	Mulheres	H%	M%	N°	%
1 a 5 escravos	64	24	72,7	27,3	88	100,0
06 a 10 escravos	47	21	69,1	30,9	68	100,0
10 a 20 escravos	53	11	82,8	17,1	64	100,0
20 a 40 escravos	119	55	68,3	31,7	174	100,0
Acima de 40	231	145	61,4	38,6	375	100,0

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei. Inventários post-mortem de São Tomé das Letras (1840-1870).

Antes de analisarmos esse quadro, torna-se necessário mostrarmos indicadores gerais da população escrava masculina e feminina da região em alguns estudos. Dos 770 escravos da Freguesia de São Tomé das Letras, 514 (66,7%) eram do sexo masculino e 256 (33,2%) eram mulheres. Apesar de os homens se apresentarem em números superiores, podemos sugerir que as mulheres tiveram um percentual significativo. É possível afirmar que o desequilíbrio entre o número de homens e o de mulheres não era tão presente nas senzalas da região, pois o dados apontam para uma relação proporcional de dois homens para cada a mulher.

Analisando as regiões do agro-fluminense⁹⁴, José Roberto Góes e Manolo Florentino constaram que, conforme se incrementava o tráfico de africanos no Brasil, a taxa de masculinidade nos plantéis pequenos tendia a diminuir em direção a um maior equilíbrio entre homens e mulheres, movimento que pode expressar o relativo

⁹⁴ As regiões que pesquisadas por Goes & Florentino foram: São João da Barra, Campos, Santo Antônio, Macaé, Rio das Ostras, Cabo Frio, Maricá, Itaipu, Pendotiba, Niterói, São Gonçalo, Itaguaí, Ilha Grande, Mangaratiba, Valença, Três Rios, Resende, Nova Iguaçu, Parati, Mambucaba, Guaratiba, Mariça, e Itaipu.

afastamento dos senhores menos aquinhoados do mercado de homens, devido ao elevado preço dos cativos. Quando o preço abaixava, o desequilíbrio entre homens e mulheres era notado em quase todas as faixas de plantéis escravistas. De acordo com esses autores, os africanos eram a fonte maior daquele desequilíbrio, pois sempre eram maioria entre os escravos e todas as suas taxas de masculinidade. Desse modo, eram superiores aos crioulos em qualquer faixa de tamanho de plantéis. Isto é bastante lógico, visto que, na primeira metade dos oitocentos carioca, a cada 4 africanos comercializados no mercado do Valongo, 3 eram homens⁹⁵.

De acordo com que está exposto na tabela 2º, o predomínio de homens é verificado em todas as faixas de plantéis escravistas, e assim percebemos a importância de sua força produtiva. É bastante lógico que os escravos do sexo masculino foram os mais importantes para o aumento das produções das unidades escravistas. Tal fenômeno ocorreu em quase todas as sociedades escravistas, pois o tráfico negreiro, um dos principais mecanismos responsáveis pela reprodução física dos plantéis escravistas, despejava uma enorme quantidade de homens nos portos de desembarque brasileiros⁹⁶. Porém, na Freguesia de São Tomé das Letras, o fato de os homens serem maioria em todas as faixas de plantéis escravistas não significa que o tráfico estava atuando sozinho na região, pois nas unidades produtivas da região as mulheres se fizeram presentes, principalmente nas grandes escravarias, onde apresentaram um percentual que se aproximou ao dos homens. Diante disso, é provável que essas cativas fossem gestoras da expressiva mão de obra masculina e das que viriam num futuro não muito distante.

Por outro lado, isso não significa que o tráfico não teve participação na reprodução do sistema escravista na região. Pelo contrário, o número de homens nos plantéis é um forte indício da atuação desse comércio de almas na Freguesia. Claramente, não colaborou sozinho, mas operou ao lado do crescimento natural que ocorria nas escravarias.

Além do mais, o próprio tráfico cooperou com essa reprodução endógena nas escravarias de São Tomé das Letras. Nas senzalas, muitos dos escravos advindos de outras regiões constituíram famílias, numerosas em filhos, contribuindo com as reproduções físicas dos plantéis escravistas. Portanto, além do tráfico negreiro e a reprodução endógena na região operarem juntos, os dois processos também se

⁹⁵ FLORENTINO, Manolo & GOES, José Riberto. *A paz da senzala*. Família escrava e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c., 1790-1850. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997, p.68-71.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 68-87.

complementavam.

Tabela nº 6

Estrutura de posse de escravo, segundo a naturalidade e idade da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870)

Faixas de Tamanhos de Plantéis	Crioulos 1-13 anos		Crioulos 14-40 anos		Crioulos +40 anos		Africano 1-13 anos		Africano 14-40 anos		Africano +40 anos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1-5	21	11,8	23	7,8	115	70,1	1	33,3	-	-	1	1,1
6-10	16	8,5	24	8,2	11	6,7	1	33,3	9	4,9	4	5,0
10-20	26	13,9	40	13,6	3	1,8	1	33,3	9	4,9	13	15,2
20-40	48	25,6	113	38,6	17	10,3	-	-	78	42,7	45	52,9
+40	76	40,2	92	31,8	18	10,9	-	-	87	47,5	22	25,8
Totais	187	100%	292	100%	164	100%	3	100%	183	100%	85	100%

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN de São João Del Rei. Inventários *post-mortem* de São Tomé das Letras (1840-1870).

Ao analisar a questão da idade, percebe-se que a maior parte desses escravos eram jovens e estavam em idade produtiva(dos 14 aos 40 anos de idade). De acordo com a tabela 3, percebe-se que crioulos e africanos em idade adulta estiveram presentes em quase todos os plantéis escravistas. Exceto nas propriedades de 1 a 5 cativos, onde não consta a presença dos “além-mares”. Apesar de os nativos serem numericamente superiores em todos os plantéis, os africanos tiveram participações significativas nas atividades produtivas da região.

João Fragoso e Manolo Florentino, analisando o perfil sexo-etário das propriedades escravistas cariocas, descobriram que os africanos representaram 2/3 dos escravos com mais de 14 anos de idade, e que as mulheres nascidas na África

alcançaram a mesma proporção entre as escravas do sexo feminino acima desta idade⁹⁷. Em Porto Feliz, entre 1798 e 1843, Roberto Guedes Ferreira constatou uma enorme presença de africanos entre os adultos e, de acordo com autor, esse contingente se deve ao peso das lavouras açucareiras⁹⁸. Em São Tomé, a expressiva presença de crioulos e africanos sobre as escravarias estava condicionada às exigências das atividades voltadas às produções agrícolas e pecuárias.

Em todas as faixas de plantéis os crioulos que tinham até 13 anos de idades superaram numericamente os africanos. Nota-se que a elevada presença desses inocentes nativos reforça a ideia de que os senhores de escravos de São Tomé – para garantir a estabilidade e a manutenção dos seus plantéis - tiveram que investir na reprodução natural do cativo.

Analisando a região de Montes Claros no século XIX, Tarcisio Botelho notou um baixo percentual de crianças cativos e um aumento de escravos crioulos adultos face aos mancipios escravos de origem africana da mesma faixa etária. Além disso, o autor visualizou na população de origem nacional um equilíbrio entre os sexos. E, com base nos dados obtidos, Botelho alega que a região de Montes Claros conviveu com a intensa reprodução natural em suas escravarias. Mais ainda, dentro de uma estratégia consciente, os senhores de escravos, através da reprodução natural, procuravam manter as suas unidades escravistas intactas, em conjunturas desfavoráveis, numa região subordinada e pouco dinâmica. Em consequência dessas artimanhas, a família escrava era norma na população de mancipios do distrito de Montes Claros⁹⁹.

Analisando a população cativa da Zona da Mata Mineira, Monica Ribeiro constatou a existência de 29,9% de crianças crioulas nos plantéis escravistas analisados. E, também, a autora não deixou de ressaltar a importância da reprodução endógena para a reposição da mão-de-obra escrava. Portanto, Monica Ribeiro não descarta o crescimento interno das unidades escravista, embora deixe clara a necessidade de importação de escravos¹⁰⁰.

⁹⁷ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo: O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840 – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁹⁸ FERREIRA, Roberto Guedes. Pardos: Trabalho, família, alianças e mobilidades social. Porto Feliz, São Paulo, c. 1798- c. 1850. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História da UFRJ, 2005, p.106.

⁹⁹ BOTELHO, T. R. . Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. População e Família, São Paulo, v. 1, n.1, p. 212-234, 1998.

¹⁰⁰ OLIVEIRA, Mônica, Ribeiro, Negócios de Família: mercado, Terra e poder na formação da cafeicultura mineira- 1780-1870. Bauru/ SP: EDUSC; Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2005.

Para o termo de Mariana, Carla Almeida assegurou, em sua amostragem de inventários, que a população cativa foi capaz de se reproduzir com a diminuição das atividades auríferas. Isso mediante o aumento do contingente de crianças nesta localidade, que subiu de 20,9% no período de 1750-1770 para 23,3% no período subsequente de 1780-1810; somado ao aumento proporcional de mulheres em idade fértil, de 25,1% para 30,5%, nos períodos respectivos¹⁰¹. Um alto índice de natalidade também foi identificado para o período do auge da mineração, observação que exige cuidados a ser relacionada diretamente a capacidade de reprodução e nível de exploração da força de trabalho.

Para compreendermos melhor esses dados, torna-se necessário analisarmos em particular o perfil de naturalidade escrava de alguns plantéis escravistas da região. Tomaremos, primeiramente, para este exame a escravaria de Antonio Joaquim Alves, casado, de 40 anos idade, profissão lavrador e pai de 8 filhos, todos solteiros, residido do fogo 46, da Fazenda da Prata. Na Lista nominativa de 1839, Antonio Joaquim Alves listou 35 escravos, sendo 16 crioulos e 19 africanos. Entre os nativos, havia 6 homens e 10 mulheres,; 10 eram crianças e 6 escravos em idade produtiva sendo três solteiros e três casados. No que se refere aos africanos, constata-se onze homens e oito mulheres, todos adultos, em idade ativa, sendo 11 casados e 8 solteiros. Em seu inventário feito no dia 29/03/1852, constava-se 28 escravos, e toda a sua fortuna foi avaliada em torno de 52:030\$114¹⁰².

Outro plantel escravista é do pardo Inácio José de San'aAna, de 40 anos de idade, casado com Ana Marcelina, não possuía filhos, residido no fogo número 78, profissão lavrador e morador da Freguesia de São Tomé das Letras. Seu Inventario foi avaliado em 67:721\$220. Inácio José, no ano de 1839, listou 42 escravos. Em sua propriedade havia 23 crioulos e 19 africanos. Entre os cativos nativos, havia 9 homens e 13 mulheres. Entre os escravos advindos do continente africano, havia 15 homens e 5 mulheres. Os escravos crioulos e africanos eram solteiros e se encontravam em idade produtiva.

No inventário¹⁰³ do pardo Inácio José Santana feito no dia 23 de dezembro de

¹⁰¹ ALMEIDA, ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Alterações nas unidades produtivas op. Cit., p.129-130.

¹⁰² Arquivado no CEMEC – CAMPANHA – MG – inventários de Lavras cx 94. Inventariados: Ana Joaquina de São José e Antonio Joaquim Alves.

¹⁰³ Além dos escravos foram arrolados em seu inventários; 25 bois de carro – 600\$000;-158 cabeças de gado vacum; 96 cabeças de cavalares; 75 porcos; 62 carneiros; canavial; Parte das terras da Fazenda da

1847, constatamos um relativo aumento de escravos em sua escravaria, pois no ano de 1839 havia 46 mancipios, quando o seu inventario foi aberto no ano de 1846 subiu para 61 cativos.

Esse aumento pode ter contado com a reprodução natural e com tráfico de escravos, pois, na escravaria de Inácio José de Santana nos anos de 1839 a 1846 ocorreram dois fenômenos, o batizado de crianças cativas e o aparecimento de novos escravos de origens africanas. Portanto, a propriedade escravista deste senhor ao longo dos anos, contou com o trafico e com o crescimento vegetativo no cativo para garantir a manutenção de sua reposição.

Tomando como base esses plantéis escravistas, nota-se que crioulos e africanos foram componentes ativos nas reposições dessas escravarias, pois verificamos que ambos os grupos encontravam-se em plena idade produtiva.

Em todos os tamanhos de plantéis analisados, os crioulos em idades produtivas foram mais presentes nas escravarias em que havia de 1 a 20 e praticamente ofuscaram a presença dos africanos. Apesar de não predominarem em todos os plantéis escravistas, não podemos desconsiderar o potencial produtivo dos além-mares, pois tiveram presenças significativas nas grandes propriedades que detinham acima de 40 escravos. Nestas unidades seus percentuais não estavam tão distantes dos referentes aos crioulos. Este comportamento demográfico confirma que os perfis de naturalidade dos mancipios estavam mais caracterizados nos plantéis de grande porte, sendo importantes para a manutenção e produção dessas unidades, e, portanto, devemos entender que ambos os segmentos contribuíram para a composição das escravarias.

Fazendo um balanço geral dos dados até aqui analisados, podemos compreender que o tráfico e a reprodução natural no cativo foram elementos que operavam juntos e se complementação para a reposição da mão de obra escrava nas fazendas escravistas. Como vimos nas tabelas apresentadas neste tópico, a quantidade de crioulos e africanos nos planteis de São Tomé não apresentou um grande desequilíbrio. Mesmo com um predomínio em números absolutos de cativos nativos população escrava da região, os além mares tiveram participações expressivas nos grupos de idade ativa. Acreditamos

Prata, na freguesia de São Tomé em comum com sócios – 3:200\$000; Casa no arraial de Três Corações do Rio Verde – 300\$000; Casa no arraial de São Tomé – 100\$000; Parte das Benfeitorias da Fazenda da Prata – 300\$000; -Esta Fazenda do Campo Formoso. 1,540 alqueires que divide a Leste com a Fazenda do Jardim e Prata e com a do Campo Belo. A Norte com as terras do rreiro. E a Sul com as do Retiro. – 33:642\$000 -Casas na Fazenda do Campo Formoso com seu engenho – 1:000\$000

que muitos dos africanos que foram recenseados na Lista Nominativa de 1839 tenham sido importados nos anos de 1820 a 1830, impulsionados pelas pressões inglesas quanto ao fim do tráfico.

1.3- As estrutura produtiva revelada pelos inventários *post-mortem*

Nesta parte do trabalho, pretendemos traçar o perfil das atividades produtivas que foram arroladas nos inventários *post-mortem* da Freguesia de São Tomé das Letras. Os inventários serão a base documental deste tópico e, sendo assim, neste capítulo, procuraremos levantar os indícios que nos fizeram acreditar que a vocação da região era mesmo uma economia diversificada, voltada para as atividades agrícola e pecuária, direcionada ao consumo e o abastecimento interno.

É certo que outras produções fizeram parte do cenário econômico da Freguesia de São Tomé das Letras, e contribuíram para o desenvolvimento das atividades que eram praticas nos planteis escravistas da região. Através de uma quantidade de detalhes possíveis, iremos apresentar através dos inventários que foram consultados, os gêneros agrícolas e pecuários que mais se destacaram e que foram mais produzidos nas propriedades escravistas de São Tomé.

Alcançando tais resultados, poderemos comparar com as mesmas produções encontradas para outras Vilas e Freguesias espalhadas pelo território brasileiro, em especial aquelas, localizadas na Comarca do Rio das Mortes do Sul de Minas Gerais, região próxima da Freguesia de São Tomé das Letras. Sendo assim, a partir do trabalho destes estudos iremos mapear a participação da Freguesia de São Tomé dentro do conjunto.

Na tabela adiante, a intenção foi de classificar os planteis escravistas por tipo de atividade produtiva. A classificação adotada permite perceber que tipo de produção era mais recorrente entre os senhores de cativos de São Tomé. Tomando como base os dados que serão analisados, um fazendeiro estaria envolvido em diversas atividades produtivas, ou seja, poderia ser dono de engenho, criar gado, produzir alimentos e, ainda, dedicar-se ao comércio.

De acordo com Kenneth Maxwell, a fazenda de Minas “*combinava o engenho de açúcar com as minas, ou esta ultima com a pecuária*”. Para exemplificar o raciocínio Maxwell cita o caso de Alvarenga Peixoto, um dos inconfidentes, que esteve envolvido nas atividades ligadas à produção de açúcar, mineração e à criação de gado¹⁰⁴.

Segundo os argumentos de Liana Reis e Carlos Guimarães,

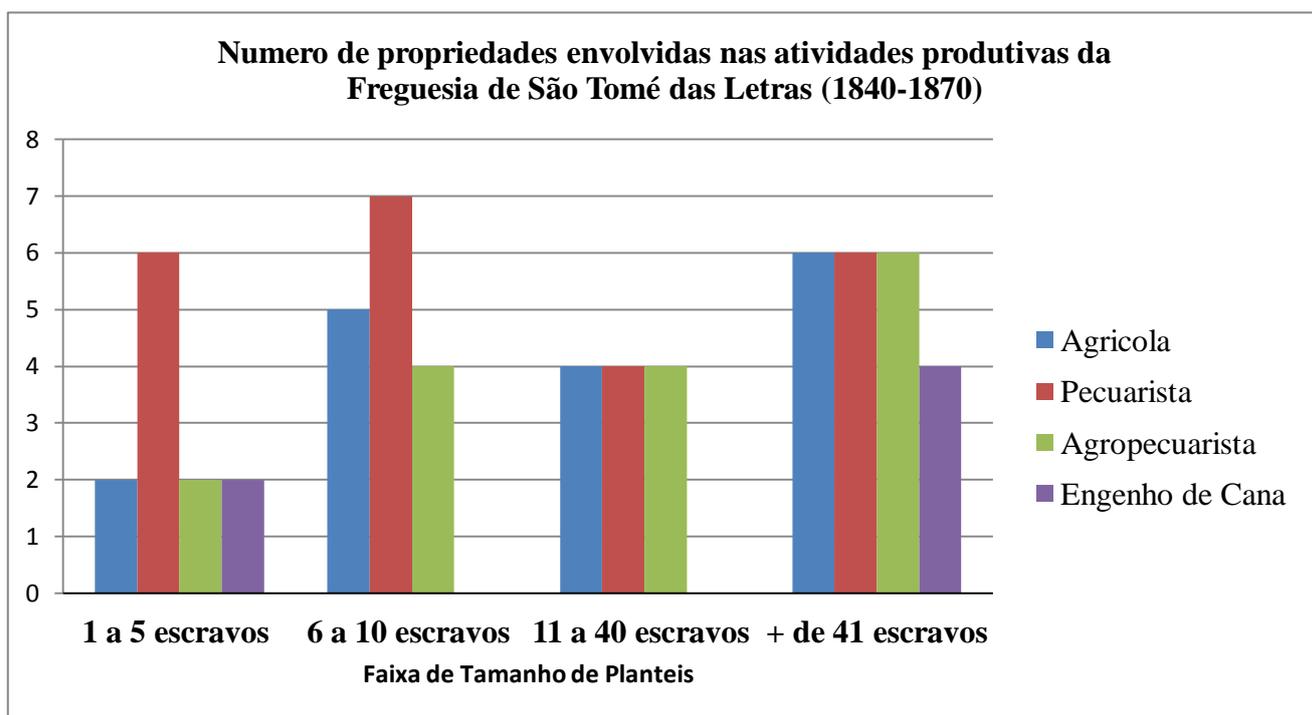
¹⁰⁴ MAXWELL, Kenneth. A devassa da devassa. Inconfidência Mineira. Brasil e Portugal (1750-1808). 2 ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1978, p.111.

[...] a agricultura mineira do século XVIII estava perfeitamente adaptada às condições de fertilidade e relevo existentes na capitania [...], [sendo que][...]junto a uma lavra podia se estabelecer uma lavoura, mesmo porque não há homogeneidade na formação do terreno na área das Minas, [o que] reflete a existência de terras agricultáveis mesmo nas áreas onde predomina um tipo de terreno não adequado à agricultura.¹⁰⁵

Para nossos dados, procuraremos analisar a quantidade de senhores de escravos que estiveram envolvidos em diversas produções de alimentos e pecuárias. A diversificação destas atividades será examinada no momento em que se discutir o que produziam os fazendeiros proprietários de cativos de São Tomé das Letras, segundo o tipo de tamanhos das suas unidades produtivas.

¹⁰⁵ GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. “Agricultura e escravidão em Minas Gerais, 1700-1750”.
Revista do Departamento de História da UFMG. Belo Horizonte, v. 1, n. 2, 1986, p. 15.

Gráfico nº1



Fonte: Inventário *Post-mortem* da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870). Escritório Técnico do IPHAM, São João Del Rei.

Um primeiro dado sobre o gráfico de nº 1 é que os senhores de escravos da Freguesia de São Tomé das Letras se dedicavam mais à criação de animais. Embora alguns inventários dos pecuaristas não apresentassem produção de alimentos no momento em que foram redigidos, alguns dos proprietários possuíam sítios, fazenda, terras de culturas e outras propriedades próximas à região de São Tomé.

Além disso, os agrícolas também apresentaram altos percentuais, pois suas propriedades escravistas foram significativas na região. Em se tratando dos senhores de escravos que eram agropecuaristas¹⁰⁶, foram também bastante representativos na Freguesia, pois seu percentual comprova que muitos deles produziam e comercializavam alimentos em seus plantéis. Em relação ao Engenho de Cana, somente

¹⁰⁶ Este padrão de classificação por categorias foi baseado nos estudos de Marcos Ferreira de Andrade acerca do termo de Campanha da Princesa. Desta forma consideramos os senhores de escravos agrícolas, como aqueles estavam envolvidos no cultivo de arroz, feijão e milho, e os pecuaristas, como na criação de gados, porcos, cavalos e ovelhas; os agropecuaristas eram as pessoas que estavam diretamente ligadas as duas atividades produtivas, ou seja, estava envolvidas com terras de cultura e campo de criar.

6 senhores de escravos, ou 8,3%, estavam envolvidos neste ramo. Destes senhores, 4 deles tinham as maiores propriedades escravistas da região, tinham produzido em suas unidades uma larga quantidade de açúcar e aguardente. Portanto, este gênero não deve ser menosprezado comparado às demais produções agrícolas e pecuárias, pois, foi este produto e seus derivados foram consumidos e comercializados na Freguesia.

No mapa de casas de negócios da Freguesia de São Tomé das Letras¹⁰⁷ elaborado no ano de 1836, constatamos que os senhores que fabricavam e produziam a aguardente, serviam e comercializavam este produto em suas propriedades. Além disto, dos 6 Engenhos que havia na Freguesia, 2 eram movidos a água e 4 com carros de boi.

Ao longo do estudo, descobrimos que a cana-de-açúcar era produzida nas grandes fazendas escravistas da Freguesia de São Tomé das Letras. Os senhores de escravos que produziam a cana contavam com uma expressiva mão de obra escrava em suas propriedades, o que contribuía para a larga produção desse gênero alimentar. A exemplo disso, temos a propriedade de Gabriel Francisco Junqueira, que tinha produzido 60 arrobas de açúcar redondo, o que originaria 25 arrobas de açúcar claro, 16 arrobas de açúcar mascavo e 70 barris de cachaça¹⁰⁸. A outra unidade escravista de grande porte que cultivava a cana-de-açúcar era a do senhor Inácio José de Sant' Ana. Em seu inventário, aberto no de 1846¹⁰⁹, descobrimos que ele era proprietário de um engenho de cana com todas as ferramentas necessárias para produzir o açúcar e a aguardente. É muito provável que nos plantéis do senhor Inácio José de Sant' Ana a fabricação deste produto tenha ocorrido em larga quantidade.

Os exemplos reforçam a ideia de que a cana-de-açúcar, mesmo sendo produzida por poucos senhores, teve importância na economia da região, pois vimos que as propriedades que cultivavam a cana produziram seus derivados em larga quantidade, o que de certa forma contribui para que esse produto fosse consumido em São Tomé e outras localidades do Sul de Mina. Portanto, todas as produções foram de extrema importância para a manutenção e funcionamento das escravarias.

Mesmo a região pesquisada apresentando uma produção de destaque, vários senhores de escravos, independentemente das dimensões dos planteis ou da quantidade de cativo ou mesmo da produção de alimentos destinadas ao abastecimento,

¹⁰⁷ Arquivo Pulico Mineiro - Mapa das Casas de Negocio de Aguardente Simples , Espiritos Importados, Fazendas Secas e Engenhos nestes Distrito de São Tomé das Letras – Ano: 1836.

¹⁰⁸ ANDRADE, Marcos Ferreira de. Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p.223.

¹⁰⁹ CEMEC – CAMPANHA – Inventario de Lavras – Ano: 1847, cx.75. Inventário: Inacio José de Sant' Ana.

desenvolviam várias atividades. Desta forma, tanto um pequeno quanto um grande proprietário escravista podia se dedicar a várias atividades, como a agricultura, pecuária ou, em pequena escala, a produção do açúcar. Do mesmo modo, poderia realizar comércios nas porteiras de suas fazendas ou se envolver no comércio de lojas e tropas¹¹⁰.

Analisando a Vila de Campanha, Marcos Ferreira de Andrade constatou que 31% dos inventários tiveram as unidades produtivas ligadas à agropecuária. As unidades que estiveram ligadas somente à produção pecuária também foram expressivas no levantamento do autor, com 45% do total¹¹¹. O dado visto por Andrade aproxima-se um pouco dos encontrados para a Freguesia de São Tomé das Letras. Nos plantéis escravistas da Freguesia, os pecuaristas atingiram um percentual de 37,7%, enquanto os agrícolas foram de 28,7%. Já os agropecuaristas apresentaram uma porcentagem de 26,2%.

Nos inventários em que eram listadas somente as atividades pecuaristas, havia indícios de produção de alimentos, pois muitos senhores declaravam ter adquirido terras de culturas em outras fazendas próximas à Freguesia de São Tomé. Além disso, vinham discriminados em seus bens vários utensílios que eram úteis para o preparo da terra, como foices, enxadas, machados, ferramentas de carpintaria, cavadeiras e alavancas. Sendo assim, ressaltamos que muitos senhores de São Tomé das Letras poderiam ser definidos como pecuaristas e agricultores, onde estariam envolvidos em diversas atividades produtivas.

Analisando as Comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes, Carla Almeida constatou que, na última Comarca, a agropecuária era uma atividade produtiva que esteve presente nas Minas Gerais desde o início do século XVIII e que se estendeu ao longo do XIX¹¹². Em se tratando do período oitocentista, os dados encontrados por Almeida assemelham-se às pesquisas realizadas por Afonso de Alencastro Graça Filho que, ao analisar a Praça de São João Del Rei, verificou que essas produções caracterizaram a dinâmica econômica da região entre 1831 a 1888¹¹³.

¹¹⁰ CHAVES, Cláudia M. G. Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.

¹¹¹ ANDRADE, Marcos Ferreira de. Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 41-42.

¹¹² ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. Homens ricos, Homens Bons: produção e hierarquia social em Minas Gerais, 1750-1822. Niteroi (RJ): UFF, 2001 (Tese de Doutorado – História)

¹¹³ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rei (1831-1888) – São Paulo: Annablume: 2002, p.111.

Examinando a Freguesia de Itajubá, Juliano Custodio Sobrinho percebeu que a maioria dos proprietários dedicava-se à produção agrícola e/ou pecuária. Dos 125 inventários consultados, somente 2 apresentaram envolvimento com o comércio urbano e em 17 processos o autor não conseguiu identificar a atividade realizada. A maioria dos proprietários (75) foi classificada como agropecuários, cerca de 60% do total¹¹⁴.

Como já havia ressaltado, essas características foram marcantes nas unidades produtivas da Freguesia de São Tomé das Letras e a iniciativa de empreender a diversificação das produções pode estar ligada a alguns fatores, tais como a forma dos senhores de garantir o sustento dos plantéis escravistas numa economia diversificada ou em um modo de ampliar a renda do proprietários para expandir o patrimônio da família.

A Fazenda da Prata, que pertenceu a Inácio José de Sant' Ana, e que após a sua morte foi deixada de Herança para sua esposa, Ana Marcelina de Figueiredo, é um claro exemplo de como as grandes propriedades estiveram ligadas a uma produção diversificada. Este senhor declarou em seu inventário¹¹⁵ um monte-mor avaliado em 67:721\$220, um patrimônio considerável para os padrões de riquezas da região. Dentre os bens arrolados, estavam 61 cativos, 25 carros de bois, 158 cabeças de gado vacum, 96 cabeças de cavalares, 75 porcos, 62 carneiros e canavial. Sua Fazenda Campo formoso era de 1,540 alqueires, que dividia a Leste com a Fazenda do Jardim e Prata e com a do Campo Belo, ao Norte com as terras do Barreiro e ao Sul com as do Retiro, era avaliada em 33:640\$000. Além disso, possuía casas na fazenda Campo Formoso, com seu engenho avaliado em 1:000\$000. Em dinheiro, possuía 661\$260 reis em notas.

Podemos perceber que as atividades agrícolas e pecuárias certamente contribuíram para o sustento e ampliação do seu patrimônio familiar. Além disso, tendo como base a quantidade de produtos e escravos arrolados em seu inventário, pode-se supor que Sant' Ana talvez tenha sido um dos elos da Freguesia com os vários mercados locais e com a praça mercantil carioca.

Além disto, encontramos produções de gêneros alimentícios e pecuários em propriedade que não contava com a mão de obra escrava. Antonio Joaquim Duarte, por exemplo, inventariado em 1847, era dono das terras de cultura no lugar denominado de Quilombo e também possuía dois e meio alqueire de terras de cultura no lugar

¹¹⁴ CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano . Produção mercantil e diversidade econômica: um desafio para o sul mineiro. Freguesia de Itajubá, 1785-1850. In: XIV Seminário sobre economia mineira. Cedeplar, 2010, Diamantina. XIV Seminário sobre economia mineira. Cedeplar, 2010.

¹¹⁵ CEMEC – Campanha – Inventários de Lavras – cx 75, Ano: 1847. Inventariado: Inácio José de Santana.

denominado Toca. Possuía terras de criar no lugar denominado Cachoeira do Morro Grande, com oito alqueires, uma morada de casa com quintal e rego d'água, na mesma Cachoeira do Morro Grande, além de possuir três éguas¹¹⁶.

Muitos outros exemplos poderiam ser citados neste momento para demonstrarmos que a agricultura e a pecuária foram à base de produção da região. Por mais que uma produção se destacasse em relação à outra, era visível que as propriedades escravistas da Freguesia de São Tomé das Letras estavam ligadas a diversas atividades produtivas. Nesse sentido, a agropecuária teve grande importância para o sustento e a comercialização da produção da Freguesia. Vejamos na tabela abaixo:

¹¹⁶ Museu Regional de São João del Rei — Inventários de Baependi — cx 14. Inventariado: Antonio Joaquim Duarte.

Gráfico n° 2

Produção agrícola e pecuária nas propriedades escravistas da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870)

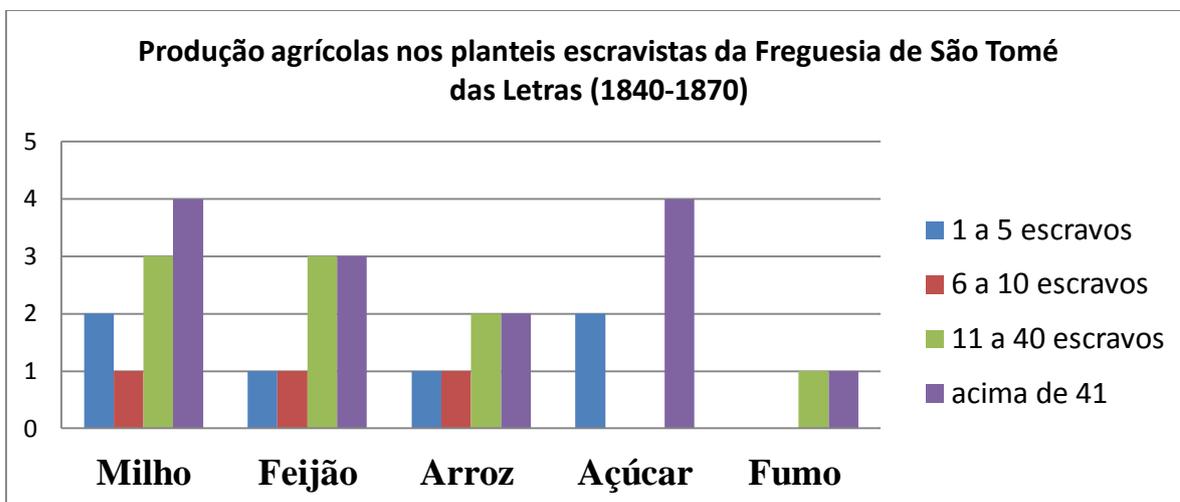
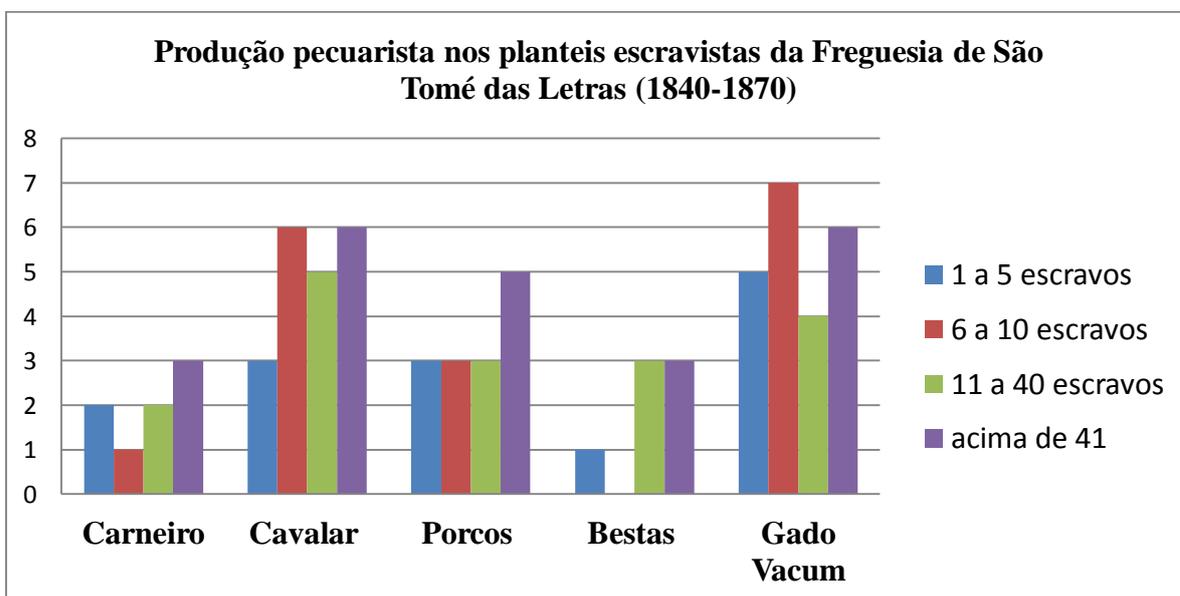


Gráfico n° 3



Fonte: Inventário *Post-mortem* da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870). Escritório Técnico do IPHAM, São João Del Rei.

Conforme podemos perceber pelo exame dos gráficos 3° e 4°, as atividades ligadas às criações de animais superaram as de plantações de alimentos. Os gêneros pecuários mais comumente encontrados nos inventários são os gados, cavalos e porcos.

Somando esses bens, eles representaram cerca de 57,6% da produção da Freguesia de São Tomé das Letras. Assim, podemos afirmar que, para o sustento da casa e a manutenção dos plantéis escravistas, as atividades pecuaristas foram mais importantes quando comparadas às agrícolas. Em outras palavras, foram as que mais contribuíram para o desenvolvimento da economia local.

Apesar de a pecuária superar agricultura, não podemos correr o risco de negligenciar as produções voltadas para os gêneros alimentares, pois, de certa maneira, tiveram grande importância na consolidação de várias fortunas na região. Um exemplo claro dessa situação é o inventariante Alferes José Martins Carvalho, morador da Fazenda Ribeirão Fortes, irmão da Ordem Terceira de São João Del Rei, senhor de 26 cativos e com monte-mor avaliado em aproximadamente 25:475\$150. Apesar de possuir uma enorme produção pecuária, os gêneros agrícolas foram bastante expressivos em seu plantel escravista. Verificamos na propriedade de Carvalho que haviam 29 alqueires de arroz, 1 soja de milho, 35 carros de bois, feijões calculados em 80 alqueires e 13 arrobas de fumo originário¹¹⁷.

Torna-se evidente que o cultivo desses alimentos, além gerar riquezas, foi essencial para integrar a sua propriedade na dinâmica de uma economia voltada para a produção de abastecimento interno. É possível que esses gêneros agrícolas e também pecuários tivessem sido utilizados no comércio de produtos que interligavam comercialmente a Freguesia de São Tomé das Letras a regiões vizinhas e as praças comerciais distantes.

No Almanak Sul Mineiro escrito por Bernardo Saturnino da Veiga no ano de 1874, São Tomé é caracterizada pelo autor como uma região onde as atividades agropastoris foram bastante significativas. De acordo com Veiga, havia grandes fazendeiros nas redondezas, responsáveis pela criação de gados e porcos, no qual comercializavam com outras localidades¹¹⁸. Havia uma linha de correio entre São Tomé das Letras e a região de Conceição do Rio Verde, de dois em dois dias. A estrada de São Tomé das letras, e de 12 léguas de distancia, esta Serranos, passando-se a serra de Cantagalo e a Serrinha a menos de 1 légua; a 5 léguas a Encruzilhada, passando-se o Ribeiro do Cantagalo aqui e o Cally a 1 légua. A cidade de Baependi são 5 léguas de distancia, 6 a Caxambu e 5 a, Três Corações do Rio Verde. Na estrada de ferro Rio e

¹¹⁷ Escritório Técnico do IPHAM, São João Del Rei. Inventário de São Tomé das Letras. – cx: 14. Inventariante: Alferes José Martins de Carvalho.

¹¹⁸ ALMANACK SUL – MINEIRO para 1874. pg. 537. Bernardo Saturnino da Veiga.

Minas a estação mais próxima de São Tomé é a Conceição do Rio Verde, que esta nas 5 léguas de distancia. Campanha da Princesa estava 9 léguas de distancia e Ouro Preto a 42 léguas¹¹⁹.

É muito provável que os gêneros agrícolas e pecuários da Freguesia de São Tomé das Letras tenham sidos escoados por estes caminhos que a interligava a região as varias localidades mencionadas acima. Ou seja, este quadro nos mostra que uma Freguesia rural e de difícil acesso (por sua localização geográfica) não teve suas atividades produtivas isoladas ou fechadas em si, pelo contrario, inseriu-se nos circuitos comerciais do Sul das Minas Gerais.

Os gêneros agrícolas direcionados para a alimentação que aparecem nos inventários são milho, arroz e feijão. A dieta básica da maioria das famílias da época constava desses três¹²⁰. O cultivo do milho é o mais citado nos inventários, e esteve presente em 10 processos, aparecendo em todas as faixas de plantéis escravistas. Contudo, vários indícios nos levam a crer que a cultura do milho era muito mais praticada do que de fato constatamos.

Em vários inventários da Freguesia de São Tomé das Letras, monjolos, moinhos, pilões e fornos eram itens frequentemente listados nos bens dos senhores de escravos, o que nos indica a relevância da produção do milho. De acordo com Ângelo Carrara, a produção desse grão foi cômoda e providencial, substituindo a mandioca para a confecção de farinhas, além de outras variações. O milho possuía uma facilidade no transporte e seu cultivo e colheita eram mais curtos do que o da mandioca. Em Minas Gerais, a farinha de mandioca não se tornou a base da alimentação dos seus habitantes, pois este produto era mais consumido e comercializado nas províncias baianas, cariocas e paulistas¹²¹.

Para a Freguesia de São Tomé das Letras, não foram encontrados registros sobre a produção de farinha de mandioca. Ao contrário desse produto, o milho na região pode ter servido de alimentação para pessoas e animais, e sua cultura poderia estar destinada a consumo interno das unidades escravistas. O milho era presença quase constante na culinária mineira e estava nas mesas das famílias em forma de pães, bolos e biscoitos. A partir do milho se produzia o fubá para fazer angu, principal tipo de alimentação consumida pelos escravos na senzala. Em relação à criação de porcos, o milho foi um

¹¹⁹ Ibidem, p. 538.

¹²⁰ FREIRO, Eduardo. *Feijão, angu e couve*: ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1982.

¹²¹ CARRARA, op. cit. p.206.

dos principais responsáveis pelo engordo dos animais¹²².

Com a chegada da Corte, a cultura do milho tendeu a se desenvolver, desempenhando um importante papel econômico nos mercados locais¹²³. As repercussões lançadas a partir da década de 1980 sobre a cultura do milho nas regiões sul mineiras refletem até nos dias de hoje¹²⁴. Conforme demonstrou Roberto Martins e mais recentemente Claudia Chaves, a exportação do milho em grãos para as províncias do Rio de Janeiro e São Paulo ocorreu em pequenas quantidades. Porém, as explicações de Robert Slenes sobre a exportação indireta desse produto sobre o lombo de porcos torna-se, ao que parece, mais adequada. De fato, o aumento do comércio de suínos com o Rio de Janeiro é consequência de o milho ter se tornado a dieta alimentar dos porcos criados na província de Minas Gerais¹²⁵.

A produção do milho na Comarca do Rio das Mortes foi tão significativa que Afonso Alencastro Graça Filho, ao estudar a estrutura produtiva de São João Del Rei, referiu-se a ela como a “civilização do milho”¹²⁶. Examinado a produção do milho na cidade de Campanha, Marcos Ferreira de Andrade verificou que esse gênero agrícola estava incluído em todas as faixas de tamanhos de plantéis da região. Nas médias propriedades, que constava de 6 a 9 cativos, o autor encontrou a maior presença da produção de milho¹²⁷.

Em termos comparativos, para a Freguesia de São Tomé das Letras o milho esteve mais presente nas grandes unidades escravistas, que possuíam acima de 40 escravos. De certa forma a comercialização e o cultivo da cultura do milho esteve concentrado nas grandes posses da Freguesia. Inventariado no ano de 1871, o Desembargador Tristão Antonio de Alvarenga, morador da Fazenda do Sobrado, possuía um plantel escravista com 48 cativos e, dentre os bens arrolados, possuía terras e casas em localidades próximas à Freguesia de São Tomé das Letras. Em seu inventário¹²⁸, seu monte-mor foi avaliado em cerca de 101:893\$181 reis. Como demonstramos no tópico

¹²² SLENES, Robert. “ Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX”. Campinas: Cadernos IFCH/UNICAMP, nº 17, jun. 1985, p.481.

¹²³ CHAVES, Claudia Maria das Graças. Melhoramento do Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822). Niterói: UFF, 2001, Tese de doutorado.

¹²⁴ CHAVES, Cladia Maria das Graças. Perfeitos Negociante:mercadores das Minas Setecentista. São Paulo, Anablume, 1999.

¹²⁵ SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. In: Cadernos IFHC Nº. 17. Campinas: IFHC – UNICAMP, 1985.

¹²⁶ GRAÇA FILHO, op.cit. Ver capítulo 3.pp.103-140.

¹²⁷ ANDRADE, Marcos Ferreira de. Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p.223.

¹²⁸ Escritório Técnico do IPHAM, São João Del Rei. Inventário de São Tomé das Letras. – cx: 14. Inventariante: Tristão Antonio de Alvarenga.

1.2 deste capítulo, Tristão Antonio de Alvarenga fazia parte de um seleto grupo de senhores de escravos que dominava quase 50% da população cativa da região. Na abertura do seu inventário, foram listados 50 carros de milho e outros gêneros agrícolas e pecuários em grande abundância. Assim como os outros grandes proprietários, o Desembargador não fugia à regra, a produção do milho em suas terras consorciava-se com outras atividades, comercializando parte da produção em outras praças, especialmente com a Corte.

Além da produção do milho ser encontrada em muitos inventários, o arroz e o feijão foram cultivados por vários fazendeiros escravistas da região. Além do milho, esses dois produtos também fazia parte da dieta alimentar dos habitantes da Freguesia de São Tomé das letras. De acordo com Ângelo Carrara, o milho era cultivado e colhido na estação das águas, entre janeiro e o fim de agosto, quando se encerravam as colheitas. O feijão era quase sempre plantado no meio das sementeiras de milho, algodão, mamona e outras semelhantes. Em relação ao arroz, este produto tinha o seu tempo de semeadura entre setembro e outubro, e o de colheita entre maio e julho. Podia ser descascado em pilões à água ou braço.¹²⁹

Analisando as listas de preços para a Camará de Vila Rica no século XVIII, Claudia Chaves afirma que o feijão e o arroz eram encontrados em pequenas quantidades nos registros. A autora nos explica que o arroz e o feijão deviam ser largamente utilizados em pequenas propriedades, dispensando o comércio de longa distância, para, assim, abastecer somente os centros urbanos mais próximos¹³⁰.

Para a Freguesia de São Tomé, arroz e feijão foram cultivos significativos entre os senhores de escravos da região. Contudo, foi interessante perceber a presença dessas culturas na produção agrícola dos nossos inventariados. Como notamos na tabela acima, esses gêneros agrícolas estiveram presentes em todas as faixas de plantéis escravistas, mas foram as grandes propriedades que mais tiveram acesso a esses produtos. Nisto é possível afirmar, que feijão e arroz eram produtos que abasteciam internamente a região e outras localidades vizinhas. Porém, notando algumas particularidades, verificamos que esses produtos foram cultivados em grandes escalas em alguns plantéis escravistas da região. Tomamos como exemplo a propriedade do Alferes José Martins de Carvalho, morador da Fazenda do Ribeirão Fortes, pai de dois filhos, casado com Maria Joaquina

¹²⁹ CARRARA, op. cit. p.215-216.

¹³⁰ CHAVES, Claudia. p.92

Alves, que declarou em seu inventário¹³¹ um patrimônio calculado em aproximadamente 25:475\$150 reis. Sua produção agrícola e pecuária esteve descrita da seguinte forma: 1 burro com cela; 2 cavalos; roças; mantimentos; 1 carro arriado; 54 ovelhas grandes e pequenas; 44 cabeças de porcos, sendo 3 gordos; 77 arrobas de toucinhos; 13 arrobas de fumo; 29 alqueires de arroz; 1 soja de milho calculada em 35 carros de boi e feijão calculado em 80 alqueires. Também, dentro dos bens arrolados, estavam 26 escravos e vários móveis e objetos de luxo. Observando os gêneros agrícolas, desse senhor de escravos, percebemos que o cultivo do arroz e feijão foi praticado em larga escala.

Diante dessa verificação, podemos sugerir que o Alferes José Martins Carvalho e outro senhor de escravo da região fizeram com que esses gêneros agrícolas tenham se tornado alvo de uma especialização comercial. Portanto, estes gêneros alimentícios foram exportados para as regiões próximas e para outras distantes praças comerciais.

Outra produção agrícola que aparece na tabela nº 2, e que foi cultivada por poucos senhores da região, é a produção de cana-de-açúcar. De acordo com a quantidade de pessoas envolvidas nessa produção, e sua ausência em algumas faixas de plantéis escravistas, não deixou de ser o forte da agricultura da região.

Examinando a produção de cana-de-açúcar no termo de Campanha, Marcos Ferreira de Andrade encontrou um expressivo número de fazendeiros dedicando-se ao cultivo desse produto. O autor ainda constatou que o gênero agrícola da cana estava consorciado a outras atividades ligadas a agropecuária, e era mais frequente nos médios e grandes plantéis escravistas.

Retomando aos dados que foram encontrados para a Freguesia de São Tomé das Letras, não podemos desqualificar a importância da produção de cana-de-açúcar na economia da região, pois, este produto e seus derivados foram consumidos ou comercializados na localidade. Não devemos esquecer que a cana desempenhou uma atividade complementar na estrutura produtiva nas produções diversificadas da Freguesia de São Tomé. Pois, como vimos esse produto era produzido pelos senhores de escravos que detinham grandes escravarias na região e, sendo assim, em suas unidades, esse gênero alimentar foi cultivado em larga quantidade. Sobre esses aspectos, os senhores contribuíram para a importância econômica da cana-de-açúcar na localidade.

¹³¹ Escritório Técnico do IPHAM, São João Del Rei. Inventário de São Tomé das Letras. – cx: 14. Inventariante: Alferes José Martins de Carvalho.

Joaquim José de Andrade teve os seus bens avaliados no ano de 1876¹³². Esse senhor e sua mulher, Dona Severina Egídia das Dores, residiam na Fazenda do Soutro, na Freguesia de São Tomé das Letras. Seu patrimônio foi avaliado em cerca de 5:530\$000, e uma boa quantia desse valor foi investida em bens de raízes e escravos. Ele possuía a fazenda onde vivia, com casa de morada, paiol, monjolo e mais benfeitorias de terrenos. Seu plantel era composto por 2 escravos e possuía vários produtos agrícolas e pecuários. No seu inventário, não localizamos descrição detalhada sobre o cultivo e a produção de cana-de-açúcar, mas havia muitas pistas para a execução de tal atividade. Na descrição dos seus bens, encontramos machados, foices e enxadas para o preparado da terra. Além disso, constatamos tachos e caldeirões, que poderiam ser utilizados no preparo da rapadura. Em seu inventário, Joaquim José de Andrade fez questão de mencionar uma parte no alambique de engenho que ficava na terra do seu irmão, Manoel José de Andrade. Podemos especular que, a partir dessas informações, o senhor Joaquim José de Andrade, poderia ter sido um dos senhores a cultivar e produzir a cultura da cana-de-açúcar.

Em relação à presença da cana-de-açúcar na região, não podemos afirmar ao certo a sua importância na produção de gêneros agrícolas nas fazendas escravistas de São Tomé. Contudo, a possibilidade de produzir rapadura ou aguardente era algo que rendia recursos significativos na propriedade de Joaquim José de Andrade, pois comercialização destes produtos e de outros que cultivados em sua unidade produtiva, afastava-lhe de possíveis crises que poderiam assolar suas produções.

Ao contrário da cana-de-açúcar, tentaremos demonstrar o impacto que as produções pecuaristas causaram na economia local da região.

¹³² Museu Regional de São João del Rei, inventario de Joaquim José de Andrade, Ano: 1876, cx:07.

Tabela nº 7

Percentual e médias de animais na Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870)

Rebanho	Nº de animais	Nº de Senhores	Média de Posse	% de animais
Bovino	742	20	37,1	41,4
Suíno	506	15	33,7	28,2
Equino	159	22	7,2	8,8
Ovino	40	1	0,40	2,2
Caprino	220	2	0,110	12,2
Bois de carro	59	9	6,5	3,2
Bestas	66	5	13,2	3,6
Total	1792	-	-	100,0

Fontes: Inventários *post-mortem* da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870). Escritório Técnico do IPHAN da cidade de São João Del Rei.

A partir dessa tabela, podem-se perceber os principais tipos de rebanhos encontrados nos inventários. A criação de gado vacum, suínos e caprinos foram as que mais se destacaram na estrutura produtiva da Freguesia de São Tomé das Letras. Como podemos observar, esses animais foram os que mais apareceram nos inventários da região - ao todo foram 57 ocorrências. Porém, em quantidade, o gado vacum superou todos os outros animais que constam na tabela nº 7. Em relação à porcentagem do total de animais, o gênero bovino teve a maior participação entre os rebanhos listados, com 41,4%.

Ao consultar os inventários de Campanha, Marcos Ferreira de Andrade constatou que a criação de gado vacum teve um crescimento significativo entre o período de 1803 e 1865, sendo também as maiores produções e fortunas adquiridas pelos fazendeiros do termo, de todos os outros rebanhos. O autor encontrou uma média de 73 cabeças de bovino por proprietário (para o primeiro subperíodo – 1803 e 1850) e de 77 cabeças (

para o segundo subperíodo – 1850 e 1865)¹³³. Carla Almeida chegou a uma média de oitenta cabeças de gado vacum para a Comarca do rio das Mortes, no período de 1780 a 1822, com base no exame de 215 inventários.¹³⁴

Consultando os inventários post-mortem da Freguesia de Itajubá do Sul de Minas Gerais, Juliano Custodio Sobrinho verificou que a criação de gados foi citada em 81 inventários, tem a atividade estado presente em todas as propriedades escravistas. O gênero bovino possui a segunda maior média de cabeças por fazendeiros, com 27,8%¹³⁵.

Examinando a região de Capivari do Rio de Janeiro, Hebe Mattos constatou que, nos anos de 1850 a 1888, a média de gado vacum para as fazendas da região foi 15,2% cabeças por fazendas e 7,2% para os sítios¹³⁶. Comparado aos dados encontrados para Freguesia de São Tomé das Letras, o gênero bovino atingiu a maior média de cabeça por proprietários com, 37,1%.

Vale ressaltar que os bois de carros aparecem listados com muita frequência nos inventários da Freguesia de São Tomé. Em 29 documentos examinados, eles apareceram 9 vezes, como uma média de 6,5 por proprietário e com uma taxa de 3,2% sobre o total de animais. Eram importantes para o funcionamento das atividades nas fazendas, ao conduzirem os carros que transportavam o roçado até o paiol, ou para mercados locais. Para as propriedades possuidoras de engenho, os bois de carro eram essenciais, servindo como força motriz que movimentava as engrenagens¹³⁷. Analisando a região de Campos dos Goytacazes, Sheila de Castro Faria, constatou que quase todos os engenhos na região eram movidos por tração animal. Somente alguns, mais sofisticados, utilizavam forças hidráulicas.¹³⁸

Manoel Joaquim Alves era casado com Dona Messias Carolina de Jesus e, com ela teve dois filhos: Antonio Joaquim Alves e Ana Joaquina de São José; todos moravam na Fazenda da Prata. No ano de 1871, ocorreu a abertura do seu inventário, no

¹³³ ANDRADE, Marcos Ferreira de. Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2008, p. 97.

¹³⁴ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Homens ricos, homens bons: produção e hierarquia social em Minas Colonial, 1750-1822. Tese de Doutorado. Niteroi: Universidade Federal Fluminense, 2001, p.132.

¹³⁵ CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. Produção mercantil e diversidade econômica: um desafio para o sul mineiro. Freguesia de Itajubá, 1785-1850.. In: XIV Seminário sobre economia mineira. Cedeplar-UFGM, 2010, Diamantina-MG. XIV Seminário sobre economia mineira. Cedeplar-UFGM, 2010.

¹³⁶ MATTOS, Hebe. Ao sul da história. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo.São Paulo: Brasiliense, 1987. p.50.

¹³⁷ PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo.São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 198-201.

¹³⁸ Sheila de Castro Faria. Colônia em movimento, p. 247-249.

qual possuía 12 bois de carros, 30 vacas com cria, 1 besta, 28 porcos, 40 carneiros, 20 alqueires de feijão e de arroz, uma roça de mantimentos com 30 carros de milho no paiol e mais 12 escravos. O monte-mor esteve avaliado em nada menos do que 17:373\$878 reis. Percebe-se que esse senhor era um grande agropecuarista e detentor de um plantel escravista de médio porte. A quantidade de bois de carros em sua unidade é algo expressivo, que certamente contribuíram nos serviços internos da fazenda ou na comercialização dos seus produtos para atender os mercados locais.

A produção pecuária bovina encontrou, tanto na capitania como na província mineira, ótimas condições climáticas, o que contribuiu para o crescimento do rebanho na região. De acordo com Caio Prado Junior, as unidades produtivas em Minas Gerais eram divididas em pastos diferentes, o que propiciava a criação de vacas e touros em cercados separados, para que, num primeiro momento, crescessem mais saudáveis até estarem prontos para procriar. O pasto mineiro também propiciava o chamado “capim gordura”, que era essencial para uma melhor dieta do gado¹³⁹.

Analisando o gado bovino para a Comarca do Rio das Mortes, Claudia Chaves também afirma a qualidade do solo e do clima mineiro para a produção do rebanho. Porém, quando o gado chegava à praça carioca, seu valor diminuía em vista de outras regiões mineiras. A autora nos esclarece que esta queda na diminuição do preço poderia ser justificada devido a distancia até a Corte, bem como também pelas variações das cobranças de direitos de entrada, já que os criadores da Comarca do Rio das Mortes eram isentos de impostos sobre os rebanhos enviados¹⁴⁰.

Outra produção pecuarista que aparece em grande escala nos inventários da Freguesia de São Tomé das Letras é a dos suínos. Um gênero pecuário que teve enorme destaque dentro do cenário sul mineiro, tanto para o abastecimento interno quanto para o externo¹⁴¹. O comércio de suínos foi amplamente utilizado no circuito centro-sul, desde o período colonial e se constituiu um dos mais importantes empreendimentos das fazendas mineiras¹⁴².

Os dados da tabela nº 3 nos mostram que a criação de porcos se tornou uma das principais atividades produtivas da região de São Tomé das Letras. Em quantidade de

¹³⁹ ANDRADE, Marcos Ferreira de. Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2008, p. 97.

¹⁴⁰ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.

¹⁴¹ LENHARO, Alcir. As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo, Símbolo, 1979.

¹⁴² PRADO JR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

animais, os suínos apresentou um percentual de proprietários que dedicavam a sua criação de 28,2%, ficavam atrás somente do gado bovino que atingiu uma porcentagem de 33,7%. Nesta análise, concluímos que a criação de gado vacum e suíno eram as produções mais relevantes para a economia de São Tomé das Letras em todo período abarcado. Os dados encontrados confirmam as análises que foram realizadas para a Comarca do Rio das Mortes, em que os dois tipos de rebanhos se tornaram as principais atividades que garantiam o sustento, crescimento e a comercialização das propriedades com ou sem cativos.

O capitão João Pinto Ribeiro era um dos proprietários da Fazenda do Rio do Peixe, na Freguesia de São Tomé das Letras, especializada na criação de animais. Seu inventário foi aberto em 7 de agosto de 1865, e teve como inventariante sua esposa, Dona Marfisa Antonio de Jesus. Deixara um patrimônio avaliado em 18:155\$020¹⁴³.

Além da fazenda, esse senhor era proprietário de muitas cabeças de porcos, sendo este rebanho o seu segundo maior investimento na fazenda, superado somente pelos escravos, que eram 17 indivíduos. Entretanto, o diferencial aparece na descrição dos animais. Ele possuía 7 bestas arriadas, 7 bois de carro, 2 novilhas, 3 cavalos, 2 vacas com cria, 2 porcos capados, 15 porcos ditos magros, 28 porcos de cria e 40 ditos porcos menores. De acordo com esses dados, o rebanho suíno na propriedade do capitão era algo bastante valorizado, tanto que esteve envolvido na comercialização com outras praças, além da província mineira, tais como a do Rio de Janeiro, seja através das remessas de toucinhos, seja através de suínos em pé.

Outro senhor de escravo que apresentava um significativo rebanho de suínos em sua propriedade era o desembargador Tristão Antonio de Alvarenga. Inventariado no ano de 1871, deixou um patrimônio avaliado em 101:893\$181 e uma expressiva criação de porcos arrolada. A criação de animais era importante e representava o terceiro maior investimento na propriedade, no qual foram avaliados em 27:394\$320. O rebanho era composto por 11 bestas, 12 burros, 16 cavalos, 60 vacas, 20 carros de boi, 43 novilhas, 50 carneiros e 91 porcos¹⁴⁴. O enorme rebanho de porcos demonstra como esses animais eram tratados para serem comercializados e atender à dieta alimentar da família e dos cativos.

A importância da unidade produtiva também pode ser constatada pelo número de

¹⁴³ Museu Regional de São João del Rei – Inventário de Baependi, cx:06 – Inventariante: Capitão João Pinto Ribeiro.

¹⁴⁴ Museu Regional de São João del Rei – Inventário de Baependi, cx:12 – Inventariante: Tristão Antonio de Alvarenga.

escravos que nela trabalhavam - nada menos do que 49. Além disso, podemos verificar que não somente a sua escravaria, mas as produções agrícolas e pecuárias em sua propriedade foram de extrema importância para o comércio da Freguesia e a ampliação do patrimônio familiar.

Desde a segunda metade do século XVIII, Minas Gerais exportava gado em larga quantidade para a província do Rio de Janeiro, e essa demanda vem a crescer ao longo do século XIX. Tomando como base os números e percentuais do gado de vacum e suíno que consta na tabela nº3, acreditamos que essas produções fizeram parte do processo de abastecimento do sul de Minas com o Rio de Janeiro. Sendo assim, a região em estudo teve forte atuação nesse circuito comercial.

Outro aspecto que confirma os gêneros voltados para o abastecimento é o número de bestas existentes nos inventários da região. Certamente muitos desses animais foram utilizados para o comércio que interligava o sul de Minas Gerais à província carioca¹⁴⁵. Esse animal representou 3,6% do total dos rebanhos da Freguesia e uma média de 13,2% de fazendeiros escravistas donos desses rebanhos. As 66 bestas que aparecem nos inventários da região estiveram concentradas em cinco fazendas. Uma escravaria de médio porte e outras quatro de grande porte. Como foi dito neste capítulo, os senhores donos de médios e grandes plantéis escravistas da região tinham em suas propriedades uma enorme produção agrícola e pecuária, que tinham forças para abastecer outras regiões. Portanto, a presença de bestas nos plantéis escravistas contribuiria nos transportes dos produtos agropecuários para outras localidades próximas ou distantes de São Tomé.

Analisando os inventários de Campanha, Marcos Ferreira de Andrade constatou que em 93% dos documentos arrolavam várias bestas. Certamente, 48% dos fazendeiros da região tinham um grande número desses animais, as quais várias foram descritas como arriadas¹⁴⁶.

Tomando novamente emprestada a escravaria do Alferes José Martins de Carvalho, este senhor possuía em sua fazenda uma enorme produção agrícola e pecuária e também 8 bestas arriadas. Nisso, esses animais foram essenciais para integrar os seus produtos aos circuitos comerciais Minas-Rio.

Na tabela nº 7, podemos observar que a criação de equinos também foi relevante.

¹⁴⁵ LENHARO, Alcir. As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo, Símbolo, 1979.

¹⁴⁶ ANDRADE, Marcos Ferreira de. Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 46.

Dos 29 inventários que foram consultados para analisar a estrutura produtiva de São Tomé, o gênero cavalari esteve presente em 22 processos e uma média de 7,2% por proprietários. Quanto à comercialização de equinos, nossos inventários não trouxeram informações relevantes, pois estavam bastante disseminados nas propriedades escravistas. Portanto, é possível acreditar que esse tipo de animal teve sua importância no momento em que foi utilizado como meio transporte pelas pessoas nas áreas rurais e urbanas. O maior criador de equinos na região foi, mais uma vez, o pardo Inácio José de Santana, que possuía em sua propriedade 96 cavalos. Entre os equinos, estavam muitos poldros e éguas com crias. As cabeças de cavalares eram o segundo maior gênero pecuário em sua propriedade, perdendo posição apenas para a produção bovina. Sobre esta considerável produção cavalari, é possível sugerir a hipótese de que, na falta de bestas, os equinos tinham uma grande utilidade para os senhores, já que serviam para transportar variadas mercadorias para outras praças comerciais.

Em suma, acreditamos que o estudo pormenorizado realizado para a estrutura produtiva da Freguesia de São Tomé das Letras tenha contribuído para que conheçamos com maior profundidade a participação da economia da região no território sul mineiro. Entretanto, pela percepção construída pela historiografia sobre o sul de Minas, e em grande parte pelos trabalhos recentes, percebemos que a criação de gado e porcos na Freguesia misturava-se a outras atividades agrícolas, com destaque para o milho. E era esse o cenário constatado para o período (1840-1870) abarcado nesta pesquisa.

Capítulo – 2

Laços de convívio: as relações matrimoniais e de compadrio entre a população livre e escrava da Freguesia de São Tomé das Letras.

Resumo do Capítulo 2º

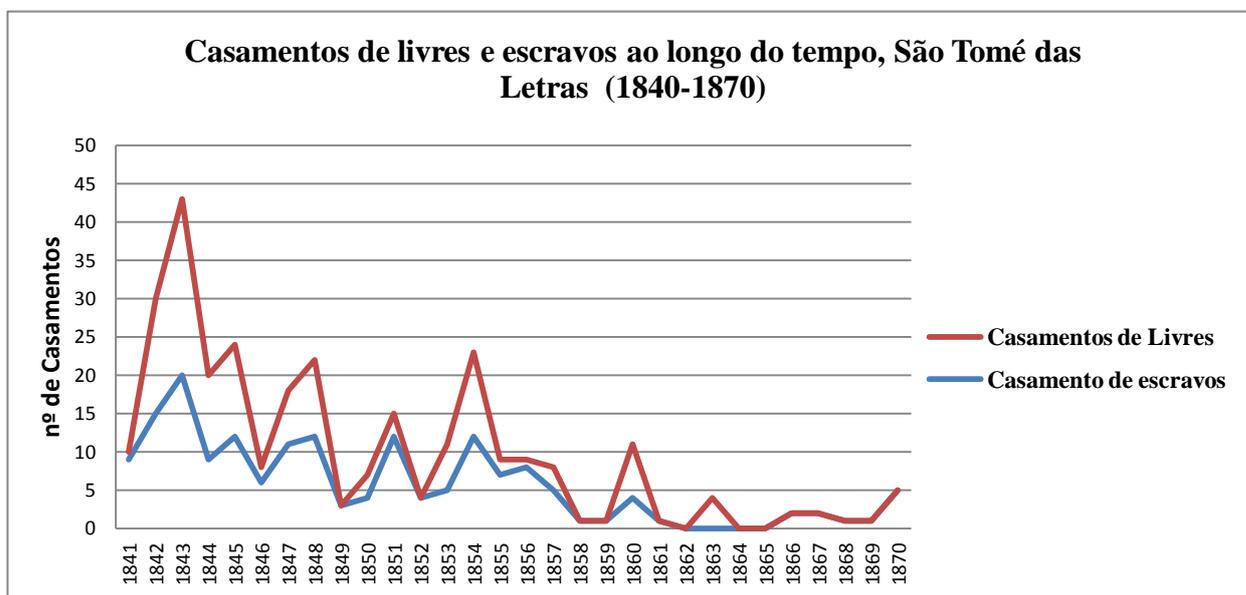
Como desenvolvido no capítulo anterior, com relação aos aspectos mais gerais da estrutura de posse escrava da Freguesia de São Tomé das Letras e das características demográficas da população cativa, voltamos à atenção para alguns dados mais específicos da população escrava local. Por isto, nesta parte do trabalho avaliaremos a partir dos dados referentes aos registros de casamentos e batismos as relações matrimoniais e de compadrio entre pessoas livres e cativas da região. Além disto, iremos realizar uma análise comparativa do perfil familiar dos escravos e livres. O objetivo deste exame é perceber semelhanças e diferenças sobre a constituição destes laços familiares.

A partir desses dados, foi possível avaliar o número de casamentos realizados na Freguesia de São Tomé das letras desde o primeiro registro, que foi elaborado no dia 1 de janeiro de 1840. Também a origem dos noivos faz parte dos estudos, a fim de percebermos qual a estratégia usada pelos escravos ou proprietários para os arranjos matrimoniais. Na segunda seção deste capítulo, com base nos registros de batismos de escravos, mostraremos as condições jurídicas dos padrinhos dos batizando cativos e a importância destes protetores espirituais na vida dos inocentes mancipios. As relações de compadrio revelam situações interessantes, pois mostram certas estratégias peculiares à localidade, como, por exemplo, o expressivo número de pessoas livres e escravas apadrinhando os cativos, estas oscilações significava que os pais destas crianças estavam ciente que eram preciso manter laços com estes dois mundos distintos, pois o rompimento com alguma destas realidades poderia lhe causar grandes males.

2.1- As relações matrimoniais entre livres e escravos

É possível ainda, com o uso dos registros de casamentos, ter uma noção da dinâmica das organizações familiares de uma determinada localidade. Tomando a condição jurídica dos nubentes, podemos verificar a variação no tempo do número de matrimônios que eram contraídos por pessoas de distintas condições sociais. Com isto, iremos observar alguns aspectos demográficos do perfil familiar da população livre e escrava da freguesia de São Tomé das Letras.

GRAFICO 4º



Fonte: Livro de registro de casamentos da Freguesia de São Tomé das Letras. Cúria Diocesana de Campanha (1840-1870).

O resultado do gráfico nº4 demonstra que as pessoas livres casou-se mais que os cativos, pratica comum em quase todas as regiões do país¹⁴⁷. Porém, o número de

¹⁴⁷ FREIRE, Jonis. "Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG) (1838-888)". In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu: ABEP, 2004. http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_543.pdf; KÜHN, Fábio. Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII. Niterói: Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2006. [tese de doutoramento]; BRÜGGER, Sílvia. Minas Patriarcal: Família e sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Anablume, 2007. FARINATTI, Luís Augusto. Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: Editora da UFSM, 2010a. HAMEISTER, Martha. Para Dar Calor à Nova Povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1863). Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS-PPGH, 2006, (Tese de Doutorado). RIOS, Ana Maria Lugão. "Família e Transição: Famílias Negras em Paraíba do Sul,

matrimônios contraídos pelos os escravos não era algo tão distante dos encontrados para os indivíduos livres. Dentro do recorte de pesquisa proposto, ao todo foram realizadas 299 uniões formais na região entre as décadas de 1840 a 1870, sendo que 176 (58,8%) foram realizados por livres e 123 (41,8%) por escravos.

A quantidade de matrimônios entre os escravos é um indicio de que os cativos empenhavam para formalizarem as suas uniões, somado a isto, havia um incentivo senhorial na formação destes laços familiares¹⁴⁸. Além disto, entre as décadas de 1840 a 1870 a Freguesia de São Tomé das Letras passou por período de crescimento populacional, que de alguma forma tenha contribuído para o aumento do numero destes enlances.

Examinando a lista nominativa de 1839¹⁴⁹ com o quadro geral da população da Freguesia de São Tomé das Letras de 1872, constatamos que o numero de habitantes na região quase triplicou. No ano de 1839 havia 1314 indivíduos na região, e em 1872 chegou a ter 3902 habitantes. Com relação à população escrava, no ano de 1839 havia 606 indivíduos, para o ano de 1872¹⁵⁰ estes cativos eram 1554, ou seja, em percentuais houve um crescimento de 156%, um aumento real de 948 escravos.

No ano de 1872 havia 1405 nubentes, deste total os escravos apresentaram um numero de 686 (48,8%) uniões formalizadas, ou seja, quase a metade do numero de enlances contraídos na região. Os livres neste somatório perfaziam 719 (51,2%) casais. Tomando como base estes censo populacional e os registros de casamentos consultados, podemos mais uma vez cogitar que os casamentos entre os indivíduos presos ao cativeiro não se distanciava do numero de uniões que foram formalizadas por pessoas livres. Além disto, estas pessoas que foram classificadas pelo censo de 1872 como livres, provavelmente eram indivíduos de vários segmentos sociais. Muitos deles eram senhores de escravos, agregados, forros, libertos e livres pobres com ascendência escrava.

Estas fontes tornam-se fundamentais, para entender o índice de uniões legitimadas pela Igreja e pelos senhores sobre as relações matrimoniais entre os cativos no período. São dados que demonstram a importância das famílias escravas na região,

1872-1920". Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1990. (Dissertação de Mestrado em História). SLENES, Robert W. Na Senzala, Uma Flor: As Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

¹⁴⁸ FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. A Paz das Senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

¹⁴⁹ Arquivo Publico Mineiro: Lista nominativa da Freguesia de São Tomé das Letras de 1839.

¹⁵⁰ Mapa de população da Paróquia de São Tomé das Letras de 1872.

pois, esses 123¹⁵¹ casais que consumaram suas uniões legítimas pela igreja, constituem um número não desprezível se levarmos em consideração as dificuldades de escravos, forros e mesmo livres pobres para arcar com os altos custos estipulados para a obtenção da bênção nupcial.

Dando continuidade às análises do gráfico 6º, o maior número de uniões entre os cativos ocorreu entre as décadas de 1840 a 1850, este período foi um marco divisor entre a última década de vigência do tráfico negreiro, bem como o fim deste comércio.¹⁵² Entretanto, na década de seguinte (1860), mais especificamente no ano de 1863 em diante, os casamentos entre os cativos na Freguesia de São Tomé das Letras deixaram de ser registrados, os cativos só foram formalizar os seus laços entre os anos de 1887 e 1888, “momento em que se encerrava a escravidão brasileira”.

Já o viajante J.J Von Tschudi, em visita a Cantagalo em 1861, assinalou a baixa proporção de escravos casados naquele município. “*É muito raro haver entre os negros casamentos celebrados na Igreja, mas o fazendeiro permite que os pares, que se unem segunda oportunidade ou sorte vivem juntos numa união que raras vezes há de perdurar a vida inteira*”. O viajante acrescenta que, “os fazendeiros de Cantagalo (e de outras localidades) desistiram de mandar os seus escravos pelo religioso, em vista das experiências obtidas levar os seus cativos”¹⁵³.

Analisando a região de Resende do Alto Paraíba Fluminense, José de Azevedo Carneiro Maia notou que entre 1858 a 1862 havia em média 14 casamentos por ano entre os escravos, o número caiu drasticamente para 1 em 1863, raramente ultrapassa 5 nos anos subsequentes e mostra uma média anual de 3 para 1863-1868 e 1874-1885¹⁵⁴.

Sheila de Castro Faria oferece algumas hipóteses para a queda desses índices no Rio de Janeiro ao longo do século XIX. De um lado, a crescente presença do nível local da igreja, instância que se opunha à separação de casais e de pais e filhos, poder ter

¹⁵¹ Estas 123 uniões formalizadas entre os cativos eram o número mínimo, pois haviam outros laços familiares entre os cativos que não registros na igreja e ficaram ao âmbito da casa senhorial.

¹⁵² KARASCH, Mary. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). São Paulo: Companhia das Letras, 2000. LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. Evolução da sociedade e economia escravistas de São Paulo, de 1750 a 1850. São Paulo: Editora da USP, 2005. MATTOS, Hebe M. Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. SLENES, Robert W. Na Senzala, Uma Flor: As Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999. FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. A Paz das Senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

¹⁵³ TSCHUDI, Johann J. Von. Viagens às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, Tradução de Eduardo de Lima Castro, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/ Edusp, 1980, p. 57-58.

¹⁵⁴ MAIA, João de Azevedo Carneiro. Do Descobrimento Do Campo Alegre À Criação Da Vila De Resende. [S.Ed], 1886.

desincentivado os senhores a formalizarem o casamento entre seus escravos. Por outro lado, o enorme afluxo de africanos na primeira metade do século XIX, junto com o crescimento das posses na agroindústria do açúcar e a criação de senzalas separadas da casa grande, teria africanizado o conjunto de cativos, tornando-os menos interessados no rito cristão do casamento¹⁵⁵. A primeira vista, ambas as hipóteses são plausíveis; mas seu confronto com o caso da Freguesia de São Tomé das Letras, onde os escravos não passaram pelos mesmos desafios e mudanças os dados se diferem.

Em pesquisa sobre a Fronteira Oeste, do Rio Grande do Sul, Silmei Petiz analisou os casamentos de escravos ocorridos em quatro freguesias entre 1755 e 1835. São elas: Encruzilhada, Caçapava, Cachoeira e Rio Pardo. A última, e também a que mais nos interessa, concentrou 63,4 das uniões, nas quais pelo menos um nubente é escravo ou forro. O autor explica esse fato pela antiguidade da freguesia e pela superioridade do território e da população abrangida por ela¹⁵⁶.

Em se tratando da localidade em estudo, esta enorme lacuna (entre 1863 a 1888) demonstra que o mercado matrimonial de cativos na região estava passando por momento de interrupção temporária, pois, vimos que nas décadas anteriores este mercado estava em pleno aquecimento, onde o número de casamentos entre cativos esteve muito próximo da frequência de uniões entre os livres.

Podemos imaginar que a suspensão periódica destes laços matrimoniais pode estar relacionada a um processo de acomodação destas relações, pois, o alto número de uniões formais que ocorreram nas décadas anteriores, talvez tenha desaquecido o mercado matrimonial de noivos (as) cativos.

Através dos inventários que foram elaborados na década de 1860, constatamos que as maiorias destes cativos já tinham contraído os seus matrimônios nas décadas de 1840 e 1850, sendo assim, na década subsequente encontravam-se acomodados em suas famílias amenizando as cobranças que recaíam sobre seus senhores na responsabilidade de promover o casamento cristão entre seus cativos.

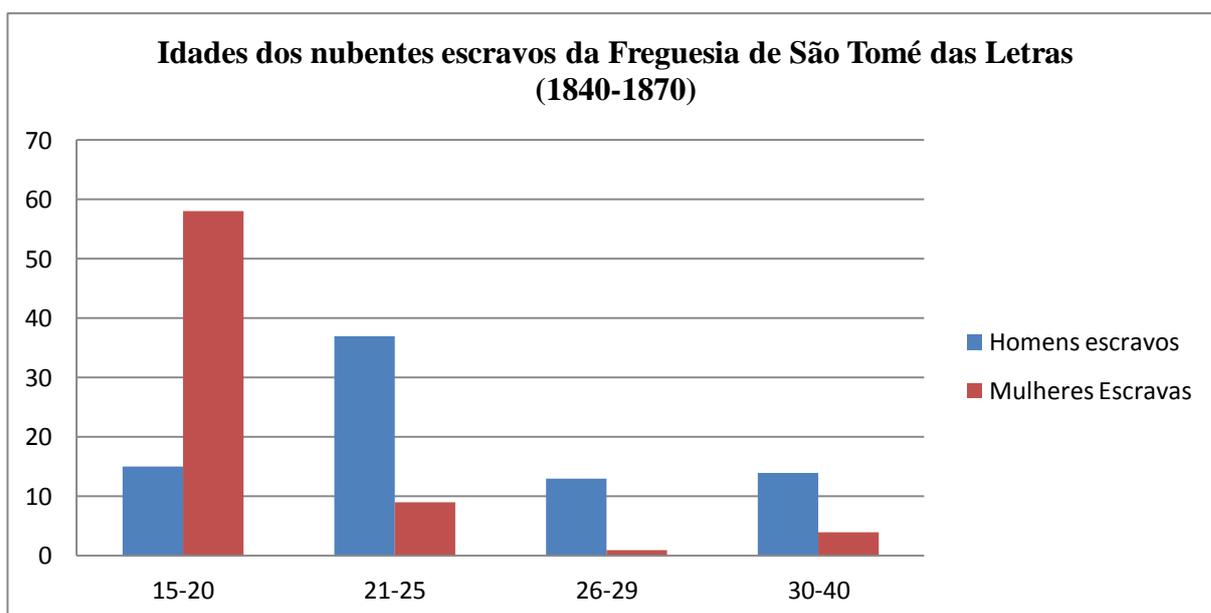
Vimos até aqui, o matrimônio formal entre os cativos eram uma prática muito comum, haja vista os próprios dados referentes ao quadro populacional da Freguesia de São Tomé das Letras de 1872 e aos assentos de casamentos da região que apresenta

¹⁵⁵ FÁRIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹⁵⁶ SILMEI DE SANT'ANA PETIZ. Considerações sobre a família escrava da Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835). III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Florianópolis/SC, 2007. 12p. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/59.59.pdf>. Acesso em: 20/03/2011, p. 3.

taxas elevadíssimas de matrimônios entre os mancipios, principalmente nas décadas de 1840 a 1850. Na década de 1860 o percentual de casados teve um declínio, ou seja, não conseguiram acompanhar o avanço de matrimônio de pessoas livres que foram sendo realizados até o fim do recorte cronológico desta pesquisa. Tudo isto, também repercutiu sobre o perfil etário dos nubentes cativos da freguesia de São Tomé das Letras.

GRAFICO 5°



Fonte: Livro de registro de casamentos da Freguesia de São Tomé das Letras. Cúria Diocesana de Campanha (1840-1870).

O primeiro dado que nos chama atenção é a altíssima coluna de nubentes escravas em idade adulta. Na faixa etária de 15 a 20 anos elas praticamente ofuscaram a presença masculina nas uniões matrimoniais. Nos assentos de casamentos da região, constatamos 84 noivas escravas que tiveram suas idades reveladas, sendo que 57 delas tinham de 15 a 20 anos, atingindo um percentual 75% do total.

Estas jovens cativas uniram-se mais aos homens que estavam acima de suas idades, a maioria delas casou-se com escravos que tinham de 21 a 30 anos de idade, nesta faixa etária foram realizadas 43 uniões. Somente 16 delas contraíram matrimônio com rapazes cativos de 18 a 19 anos de idade e cinco delas com mancipios de 30 a 40 anos.

Nas três faixas etárias subsequentes, as nubentes escravas que se encontrava entre 20 a 40 anos de idade, foram superadas numericamente pelos homens cativos. Pois, havia contraído somente 21 uniões maritais. Os homens escravos que se encontravam nesta idade tinham recebidos 76 bençãos nupcias, ou seja, quase quadruplicou o numero de vezes em que as mancipias destas idades compareceram ao altar.

Com relação às faixas etárias dos homens escravos que se encontravam entre 15 a 20 anos, estes contraíram somente 17 matrimônio, sendo que seis uniões foram com mulheres escravas mais velhas e as outras com mancipias mais novas.

A nubente com a idade mais avançada a contrair um matrimônio, foi Rita Crioula, solteira de 40 anos que se uniu a João africano de 18 anos. Provavelmente o noivo teria sido um daqueles, recém-chegados que necessitava de constituir novos laços familiares com uma pessoa mais experiente e melhor adaptada aos códigos morais e culturais do cativo¹⁵⁷. Pois, ambos os noivos viviam num grande plantel escravista da região, e devido às complexas relações sociais do cativo, este escravo recém-chegado necessitaria de uma pessoa que lhe integrasse e interagisse aos valores da comunidade escrava local.

Os nubentes cativos que tinham de 20 a 40 anos de idade contraíram em media 57 matrimônios, uniram-se a 42 cativas que tinham de 15 a 20 anos. Observando melhor o gráfico nº 5, nota-se que as mulheres escravas mais jovens uniram em maior número aos cativos com idades mais avançadas, e os mancipios mais velhos contraíram mais os seus matrimônios com mancipias mais jovens.

Parece que em São Tomé das Letras as mulheres cativas estavam se casando em idades baixas, fortalecendo a hipótese que mancipias seriam as responsáveis pela duração a longo prazo das famílias escravas, pois os nubentes com idades mais avançadas não poderiam por muito tempo, acompanhar todo o crescimento de suas proles.

Como demonstramos acima as mulheres casadas que tinham de 15 a 20 anos de idade tinham contraído em media 63 matrimônios, superaram todas as faixas etárias apresentadas no gráfico nº 2. Em outras palavras foram as que mais tiveram acessos ao mercado matrimonial cativo na região. Esses dados diferem um pouco dos encontrados por Florentino e Goés, embora lancem explicações diferentes para o mesmo fenômeno.

¹⁵⁷ SLENES, Robert. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava no sudeste do Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

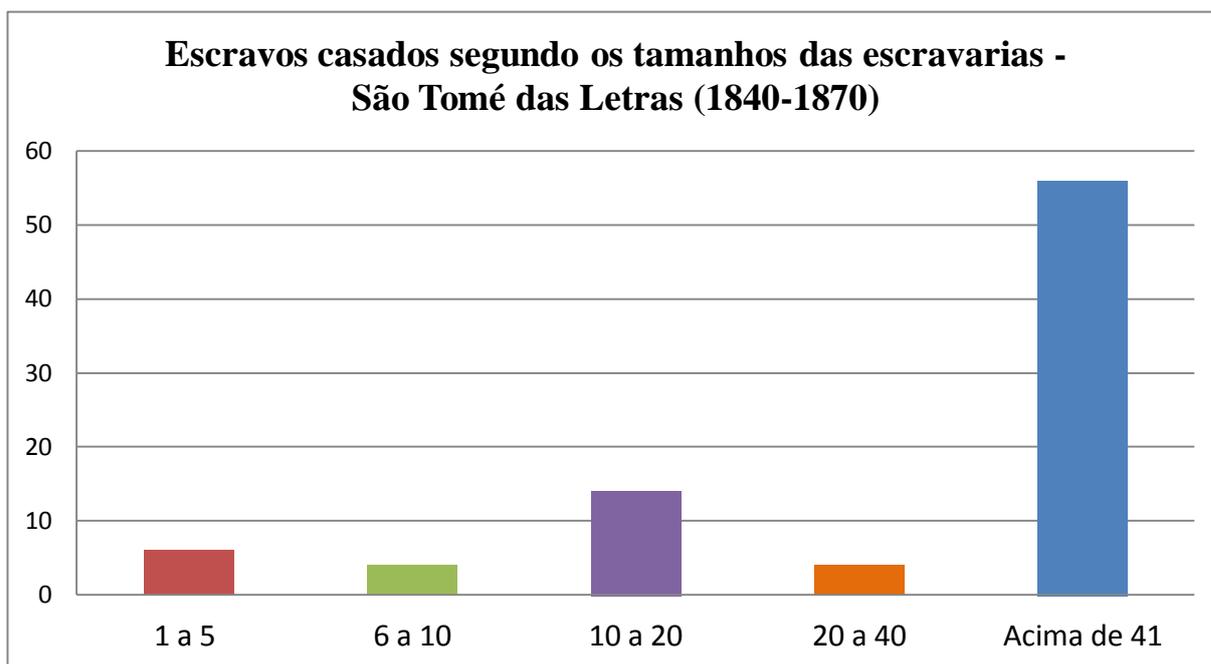
Para estes autores a “norma” da senzala, era os escravos mais velhos tinham precedência nas escolhas de seus conjugues¹⁵⁸. Porém, em São Tomé ocorreram dois tipo de fenômeno, as mulheres escravas mais jovens e os homens escravos mais velhos tiveram enormes vantagens no mercado matrimonial da região. Ambos usaram de estratégias para constituir os seus laços familiares. Em relação aos mancipios do sexo masculino, procuravam noivas mais jovens que cuidaria de suas até atingirem a idade adulta, pois com idade avançada, talvez não conseguisse acompanhar todo crescimentos de seus filhos. Além disto, muitos cativos preocupavam-se com a existência dos seus laços familiares ao longo tempo. No que concerne, as jovens nubentes escravas, escolheram os cativos mais velhos para usufruir das benesses que esses mancipios teriam acumulado ao longo da vida.

O conhecimento sobre a distribuição dos nubentes cativos (as) por faixas etária nos planteis escravista é algo importante para compreendermos, como a família escrava se organizava na região. Por isto, elaboramos um gráfico e uma tabela que pode nos auxiliar sobre a conformação dos laços familiares entre os escravos.

A análise dos casamentos entre os cativos da Freguesia de São Tomé das Letras demonstra que o aumento do tamanho das propriedades é diretamente proporcional aos dos escravos casados de ambos os sexos, quando maior o numero de escravos num planteis, maiores serão as oportunidades dos mancipios contraírem as suas uniões matrimoniais.

¹⁵⁸ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GRAFICO n ° 6



Fonte: Livro de registro de casamentos da Freguesia de São Tomé das Letras. Cúria Diocesana de Campanha (1840-1870).

Este gráfico nos mostra que o casamento entre os cativos é algo que pode caracterizar a dimensão de uma propriedade escravista. Nota-se que as relações maritais entre os escravos estavam mais concentradas nos grandes planteis escravista, haja vista, que 46,3% dos mancipios casados pertenciam às propriedades que possuíam acima de 41 escravos. Quem tinha menos de 40 cativos, o número de casamentos não ultrapassou 15 uniões.

De modo geral, o tamanho das posses escravas foi uma variável que influenciou sobremaneira nas possibilidades de um casamento formal entre os cativos. Este aspecto foi abordado por Slenes, que buscou entender a variação nos padrões de casamentos (religioso), por tamanho da posse ou fogos na cidade de Campinas e em outras regiões¹⁵⁹.

Segundo este autor, quando maior a propriedade, maiores eram as chances dos escravos encontrar parceiros (as) para o casamento, tendo em vista que o conjunto de homens adultos e solteiros era proporcionalmente maior, algo que foi notado em nossa

¹⁵⁹ SLENES, Robert W. Na Senzala, Uma Flor: As Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

região. Afinal de contas, é preciso lembrar que tanto os estudos demográficos quando os nossos exames, demonstra que o grande desequilíbrio numérico entre homens e mulheres presos não era um empecilho para a possibilidade de um casamento¹⁶⁰. Pois, na Freguesia de São Tomé das Letras as uniões maritais entre os cativos foram muito representativas, em termos numéricos, não esteve tão distante das quantidades de casamentos contraídos pela população livre da localidade. Sobre esta comparação, o matrimônio escravo foi algo bastante reconhecido e naturalizado pela igreja e pelos senhores da região.

Os escravos que vivam nas pequenas posses de São Tomé das Letras, com poucos cativos, tiveram maiores dificuldades para encontrar nubentes, uma vez que além de estarem vedadas as uniões formais com escravos de outras posses, estes cativos possuíam reduzidas opções entre seus colegas de propriedade.

Nas grandes posses da região ocorreu um movimento contrario, nestas propriedades os escravos podiam contar com um conjunto de possibilidade relativamente grande, no momento da escolha de um parceiro (a) para o matrimônio. Isto não culminou numa promiscuidade generalizada, como aquela sugerida por Roger Bastide, na qual as escravas dormiriam “ao acaso de seus caprichos, ora com um macho, ora com outro”¹⁶¹.

Quando falamos em casamentos escravos, não podemos ter em mente apenas a união formal consagrada pela igreja. As uniões tidas “informais”, de certo modo, precedeu alguns matrimônios que foram oficializados pelos escravos¹⁶². Isto porque, na região que estudamos, era pratica comum, ao menos entre os proprietários do século XIX, esperar a formação de turmas de casais para só levá-los à Igreja¹⁶³. Das 123 uniões entre os cativos, houve 27 casamentos coletivos. Além disto, boa parte destes casais quando formalizavam as suas uniões, já possuíam um ou mais filhos, que foram

¹⁶⁰ GÓES, José Roberto Pinto de. O Cativo Imperfeito: Um Estudo Sobre a Escravidão No Rio De Janeiro Da Primeira Metade Do Século Xix. Vitória: Lineart, 1993. GÓES, José Roberto Pinto de & FLORENTINO, Manolo. A Paz Das Senzalas - Famílias Escravas E Tráfico Atlântico, Rio De Janeiro, C.1790 - C.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. SLENES, Robert W. Na Senzala Uma Flor: Esperanças E Recordações Da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século Xix),. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹⁶¹ Roger Bastide, *As Religiões africanas...*, (1971), p.89.

¹⁶² . GÓES, José Roberto Pinto de & FLORENTINO, Manolo. A Paz Das Senzalas - Famílias Escravas E Tráfico Atlântico, Rio De Janeiro, C.1790 - C.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

¹⁶³ Robert W. Slenes, “A formação da Família escrava nas regiões de grande lavoura”, in: *População e Família*, São Paulo, vol. 1, n°1, p.9-82, jan./jun. 1998. Na página 42, o autor afirma que: “Os grandes fazendeiros comumente esperavam até ter uma “safra” de batismos e casamentos para serem celebrados todos juntos: uma maneira de tornar o uso do tempo mais eficiente, mas também (se suspeita) de impressionar a escravatura com o clima de festa que a resultante „romaria” à Igreja implicava”.

batizados como fruto de uniões ilegítima ou natural.

O cruzamento dos assentos matrimoniais com os dos batismos nos permite apreender as relações consensuais, que com o tempo transformaram em uniões formais. Realizando um intercruzamento destas duas fontes, descobrimos que 13 casais escravos já se encontravam vivendo juntos antes da oficialização de seus matrimônios, além disto, já tinham tido filhos que foram apadrinhados por pessoas livres e escravas na região. Por outro lado, constatamos 39 casais de escravos que oficializaram as suas uniões e depois ampliaram a suas famílias com chegada de novos filhos. De forma geral, casamentos e uniões consensuais eram, portanto, duas fases de um mesmo relacionamento, para boa parte dos cativos que conseguiram construir estes laços familiares nas fazendas de São Tomé, no século XIX. Assim podemos dizer que os casamentos formalizados na igreja teve uma fase consensual que os precedeu, e que podia variar de alguns meses e vários anos.

2.3 As escolhas matrimoniais entre crioulos e africanos

Como qualquer casamento pressupõe sempre uma estratégia, para além dos limites impostos pela demografia e pela vontade senhorial, devem-se levar em consideração as predileções dos cativos. Refiro-se a fortíssima tendência aos padrões matrimoniais endogamicos e exogamicas escolhidos pelos escravos. Ou seja, havia espaço para escolhas, o que significa dizer que as preferências e restrições por parte dos mancipios também tinham sua parcela de responsabilidade na produção das relações endogamicas e da exogamicas ¹⁶⁴.

Com base nestas questões, faremos uma análise sobre as relações matrimoniais de crioulos e africanos pertencentes a vários planteis escravista da Freguesia de São Tomé das Letras. O objetivo é perceber se há variações no que diz respeito à escolha do cônjuge, principalmente observada sob o prisma da naturalidade que poderia ensejar possibilidades de aliança diferenciadas.

O fato de não contarmos com designações menos genéricas do termo africano, não nos permitiu inferir acerca das escolhas no tocante ao casamento endogamia ou exogamico por etnias. Tanto sequência, foram contraídos 123 matrimônios pelos cativos na região entre os anos de 1840 a 1870. Para estes casais de cativos, foram mencionadas 81 referências as suas naturalidades. Os homens africanos e as mulheres crioulas eram a maioria, respectivamente, 41 e 58, seguidos por 40 crioulos e 23 africanas. Abaixo segue um quadro das relações maritais entre estes mancipios de distintas naturalidades

¹⁶⁴ Sobre a forte tendência para a endogamia entre os escravos em regiões e períodos distintos, cf. FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. A paz das senzalas..., p. 147-152 e GUEDES, Roberto. Egressos do cativeiro...,p. 159-170.

Tabela nº 8

**Uniões matrimoniais entre os cativos por etnias na Freguesia de
São Tomé das Letras (1840-1863)**

Crioulos x Crioulas	Crioulos X Africanas	Africanos x Africanas	Africanos x Crioulas	Total
35	5	17	24	81
43,2%	6,1%	21%	29,7%	100%

Fonte; Arquivo da Cúria de Diocesana de Campanha. Registros paroquiais de casamento da Freguesia de São Tomé das letras 1840-1870.

De acordo com que esta exposta na tabela nº 10, podemos notar que as relações matrimoniais endogâmias era algo significativo nas vidas dos cativos nascidos em terras brasileiras. Principalmente para os homens nativos que casaram-se com mulheres da mesma origem. Nota-se que se uniram a pouquíssimas nubentes vindas do outro lado do atlântico, nisto apresentaram um o maior padrão de endogamia entre os escravos que tiveram suas uniões legitimadas pela igreja.

Provavelmente a maioria destes nubentes crioulos não queria correr o risco de se envolver com pessoas que ainda precisavam se adaptar aos novos códigos culturais e morais da região, pessoas que talvez, não contribuiria para ajuda-los a enfrentar as hostilidades da vida em cativo. Portanto, em consequência desta política interna na senzala, a maioria das mancipais africanas teve que se unir mais aos cônjuges da mesma procedência.

Verificamos que houve cinco uniões (6,1%) entre homens crioulos e mulheres africanas. Os motivos destas uniões consistem no fato de estes cativos de procedência distintos encontrarem-se resididos em pequenas posses. Possivelmente, tanto os cativos nascidos no Brasil quando as africanas viam-se obrigados a unir-se entre si, por conta da limitação do raio de escolha que estava circunscrito a uma pequena propriedade. Como eram impedidos de contrair matrimônios com escravas de outras propriedades os crioulos tinham poucos opções comparado aos outros que cativos que viviam em planteis escravista maiores.

Enquanto as mulheres crioulas, estas se uniram mais aos cativos da mesma origem, mas não podemos desconsiderar que uma parcela significativa destas escravas envolveu-se com vários escravos oriundos do continente africano. E sobre estas uniões faça-se uma pergunta, por que as nativas casaram-se com os africanos? Diante desta indagação, iremos analisar os motivos que levaram as crioulas a se unirem aos alémmares.

Rômulo Andrade, em seu estudo sobre Juiz de Fora do século XIX, encontrou uma exogamia praticada em maior número por homens africanos casados com mulheres crioulas. Segundo o historiador, o que ocorreu não foi uma preferência por parte dos cativos, a demografia desequilibrada da *plantation* desfavoreceu o africano, que não encontrou dentro das posses um possível cônjuge da mesma origem. O pesquisador demonstrou ainda que os africanos tinham idade mais avançada que as crioulas, “praticamente todas já casadas (com os grupos, em quase sua totalidade) ou enviuvadas”. Outra observação feita por Andrade para explicar os casamentos entre escravos de origem diferente esta nas limitações impostas pelo sistema escravista, que levava africanos e crioulos “a recorrer às ‘sobras’ do sexo”¹⁶⁵.

Retomando aos dados que foram encontrados na Freguesia de São Tomé das Letras, verificamos que no 1º capítulo, o desequilíbrio sexual nos planteis escravistas da região não eram algo tão acentuado, quantidade de homens e mulheres cativas nestas posses apresentou percentuais muito próximos. Na população escrava da região, os homens demonstraram uma porcentagem de 57,1% e as mulheres de 42,9%. Em termo de uniões maritais, havia quase uma mulher para cada homem.

No que diz respeito à idade dos nubentes de procedências distintas, verificamos que a maioria dos africanos eram mais velhos do que as crioulas, somente três alémmares uniram-se as nativas mais velhas. Em média, os escravos vindos da África, eram 8 anos mais velhos do que as cativas nascidas no Brasil. Constatamos que a média de idade dos cônjuges africanos variava em torno de 26,4 e para suas nativas esposas girava em torno 18,3. A idade avançada destes nubentes africanos pode ser um dos fatores que pesaram sobre as escolhas das nubentes crioulas. Observando as lista de matriculas de escravos que se encontra anexadas nos inventários da região, descobrimos que muitos destes contraentes africanos chegaram novos na região. Na referida

¹⁶⁵ ANDRADE, Rômulo Garcia de. “Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX” (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1995), p. 276.

documentação foram descritos da seguinte maneira, “vieram pequenos de sua nação”. Com base na média de idade dos homens africanos, nota-se que estiveram resididos na região por muito tempo, e com isto conseguiu se aclimataram as novas condições socioculturais do cativo. A exemplo disto, temos o caso Antônio Benguela de 44 anos, roceiro, casado com Vicência crioula, natural de São Tomé das Letras, ambos eram cativos do senhor José Gonçalves de Goês. Na lista de matrícula de escravo anexada no inventário deste senhor, Antônio Guine, é referido da seguinte forma, “veio pequeno de sua nação”.

Seu matrimônio foi oficializado no ano de 1842, nesta época este africano encontrava-se com 22 anos de idade e sua esposa Vicência Crioula com 16. Este casal de origem distinta, ao longo do tempo tiveram 5 filhos, Cândida, pajem de 7 anos, Malaquias solteiro, roceiro de 11 anos, Vitoria solteira, cozinheira de 14 anos, Barbara solteira de 18 anos e os mais velho, Tomé roceiro, solteiro de 22 anos.

Analisando o testamento do senhor José Gonçalves de Goês podemos constatar que Antônio Benguela foi um dos primeiros cativos a chegar a sua propriedade, presumimos que este cativo tenha vivido na região, por mais de três décadas. Sendo assim, adquiriu tempo suficiente para ter apreendido e conhecido os códigos de conduta da sociedade em que vivia e os limites para agir e se comportar perante os outros, no qual é a maneira mais propícia de maximizar ganhos e reduzir perdas.

Portanto, tendo mínimo conhecido sobre estas práticas sociais, Antônio Benguela teve plenas condições de oferecer uma vida estável para a sua esposa e filhos. Tanto é que este africano e sua família conseguiram permanecer juntos por muito tempo, mesmo depois da morte de seu senhor.

Diante deste pequeno exemplo, podemos sugerir que a experiência de vida deste cativo africano que por muito tempo povoou os planteis escravista da região, teve um enorme peso na escolha matrimonial de Vicência crioula.

Outro dado que pode elucidar estas relações, é a proximidade cultural que havia entre africanos e crioulos. A maioria das mulheres crioulos que se uniram aos alémmares eram filhas de pais africanos, somente uma aparece como filha de mãe crioula. Percebe-se que estas contraentes que nasceram na Freguesia de São Tomé das letras eram descendentes diretas dos africanos. De certo modo, isto poderia ter contribuir para a formação de laços familiares entre cativos de procedências distintas.

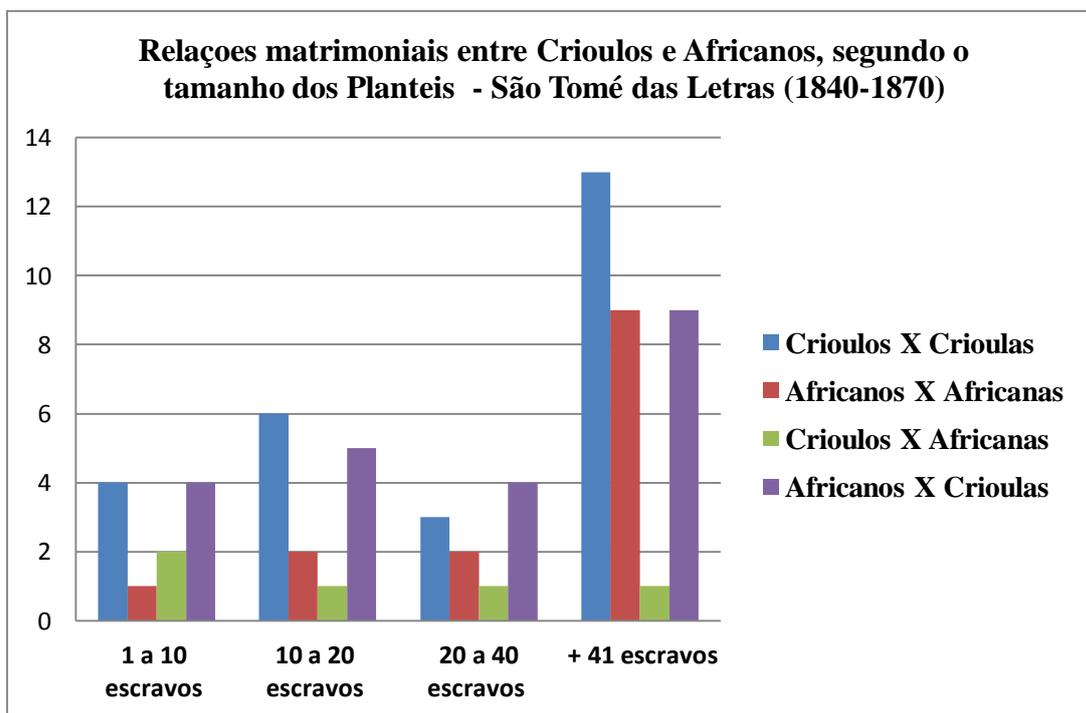
A experiência de vida familiar destas mulheres crioulas de primeira geração quase sempre era diferenciada daqueles das gerações seguintes; ela comumente se dava

no seio da comunidade africana de seus pais. O crioulo de primeira geração nascia, crescia, se socializava, aprendia os ensinamentos e os comportamentos culturais oriundos dos membros da comunidade africana, se afeiçoava a ela e por isto não era rara a edificação de relacionamentos afetivos e familiares entre os seus membros. E se tratasse de negros libertos ou livres, esta interação se dava de forma ainda mais efetiva.

Em matéria de casamento, estas escravas nativas se destacaram no mercado matrimonial da região, entre todos os cativos, foram as que mais se casaram. Isto se justifica pela sua disposição em contrair uniões com indivíduos de origens distintas. Além do mais, estes dados podem sugerir que estas escravas nativas, teriam conquistado um lugar especial na população escrava da Freguesia, pois com seus cônjuges vindos do outro lado atlântico, interagiam e integravam aos valores sociais da região.

Além destes dados, procuramos observar em quais tamanhos de escravarias que os nubentes crioulos e africanos estavam distribuídos. As uniões endogâmicas e exogâmicas foram praticadas pelos cativos em todas as faixas de planteis escravistas, agora nos resta demonstrar a frequência destas uniões nas distintas posses escravas da Freguesia de São Tomé das Letras.

Gráfico nº 7



Fonte; Arquivo da Cúria de Diocesana de Campanha. Registros paroquiais de casamento da Freguesia de São Tomé das letras 1840-1870.

Pois bem, o conhecimento dos dados expostos no Gráfico nº8 permite visualizar que as uniões endogâmias e exogâmicas entre crioulos e africanos ocorreram em maior número nos grandes plantéis escravistas da região de São Tomé das Letras. Nas demais faixas de plantéis estas uniões foram poucos contraídas. Portanto, quando maior as escravarias, maior será a proporção de casamentos entre escravos de iguais e distintas nacionalidades. Mas, nestas unidades de grande porte, a uniões entre crioulos das mesmas origens, foi superior a dos africanos e destes com as crioulas. Apenas nos plantéis de 20 a 40 cativos que os nubentes crioulos (as) foram superados pelos outros casais.

Os laços maritais entre os homens africanos e mulheres crioulas se mostraram expressivos nas unidades escravistas da região. Apesar de não superar o número de uniões dos casais crioulos, contraíram mais matrimônios dos que os outros tipos de casais (africanos x africanas / crioulos x africanas). Nas relações matrimoniais por nacionalidade, os além-mares e as nativas foram os segundo casais que mais formalizaram suas uniões maritais nas propriedades escravista da Freguesia de São Tomé das Letras.

Portanto, podemos compreender que as relações matrimoniais endogâmicas

exogamicas entre os escravos de distintas naturalidades, foi uma das fortes características das famílias escrava presentes em São Tomé.

2.3 Casamentos entre pessoas livres

2.3.1 Sem menção as condições jurídicas dos nubentes livres.

Faremos um breve estudo sobre os nubentes que não tiveram suas condições jurídicas mencionadas nos livros de casamento da região. Esta análise consiste no cuidado de classifica-los em um determinado segmento, pois muitos destes contraentes teriam sido, liberto, forros e membros de algumas famílias que tiveram reconhecimento na localidade.

Nos assentos matrimoniais da Freguesia de São Tomé das Letras os párocos não mencionaram a condição jurídica de muitos contraentes, pois somente os dos cativos foram registrados. Quando os noivos escravos eram referidos nos assentos de batismo, na sequência vinha anotado o nome dos seus senhores.

Porém, todos os nubentes que não tiveram as suas condições jurídicas mencionadas não foram registrados como propriedade de um senhor. Sobre estas pessoas havia varias características que não foram encontrados na população cativa evidenciada pelos párocos. Como, a legitimidade, nomes dos pais, profissões e os tipos de impedimentos. Em se tratando deste ultimo quesito, foram 37 uniões que aparecem proclamados os impedimentos. Estes dados esclarece que alguns casamentos realizados na Freguesia de São Tomé das Letras se davam entre parentes. Nestes enlaces encontramos, houve apenas um impedimento de 2º grau de consanguinidade entre um casal de escravos, onde o contraente era tio de sua noiva.

Dos nubentes que não foram mencionadas a condição, dois eram filhos naturais de escravas. O Manoel Antônio Antonio dos Santos, filhos de Vitoria, escrava de Manoel Ferreira da Silva e Antonio Francisco de 21 anos, filho de Josefa crioula, escrava de Antonio Ferreira da Silva, provavelmente tenha adotado o nome do senhor de sua mãe.

Entre os nubente sem menção a condição, seis eram filhos de pessoas que possuíam algum titulo na região, 4 eram filhos de alferes, 1 de capitão e outro de Coronel. Nove mães destes contraentes foram descritas como donas. Além disto, destes 177 contraentes, 78 eram filhos legítimos e 12 eram filhos naturais.

Em relação às mulheres que não tiveram suas condições jurídicas mencionadas pelos párocos da região, duas eram filhas de alferes e uma de capitão e sete destas nubentes eram filhas de donas. Além disto, foram 80 noivas filhas legitimas, 14 naturais

e 4 exposta. Entre os contraentes que tiveram as suas condições mencionadas, havia 22 solteiros (as) e 21 viúvos (as). Das 12 noivas que foram registradas como donas, todas elas uniram a senhores de escravos da região.

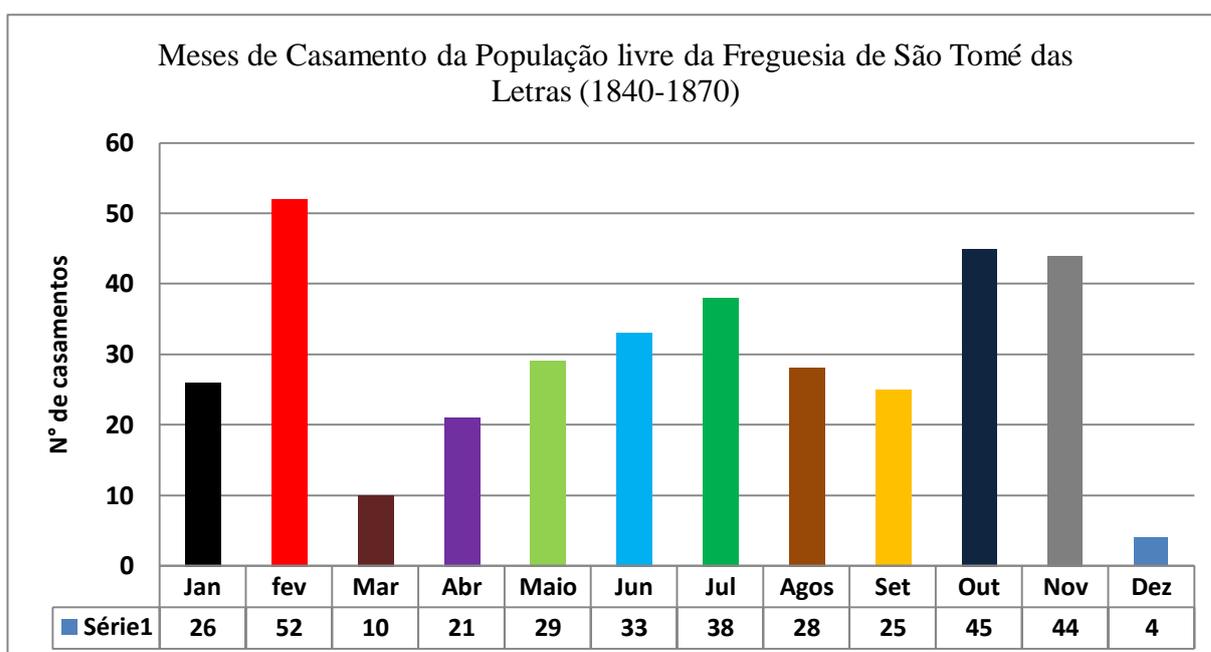
Identificamos apenas um casamento em que os pais do noivo eram africanos livres. Adão José de Andrade era filho, de José de nação livre e Tereza de nação livre. Neste assento de casamento não há menção sobre a legitimidade deste nubente. Porém, Adão José de Andrade e seus pais africanos, antes de se tornarem libertos, eram escravos de Dona Maria Francisca de Gusmão. Encontramos o seu assento de batismo de Adão, e quando era um inocente cativo, um dos seus padrinhos foi um parente de sua ex-senhora, Manoel Francisco de Sampaio. Este nubente que não conseguimos encontrar informações sobre sua condição jurídica, é muito provável que ao longo ao tempo teria se tornado uma pessoa livre, pois, seus pais livres do cativo, teria lhe libertado.

Estes dados demonstram que as pessoas que não tiveram as suas condições mencionadas nos registros de casamentos da Freguesia de São Tomé das Letras, apresentam mais informações do que os nubentes escravos. Mas, mesmo assim, não podemos atestar que todas estas pessoas eram livres e distantes do mundo da senzala, pois, pode haver uma negligência dos padres em definir a real condição destes contraentes. No geral, muitos eram libertos, forros, senhores de escravos e até cativos.

2.3.2 - Mês e idade de se casar da população livres da região.

De acordo com Maria Luiza Marcílio, “o casamento, antes de ser um fato biológico, é um fenômeno socioeconômico-cultural que se modifica segundo a época, os costumes, as regras e os contextos que o envolvem”¹⁶⁶. Disso resulta que os sistemas demográficos da nupcialidade não são semelhantes, diferindo no tempo, no espaço e segundo as categorias sociais existentes. Apesar deste alerta, encontramos algumas semelhanças nos meses e idades de casamento dos habitantes da Freguesia de São Tomé das Letras e de outras localidades do Brasil. Começaremos a analisar os meses em pessoas livres da região contraíram os seus matrimônios.

GRAFICO nº 8



Fonte: Livro de registro de casamentos da Freguesia de São Tomé das Letras. Cúria Diocesana de Campanha (1840-1870).

Dezembro, abril e março foram os meses que ocorreram o menor número de casamentos na Freguesia de São Tomé das Letras. Estes meses, coincidem com as interdições religiosas da Quaresma e do advento, portando, foram dignamente

¹⁶⁶ MARCÍLIO, Maria Luiza. Caiçara: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. 2. ed. São Paulo: Ed. USP, 2006, p. 174.

respeitados por uma parcela de nubentes livres, moradores da região. Em fevereiro ocorreu o maior número de casamentos na Freguesia, seguido por outubro e novembro. Em percentuais o mês de fevereiro representou 29,5% das uniões, ou seja, um terço do total de casamentos. A predileção dos nubentes por este mês é algo que impressiona.

Segundo Carlos Barcellar, o mês de fevereiro era o mês onde eram contraídos mais matrimônios, em consequência das interdições religiosas da Quaresma (quarenta dias anteriores à Páscoa). Novembro e janeiro também seriam meses favoráveis influenciados pelas interdições do Advento (3 semanas anteriores ao Natal).

Barcellar ainda afirma que os eventos cotidianos (principalmente ligados à agricultura) também deveriam intervir no calendário dos matrimônios: de agosto a novembro, realizava-se o plantio; em janeiro, dava-se a colheita; de maio a junho, preparava-se a terra. Somada à interdição da Quaresma, havia ainda uma conjuntura favorável a fazer de fevereiro um mês concentrador de casamentos: fim dos trabalhos de colheita e abundância de gêneros de primeira necessidade¹⁶⁷.

Iraci del Nero da Costa estudou a população livre de Vila Rica (1727-1826). Verificou uma situação similar a outras localidades: poucos casamentos nos meses de abril, março e dezembro e número relativamente elevado nos meses de fevereiro, maio e novembro, devido “às posturas religiosas contrárias a casamentos durante os períodos de ‘trevas’ ou ‘penitência’ que precedem o Natal (o chamado Advento) e da Quaresma — da quarta-feira de Cinzas à Páscoa”¹⁶⁸.

A população de Campinas, analisada por Paulo Eduardo Teixeira, também seguia a mesma tendência: fevereiro era o mês de maior número de casamentos; novembro vinha depois. Eram os meses que antecediam as interdições religiosas. Teixeira notou, conforme dados dos registros, que os casamentos realizados nos tempos “proibidos” para tal sacramento, não recebiam as bênçãos nupciais¹⁶⁹.

Analisando a Paróquia de Nossa Senhora da Luz, Ana Maria de Oliveira Busmester notou que os moradores da região respeitavam os períodos de Quaresma e Advento, resultando daí uma menor ocorrência de casamentos nestes períodos. Os

¹⁶⁷ BACELLAR, op. cit., p. 77.

¹⁶⁸ COSTA, Iraci del Nero da. Rica: (1727-1826). Revista de História, São Paulo, v. 111, p. 195-208, 1977, . 8. Disponível em: http://historia_demografica.tripod.com/iddcosta/pdfs-ira/ar05.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2006.

¹⁶⁹ TEIXEIRA, Paulo Eduardo. A formação das famílias livres e o processo migratório: Campinas, 1774-1850. 2004. 296 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, 2004, p. 78.

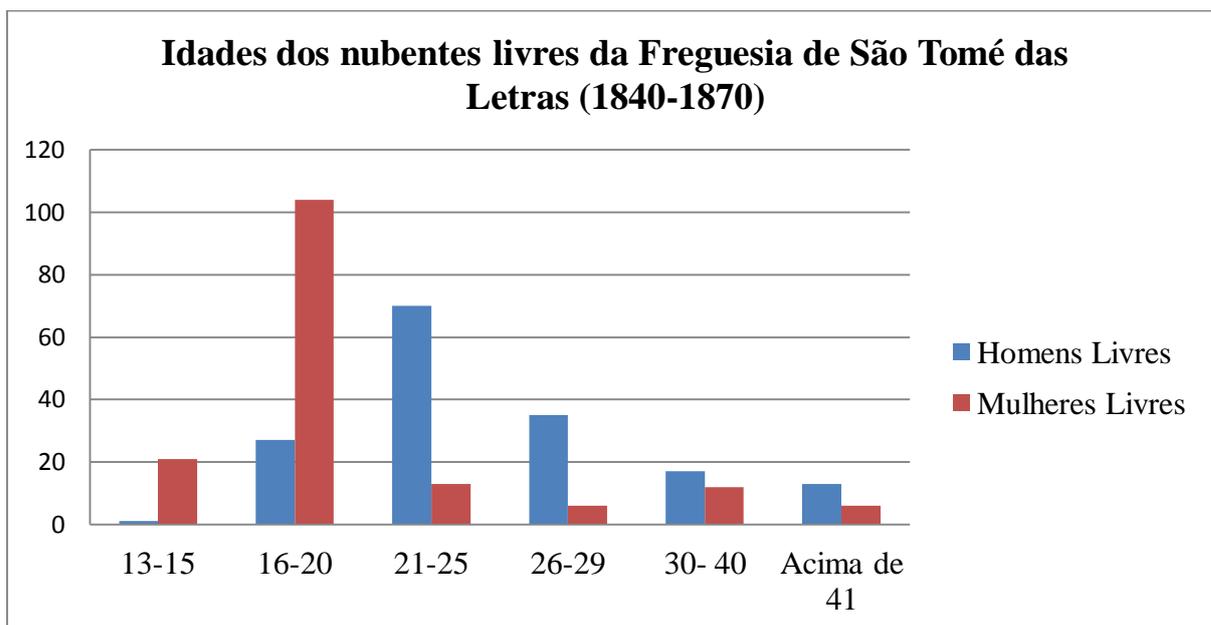
meses de maior ocorrência eram fevereiro, seguido por julho, setembro e novembro¹⁷⁰.

Em São Tomé das Letras também encontramos referências desta natureza nos registros, pois constatamos 7 casamentos que não receberam a bênção do matrimônio. Um deles foi contraído no dia 05 de fevereiro de 1887 por Misael José da Luz de 50 anos e Luisa Maria Madalena de 46 anos, que ocorreu no dia 23 abril daquele ano.

Apresentado os dados sobre os meses desfavoráveis ou favoráveis ao casamento na Freguesia de São Tomé das Letras, faremos uma incursão sobre a idade dos contraentes que oficializaram as suas uniões na Igreja Matriz da nossa localidade.

¹⁷⁰ BURMESTER, op. cit., p. 60.

GRAFICO Nº 9



Fonte: Livro de registro de casamentos da Freguesia de São Tomé das Letras. Cúria Diocesana de Campanha (1840-1870).

Os dados que estão expostos no gráfico nº 10 reforçam a presença de baixas idades matrimoniais das mulheres na Freguesia de São Tomé das letras, sendo sempre majoritários os casamentos realizados entre 16 aos 20 anos de idade. Em alguns casos, nem mesmo a idade mínima de 12 anos para a contração deste sacramento foi esperada. Por isto, a primeira faixa etária considerada na elaboração deste gráfico foi de 13 a 15 anos. Nesta faixa, a quantidade de casamentos contraídos não foi muito expressiva.

As idades matrimoniais femininas entre 16 a 20 anos – que podem ser ditas como relativamente baixas - ajudam a explicar o comportamento dos índices de legitimidade. Afinal, quando mais cedo se casavam as mulheres, maior era o período fértil dentro do casamento e menor anterior a ele. Estas jovens nubentes contraíram 120 uniões matrimoniais, no qual se uniram a 20 homens que se encontrava entre 15 a 20 anos, a 99 de 20 a 30 anos e a 9 homens de 30 a 40 anos de idade. Isto prova que as nubentes desta faixa etária, tinham grandes influencias sobre o mercado marital de pessoas livres na região.

As nubentes de 20 a 30 anos uniram a 25 homens livres, sendo que uma delas se casou com um nubente de 18 anos de idade, 16 delas, com pessoas de 20 a 30 anos de idade, 4 com homens de 30 a 40 anos e uma com um contraente de 44 anos. As que

tinham acima de 40 anos, uniram-se a um jovem de 19 anos, um de 22 anos, um homem de 30 anos e quadro de pessoas que tinham de 50 a 60 anos de idade.

De acordo com gráfico nº 10, nas faixas etárias acima dos 20 anos idade, a participação feminina sofre um declínio vertiginoso. Começavam a prevalecer à presença de homens com idades matrimônios acima desta faixa etária, ou seja, quase ofuscando o número de contraentes do sexo feminino. Em proporções distintas, este mesmo fenômeno ocorreu também para os nubentes escravos do sexo masculino.

Os nubentes livres do sexo masculino, foram majoritários na faixa etária dos 20 a 30 anos de idade, uniram a 126 mulheres na região, sendo que 104 destas noivas livres encontravam-se na faixa etária dos 13 aos 20 anos. Os homens que mais se casaram foram aqueles que se encontrava nesta faixa etária, e as mulheres foram aquelas que tinham de 15 a 20 anos de idade. A idade média destes nubentes varia para o primeiro casamento de 22,5 anos para os homens livres e de 18,5 para as mulheres.

Diante destes dados, nota-se que os matrimônios na população livre da Freguesia de São Tomé das Letras, ocorreram de maneira precoce. Em Minas Gerais nos anos de 1830 Rodarte verificou que as regiões com maior nível de desenvolvimento econômico¹⁷¹ se caracterizavam pelo adiamento do casamento, ao passo que as regiões menos desenvolvidas apresentavam casamentos mais precoces¹⁷². O autor ainda pontua que, no meio urbano, a idade média ao casar era mais elevada do que no campo, e que isto poderia ser o reflexo do estilo de vida urbana que permitia aos jovens escaparem da rigidez do controle social que previa a nupcialidade precoce, além dos possíveis custos financeiros associados à vida nas regiões urbanizadas que possivelmente desestimulariam as núpcias entre os jovens.

No estudo de Brügger para São João Del Rei em duas décadas do século XIX, para a população livre, verificou-se a prática de casamentos precoces, com 75% das noivas entre 1831 e 1840, e 67% entre 1841 e 1850 se casando até os vinte anos de idade. A autora também verifica em seu estudo idades ao casar mais elevadas para os homens do que para as mulheres, o que poderia ser em decorrência da migração, um

¹⁷¹ Com base nas informações disponíveis de relatos de viajantes estrangeiros da primeira metade do século XIX, Paiva (1996) categoriza o nível de desenvolvimento econômico das regiões mineiras em alto, médio e baixo. Os critérios utilizados para a definição dessas categorias foram as informações relativas ao nível de produção e do comércio local, a presença do “intermediário” e aos aspectos sociais mencionados pelos viajantes. Maiores detalhes podem ser encontrados em Paiva (1996).

¹⁷² RODARTE, M. M. S. Arranjos domiciliares, urbanização e desenvolvimento econômico: um ensaio de tipologia domiciliar com as listas nominativas de Minas Gerais na década de 1830. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. Anais Eletrônicos...Caxambu: ABEP, 2006. p.21.

fenômeno característico dentre indivíduos do sexo masculino¹⁷³.

Analisando as estimativas para o conjunto da população mineira livre da década de 1830, Clotilde Paiva constatou uma idade média ao primeiro casamento da ordem de 23,4 para os homens e de 17,9 anos para as mulheres¹⁷⁴. Em Campinas (SP) Paulo Eduardo Teixeira entre 1774 a 1850 constatou a mesma média de idade de casamentos de Clotilde Paiva¹⁷⁵.

A idade média de se casar nas populações livres consultadas por Paiva e Teixeira são bem próximos dos encontrados na Freguesia de São Tomé das Letras, região rural ligada ao abastecimento interno que apresentava um enorme número de casamentos contraídos por pessoas em idades adultas.

Fazendo uma comparação em larga distância, os dados que foram verificados para São Tomé das Letras, diferem dos que foram constatados por Hajnal na região de Yorkshire, na Inglaterra durante a segunda metade do século XVIII¹⁷⁶. Segue um quadro comparativo:

¹⁷³ BRÜGGER, S. M. J. Legitimidade, Casamento e Relações Ditas Ilícitas em São João Del Rei (1730-1850). In: PAIVA, Clotilde A.; Libby, Douglas C. 20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira, 1982-2002: coletânea de trabalhos, 1982/2000. Belo Horizonte: UFMG/FACE/Cedeplar, 2002.v. 2, p. 255-280.

¹⁷⁴ BRAGA, Fernando G; LIMA, Luciana da C; PAIVA, Clotilde A; RODARTE, Mario M, S. Padrões de nupcialidade na Minas Oitocentista: uso do método Singulate Mean Age at Marriage (SMAM) utilizando listas nominativas. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 10, 2002, Diamantina. Anais...Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 2002.

¹⁷⁵ TEIXEIRA, Paulo Eduardo. A formação das famílias livres e o processo migratório: Campinas, 1774-1850.2004. 296 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, 2004, p. 78.

¹⁷⁶ HAJNAL, J. European marriage patterns in perspective. In: Glass DV, Eversley DE, eds. Population in history: essays in historical demography. Chicago, Illinois, Aldine Publishing Company, 1965, p.101-43.

Tabela nº 8

Comparação das idades médias ao primeiro casamento, por sexo: São Tomé das letras (1840-1870), Minas Gerais (1831-1832), Campinas (1774-1850) e Yorkshire (1750-1799)

	São Tomé das Letras (1840-1870)	Minas Gerais (1831-1832)	Campinas 1774-1850	Yorkshire (Inglaterra), 1750-1799
Homens	22,5	23,4	23,4	26,6
Mulheres	18,5	17,4	17,4	24,5

Fonte: Livro de registro de casamentos da Freguesia de São Tomé das Letras. Cúria Diocesana de Campanha(1840-1870).

Entre todas as regiões, São Tomé das Letras era onde os casamentos formais entre os nubentes livres foram contraídos mais cedo, pois, percebe-se que os padrões matrimoniais da nossa localidade estavam longe dos perfis europeus.

De acordo com a bibliografia historiografia apresentada acima, vimos que nas regiões rurais mineiras com um modesto desenvolvimento regional as precocidades das relações matrimoniais eram mais intensas. São Tomé se enquadra nestas características, pois, na região, houve pouquíssimas pessoas com fortunas acima da media brasileira, e economicamente, a tida localidade se restringia em abastecer e comercializar os seus produtos nas proximidades.

Além do mais, foram poucos nubentes livres na Freguesia de São Tomé das Letras, que eram membros de famílias detentoras de alguma riqueza na região, muitos deles eram pessoas livres pobres de ascendência escrava, agregados e membros de famílias que possuía reconhecimento local. Portanto, o fato de contraírem cedo as primeiras núpcias, aponta para uma estratégia familiar de estabelecimento de alianças – via casamentos – o quando antes possível – numa região com um limitado desenvolvimento comercial agrícola e com pouca oportunidade de trabalho. Sendo assim, as idades matrimônias precoces podem ser compatíveis com as condições econômicas da Freguesia. Mais do que um padrão cultural específico, as idades para os casamentos parecem relacionar-se às condições de sobrevivência da localidade.

Ao analisar Sorocaba, Carlos de Almeida Prado Bacellar faz uma afirmação que serve também para a Freguesia de São Tomé das Letras: “*Em sociedades tradicionais, tais como Sorocaba, onde a esmagadora maioria da população tinha poucas posses, vivendo de suas roças e espalhada por vastas áreas geográficas, o casamento ou a união consensual era, antes de tudo, o melhor caminho para se garantir condições mínimas de sobrevivência*”¹⁷⁷.

¹⁷⁷ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001, p. 63.

2.5 – Aspectos gerais do compadrio

A maneira como se dava as relações de compadrio era algo característico de cada lugar e região. Era muito comum pessoas escolherem padrinhos para seus filhos, que fossem de condições superiores do que as suas. Além disto, o compadrio pode ser compreendido de duas formas, horizontal, quando os indivíduos escolhem umas pessoas dos mesmos níveis sociais para apadrinhar os seus filhos, e vertical, quando estabelece uma relação entre pessoas de posições distintas.

Possivelmente, as escolhas destes indivíduos tinham um significado, que estavam centrados nas posições políticas e sociais de pessoas mais abastadas de uma determinada localidade. Em se tratando dos cativos, a regra não é diferentes, muitos destes indivíduos presos ao cativeiro buscavam compadres de posição superior na sociedade. Silva Brugger analisando as relações parentais na Vila de São João del Rei entre 1736 e 1850, verificou que o compadrio de forma geral, constituía para todos os grupos uma “aliança para cima”, *“com segmentos sociais, de algum modo, situa dos, na hierarquia social, em patamares mais elevados que o da mãe da criança”*¹⁷⁸.

Por um lado, estabelecer laços de compadrio com pessoas de maior importância, poderia beneficiar tanto os afilhados quanto os seus pais, em vista da obrigação dos padrinhos de proteger seus parentes rituais. Por outro, o caráter hierárquico envolvido nesta instituição poderia significar um reforço do patriarcalismo, considerando o componente de dominação presente neste tipo de relação, conforme destaca Sílvia Brügger¹⁷⁹.

O trabalho pioneiro de Gudeman e Schwartz, sobre o batismo e as relações de parentesco fictício, em duas paróquias do recôncavo baiano, no século XVIII, demonstrou, dentre outras coisas, que os senhores não se tornavam padrinhos dos próprios escravos e seus parentes o fazia muito raramente. O compadrio não serviu, segundo os autores, para salientar os aspectos paternalistas entre senhor-escravo, muito menos como vínculo ou reforço do mesmo. Encontra-se aí uma oposição entre batismo e escravidão, ou melhor, dizendo, entre Igreja e escravidão, —cada uma destas [instituições] implica um tipo diferente de relações; quando as duas se encontram no

¹⁷⁸ BRÜGGER, Sílvia M. J. SILVIA MARIA JARDIM BRÜGGER. Minas Patriarcal: Família e Sociedade (São João del Rei –Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.p. 322.

¹⁷⁹ BRUGGER, Silva Maria J. . Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

singular evento do batismo, só pode haver silêncio e estranhamento, não superposição. Os autores chegaram à conclusão que quando havia padrinhos/madrinhas, pessoas livres apadrinhavam em 70% dos batismos de escravos; cativos apadrinhavam em 20% e os libertos 10%¹⁸⁰.

Ao analisar a freguesia urbana de São José do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, Roberto Guedes Ferreira concluiu que 37,9% dos padrinhos cativos tiveram afilhados inocentes, o mesmo índice foi encontrado para livres-forros. O autor constatou, ainda, que padrinhos cativos eram escolhidos no interior ou fora da mesma escravaria e que a escolha não era aleatória. Observou-se que os vínculos se efetivaram, fundamentalmente, entre compadres de igual naturalidade, independente de serem ou não escravos¹⁸¹.

No caso da freguesia de Montes Claros, localizada no norte de Minas Gerais, Tarcísio Botelho demonstrou que, ao longo de todo o século XIX, os padrinhos livres de ambos os sexos sempre representaram mais da metade do total, chegando mesmo a 80% em alguns momentos. Ali havia ainda um predomínio absoluto de padrinhos de outros plantéis.¹⁸²

Stanley Stein percebeu o ato do compadrio como um dos momentos de reforço das relações familiares entre os cativos e seus parentes e amigos. Aquele rito cristão foi bastante importante, e ao que parece muito respeitado por pais, padrinhos e afilhados. De acordo com o pesquisador:

Em reforço das relações familiares existiam os laços de compadrio. Esses formavam um triângulo com os filhos, os pais, e os padrinhos. Parentes ou amigos íntimos podiam tornar-se padrinhos. Sua responsabilidade pelos afilhados e sua autoridade sobre eles eram comparáveis às dos pais; em consequência, na época do batismo, os pais escolhiam os padrinhos de seus filhos com cuidadosa deliberação. A proteção dos padrinhos se estendia aos afilhados quando os pais não estavam em condições de cuidar dos filhos. Além disso, sendo comuns os casamentos na mesma família, as relações de compadrio frequentemente se acrescentavam aos laços familiares. O padrinho fosse ele parente ou amigo, não somente se achava ligado ao afilhado, mas formava simultaneamente novos laços com os pais da criança, que ficavam sendo seus

¹⁸⁰ GUDEMAN, S. & SCHWARTZ S. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII, in: REIS, João José (org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, Brasília CNPq, 1988, p. 41.

¹⁸¹ FERREIRA, Roberto Guedes. —O Parentesco ritual na freguesia de São José do Rio de Janeiro. *Sesmaria* Revista do NEHPS. Faculdade de Filosofia de Campo Grande, 01, ano 1, 2001.

¹⁸² BOTELHO, BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1994. (Dissertação de Mestrado em História).

compadres¹⁸³.

Todavia é preciso tomar certo cuidado ao comparar os resultados desses estudos com o que se está sendo feito na freguesia de São Tomé das Letras. A razão para essa cautela se deve ao tempo a que cada pesquisa se dedica e também pelas diferenças que caracterizam cada localidade pesquisada. Sendo assim, a freguesia de São Tomé das Letras apresenta os seguintes dados que estão apresentados nos parágrafos abaixo e em alguns que elaboramos para caracterizar a estrutura do compadrio na região.

Os padres que escreveram e assinaram os registros paroquiais de batismo da região foram; o Vigário João Ribeiro Maia, Agostinho José de Oliveira, Custodio Ribeiro de Carvalho, Domingos Vilela, Joaquim Gomes do Carmo (Vigário de Baependi), Manoel Furtado de Souza e o Cônego Urbano dos Reis da Silva. Oficialmente João Ribeiro Maia era o Vigaria da Paróquia da Igreja Matriz da Freguesia de São Tomé das letras, inclusive na primeira pagina dos livros de batismo, casamento e óbito vêm rubricada a sua assinatura. Das 1616 inocentes batizando, este Vigário derramou as águas do batismo em 1226 crianças, sendo que 801 eram livres e 428 escravas. Os demais padres que citamos acima batizaram 390 crianças na região.

Em se tratando de uma pequena Freguesia rural distante das grandes praças comerciais e com um modesto numero de habitante, é muito provável que o vigário José Ribeiro Maia que batizou quase todas as crianças da região tenha um enorme conhecimento sobre a vida dos seus paroquianos.

O Vigário João Ribeiro Maia não costumava detalhar as informações sobre os pais, mães e padrinhos dos batizados. A única informação dada regulamente sobre estes agentes foram às condições jurídicas das pessoas que eram escravas. Poucos foram os assentos que mencionou a cor da pele e a origem dos pais e padrinhos, quando mencionadas era para os indivíduos de condições cativas. Segue abaixo um modelo de assento paroquial de batismo da região.

¹⁸³ STEIN, Stanley. Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba, com referência especial ao município de Vassouras. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 178.

“Aos doze dias de abril de oitocentos quarenta e três batizei solenemente e pus os santos óleos, o inocente Vicente, filho legítimo de Eleutério e Cipriana, escravos do Tenente José Joaquim Bernardes, foram padrinhos, João de Nação escravo de Francisco de Paula Nogueira, Balbina escrava do mesmo senhor, todos desta freguesia, para constar fiz este assento que assino¹⁸⁴”.

Vigário João Ribeiro Maia

Além disto, o Vigário da Freguesia de São Tomé das Letras identificava os padrinhos com um grau crescente de complexidade. Havia aqueles que tinham apenas o nome grifado. Outros tinham registrados o que nos parece dois nomes: (Maria Joaquina e Antonio Oliveira). Na freguesia de São Tomé das Letras os párocos não tinham o habito de anotar a idade das crianças cativas, mas registraram todas estas elas como inocentes. Dos 658 assentos de batismo de escravos, verificamos somente 13 em que consta a idades destes rebentes, todos tinham menos de 6 meses. De acordo com as Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia, o batismo devia ocorrer antes dos oito dias do nascimento da criança, sob pena de multa no caso de desrespeito da lei¹⁸⁵. Porém, na freguesia em questão não foi encontrada observação nos registros de batismos sobre o pagamento de multa dos senhores de escravos que fugiram a essa norma. Muito provavelmente em função da proximidade entre o vigário Maia e tais senhores. Pois, tal camaradagem pode ter evitado a cobrança da multa.

As crianças cativas que foram batizadas na região tiveram quatro pais livres e mães que ainda eram cativas. Neste caso a condição de escravos batizando é justificada pelo ventre materno que determina a sua condição. A maioria destas crianças que foram filhas destes pais libertos teve como padrinhos pessoas livres, somente o liberto Zacarias casado com a escrava Marciana crioula, teve compadres e comadres de condição escrava.

Verificamos que os assentos de batismo menciona apenas duas pessoas livre detentora de titulo que apadrinhou escravos na região. O primeiro foi o Alferes, José Martins de Carvalho, grande proprietário escravista de São Tomé que se tornou compadre do casal de cativos, Pedro e Joana, escravos de José Justino Branquinho. O segundo é o Alferes, João Custodio Nogueira, que no dia 29 de junho de 1841 apadrinhou o inocente, Jeremias, filhos legítimo de Eleutério e Cipriana, escravos do

¹⁸⁴ Cúria Diocesana de Campanha. Registro de Livro de batismo da Freguesia de São Tomé das Letras

¹⁸⁵ VIDE, 1720: Livro Primeiro, Titulo XVIII.

Tenente, José Joaquim Bernardes. Esta criança cativa teve dois padrinhos homens, um é o senhor Martins o outro, é o irmão do Tenente, Ananias Antonio Nogueira.

Nos assentos de batismo da região, encontramos 32 madrinhas livres na companhia de padrinhos cativos apadrinhando crianças na Freguesia. Entre estas comadres, três delas eram forras, três libertas e as outras não há menção sobre suas condições.

Em relação aos padrinhos livres, compareceram 34 vezes ao lado das madrinhas escravas nas cerimônias de batismo. Cinco destes padrinhos eram libertos, e os demais não tiveram suas condições mencionadas pelos Vigários de São Tomé. Entre as comadres cativas, havia 9 pardas, 13 crioulas e 3 africanas, as demais escravas não há menção sobre sua cor e origem.

Diante destas relações, presumimos que estes padrinhos e madrinhas de distintas condições sociais estavam ligados por algum nós. Notificamos apenas um caso em que um senhor tornou-se padrinho de uma criança livres em companhia de uma de suas escravas como madrinha. Os demais compadres e comadres livres que compareceram ao lado dos cativos nas cerimônias de batismo não eram senhores de escravos. Verificamos que muitos destes padrinhos livres eram recém-libertos da senzala.

Descobrimos também, que todas estas pessoas livres na companhia dos cativos como padrinhos ou madrinhas, apadrinharam varias crianças que eram filhas de pais e mães solteiras escravos. Estes fatores é algo que os aproximavam do mundo cativo, sendo assim, mesmo estes indivíduos não sendo escravos, mantinham fortes laços sociais e familiares interior das senzalas.

Além disto, uma pessoa livre que apadrinha uma criança escrava na região na companhia de um escravo(a), sugere que havia forte ligações entre estes padrinhos e madrinhas. Em um destes casos, descobrimos que a parda, Felícia de 23 anos, escrava de, Maria Joaquina da Conceição, era casada formalmente com o livre, crioulo, Antônio Joaquim Gomes. Ambos apadrinharam duas crianças escravas na região. O casal esteve unido por mais de 10 anos, é provável que Antonio tenha conhecido Feliciano deste da época do Cativo. Por esse exemplo, o compadrio na região nos revela a espera de uma pessoa livre pela liberdade de um dos seus entes queridos que estivesse preso aos grilhões do cativo. Estas madrinhas escravas que compareceram nas cerimônias de batismo na companhia de padrinhos livre, a maioria delas eram mães solteiras. Seus filhos foram batizados na região, mas, não há menção da presença dos pais. Portanto, especulamos que estes compadres livre que aparecem ao lado destas cativas

apadrinhando crianças na região, podem ser os pais de seus rebentos.

Acreditamos que na Freguesia de São Tomé das Letras, houve momentos que os homens livres não fazia tanta questão em dar visibilidades aos seus relacionamentos com as mulheres escravas. Em alguns casos, a ausência do pai no batistério de um filho preso a escravidão, nem sempre era uma omissão dos Párcos, este tipo de comportamento pode ser compreendido através de uma estratégia, pois, uma pessoa que nascesse livre ou recém liberta e que queria se ascender socialmente, utilizaria destes artifício para camuflar os seus laços familiares com indivíduos presos a senzala. Portanto, na hipótese de um livre aceitar ser padrinho junto com uma escrava revela muito acerca da sociedade escravista de São Tomé.

As leis eclesiásticas contidas nas Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia adotava o uso de um padrinho e de uma madrinha, e proibia a eleição de santos para padrinhos e madrinhas e o vigário também não podia exercer este papel¹⁸⁶. Em São Tomé das Letras esta lei não teve dando efeito, pois, encontramos casos em havia dois padrinhos para as crianças escravas, duas madrinhas espirituais, e um caso em que o vigário foi padrinho de um cativo. Mesmo sendo a norma um casal de padrinhos, em São Tomé das letras houve, em determinados batismo, a ausência de um deles, assim como aconteceu em outras comunidades que foram estudadas. O exemplo que foi constatado por pelos estudos de Schwart, na Bahia e em Curitiba. O autor constatou a invocação de santos e santos para padrinhos e madrinhas em algumas freguesias do Recôncavo Baiano.

Outro aspecto importante para estabelecer a relações de compadrio, é a presença ou não de padrinhos nas cerimônias de batismo. Eram comuns nestes eventos, pessoas que foram escolhidas para apadrinharem não comparecem e mandarem um representante. No estudo de compadrio da Freguesia de São Tomé das Letras encontramos apenas um caso, em que Manoel Antonio Pereira por procuração, apresentou-se como padrinho na cerimônia de batismo de um dos escravos do seu irmão, Luciano Antonio Pereira. Esta substituição de padrinhos aproximava os pais das crianças batizadas ao núcleo familiar do seu senhor¹⁸⁷.

¹⁸⁶ VIDE, 1720: Livro Primeiro, Titulo XVIII.

¹⁸⁷ FRAGOSO, João. "Principais da terra, escravos e a República: o desenho da paisagem agrária do Rio Seiscentista." *Ciência e ambiente*, no. 33 (2006). HAMEISTER, Martha Daisson. "Para dar calor à nova povoação: Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vilado Rio Grande (1738-1763)." UFRJ, 2006. MACHADO, Cacilda. *A Trama Das Vontades: Negros, Pardos E Brancos Na Produção Da Hierarquia Social* (São José Dos Pinhais - Pr, Passagem Do Xviii Para O Xix),

Na Freguesia de São Tomé das Letras, constatamos que algumas Cerimônias de batismo ocorreram no ato de desobriga, ou seja, nas capelas das diferentes fazendas e sítios espalhados pela região.

Os livros paroquiais de batismo da Freguesia de São Tomé das Letras trazem anotações dos assentos de pessoas livres e escravas, estes distintos segmentos encontram-se registrados num mesmo livro de assentos. Muitas cerimônias de batismo foram realizadas coletivamente. Os momentos em que os escravos são batizados ao lado de crianças filhas de livres pobres e de pessoas que tinham prestígio na região.

A exemplo, temos o caso do inocente batizado Paulo, filho legítimo de Nicolau e Auria, escravos de José Eufrazino Diniz Junqueira. A cerimônia de batismo¹⁸⁸ desta criança ocorreu no mesmo local e dia do inocente José, filho de Joaquim Tiburcio Junqueira e Gabriela Angélica de Andrade. Este escrivão batizou-se ao lado de uma criança que era neto de uma das pessoas mais importantes da região, Gabriel Francisco Junqueira, o Barão de Alfenas, grande senhor de escravos detentor de uma expressiva notoriedade local.

Além disto, a cerimônia do batismo foi realizada na Capela de São José do Favacho, local onde foi oficializados a maioria dos batizados, casamentos e óbitos dos membros da família Junqueira. Apesar desta criança e de seus pais cativos compartilharem do mesmo espaço sagrado destas pessoas, é muito provável que foram distinguidos. Mas, dividir o mesmo espaço social com pessoas detentoras de prestígio local, significa uma mudança de posição social na hierarquia da senzala e um acúmulo de capital relacional, que os faziam, diferenciar dos demais membros do cativo. Portanto, o próprio grupo de escravos contemplava a desigualdade social¹⁸⁹.

Mas, apesar de haver uma clara diferença social entre as duas crianças, ambas faziam parte da mesma casa, e por isto puderam ser batizadas juntas. Muito dificilmente isso ocorreria com alguma criança escrava de um plantel fora da casa¹⁹⁰.

Centro De Filosofia E Ciências Humanas Instituto De Filosofia E Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

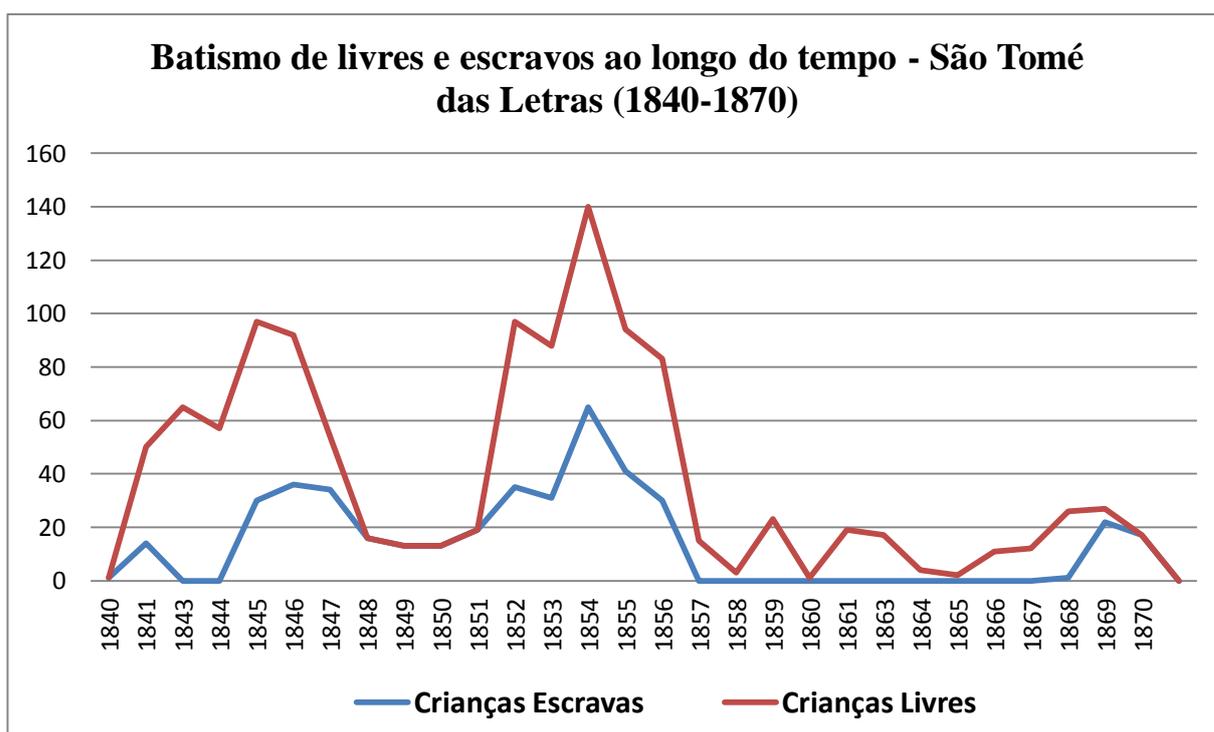
¹⁸⁸ Os párocos se lançaram em desobriga pela extensa freguesia do Urubu para realização dos ritos católicos. As datas das cerimônias parecem que foram definidas pela Igreja em consonância com os seus fiéis, pois havia certa sequência dos lugares onde se realizavam os ritos sacramentais. Essa sequência obedecia à proximidade dos lugares – fazendas, sítios e arraiais.

¹⁸⁹ SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. IN: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). História da Vida Privada no Brasil, vol. 2. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, pp. 223-290. FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Op. cit., 2009.

¹⁹⁰ FRAGOSO, J. L. R. . Principais da Terra, escravos e a República: o desenho da paisagem agrária do Rio Seiscentista. Ciência & Ambiente, Santa Maria, v. 33, p. 90-120, 2006. FRAGOSO, J. L. R. . O capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio

Indo mais adiante temos as condições jurídicas dos padrinhos que é bastante relevante para o estudo do compadrio, pois pode responder sobre possíveis critérios de escolha, assim como da própria natureza da relação que se estabelecia entre compadres. O gráfico 11 e 12 servem para ilustrar a situação do compadrio na freguesia de São Tomé das Letras.

GRAFICO nº 10



Fonte: Cúria Diocesana de Campanha. Livro de registro paroquial de batismo da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870)

Para a Freguesia de São Tomé das Letras, no período de 1840 a 1870, o gráfico de número 11 demonstra, que em todos os anos, as inocentes crianças livres foram mais apadrinhadas do que os inocentes cativos. Isto se explica pelos escravos não terem total liberdade de batizarem os seus filhos. Em relação aos livres, batizar era uma questão de fundamental importância, pois tratava do primeiro passo para a salvação da alma¹⁹¹.

Foram 855 crianças livres batizadas na região, cinco deles eram filhos de

de Janeiro, século XVIII. In: OLIVEIRA, Mônica R. ; ALMEIDA, Carla M.C.. (Org.). Exercícios de Micro História. 1ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009, v. , p. 110-150.

¹⁹¹ MONTEIRO DA VIDE, S. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Lisboa: Typ. 2 de Dezembro, 1719. [São Paulo, 1853]

escravos e quadro de mães solteiras. Muitos destes batizados livres eram filhos de pessoas que pertenciam a distintos segmentos sociais da região, muitos eram indivíduos livres pobres cuja a ascendência estava provavelmente ligada ao cativo, agregados, pessoas de prestígio local e até escravos. Pois, descobrimos que alguns pais destas crianças livres que não tiveram as suas condições mencionadas nos assentos de batismo eram cativos.

Alem disto, observamos que os Párcos da Freguesia de São Tomé das letras não foram caprichosos em descrever a condição social dos pais destas crianças livres, são raríssimas vezes que estes dados aparecem, apenas um pai e uma mãe teve a sua condição descrita pelo Pároco João Ribeiro Maia. Este casal era os recém-egressos do cativo, Daniel livre crioulo e Maria crioula livre, pais da inocente batizada Maria.

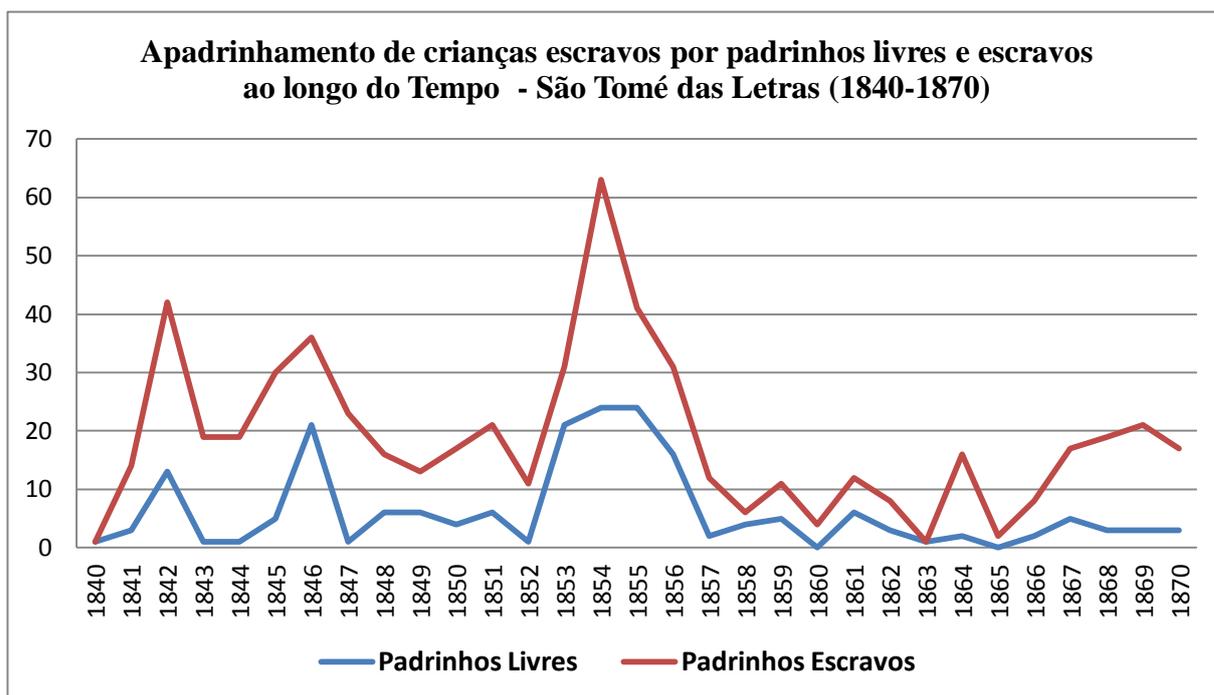
Cruzando a documentação de batismo com as lista nominativa e inventários da região, descobrimos que 45 crianças livres batizadas eram filhas de senhores de escravos da Freguesia. Um deles era filho do Major Guilherme José Pereira, proprietário de um grande planteis escravista que contava com 48 escravos, seu monter-mor era um dos mais valorizados na região, avaliado em 42:528\$000¹⁹².

Em se tratando das crianças escravas, apesar delas não terem superado o numero de batismo de crianças livres (o que é natural), a quantidade de batismo destes pequenos mancipios era algo significativo. Entre os anos de 1840 a 1870, temos os registros de 567 batismos dos inocentes cativos. Desses, 300 são do sexo masculino e 267 do feminino, o que nos da um equilíbrio entre os sexos. Esse indicador é fundamental para entendermos a distribuição por sexo entre os recém-nascidos, pois normalmente tende ao equilíbrio, e isso é fato ao considerarmos os registros de batismos para São Tomé das Letras.

Em se tratando das questões sociais do compadrio, faça-se necessário um estudo das condições jurídicas dos padrinhos das crianças cativas da Freguesia de São Tomé das Letras.

¹⁹² Museu Regional de São João del Rei, Tipo de Documento: Inventário, Ano: 1875 Caixa: 17, Inventariado: Guilherme José Pereira.

GRAFÍCO n° 11



Fonte: Cúria Diocesana de Campanha. Livro de registro de batismo da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870)

Assim como aconteceu em outras regiões onde há estudo sobre o tema, a opção por padrinhos pode ter sido uma escolha tanto do proprietário como dos pais. O fato é que na freguesia de São Tomé das Letras, foram os compadres cativos quem mais apadrinharam escravos na região, das 658 crianças presas ao cativeiro, apadrinharam 381 (57,9%). Os padrinhos livres apadrinharam 277 (42,1%) cativos, atingindo um percentual de 46,5%. Percebe-se que estas porcentagens são muito próximas, ambas apresentam números significativos, e apontam que os pais das crianças cativas batizadas, movimentavam-se em dois universos diferentes. Mas, estes mundos não eram rigidamente distintos, pois, na região de São Tomé das Letras havia muitos padrinhos livres de ascendência escravos e recém-saídos do cativeiro, sendo assim, não estavam tão distantes das relações do cativeiro.

Analisando a região de Curitiba, Schwartz encontrou 80% de padrinhos livres apadrinhando escravos na região, sendo que os cativos perfaziam em 20%¹⁹³. Este predomínio de compadres livres condição de cativeiro é algo que não conseguimos

¹⁹³ SCHWARTZ, Stuart. Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade SCHWARTZ, Stuart. Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

verificar na Freguesia de São Tomé das Letras.

Dando continuidade ao método comparativo, também selecionei os dados dos anos finais (1831 a 1850) da amostragem compilada por Silvia Brügger para São João del Rei com o intuito de aproximá-la do que está sendo pesquisado para a Freguesia de São Tomé das Letras. Esta autora constatou que a maioria dos apadrinhamentos é realizados por padrinhos livres, 74%, seguidos pelos escravos, 24%, e com pouca expressão dos libertos, iguais percentualmente aos ausentes, ambos compreendendo a 1% da amostra¹⁹⁴.

Retomando aos dados que foram encontrados para a Freguesia de São Tomé das Letras, verificamos nos assentos de batismo que houve varias oscilações no momento em que um escravo escolhia padrinhos para seus filhos. Como é o caso de Antonio crioulo e Silveira crioula, escravos de Manoel Alves Taveira, tiveram 5 filhos que foram apadrinhados por pessoas de distintas condições sociais, sendo 3 cativos e 2 livres. Na mesma propriedade temos Hilária crioula que teve como compadre o escravo Manoel e o senhor José Joaquim dos Reis, detentor de uma pequena escravaria na região¹⁹⁵.

Os cativos que tiveram mais de um filho apadrinhado, sempre escolhiam pessoas livres e escravas serem os seus compadres. Isso quer dizer que quantos mais filhos, maior a margem de ação dos pais cativos. Podendo, assim, tentar “concretizar” via apadrinhamento laços estabelecidos antes do nascimento dos filhos, inclusive com livres (forros ou brancos).

Diante deste quadro, podemos considerar que as relações de compadrio nos permite entrever cativos num campo de equilíbrio, pois buscavam manter laços de solidariedades verticais com as pessoas livres, e os horizontais, tecidos junto a seus pares no interior da comunidade cativa. A proximidade com pessoas de condição sociais distintas podia, em alguns momentos, até gerar conflitos em relação aos demais parceiros do cativo, pois, talvez estivesse se afastando das antigas praticas de convivência. Porém, tais livres podiam ser forros, antigos moradores da senzala, pessoas que ainda mantinham fortes laços sociais no cativo, o que de certa forma, poderia minimizar as possibilidades de conflitos.

Afinal, sua convivência com pessoas livres podia trazer benefícios, mas também

¹⁹⁴ SILVIA MARIA JARDIM BRÜGGER. Minas Patriarcal: Família e Sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

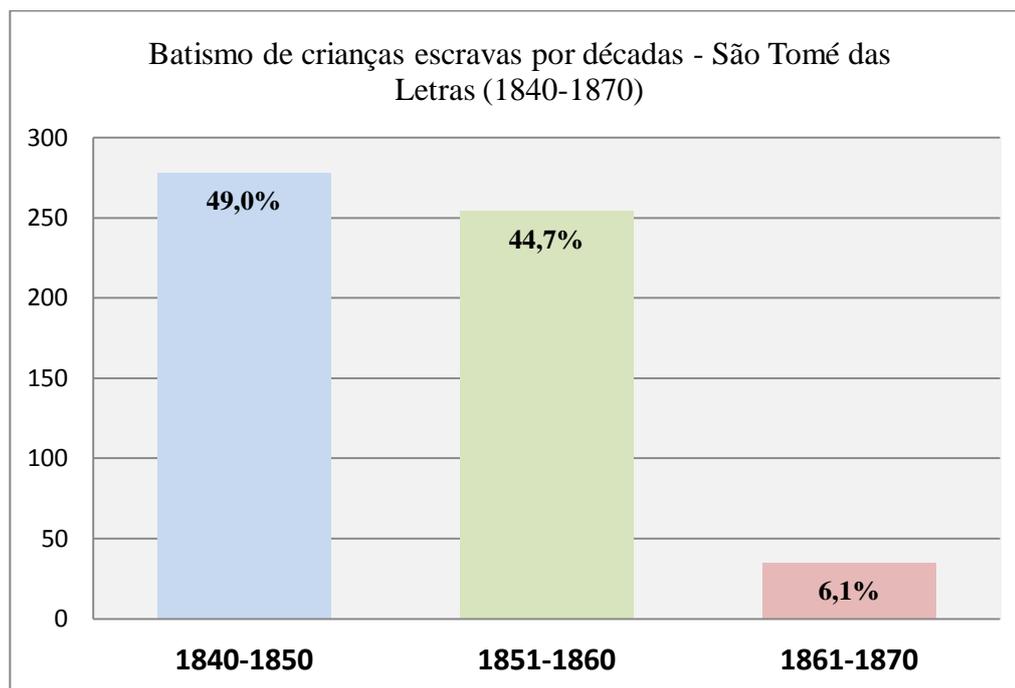
¹⁹⁵ Museu Regional de São João del Rei, Tipo de Documento: Inventário Ano: 1860 Caixa: 11, Inventariado: Manoel Alves Taveira.

gerava tensões e incertezas, já que era escravo e se encontra constantemente sobre a vigilância e avaliação daqueles que tinham suas condições sociais distintas da sua. Qualquer passo em falso podia fazer ruir os benefícios conquistados, ao longo dos anos, e significar um retrocesso do cativo em relação à ocupação (transferência do trabalho doméstico para o do eito, por exemplo), ou em relação à concessão de alforria em testamento, que podia ser excluída, através de um codicilo. Daí a importância de tomar o escravo como um agente racional, capaz de empreender estratégias de ação com base em seus recursos e orientações valorativas¹⁹⁶.

Explorando um pouco mais a estrutura do compadrio na região, torna-se necessário realizamos um análise sobre a distribuição do apadrinhamento de crianças cativas nas décadas que complementam o recorte cronológico desta pesquisa.

¹⁹⁶ ROSENTAL, Paul- André. Construir o “macro” pelo micro: Freddrik Barth e a “microstória”. In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. (PP. 151-172).

GRAFICO n° 12



Fonte: Cúria Diocesana de Campanha: Livro paroquial de batismo da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870).

Observa-se neste gráfico, que a maioria das crianças cativas foram batizadas entre as décadas de 1840 e 1850. Mas, em um destes dois períodos houve uma pequena superioridade numérica de batismo, nota-se que nos anos 1840 ocorreu um elevado numero de batismos de escravos, além do mais, este período é fortemente marcado pela intensa entrada de africanos novos nos portos brasileiros, e a ultima década de vigência do trafico internacional de africanos. Sabemos que nesta década, vários senhores do sudeste brasileiro recorreram à mão de obra dos além-mares para garantir a manutenção de suas posses¹⁹⁷.

Acredito que na década de 1840, alguns senhores, donos de grandes planteis na região, tenha recebido alguns escravos procedentes dos portos brasileiros. Mas, nas escravarias de São Tomé das Letras, esta situação não se generalizou. Pois, o alto numero de crianças cativas batizadas na região durante este período, seja um indicio, de que os senhores estavam interessados no crescimento natural das senzalas de suas

¹⁹⁷ FLORENTINO, Manolo e GÓES, Roberto. A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p.27-37.

posses, ou simplesmente senhores não inibiam a prática. Além disto, é importante frisar, que não encontramos nenhum adulto batizado na região entre as décadas de 1840 a 1870, todos os batizando eram recém-nascidos que tinham menos de 6 meses de idade, portanto, varias escravaria de São Tomé no período examinado contou com o nascimento destes pequenos mancipios para suas reproduções físicas.

Além disto, verificamos que na década de 1840, os senhores levaram a pia baptismal 277 (48,8%) crianças escravos. Diante deste enorme contingente de cativos batizados, presumimos que os senhores incentivaram os seus mancipios a formarem famílias, que num futuro não muito distante, contribuiria para a manutenção de suas posses. Talvez isto tenha a dado certo, pois, nos assento de obitas da região entre os anos de 1840 a 1888, a taxa de mortalidade infantil nas senzalas da freguesia de São Tomé das Letras apresentou baixos percentuais. Das 153 crianças inocentes falecidas neste período, os cativos apresentaram 31 óbitos (20,2%), enquanto as crianças livres foram 122 (79,8%)¹⁹⁸.

Nisto a baixa mortalidade escrava que consta em nossos assentos de óbitos e a alta natalidade verificada nos registros de batismo é um forte indicio do empreendimento dos senhores em ampliar as suas escravarias através de uma reprodução endógena no cativo.

Porém, a reprodução natural das escravarias, não dependia somente dos senhores, os escravos também interferiam neste processo. Em alguns momentos, insatisfeitos com seus senhores, muitos deles poderiam deixar de procriar, comprometendo a reprodução física das mãos de obras nas unidades escravistas. Os senhores tinham ciência disto, e por isto, foram mais cautelosos em incentivar os seus cativos há procriarem novos dependentes. Portanto, tiveram que estabelecer várias negociações com seus mancipios para o bom andamento dos seus negócios. Como, por exemplo, as relações de compadrio que os senhores permitiam aos escravos empreenderem com pessoas que pertenciam a outras unidades e de distintas condições sociais.

Na década de 1860, os arranjos fictícios sofreram mudanças importantes dadas às reduções significativas de padrinhos livres e escravos nas cerimônias de batismo dos inocentes cativos. Neste período os escravos como padrinhos perfaziam 16,6% e os livres 5,1%, portanto, bem inferior aos números relativos apresentados nas duas

¹⁹⁸ Curia Diocesana de Campanha: Assentos de óbitos da Freguesia de São Tomé das Letras, Livro: 03.

anteriores. Este declínio pode ser motivado por um fenômeno que não ocorreu nas décadas anteriores, pois vimos que nos anos de 1840 e 1850, o alto número de crianças cativas levadas a pia batismal, sinalizava a ampliação das escravarias sem a interferência do tráfico internacional de africanos. Sendo assim, os baixos números de batismos de escravos na década de 1860, talvez seja um indicio de que nesta época, os planteis escravista da região estavam passando por um modesto crescimento natural em suas senzalas.

Outro dado a ser observado, é que quando comparamos os gráficos de casamentos e batismos entre os cativos, percebemos que na década de 1840 a 1850 estes sacramentos foram praticados em larga escala pelos cativos, na década subsequente estas praticas sacramentais sofreram uma queda vertiginosa . No início da década 1860, ocorreu uma interrupção periódica na formalização dos enlaces matrimônios dos escravos. Presumimos que este acontecimento tenha interferido no declínio numérico de batismo de crianças cativas neste período. Portanto, o não reconhecido destes laços pelas autoridades locais (senhores e igreja), poderia causar certo desconforto entre os cativos, que deixariam de procriar novos rebentos para receberem os santos óleos do batismo. Além disto, este repúdio dos cativos comprometeria o crescimento vegetativo dos planteis escravista.

Estas praticas refletiram sobre os índices legitimidades e ilegitimidades das crianças cativas que foram batizadas na Freguesia de São Tomé das Letras.

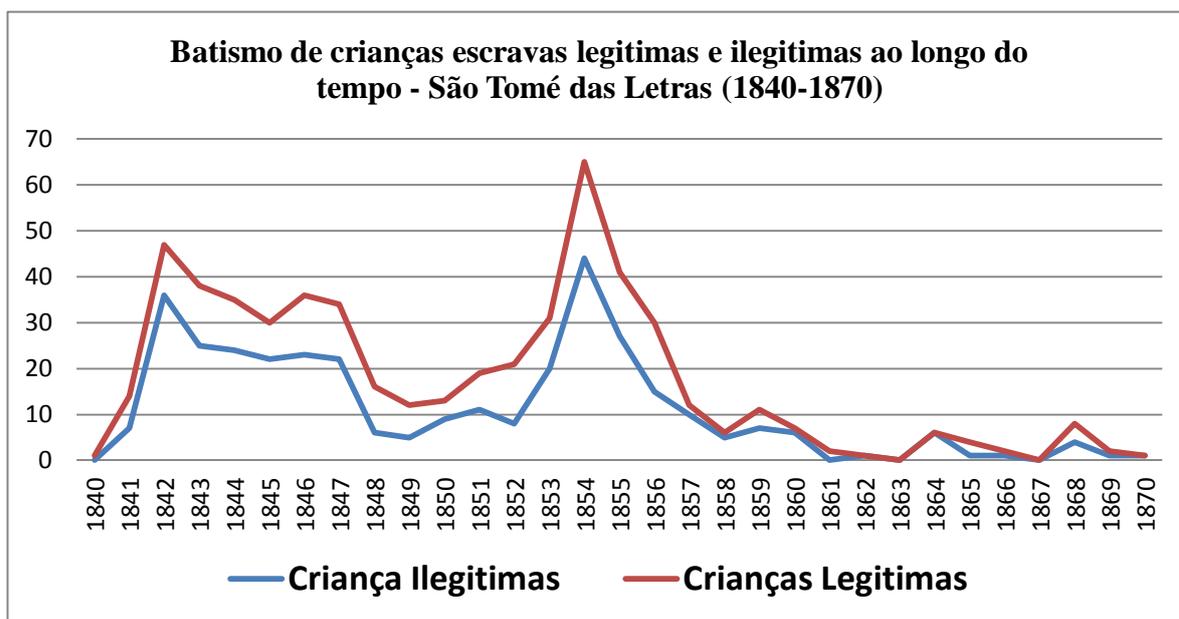
A incidência de filhos ilegítimos era, em geral, bastante elevada na sociedade escravista brasileira. Para Aliada C. Metcalf, os filhos naturais correspondiam um terço e metade das crianças batizadas na America Portuguesa. A ilegitimidade foi um fenômeno presente em todos os grupos sociais, mas foi mais frequente nas camadas populares, principalmente entre os escravos.¹⁹⁹ O estudo pioneiro feito por Maria Luiza Marcílio para a cidade de São Paulo, tendo como base os registros paroquiais que contemplavam os anos de 1750 a 1850, revelou que, entre os 21.681 assentos de batismos analisados, 23,2% referiam-se a filhos ilegítimos²⁰⁰.

Diante deste quadro pergunta-se; como se devem examinar o índice de legitimidade ou ilegitimidade da população escrava? Parece-me mais interessante argumentar com os dados oferecidos pelos próprios registros paroquiais.

¹⁹⁹ METCALF, Aliada. C. "Ilegítimos". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord). Dicionario da Historia da Colonização Portuguesa no Brasil. P. 409-410.

²⁰⁰ MARCÍLIO, Maria Luiza. A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850. São Paulo, Ed. Pioneira: EDUSP, 1973.

GRAFICO 13°



Fonte: Cúria Diocesana de Campanha: Livro paroquial de batismo da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870).

Em primeiro lugar, o número de nascimento de filhos legítimos não me parece tão baixo, se comparados a outras regiões, como por exemplo, Vila Rica, que, em 1804, apresentava apenas 2 % de filhos de escravas casados segundo os cânones católicos²⁰¹. Em Salvador, a historiadora Kátia Mattoso encontrou enorme contingente de crianças ilegítimas na população livre e escrava entre os anos de 1870 a 1874. De 85 crianças escravas batizadas não encontrou uma única que fosse legítima. Os livres apresentaram uma expressiva taxa de ilegitimidades de 62%²⁰². Renato Pinto Venâncio ao pesquisar os documentos sobre batismo e casamento localizados na Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro e de São Paulo, encontrou, nas quatro décadas finais do século XVIII e no início do XIX 40% de legitimidade ente os filhos de cativos, media, às vezes não alcançadas pelos livres²⁰³.

Na freguesia de São Tomé das Letras, as crianças escravas que foram

²⁰¹ COSTA, Iraci del Nero. Vila Rica: População (1719-1826). São Paula: IPE/USP, 1979.

²⁰² MATTOSO, Katia de Queiroz. O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre). Revista Brasileira de Historia, SP, v.8, nº 16, Março 88/Agosto 88, p. 45.

²⁰³ VENANCIO, Renato Pinto. Nos limites da sagrada família. Ilegitimidade e casamento no Brasil. In: Ronaldo Vainfas (org) . Historia e sexualidade no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteiro, p. 107-123, 1998, p. 118-125.

mencionadas pelos párocos como filhos (as) legítimos, apresentaram um percentual de 64,6% dos inocentes batizados. No total de batismo na região, representam 24,7%.

Entre os inocentes escravos legítimos, não houve um desequilíbrio sexual, pois, haviam 162 crianças do sexo masculino e 181 do sexo feminino. Nota-se que numericamente as mulheres estavam um pouco acima dos homens, isto talvez tenha contribuído para o crescimento natural dos planteis escravistas²⁰⁴.

Quando foram comparados os percentuais de crianças legítimas, livres e escravas na região, as porcentagens foram desproporcionais. Os inocentes livres perfaziam 49,7% e os escravos em 24,3%. Nota-se que a porcentagem de crianças escravas legítimas era abaixo da metade das livres. O estudo de Eliane Cristina Lopes percorreu todo o século XVIII da Paróquia da Sé de São Paulo, dos 24.220 assentos recuperados, 11.160 (46%) diziam respeito à prole legítima, contra 7.924 (32,7%) da ilegítima²⁰⁵.

Em se tratando dos filhos ilegítimos, nota-se que foram menos representativos do que os escravos legítimos. No total de cativos batizados na região, apresentaram um percentual de 34,9%. Entre estas crianças havia 89 (47,8%) homens e 97 (52,2%) mulheres. Percebe-se que as crianças escravas do sexo feminino, foram à maioria entre os batizados ilegítimos.

Constatamos que as crianças livres ilegítimas, apresentavam números inferiores comparados aos inocentes batizados filhos(as) de mães escravas. Foram 162 batismos de inocentes, filhos mães solteiras livres na região, estas crianças representam 11,6% de todos os batismos que foram realizados na região.

Entre as crianças livre ilegítimas, quadro eram filhos de escravas, três foram descritos como forros e um liberto. Além disto, todos foram libertados na pia batismal.

Em relação aos expostos, encontramos 7 crianças livres, sendo 2 homens e 5 mulheres. Dois destes inocentes abandonados foram expostos na casa do Vigário da Freguesia de São Tomé das Letras, João Ribeiro Maia, e do padre Agostinho José de Souza Vieira. Além disto, os clérigos tiveram funções praticas para estas crianças, pois, escreveram e assinaram os seus assentos de batismo, foram seus padrinhos e ficaram

²⁰⁴ FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.

²⁰⁵ LOPES, Eliane Cristina. O revelar do pecado; os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

encarregados de suas tutelas²⁰⁶.

Observando detalhadamente o gráfico acima, percebemos que oficialmente a legitimidade entre crianças escravas teve um alto crescimento entre nas décadas de 1840 e 1850. Este período é conhecido como a última década de vigência do tráfico negreiro e os anos iniciais do tráfico interprovincial de cativos. Em particular, a partir dos anos de 1850, os senhores tinham no tráfico interno e na reprodução natural a esperança de perpetuação do regime, no qual incentivava seus escravos a formalizarem suas uniões²⁰⁷.

Portanto, na região de São Tomé das Letras ocorreu um movimento contrário, pois, durante as décadas iniciais da abolição do tráfico negreiro as relações familiares formais entre os cativos tendiam a declinar-se. Diante disto, estamos de frente de uma sociedade na qual a legitimidade no cotidiano da escravidão frente à sociedade católica da época cai na medida em que as pressões para o fim da escravidão avançava.

²⁰⁶ FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.

²⁰⁷ TEIXEIRA, Heloísa Maria. Reprodução e famílias escravas em Mariana 1850-1888. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2002, p.18.

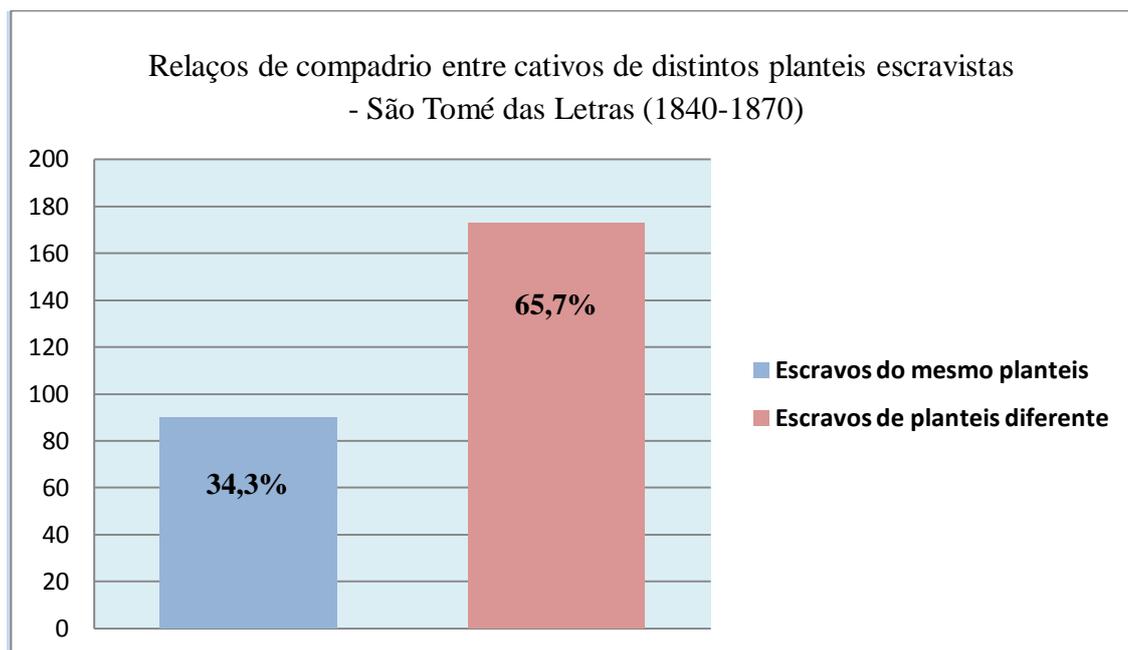
2.5.1 Compadrio escravo e estrutura de posse

As atas de batismo demonstram que os cativos se relacionavam com indivíduos pertencentes a distintos planteis escravistas. As fontes revelaram que alguns escravos deslocaram-se de uma distancia considerável para participar do ritual cristão do batismo, como por exemplo, Felisberto escravo do Doutor Tristão Antonio de Alvarenga, que saiu da Fazenda do Sobrado, e foi até a Eremida da Fazenda Jardim, propriedade do Capitão João Candido da Silva.

Temos também o Adão crioulo, morador da Freguesia do Carmo, cativo do Tenente Coronel Antonio José Ribeiro de Carvalho, que foi até a São Tomé das Letras na fazenda Campo Belo para apadrinhar a inocente, Eva, filha legitima de Lucas de nação e Eva crioula, escravos de Francisco de Andrade Junqueira.

Para termos uma noção mais ampla das relações de compadrio intrapropriedade na Freguesia de São Tomé das Letras nota-se o gráfico abaixo.

GRAFICO nº14



Fonte: Cúria Diocesana de Campanha. Registro de batismo da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870)

Estes dados mostram que a comunidade escrava na região, contou com as relações de compadrio entre escravos de distintas escravarias. Além do mais, este resultado gráfico demonstra que havia uma rede de convívio que ultrapassavam as fronteiras dos planteis, sinalizando uma mobilidade espacial entre os escravos de diferentes propriedades.

Contudo, dada a mobilidade presente na vida dos escravos da Freguesia de São Tomé das Letras, o compadrio interpropriedade revela, sobretudo, a manutenção dos vínculos de sociabilidade e solidariedade que foram acionados nos momentos críticos do cativo.

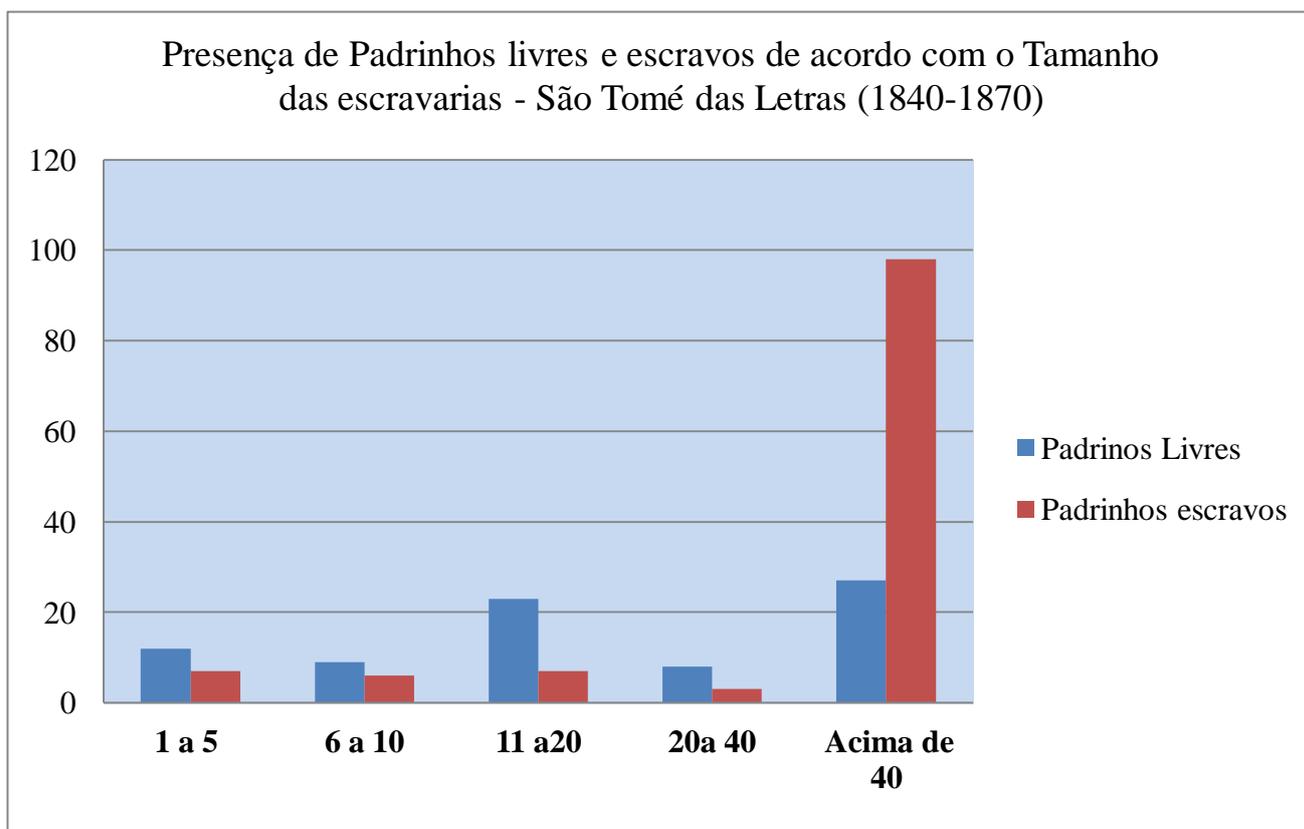
A movimentação espacial dos cativos entre as posses distintas pode ser algo que reflete numa certa autonomia de conquista dentro do espaço delimitado pelo cativo. De acordo com Hebe Mattos, para os escravos, “a obtenção de maiores níveis de autonomia dentro da senzala parece ter dependido, em grande parte, das relações familiares e comunitárias que estabeleciam com outros escravos e homens livres da

região²⁰⁸».

Outro dado importante para compreendermos o compadrio escravo na região, e a influencia dos planteis escravistas nas suas relações parentais. Como foi dito no primeiro capítulo, o plantel escravista na Freguesia de São Tomé das Letras se caracterizou pela concentração de mancipios em poucas unidades escravistas, especialmente aquelas de grande porte. Cabe agora verificar os efeitos desta estrutura nas relações de compadrio entre pessoas livres e escravas. Para caracterizar este quadro, apresento abaixo, um gráfico sobre a presença de compadres livre e escravos que apadrinharam as crianças cativas espalhadas por diversas escravarias da região.

²⁰⁸ MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silencio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.65.

GRAFICO 15°



Fonte: Cúria Diocesana de Campanha. Registro de batismo da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870)

É nítido perceber que os padrinhos escravos estiveram mais concentrados nas grandes unidades escravistas da região, pois, apresentaram um percentual de 80,9%. O resultado gráfico nos informa, que um plantel grande permite escolha farta e fácil para o compadrio cativo. Já aquele casal isolado na casa de um senhor ermitão teria menor facilidade para constituir os seus laços familiares com pessoas da mesma condição social. Logo, seu senhor permitia que o escravo buscasse um padrinho fora.

Analisando a Freguesia de Inhaúma do Rio de Janeiro, Goês percebeu que, ao escolher os padrinhos, os cativos davam preferência a outros escravos. Entretanto nos planteis menores, o autor notou que os compadres livres eram mais presentes que nos maiores planteis²⁰⁹.

Examinando a freguesia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais da região de Curitiba, entre 1790 e 1834, Dejama Junior observou que a tendência era padrinhos

²⁰⁹ GÓES, José Roberto. “O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX”. Lineart, 1993. p. 78 e 84.

livres de escravos nos menores planteis, de acordo com autor, isto se deve fato que, “os escravos venciam a dificuldade de buscar padrinhos escravos em outros plantéis porque a norma da localidade era presença de plantéis menores”²¹⁰.

Na região de Guarapuava do Paraná, durante o século XIX, Fernando Franco Netto constatou uma participação de padrinhos escravos apadrinhando crianças cativos no pequenos planteis. Segundo o autor, nestas pequenas unidades escravistas, os senhores incentivavam seus cativos na busca por compadres livres²¹¹.

Retomando aos dados que foram encontrados na freguesia de São Tomé das Letras, percebemos que nas pequenas escravarias, os escravos se relacionaram mais com pessoas de distintas condições sociais. A questão é: por que os senhores permitiam/incentivavam os cativos de pequenas posses a buscarem padrinhos livres ou de outras escravarias?

Afora a negociação entre senhor/escravo, havia estratégia senhorial, pois seus cativos ligando-se a pessoas livres e escravas de outras escravarias, de certo modo, iriam expandir suas relações, gerando-lhe certo capital social. Uma pessoa que era detentora de um pequeno plantel escravista na região e que não detinham grandes recursos materiais necessitaria de criar fortes laços morais com a comunidade local, onde se encontra pessoas de diversos segmentos sociais (escravos, libertos, forros, senhores etc.). Portanto, para estes pequenos escravistas investir no capital relacional dos seus cativos, não era um mal negocio, pois, seria uma das opções disponíveis para angariar vantagens sobre estas relações de compadrio de seus dependentes.

Nas grandes propriedades os padrinhos cativos foram numericamente superiores aos livres, pois, compareceram há 98 cerimônias de batismo. Em relação aos compadres livres, estes compareceram a 27 eventos. Conforme vai aumentando a participação de padrinhos numa posse, aumenta também o numero de crianças escravas batizadas nos planteis.

Mas, percebemos que em todos os tamanhos de planteis, as crianças batizadas e seus pais envolveram-se com pessoas de distintas condições sociais. Apesar dos padrinhos livres apadrinharem poucas crianças escravas nas grandes posses, superaram os compadres cativos nas pequenas unidades escravistas, e esta expressiva participação

²¹⁰ JUNIOR, Djalma Esteves de Ávila. “Compadrio escravo em Curitiba: um estudo das relações sociais estabelecidas pelos escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (1790-1834)”. Monografia de conclusão de curso em História, UFPR, Curitiba, 2003. p. 31.

²¹¹ FRANCO NETTO, Fernando. População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2005.

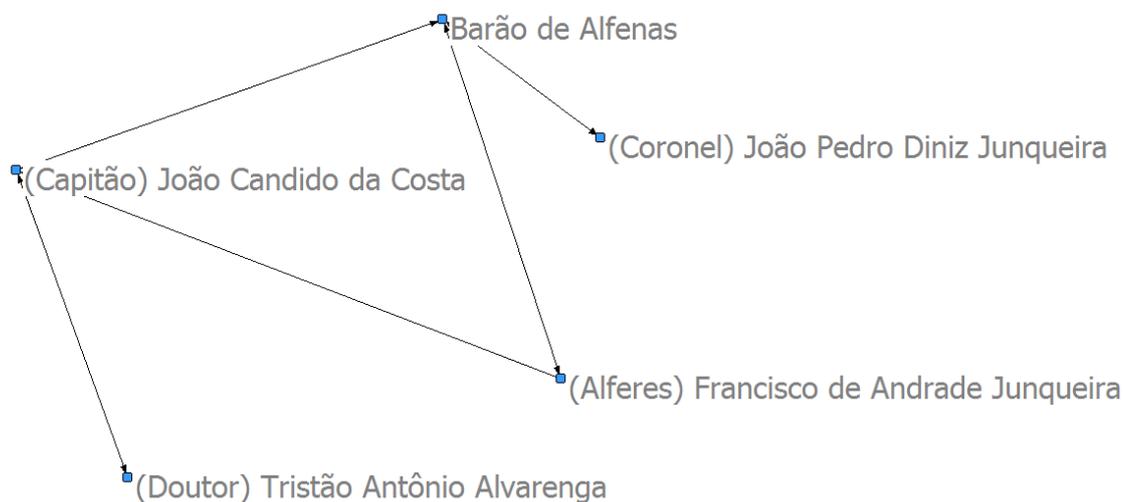
nos batistérios dos inocentes mancipais, faz com que amplie a suas redes de contados com os demais membros do cativoiro.

Assim, trabalhando com as informações de que disponho, creio ser possível afirmar que, na maioria dos casos, em São Tomé das Letras, o batizado era visto como um momento para estabelecer ou ritualizar relações preferentemente para fora da escravaria, fosse com pessoas livres das mais variadas qualidades, fosse com escravos pertencentes a outros senhores.

Os estudos mencionados não podem significar padrões definitivos para as análises das relações entre tamanho do plantel e condição jurídica dos padrinhos. Nossos resultados se assemelham algumas destas análise, porém, se difere de alguns destes aspectos. Pois, examinando as relações de compadrio que ocorriam em grandes escala nos grande planteis, presumimos que a havia uma hierarquia interna entre as senzalas da região. Nisto fizemos um gráfico onde consta a relação de algumas escravarias da região.

Gráfico n° 16

Relações de compadrio entre os escravos de alguns senhores da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870)



Fonte: Livro de assentos de batismos da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870).

Nesta representação gráfica, selecionamos os 5 senhores que detinham as maiores escravarias da região. Entre estes senhores, destaca-se Gabriel Francisco Junqueira, o Barão de Alfenas, que levou o maior número de cativos a pia batismal de São Tomé das Letras. Em sua posse foram 29 crianças batizadas e 44 escravos que serviram de padrinhos²¹². Nenhum dos seus escravos foram sequer batizados ou apadrinhados por pessoas livres. A maioria dos seus cativos foram padrinhos de crianças na escravaria de seu filho, o Alferes Francisco de Andrade Junqueira, nestas unidades foram 10 inocentes mancipios apadrinhados.

O segundo senhor que apresentou um elevado número de cativos batizados, foi o próprio Alferes, Francisco de Andrade Junqueira, como dissemos, o filho do Barão de Alfenas. Este senhor teve 24 crianças escravas de sua posse apadrinhadas por cativos de outras fazendas, sendo 10 nas escravarias de seu pai, 5 em sua escravaria e 9

²¹² Cúria Diocesana de Campanha: Assentos de Batismo da Freguesia de São Tomé das Letras, 1840-1870.

inocentes mancipios nas propriedades de seus cunhados e irmãos²¹³.

Na sequência temos o Tenente Coronel, João Pedro Diniz Junqueira, este senhor levou 15 de seus inocentes cativos a pia batismal, ao total, foram 15 crianças na sua escravaria que receberam os Santos Óleos do Batismo. Destas, 9 foram apadrinhado em suas fazenda, 1 na propriedade do Barão de Alfenas, e as outras 5 criança tiveram como padrinhos pessoas livres. Ao contrario que ocorreu nas escravarias dos dois senhores citados acima, os compadres livres fizeram-se presentes na senzala de João Pedro Diniz Junqueira. Dois escravos que pertenciam ao senhor João Pedro Diniz Junqueira foram até a propriedade do Barão de Alfenas, para apadrinhar dois inocentes cativos²¹⁴.

O Capitão João Candido da Costa foi o quarto senhor que mais levou escravos para serem batizadas, pois, forma 14 inocentes cativos em sua propriedade que tiveram padrinhos na região. Ao contrario dos escravos do Barão de Alfena e de Francisco de Andrade Junqueira, 6 dos seus cativos foram apadrinhados por compadres livres. Venâncio uma criança que pertencia ao seu plantel, filho legitimo, de Roque Guine e Custodia Guine foi apadrinhado por cativo que pertencia a senzala do Doutor Tristão Antônio de Alvarenga, de certa modo, o batismo desta inocente criança, conectou as duas escravarias, como foi visto na representação gráfica exposta acima²¹⁵.

Os escravos do Capitão João Candido da Costa que foram escolhidos para apadrinhar crianças em outras escravarias, foram padrinhos de 2 inocentes cativos no plantel do Barão de Alfenas, 3 na posse do Doutor Tristão Antonio Junqueira, 4 em sua unidade escravista e os demais nas fazendas de seus familiares²¹⁶.

Entre estes senhores donos de grandes escravarias, o Doutor Tristão Antonio de Alvarenga foi o que apresentou um menor numero de cativos batizados. Ao todo foram 7 escravos que receberam o santo óleo do batismo. Sendo que 3 destes pequenos mancipios foram apadrinhados por cativos que pertenciam a senzala de João Candido da Costa. Três escravos do senhor Alvarenga apadrinharam crianças na propriedade de, Dona Genoveva Francisca Junqueira, João Candido da Costa e um em seu plantel²¹⁷.

²¹³ Cúria Diocesana de Campanha: Assentos de Batismo da Freguesia de São Tomé das Letras, 1840-1870.

²¹⁴ Curia Diocesana de Campanha: Assentos de Batismo da Freguesia de São Tomé das Letras, 1840-1870.

²¹⁵ Curia Diocesana de Campanha: Assentos de Batismo da Freguesia de São Tomé das Letras, 1840-1870.

²¹⁶ Escritorio Tecnico do Ipham. Inventario pos-mortem de Tristão Antônio de Alvarenga – Ano: 1871, cx: 11.

²¹⁷ Curia Diocesana de Campanha: Assentos de Batismo da Freguesia de São Tomé das Letras, 1840-1870.

Como podemos notar, estas escravarias tinham grande força na comunidade livre e escrava da região e acabava demonstrando esta sua posição ao atuar como importante centro de padrinhos e madrinhas. Tais dados sugere que havia uma clara hierarquia destas senzalas com as outras da região. Além disto, as distinções entre as senzalas era fruto da hierarquia existente entre os senhores desses escravos e suas casas²¹⁸.

Além do mais, todos estes senhores eram membros da mesma família e considerados os mais abastados da região. A iniciativa de fazer que seus escravos mantivessem relações entre si, pode ser indicio que este seleto grupo de senhores estavam distinguindo dos demais escravistas da região. Diante deste quadro, nota-se que estes homens detentores de riqueza e prestígio na localidade encontravam-se no topo da hierarquia local da Freguesia de São Tomé das Letras.

Acreditamos que esta hierarquia local, foi algo que refletiu nas senzalas de São Tomé. Tomando como base a relações de compadrio, os cativos que se encontravam nas grandes unidades que referimos, não manteve nenhuma relação parental com os escravos que pertenciam às outras propriedades. Significa, que nestas grandes escravarias formou uma comunidades escrava que não matinha ligações com outros planteis escravistas que eram de médio e pequeno porte. Isto, devido à iniciativa destes grandes senhores de escravos em se fechar como distinto grupo de prestigio e reconhecimento local na Freguesia.

No capítulo 1º vimos que as pequenas escravarias da Freguesia de São Tomé das Letras, apresentavam uma baixa produção alimentar, além disto, os senhores donos destas posses, ao longo da vida conseguiram acumular modestos capitais. Toda esta infraestrutura provavelmente tenha interferido nos espaços das senzalas, pois, os poucos recursos disponíveis nestas propriedades poderiam tornar a vida dos cativos mais precárias. Sendo assim, os cativos que viviam em senzalas mais prósperas onde a alimentação e o vestuário eram recursos garantidos, de certo forma, estavam melhor situação na hierarquia do cativo, no qual se diferenciavam daqueles que viviam em escravarias que comprometia a sua subsistência.

²¹⁸ FRAGOSO, João Luis Ribeiro. A Espera das Frotas: Hierarquia Social e Formas de Acumulação no Rio de Janeiro, Século XVII IN: Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social. Departamento de História. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

2.6 - Práticas de nomeações das crianças cativas batizadas.

Neste tópico iremos analisar as práticas de nomeações dos inocentes cativos que apadrinhados na região. Nisto, a verificação dos nomes pais, mães, padrinhos e madrinhas permite que chegassem às “*fronteiras máximas do sentimento de pertencer a uma família entre escravos*”²¹⁹. Comparando os nomes das crianças batizadas com os seus entes familiares, poderemos observar que o compadrio ia além da consanguinidade e do matrimônio, envolvendo os padrinhos espirituais.

Um das formas de aproximar ou pertencer a um determinado grupo passava pela escolha do nome das crianças²²⁰. Ao que tudo indica, este processo se dava em duas faces. A primeira delas era o batismo, no ato de acolher um prenome para os inocentes batizados. Segundo o ritual católico, sob orientação dos dispositivos das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (Da Vide, 1707), o padrinho — responsável pela criança ante Deus — propiciaria um prenome ao recém-nascido e renunciaria ao demônio em seu nome²²¹.

Num segundo momento da vida destas crianças, era agregado um sobrenome, não necessária familiar. Podia ser agregado a um sobrenome religioso (por ex: Maria, João, Mateus etc.) ou um segundo prenome, práticas mais difundidas entre as mulheres. Mesmo os sobrenomes familiares não seguiam uma regra definida. Podia vir dos pais, avós ou outros parentes, ou ainda dos padrinhos.

Florentino e Góes apontam ser de Carlo Ginzburg o alerta para o caráter universal do nome recebido ou assumido pelos indivíduos. “De fato, se algo distingue uma pessoa de outra em todas as sociedades conhecidas, este algo é o seu nome”. Ainda segundo estes pesquisadores, Herbert Gutman sugere que a nomeação feita aos filhos de uma forma e não de outra não é aleatória. Ao contrário, tais práticas, segundo este pesquisador, são inestimáveis evidências históricas que resumem experiências pessoais, acontecimentos importantes, visões de mundo, ideias e valores culturais²²².

Em seu estudo sobre a França do antigo regime, François Lebrun afirma haver uma primazia de João como nome masculino e de Maria como feminino. A mesma

²¹⁹ Florentino, Manolo G & GOÉS, José Roberto. A paz na senzala. Família escrava e tráfico atlântico, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1997.

²²⁰ HAMEISTER, Martha. Para Dar Calor à Nova Povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1863). Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS-PPGH, 2006, (Tese de Doutorado).

²²¹ Sebastião Monteiro da Vide, Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia, Brasília: Ed. do Senado Federal, 2007 (1ª edição de 1720, fac-símile da edição de 1853)

²²² FLORENTINO Manolo Garcia & GÓES Roberto. *A paz da senzala*. p. 81.

constatação é feita para a freguesia estudada. O pesquisador atenta que algumas variáveis como a existência de santos locais mais ou menos importantes vêm modificar a frequência dos nomes. De acordo com Lebrun: “A escolha do nome reveste assim um duplo alcance, religioso e mágico: assegura-se à criança a proteção simultânea de um grande santo (dado ao mesmo tempo como modelo) e dos antigos chefes da família ou deste ou daquele parente assim reencarnados”²²³.

Aqui escolhemos utilizar os registros de batismo, focando-nos apenas na análise dos nomes que foram dados as crianças escravas batizadas da Freguesia.

Tabela n° 10

Padrões de Nomeações dos batizando escravos filhos de pais cativos da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870)

Nome dos pais	Nome dos padrinhos livres	Nome dos padrinhos escravo	Nome do Senhores dos pais	Total
22	24	23	19	88
25,0%	27,2%	26,1%	21,5%	100%

Fonte: Cúria Diocesana de Campanha. Registro de batismo da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870)

De acordo com esta tabela, podemos observar a importância do nome do batizando como algo fundamental nas cerimônias de batismo, pois por meio deles é possível perceber indícios de “homenagens” feitas à pessoa escolhida para cumprir tal papel. Verificamos que as pessoas mais homenageadas por meio do nome foram os padrinhos livres, contabilizando 24 compadres ou 26,1% das homenagens obtidas através dos nomes. Porém, os protetores espirituais cativos quase se aproximam dos livres. Neste caso, independente das condições sociais distintas destes padrinhos, a escolha de um nome para um batizando escravos poderia ser uma das estratégias para o fortalecimento com o mundo livre e a comunidade escrava. Além disto, podemos compreender que as famílias escravas se abriram para além do matrimônio e da

²²³ LEBRUN, François, *A Vida Conjugal no Antigo Regime*, Edições Rolim, Trad. de M. Carolina Querioga Ramos N., Fevereiro de 1983, p 116-117.

consanguinidade, englobando os padrinhos espirituais.

A prática de alguns pais em dar a seus filhos os nomes de seus compadres demonstrou a ampliação das relações sociais. Portanto, os padrinhos além de terem os seus nomes homenageados nas cerimônias de batismo, adotaram laços de compadrio com os pais das crianças.

Os pais dos batizando cativos também tiveram os seus nomes passados aos seus filhos com uma expressiva frequência, o que talvez seja um indicativo do fortalecimento dos laços familiares consanguíneos entre os escravos. Com relação aos senhores, dos 19 que estão expostos na tabela, somente três foram padrinhos de escravos, porém, aproveitando a oportunidade realizarmos esta análise, procuramos apurar quantos escravos recém-nascidos na região adotaram os nomes dos seus senhores.

Diante destes dados, acreditamos que os pais dos inocentes cativos tinham interesses em estabelecer relações mais próximas com seus senhores. Ao homenagear o seu senhor escolhendo o seu nome para dar aos seus filhos, os escravos tinham intenções de envolver os seus donos nas suas vivências familiares, além do mais, isto é uma das múltiplas formas de dos mancipios de diferenciar-se no cativo.

O pesquisador Donald Ramos, ao estudar uma paróquia mineira, acompanhou a trajetória a pia batismal de um homem importante e seus escravos. Verificou que os escravos que ali mais compareciam na situação de padrinhos tinham um dos sobrenomes de seu senhor. Ao que tudo indica escolher os nomes dos senhores para seus filhos poderia ser o início da caminhada para o mundo da liberdade²²⁴. Na freguesia de São Tomé das Letras os pais das crianças cativas tinham, em geral, esse costume de homenagem através do nome dos inocentes batizados, pois através destas homenagens procuravam fortalecer a suas relações com pessoas de distintas condições sociais para ampara-los nos momentos difíceis do cativo.

²²⁴ RAMOS, Donald (2004), Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Varia História* [S.I.], n. 31, p. 41-68.

Capítulo 3º

Família e compadrio escravo nas tramas do cotidiano

Resumo do Capítulo

No capítulo anterior, a preocupação foi a de analisar os padrões gerais do compadrio e do matrimônio da população livre e escrava da Freguesia de São Tomé das Letras. Foram feitas algumas incursões sobre as escolhas individuais dos agentes que se relacionaram através dos laços familiares constituídos na região. Entretanto, o principal objetivo do capítulo 2º foi o de demonstrar o perfil do matrimônio e do compadrio entre pessoas livres e cativas na Freguesia. Portanto, nossa intenção era evidenciar as singularidades dessas relações que diferem de padrões familiares encontrados em outras regiões do país.

No terceiro e último capítulo, serão analisadas as tramas familiares de pessoas de distintas condições sociais que se relacionavam em uma sociedade marcada pela hierarquia e desigualdade. Além disso, o foco das atenções será nas relações familiares e de sociabilidades entre senhores e escravos.

Seguindo uma sequência de exames, procuraremos examinar as estratégias relacionais desses distintos segmentos em torno dos aspectos políticos e sociais do compadrio. Nesse sentido, o estudo de caso nos possibilitará recuperar outra dimensão que apenas a quantificação da série batismal não abarcaria. Para tanto, há de se lançar mão de diferentes fundos documentais, como os paroquiais, listas nominativas, testamentos e inventários *post-mortem* à procura de rastros e histórias dos atores sociais, tendo o nome como fio condutor dessa investigação²²⁵. Assim, o presente estudo lança luz sobre a trajetória de senhores e cativos que se envolveram em complexas redes de relacionamento social e familiar na região.

²²⁵ GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo et al. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1989, p. 169-178. HAMEISTER, Martha D. Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.

3.1 - “*Relações familiares*”: os laços de compadrio entre senhores, membros das famílias senhoriais e escravos.

Em várias regiões brasileiras, muitas pesquisas vêm demonstrando que, raríssimas vezes, os senhores foram compadres de seus cativos. Em estudos pioneiros no Brasil, Gudeman e Schwartz indicam que, no Recôncavo Baiano, na década de 1780, foi extremamente raro o apadrinhamento de cativos por seus senhores. Para os autores, havia uma imensa incompatibilidade entre escravidão e parentesco espiritual²²⁶. Dessa forma, põe em dúvida a existência de possíveis valores patriarcais entre senhores e escravos. Para explicar esta dissidência entre compadrio e escravidão na Bahia, Stuart Schwartz apoia seus argumentos em uma série de rebeliões escravas ocorridas na província baiana, entre os anos 1807 a 1835. Em decorrência dessas tensões, as relações familiares entre senhores e cativos foram bastante prejudicadas²²⁷.

Ana Lugão Rios, que estudou Paraíba do Sul entre 1872 e 1888, indicou que apenas 0,3% dos escravos batizados tiveram seus senhores como padrinhos. Para a região de São João del Rei, Silvia Brugger constatou que apenas 1,1% (150) das crianças cativas, batizadas entre 1736 e 1850, foram apadrinhadas por seus senhores. Os dados encontrados para a Freguesia de São Tomé das Letras não diferem muito dos resultados acima²²⁸.

²²⁶ GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. “*Purgando o pecado original*”. Compadrio e batismo de escravo na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José. *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil*. SP, Brasiliense, 1988.

²²⁷ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

²²⁸ BRÜGGER, Silvia M. Jardim. *Minas Patriarcal – Família e Sociedade (São João del Rei; Séculos XVIII e XIX)*. Niterói, Tese de Doutorado, UFF, 2002. ; RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e Transição (Famílias negars em Paraíba do Sul, 1872-1920)* Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1990.

Tabela nº 10

Padrinhos dos inocentes cativos pertencentes aos senhores de escravos da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870).

Senhores Padrinhos	Parentes consanguíneos dos Senhores	Pessoas sem laços consanguíneos com os senhores	Total
3	26	96	125
2,4%	20,8%	76,8%	100%

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Campanha. Registros paroquiais de batismo da Freguesia de São Tomé das Letras (1841-1870).

Como demonstram os números acima, percebe-se que, diante das relações estabelecidas pelo compadrio, os parentes consanguíneos²²⁹ dos senhores de escravos tiveram uma participação significativa no batistério dos seus cativos, pois, a cada 4 escravos batizados, 1 era apadrinhado por algum parente do senhor.

Diante desses dados, percebemos que os parentes consanguíneos podem ser elementos reveladores sobre as estratégias senhoriais. Ao permitir que alguns de seus membros familiares apadrinhassem um dos seus cativos, o senhor acabava se aproximando dos seus dependentes.

Mesmo estando ligado de forma indireta aos seus cativos, havia um considerável interesse por parte dos senhores em estabelecer alguma relação com seus escravos, pois sentiam necessidade de investir em uma política relacional com os membros do cativo. De alguma maneira, teriam que demonstrar certa preocupação sobre a constituição dos laços familiares dos seus mancipios, indicando pessoas que lhe prestariam auxílio e proteção. Nada mais indicado do que seus próprios parentes.

Exemplo disso, temos o caso de Jacinta Clementina de Jesus e sua escrava, Cândida Parda. Esta cativa, quando tinha 2 anos de idade, foi apadrinhada pelo irmão de sua senhora, Rafael José de Andrade. Em seu testamento, Dona Jacinta declarou o seguinte pedido:

²²⁹ Verificamos que os parentes dos senhores que apadrinharam seus cativos eram, pessoas que viviam sobre seu teto, esposas, filhos, irmãos, avos, tios e netos.

*Declaro que meus irmãos Joaquim e Miguel não terão parte alguma nos meus escravos, mas sim em outros bens, e assim mais é minha vontade que a minha escrava Cândida fique pertencendo nesta herança a meu Irmão Rafael por ser este o seu padrinho e quem poderá beneficiar para o futuro*²³⁰.

Diante desta declaração, é possível notar que Dona Jacinta Clementina de Jesus estava preocupada com o futuro de sua escrava. A preocupação não se limitava apenas ao “*legado da consciência*”²³¹ dessa senhora, mas também com as relações que foram tecidas com esta cativa ao longo de sua vida.

Um primeiro dado sobre as relações constituintes entre esta senhora e sua escrava consiste no fato dona Jacinta não ter tido filhos. A dona Jacinta Clementina de Jesus era filha legítima de Miguel José de Andrade e de Ana Tereza de Jesus, e declarou em seu testamento que “*nunca fui casada e não tenho filhos*”²³². Jacinta Clementina de Jesus senhoreava 7 cativos e, na partilha dos seus bens, todos esses escravos foram deixados de herança em seu inventário para o testamenteiro, inventariante e irmão, o senhor Rafael José de Andrade.

Todos os cativos inventariados estavam em idade adulta, com exceção de Cândida, que ainda era uma inocente. Como consta no testamento e no inventário de Dona Jacinta Clementina de Jesus, Cândida foi à única entre os escravos doados a Rafael José de Andrade a receber um tratamento diferenciado, pois sua senhora pediu para que seu padrinho e futuro senhor zelasse pelo futuro.

Diante dessas informações, percebe-se que Dona Jacinta tinha algum apreço e afeto pela sua escrava Cândida. Como dissemos a escrava Cândida desde pequena esteve presente no plantel escravista de Dona Jacinta. Com pouca idade, provavelmente ainda não estava empenhada no trabalho do eido, ocupando-se mais com as obrigações internas da casa grande. Sendo assim, manteve relações próximas com sua senhora, construindo laços de solidariedade e de sociabilidade, fazendo seu futuro fosse planejado por sua senhora.

²³⁰ Museu Regional de São del Rei – Testamento de Dona Jacinta Clementina de Jesus Ano: 1851.

²³¹ Museu Regional de São João del Rei: Inventario de Jacinta Clementina de Jesus- 03/12/1851, cx; 07.

²³² Museu Regional de São João del Rei: Testamento de Jacinta Clementina de Jesus- 03/12/1851, cx; 07

Dona Jacinta Clementina de Jesus faleceu no ano 1851, momento em que sua escrava Cândida Parda tinha apenas 7 anos de idade e tornou-se cativa de Rafael José de Andrade, mantendo-se assim por 30 anos de sua vida, até completar 37 anos de idade. Ao longo das três décadas, houve várias mudanças na vida de Cândida, tornou-se mãe, comadre e esposa. Teve dois filhos: Ovídio e Elvira; casou-se com João Bernardo de Souza, de 40 anos, filho legítimo de Joaquim Bernardo de Souza e Isabel de Tal.

Como pode ser percebido, Cândida se relacionou matrimonialmente com uma pessoa livre, que poderia lhe fornecer uma proteção social. Além desse recurso, descobrimos que seus filhos foram apadrinhados por pessoas livres, que eram irmãos de sua ex-senhora (Dona Jacinta) e, logicamente, parentes consanguíneos de seu senhor.

Diante deste quadro, nota-se que Cândida, ao longo da vida, adquiriu um forte capital relacional, e a conquista desses recursos sociais teriam contado com o auxílio de seu senhor e padrinho, Rafael José de Andrade, que, no testamento de sua falecida irmã, ficou encarregado de cuidar e zelar pelo futuro da escrava. Por essa incumbência, tratou de arrumar bons compadres e um casamento com uma pessoa livre do cativoiro.

Retomando os dados da tabela, nota-se que os cativos que não foram apadrinhados pelos parentes dos seus senhores, estavam ligados a pessoas de diversos segmentos sociais, como senhores de escravos, forros, homens pobres livres de ascendência escravos e recém-libertos do cativoiro. Constata-se, também, que a maioria dessas pessoas não era detentora de grande prestígio e riqueza na região, ainda assim mantinham relações com as casas senhoriais.

Apesar de estes padrinhos livres serem compadres de escravos que pertenciam a senhores que não eram seus parentes consanguíneos, de alguma maneira estiveram ligados a estes escravistas, pois muitos eram amigos íntimos, clientes, compadres, padrinhos de casamentos e, talvez, pessoas que participavam de algum evento na casa senhorial. Assim, todas essas pessoas, de alguma forma, estavam interligadas socialmente.

Sobre essas condições, os padrinhos livres, sem vínculos consanguíneos com os senhores de escravos da região, mantinham relações de convívio nas casas grandes da região e, vivenciando estes laços, de algum modo envolviam seus compadres e afilhados presos ao cativoiro a este núcleo de convivência.

Diante deste quadro apresentado, podemos dizer que em São Tomé das Letras, as famílias senhoriais abrangiam suas esferas de influências, sua legitimação social e seu poder frente à sociedade ao ampliar suas relações sociais. Por outro lado, as famílias

desses indivíduos sem vínculos consanguíneos acabavam por obter maior segurança, pois se colocavam mais ao abrigo das grandes famílias que eram detentoras de prestígio e cativos na região.

Além dos fatores citados, seria muito mais fácil, Naturalmente, seria muito mais fácil para os escravos cultivar a aproximação com estas pessoas que deviam circular frequentemente pelas propriedades de seu senhor, do que com pessoas livres que não fizessem parte das relações deste último. Além do que, tal limitação do conjunto de potenciais compadres combinaria com os interesses senhoriais, no sentido de se evitar parentescos e solidariedades entre seus cativos e pessoas estranhas ou inimigas. Dessa forma, consideramos que, muito embora os cativos pudessem escolher seus compadres, bem como seus cônjuges, cabia ao senhor a prerrogativa de vetar tal escolha, quando lhe conviesse²³³.

Examinando a região de Campinas ao longo século XIX, Cristina Rocha considera que, do ponto de vista senhorial, era bastante interessante o estabelecimento de laços de compadrio entre seus cativos e com pessoas próximas de suas casas, sobretudo se estes fossem seus “amigos íntimos”. Primeiro, porque de um “amigo íntimo” o senhor não esperaria conivência em atos de insubordinação cometidos por seus escravos. Segundo (e talvez mais importante), as relações de parentesco entre seus cativos, feitores e administradores reduziriam bastante à possibilidade de conflitos graves, os quais muitas vezes culminaram em agressões e assassinatos²³⁴.

João Fragoso observou que duas famílias, favoritas ao compadrio, as quais juntas detinham 15% dos compadrios da localidade, caíram em desgraça na busca de seus membros para batizar crianças, fossem elas livres ou escravos, após serem derrotadas em disputas políticas da elite fluminense²³⁵. O mais usual, entretanto, é que, havendo pessoas disponíveis para apadrinhar, com as quais não se possuísse inimizades, uma dessas por afinidades, parentescos já existentes ou por alianças desejáveis no futuro, seja escolhidos para madrinha e outras para padrinho.

²³³ SLENES, Robert . “A Formação da Família Escrava nas Regiões de Grande Lavoura do Sudeste: Campinas, um caso paradigmático no século XIX”, in: População e Família, São Paulo, v.1, n.1, jan/jun. 1998, p. 43.

²³⁴ ROCHA, Cristiany Miranda. Gerações da senzala: famílias e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004, (Tese de Doutorado em História), p. 82-83.

²³⁵ FRAGOSO, João. "Um mercado dominado por „bandos“: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro seiscentista". In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, MATTOS, Hebe Maria & FRAGOSO, João. Escritos Sobre História e Educação: homenagem à Maria Yedda Leite Linhares. v. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001. pp. 247-288.

Cruzando as listas nominativas com os assentos de batismo da região de São José dos Pinhais, Cacilda Machado demonstrou a presença significativa de parentes dos senhores como padrinhos dos seus escravos. Percebe-se nessas relações, tanto um conteúdo paternalista quanto uma estratégia dos escravos para estabelecer vínculos com várias casas e famílias situadas em diferentes posições sociais²³⁶.

Em se tratando de senhores padrinhos de escravos na região, vimos que foram ínfimas estas relações. Entretanto, os laços que se consegue averiguar fornecem dados importantes sobre as relações familiares entre senhores e cativos.

Na Freguesia de São Tomé das Letras, um dos poucos senhores a se tornar compadre de seus escravos foi João Gonçalves de Góis. Era tropeiro, casado com Dona Ana Joaquina do Espírito Santo, moradores da Fazenda Rio do Peixe e em seu plantel havia 8 cativos²³⁷. Naquela pequena propriedade escravista, havia uma cativa solteira, de nome Maria, e mais um casal de escravos com 5 filhos. Essa família escrava era encabeçada por Antônio Guine e Vicência crioula. Inácio, um dos filhos do casal, teve como padrinho o seu senhor. Esse laço de compadrio pode ser um indício de uma aproximação do senhor João Gonçalves de Góis com seus cativos. Como dissemos anteriormente, foram raríssimas as vezes que os senhores apadrinharam os seus escravos e, quando ocorria esta prática, provavelmente suas relações estavam se estreitando. Além do mais, as intensas convivências e interações entre senhores e as famílias dos cativos eram mais fáceis de ocorrer em plantéis que detinham poucos cativos.

No assento de batismo do inocente Inácio, o Pároco da Freguesia de São Tomé das Letras, João Ribeiro Maia, que escreveu e assinou o documento, fez questão de ressaltar a presença do senhor João Gonçalves de Góis na cerimônia de batismo de Inácio. Para apurarmos com mais detalhes o registro, segue a descrição do documento: “[...]foram padrinhos José Gonçalves de Goês, **senhor do batizado**, e Máxima Joaquina de Andrade, livre, mulher de José da Silva Filho todos desta Freguesia, assino para constar que fiz este assento²³⁸”.

Ser afilhado e compadre de senhor era um privilégio para poucos cativos. Além

²³⁶ MACHADO, Cacilda (2008), A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri.

²³⁷ Museu Regional de São João del Rei. Inventário de Jose Gonçalves de Góis 6 junho de 1874.

²³⁸ Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Campanha. Registros paroquiais de batismo da Freguesia de São Tomé das Letras (1841-1859). Livro: 01, Foto: 3408.

disso, era uma forma de distinção em relação ao restante da escravaria, sendo algo que poderia concorrer para obtenção de alforria ou amenização do trabalho forçado. No interior da senzala de João Gonçalves de Góis, essas práticas não foram muito recorrentes, pois sua escravaria era composta somente por uma família escrava e uma mancipia sem vínculos familiares. Sobre estas condições os elementos de distinções hierárquicas não foram tão atuantes na senzala do senhor Gois.

Consideremos que o casal de cativos, Antonio Guine e Vicência Crioula estiveram integrados aos laços familiares do seu senhor. Sendo padrinho ou compadre destes mancipios, o senhor José Gonçalves de Goês tornar-se parente dos seus dependentes, e cria-se uma aliança familiar entre estes dois segmentos distintos²³⁹.

É claro que os escravos não eram equiparados com os demais membros consanguíneo (esposa e filhos) do seu senhor, mas foram componentes de uma hierarquia familiar que agregava indivíduos que viviam dentro do cativeiro.

De acordo com os critérios de tamanho de propriedades escravista que foram adotados para esta pesquisa, o plantel do Senhor José Gonçalves de Goês é definido como uma unidade de pequeno porte, portanto, nestas posses com poucos cativos a divisão de trabalho não tão ampla. É muito que este senhor com seus familiares e escravos que viviam em sua propriedade dividiam as tarefas, é claro que os indivíduos presos ao cativeiro eram os que mais trabalhavam diariamente, devidos suas condições jurídicas e distinções. Mas, o fato do senhor e seus familiares labutarem juntos com os escravos gerava uma fácil familiaridade, reforçada pelo uso da habilitação. A Dona de casa ou talvez ou talvez uma escrava cozinhasse para todos, ao mesmo tempo e do mesmo modo. Só segregação a mesa traçava uma linha divisória entre estes segmentos. Sendo assim, neste pequeno plantel, a senzalas e a Casa grande se mesclavam socialmente ou familiarmente, mas, preservando suas diferenças²⁴⁰.

Além destas aproximações, relação familiar entre o senhor Goês e seus cativos talvez tenha sido fundamental para a manutenção e o reconhecimento local dessa família senhorial. De modo que Antônio Guine e Vicência Crioula expandiram os laços sociais da família, relacionando-se com pessoas livres e outros senhores de escravos da região.

²³⁹ Fragoso, J. L. R. (2009), "Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760)". In M. de F. Gouvêa e J. Fragoso (orgs.), *Na Trama das Redes. Política e Negócios no Império Português. Séculos XVI-XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 200-245.

²⁴⁰ FREIRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1987.

2 Conectando senhores: as redes de compadrio de Rita Guine, Francisca Crioula e Leonarda Parda escravas do Barão de Alfenas.

O objetivo deste tópico é analisar a rede de compadrio de Rita Guine, Francisca Crioula e Leonarda Parda, escravas de Gabriel Francisco Junqueira (Barão de Alfenas). Além disso, iremos examinar como essas cativas contribuíram para ampliar o raio social do seu senhor entre seus familiares e pessoas fora de sua parentela consanguínea. Estas mancipias foram madrinhas e comadre de vários cativos na região, e dada as complexidades de suas redes de relações parentais, será utilizado um programa desenvolvido pelo *Software Ucinet Net-Draws* para demonstramos a representação gráfica de suas relações.

Autores como Jeremy Boissevain afirmam que não se trata de uma teoria para análise social, mas sim de uma metodologia para ser empregada e, como tal, tem suas implicações teóricas e suas limitações. Tal metodologia não é recente:

As análises das redes sociais surgiram no final dos anos 60, através do pioneirismo de Mitchell, Boissevain e Barnes²⁴¹. Se trata de uma metodologia que percebe nas interações humanas o objeto de análise primordial, sem, contudo, dispensar o diálogo com outras metodologias. A preocupação central desta abordagem são os tipos e forma de relacionamentos mantidos pelas unidades de análise e como estes laços podem interferir no comportamento e nas escolhas destas unidades²⁴².

O emprego dessa metodologia vem crescendo no interesse dos historiadores e tem acrescentado bastante às análises dos fenômenos históricos e sociais. Esse método foi utilizado por autores como Zacharias Moutoukias²⁴³ no estudo de redes sociais da elite portenha, tomando os comerciantes de Buenos Aires como grupo chave. Susan Socolow²⁴⁴ também teve como alvo as famílias dos comerciantes portenhos.

Outro autor a fazer uso desse recurso foi Daniel Santilli, para realizar o estudo

²⁴¹ BARNES, John A. “*Class and comittes in a Norwegian Island Parish*”. In: *Human Relations*. (7).1954; BOISSEVAIN, Jeremy. “*Network Analysis: a reappraisal*.” In: *Current Anthropology*. V. 20 (2). Jun. 1979.

²⁴² GIL, Tiago. “*O Bando de Rafael Pinto Bandeira em uma representação gráfica*”. Uma tentativa de aplicação da historia social network analysis na Historia social. I Colóquio do Lahes. Alternativas Metodológicas para uma Historia econômica e social – Texto de seção de comunicação coordenadas. UFJF, 2005, pg.1.

²⁴³ MOUTOUKIAS, Zacharias. *Redes personales y autoridad colonial*. Los comerciantes de Buenos Aires en el Siglo XVIII. ANNALES. Histoire, Sciences Sociales. v. (1992).

²⁴⁴ SOCOLOW, Susan Migden. *Los mercaderes del Buenos Aires virreinal: familia y comercio*. Buenos Aires: Ed. de la Flor, 1991.

das relações de compadrio em Quilmes. Ele sinaliza que os laços podem encontrar nuances, que podem ser parentesco, real ou fictício, ou como redes sociais com outros fundamentos, tais como as percebidas em fontes judiciais implicando em relações que vão além do matrimônio e do compadrio²⁴⁵. Em uma geração mais adiante, Tiago Gil empregou o método para visualizar certos pontos nodais de contrabando de Rafael Pinto Bandeira²⁴⁶.

É importante ressaltar que o *Social Ucinet Analysis* se constitui em um método e não em um campo de estudo. Citando o software, Boissevain salienta que não se deve fazer estudos de redes “*per se*”, mas sim usar tal contribuição para dar conta dos problemas das ciências sociais. Tal método não é uma panaceia para as dificuldades do investigador e deve ser utilizado junto com outras abordagens²⁴⁷.

Como bem pontuou Marta Hameister:

Definir o imprevisível e o previsível não é atribuição da ferramenta, mas obrigação do pesquisador quando definem seus objetos de estudos, os objetivos a ser alcançado com ele o aporte teórico de sua investigação. As ferramentas oferecem a possibilidade de mostrar toda a sorte das relações percebidas entre estes agentes sociais e suas interlocuções a pia batismal, mas a seleção do que deve ser priorizado, o estabelecimento de hierarquias nessas interlocuções é de inteira responsabilidade do executor.²⁴⁸

No caso da sociedade que se formou na Freguesia de São Tomé da Letras, no sul de Minas Gerais, cuja interação em vários aspectos do mundo social, político, econômicos e religiosos vividos em simultâneo se colocaram evidentes, houve a necessidade de utilizar a representação gráfica dessas interações para que outras se tornassem óbvias aos primeiros olhares. Diante disso, torna-se necessário realizar uma análise das redes sociais que foram modeladas através das relações de compadrio das escravas do senhor, Gabriel Francisco Junqueira. Mas, antes de analisarmos estas *teias sociais*, seria interessante saber quem é esse senhor de escravos. Para isso, iremos

²⁴⁵ SANTILLI, Daniel. *Representación gráfica de redes sociales*. Un método de obtención y um ejemplo histórico. Mundo Agrário. Revista de estudios rurales. Universidad Nacional de La Plata, Argentina. Nº 6, primer semestre de 2003.

²⁴⁶ GIL, Tiago Luís. "O Bando de Rafael Pinto Bandeira em uma representação gráfica: uma tentativa de aplicação das social network analysis na história social." In: Iº Colóquio do LAHES - Alternativas Metodológicas para História Econômica e Social - Textos das Sessões de Comunicações Coordenadas. Universidade Federal de Juiz de Fora: LAHES - UFJF, 2005.

²⁴⁷ BOISSEVAIN, Jeremy. Network Analysis: a reappraisal. *Current Anthropology*. vol. 20. n. 2 (Jun. 1979) 392-394.

²⁴⁸ HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor á nova povoação*. Estudos sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763), UFRJ, 2006, p.412.

apresentar um pequeno resumo da trajetória de vida do Barão de Alfenas²⁴⁹.

A reconstrução da trajetória de vida do Barão de Alfenas é algo que já foi sistematicamente levantado pelo historiador Marcos Ferreira de Andrade, em suas pesquisas sobre as elites regionais do Sul de Minas Gerais durante a primeira metade do século XIX²⁵⁰. Para as nossas análises, apresentaremos apenas parte da trajetória de vida do Barão de Alfenas. Gabriel Francisco Junqueira foi o filho mais novo do casal fundador da Paróquia de São Tomé das Letras. Em 1808, herdou de seu pai, João Francisco Junqueira, a fazenda Campo Alegre, dando continuidade à produção agrícola e pecuária que era realizada naquela propriedade. Sua trajetória sociopolítica esteve ligada aos grandes proprietários escravistas da Comarca do Rio das Mortes. Sendo um dos maiores senhores de cativos da região de São Tomé das Letras, foi líder de destaque na revolta liberal da década de 1830²⁵¹.

No ano de 1839, sua propriedade aparece na lista nominativa de habitante do Curato de São Tomé das Letras, Freguesia de Carrancas. Ele residia na Fazenda Campo Alegre com sua família e mais 111 escravos. Nessa época, o futuro Barão de Alfenas encontrava-se com 57 anos de idade e sua esposa com 56; viviam em companhia dos seus seis filhos, que ainda eram solteiros²⁵².

Sua esposa, Inácia Constança Junqueira, faleceu no dia 27 de junho de 1858, na Fazenda Campo Alegre. Seu inventário, aberto um ano depois (março de 1859), listava terras de cultura, onde se plantava milho, feijão, cana e produzia açúcar e terras de criar, nas quais que se criavam porcos, gado, cavalos e ovelhas. Porém, a maior parte da fortuna de Gabriel Francisco Junqueira estava investida em escravos: um total de 111, avaliados em 141:910\$000. Sua escravaria representava cerca de 40% das suas riquezas, seguindo pelas terras que correspondiam a 39% do seu patrimônio. A fazenda Campo Alegre foi avaliada em 57:000\$000²⁵³.

Em dinheiro, Gabriel Francisco Junqueira possuía 12:908\$000, em notas. Além de ser um dos grandes proprietário escravista da região, foi líder político de destaque no Sul de Minas Gerais, elegendo-se três vezes deputado pela província mineira no parlamento nacional ao longo da década de 1830. Esteve à frente da revolta

²⁴⁹ Quero resaltar que a trajetória de vida do Barão Alfenas que ora iremos apresentar, foi estudada e reconstituída pelo historiador Marcos Ferreira de Andrade, que realizou um estudo sobre as elites regionais do sul de Minas Gerais, especificamente na região de Campanha e em seus distritos.

²⁵⁰ ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites Regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro*. Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2008

²⁵¹ Ibidem, p. 221-224.

²⁵² Arquivo Publico Mineiro. Lista nominativa de 1839 da Freguesia de São Tomé das Letras.

²⁵³ Ibidem, p. 228

dos insurgentes na revolta liberal de 1842. No ano de 1848, recebeu do Imperador Dom Pedro II o título de Barão de Alfenas. O monte-mor do Barão atingiu a importância de 261:040\$939²⁵⁴.

Tal como os demais membros de sua família, Gabriel Francisco Junqueira sofria de uma doença congênita causadora da cegueira. O Barão de Alfenas faleceu aos 87 anos de idade. Por ocasião de sua morte, seus bens arrolados em inventários impressionavam: sua escravaria contava com nada menos do que 92 cativos²⁵⁵.

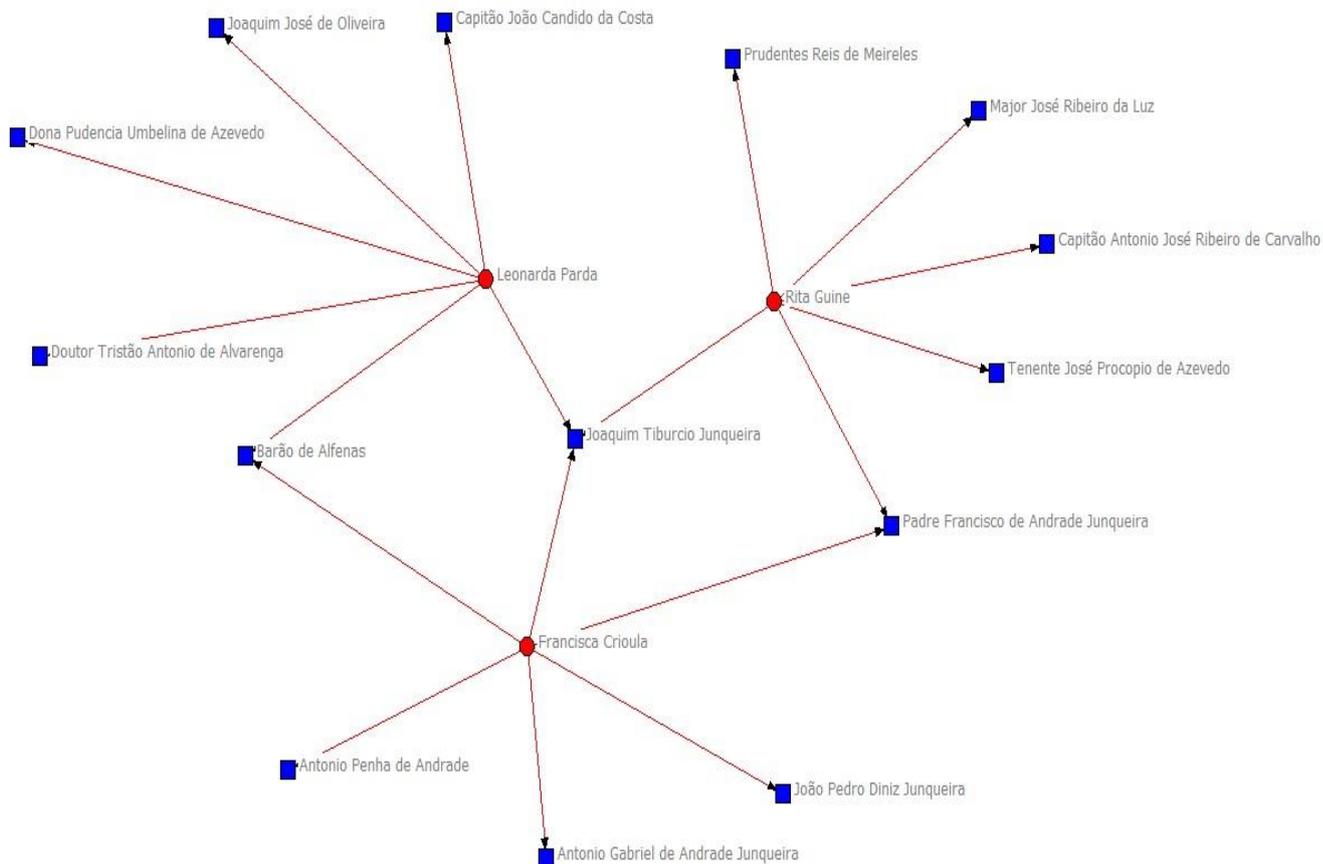
Feita a apresentação da trajetória de vida desse grande senhor de escravos, faremos uma análise das redes de relações de compadrio em que o Barão e algumas de seus escravos estiveram envolvidos. Esses laços estão evidenciados nas representações gráficas que seguem abaixo.

²⁵⁴ Ibidem, p. 222-223

²⁵⁵ Idem, p. 223.

Imagem Gráfica : 17º

Relações de compadrio das escravas do Barão Alfenas em outras escravarias.



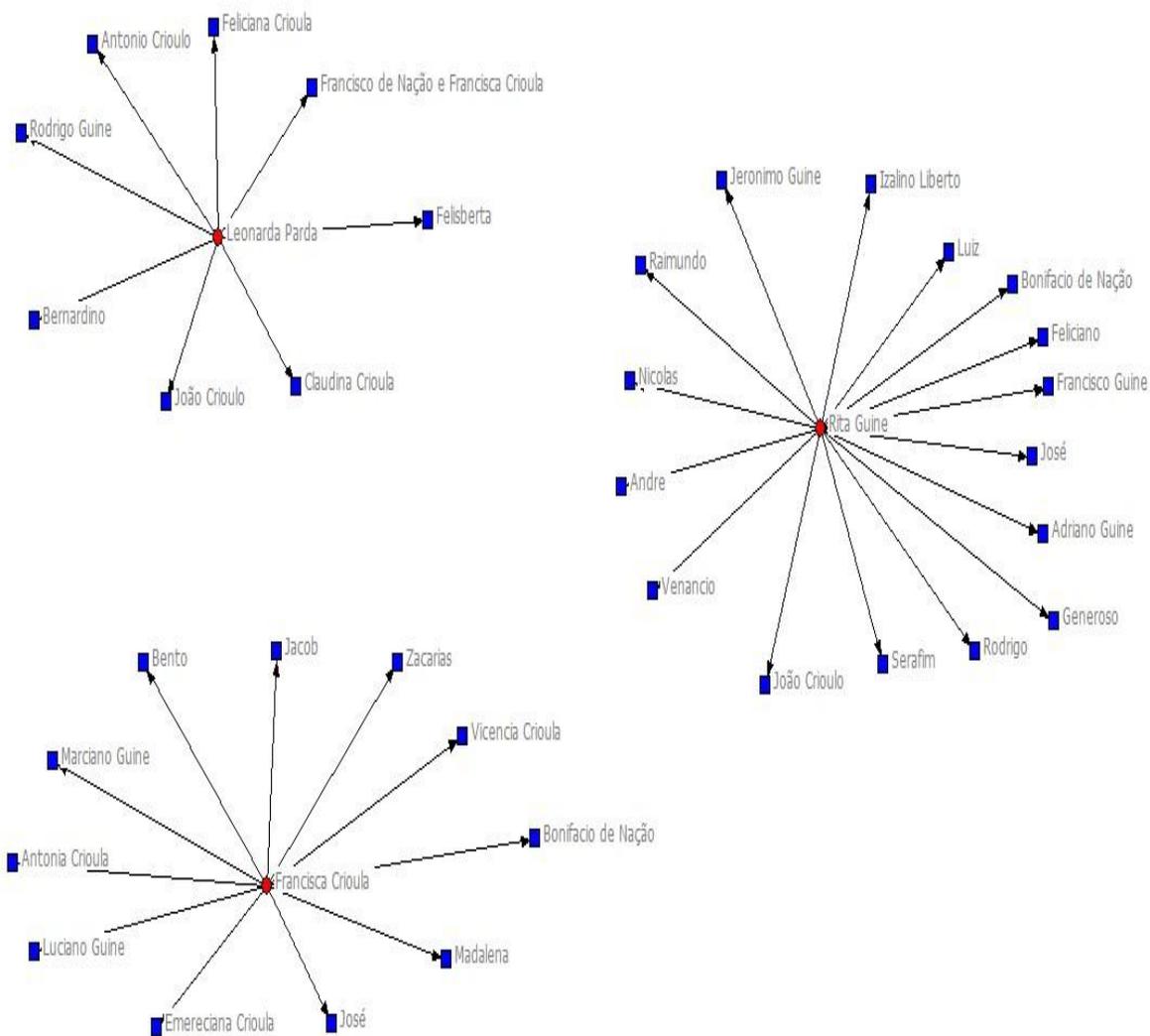
Legenda:

Azul: Senhores de escravos da Região

Vermelho: Escravas de Gabriel Francisco Junqueira

Imagem Gráfica: 18°

Relações de compadrio de Rita Guine, Francisca Crioula e Leonarda Parda com escravos de distintas propriedades.



Legenda

Azul: Escravos

Vermelho: Escravas de Gabriel Francisco Junqueira.

Nessas representações gráficas, as escravas de Gabriel Francisco Junqueira exerceram as funções de madrinhas em várias senzalas da região, pois apadrinharam vários inocentes cativos pertencentes a distintas escravarias. Na propriedade escravista do Barão de Alfenas, assim como em toda região, foram as que mais apadrinharam crianças escravas.

Nas imagens gráficas, é possível perceber a importância que Rita Guine, Francisca Crioula e Leonarda Parda tiveram na manutenção dos laços sociais e políticos do seu senhor com outros senhores da Freguesia de São Tomé das Letras. A aferição do grau de relacionamento e sua visualização é uma das maiores contribuições desses gráficos de redes. Todavia, de um modo geral, podemos ver como tal artefato metodológico pode contribuir para tornar complexa a análise e propor novos problemas.

O software utilizado nos permite visualizar a rede em sua totalidade, e perceber como as pessoas, tanto livres como escravas, envolvidas na trama social, conectaram-se e relacionaram-se com intensidades diferentes. Somente uma análise das redes individuais nos permite uma reflexão mais apurada, para que, finalmente, seja possível esboçar algumas considerações mais gerais. Como foram apresentados alguns aspectos da trajetória de Gabriel Francisco Junqueira, seria interessante demonstrarmos como suas escravas foram tecendo e reconstituindo os seus laços parentais na região.

Compadrio de Rita Guine

Começamos pela escrava mais velha, nascida em algum ponto por nós desconhecido na África, provavelmente no início do século XIX. Rita Guine, de 61 anos de idade, era uma das cativas mais antigas da Fazenda Campo Alegre, propriedade de Gabriel Francisco Junqueira. Foi uma das primeiras escravas a chegar à escravaria do Barão de Alfenas. Viveu mais cinco décadas na Freguesia de São Tomé das Letras. Como consta na lista nominativa de 1839, era casado com Marcelino Guine, de 65 anos, também um dos escravos mais antigo do plantel ao qual pertenciam. Rita e Marcelino estiveram unidos por mais de 25 anos, isto demonstra que seus laços familiares foram estáveis ao longo do tempo. Em todos esses anos, ambos cativos não tiveram filhos, mas mantiveram relações familiares com vários parceiros da senzala.

Afilhados de Rita Guine e Marcelino Guine

NOME DO BATIZADO	CONDIÇÃO DO BATIZANDO	PAI	CONDIÇÃO DO PAI	MÃE	CONDIÇÃO DA MÃE	PROPRIETÁRIO DA MÃE
MARGARIDA	ES CRAVO	SERAFIM	ES CRAVO	JULIA	ES CRAVO	JOSÉ PROCOPIO DE AZEVEDO
MANOEL	ES CRAVO	GENEROZO	ES CRAVO	BALBINA	ES CRAVO	ANTÔNIO JOSÉ RIBEIRO DE CARVALHO (CAPITAO)
TOME	ES CRAVO	JOAO	ES CRAVO	ANA	ES CRAVO	JOSÉ RIBEIRO DA LUZ (MAJOR)
EVA	ES CRAVO	FELICIANO	ES CRAVO	MARIA	ES CRAVO	FRANCISCO DE ANDRADE JUNQUEIRA
FRANCISCA	ES CRAVO	JOSÉ	ES CRAVO	CAROLINA	ES CRAVO	JOSÉ PROCOPIO DE AZEVEDO (TENENTE)

Rita Guine, em companhia de Marcelino como padrinho, apadrinhou e se relacionou com pessoas que pertencia a 4 unidades escravistas distintas. Além disso, percebe-se que em nenhum momento o casal apadrinhou crianças que pertencia à senzala de seu senhor, Gabriel Francisco Junqueira. Diante desses dados, observamos que o companheiro de Rita, Marcelino, também ritualizou as suas relações de compadrio para fora limites geográficos do plantel escravista, o que de certa maneira contribuiu para a ampliação das relações sociais do seu senhor.

Entre as cativas de Gabriel Francisco Junqueira, Rita Guine foi a que mais apadrinhou crianças presas ao cativeiro. Compareceu a 16 cerimônias de batismo como madrinha dos inocentes cativos da região. Nas senzalas de São Tomé das Letras, essa escrava foi a que mais apadrinhou crianças.

Rita Guine, como madrinha, compareceu em várias capelas, localizadas em distintas fazendas escravistas. Em nenhum assento de batismo encontramos Rita apadrinhando algum escravo do senhor Gabriel Francisco Junqueira. Portanto, suas relações de compadrio ultrapassavam a cercas da Fazenda Campo Alegres.

As escravarias que estão representadas na 1º imagem gráfica foram os plantéis em que as cativas de Gabriel Francisco Junqueira mantiveram suas relações de compadrio. Dessa informação, surgem duas questões: quem eram os sujeitos que tiveram seus cativos apadrinhados pelas escravas do Barão de Alfenas? Quais relações tinham com Gabriel Francisco Junqueira?

Observando a rede parental de Rita Guine, notamos que esta escrava relacionou-

se em seis unidades, sendo uma pertencente a Francisco de Andrade Junqueira a outra a João Tibúrcio Junqueira, todos os filhos do Barão de Alfenas. Sobre esses dados, percebe-se que Rita Guine se conectou a escravarias que pertenciam a senhores que eram membros familiares de Gabriel Francisco Junqueira. Por exemplo, o senhor Tenente José Procópio de Azevedo, que teve dois filhos apadrinhados por Gabriel Francisco Junqueira e tornou-se genro deste senhor, casando-se com sua filha Rita de Cássia de Andrade Junqueira²⁵⁶.

O outro era o major José Ribeiro da Luz, também genro do Barão de Alfenas, casado com sua outra filha, Mariana Vitória de Andrade Junqueira²⁵⁷. Além disso, teve um filho apadrinhado pelo senhor Gabriel Francisco Junqueira. A cerimônia do batismo foi realizada no Oratório da Fazenda Campo Alegre.

O Capitão Antônio José Ribeiro de Carvalho, mais conhecido como o “velho do Condado”²⁵⁸, também esteve conectado aos laços familiares do Barão de Alfenas, pois se casou com Helena Nicécia Junqueira, filha do Barão. Além disso, era irmão de Manoel José Ribeiro de Carvalho, casado com Mariana Tridentina Junqueira, filha de Ana Francisca do Vale, irmã de Gabriel Francisco Junqueira. O senhor Carvalho tornou-se padrinho de duas netas de Gabriel Francisco Junqueira, filhas de Francisco de Andrade Junqueira e Antônio Gabriel Junqueira.

Conseguimos localizar o senhor Antônio José Ribeiro de Carvalho na lista nominativa de 1839. No referido ano, era morador da Vila de Baependi; branco, 45 anos de idade, pai de 7 filhos, lavrador, sabia ler e escrever. Possuía uma enorme escravaria, que contava com 95 escravos. Infelizmente, não conseguimos ter acesso ao seu inventário de testamento, mas, tomando a dimensão de seu plantel e de suas alianças familiares para cima²⁵⁹, foi um homem de grande prestígio local na região de Baependi.

Outra escravaria em que Rita Guine foi madrinha, onde o senhor desta unidade tinham algum ligação familiar com o Barão de Alfenas, foi a propriedade de Prudente dos Reis Meireles, casado com Francisca Ribeiro de Carvalho, neta de Gabriel Francisco Junqueira, e filha legítima de Helena Necécia Junqueira e do Capitão Antônio José Ribeiro de Carvalho. Todos moradores da Fazenda Cafundó (propriedade que fazia parte da subdivisão do Campo Alegre, fazenda que pertencia ao Barão de Alfenas).

²⁵⁶ ANDRADE, Marcos Ferreira. Família, Foutuna e Poder no Imperio do Brasil – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Niteroi, UFF (Tese de Doutorado em História), p 251.

²⁵⁷ Ibidem, pg.251.

²⁵⁸ Ibidem, pg.254.

²⁵⁹ BRÜGGER, S.M.J. Minas patriarcal: Família e Sociedade, São João Del Rei, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007.

É possível que, pelo motivo do senhor Prudentes dos Reis Meirelles ter se casado com a neta do Barão de Alfenas, tenha se aproximado socialmente de Gabriel Francisco. Pois, como mostramos no parágrafo anterior, o Capitão Antônio José Ribeiro de Carvalho manteve relações familiares com Gabriel Francisco Junqueira e, de certa forma, poderia ter se conectado senhor Prudentes dos Reis Meireles (seu genro) ao convívio social da família Junqueira.

Acreditamos que as relações de compadrio de Rita Guine tenham contribuído para que esses laços sociais e familiares se tornassem mais estreitos. Com isso, não quero dizer que a escrava Rita foi totalmente responsável por aproximar o senhor de seus familiares, uma vez que suas relações já haviam sido ratificadas. De alguma forma, as intensas visitas desta cativa aos seus compadres e afilhados que estavam presos às senzalas das escravarias influenciavam nas relações mantidas por seu senhor..

Apesar de Prudente dos Reis Meireles ser genro de uma pessoa que tinha laços parentais na família Junqueira, sua escravaria conectava-se a do Barão de Alfenas através das redes de compadrio da escrava Rita Guine.

De alguma maneira, Rita Guine exerceu funções práticas nas relações entre os senhores, pois contribuiu para que suas relações de convívio se estreitassem. Além disso, contribuiu para que o Barão de Alfenas exercesse uma influência social sobre as pessoas que não fizessem parte do seu núcleo consanguíneo.

Em suma, Rita Guine, sendo uma das escravas mais antigas da Fazenda de Campo Alegre, tinha apreendido e conhecido os códigos de conduta da sociedade em que vivia e os limites para agir e se comportar perante aos outros, sendo essa a maneira mais propícia de se maximizar ganhos e reduzir perdas. Um parentesco espiritual com ações práticas no cotidiano.

O compadrio de Francisca Crioula

Na lista nominativa de 1839, Francisca Crioula, de 22 anos, escrava de Gabriel Francisco Junqueira, aparece na documentação casada com Francisco Guine, de 38 anos, cativo do mesmo senhor. Ambos aparecem no topo da lista, listados como o terceiro casal de escravos do Barão de Alfenas.

Francisca Crioula apadrinhou doze crianças escravas na região e, ao seu lado, teve como padrinhos o seu cônjuge Francisco Guine, Marcelino de Nação, Mizael, Bernardo e João, escravos do Barão e Felício Crioulo, pertencente ao Tenente José Procópio de Azevedo. Ao lado do seu cônjuge, Francisca Crioula apadrinhou quatro.

Francisca Crioula teve dois filhos com Francisco Guine, que foram apadrinhados por cativos pertencentes à unidade escravista de Gabriel Francisco Junqueira. Os padrinhos e madrinhas dos seus rebentos foram Manoel X Felisbina e Vicente Crioulo X eLeonarda Parda, todos escravos do Barão de Alfenas.

Francisca Crioula apadrinhou uma criança na escravaria do senhor Gabriel Francisco Junqueira. As outras foram apadrinhadas nos planteis que pertenciam aos familiares deste senhor. Esta cativa compareceu como madrinha em três unidades escravistas que pertenciam aos filhos do Barão de Alfenas, a saber: Alferes Francisco de Andrade Junqueira, João Tibúrcio Junqueira e Antônio Gabriel de Andrade Junqueira. Entre outros plantéis, um pertencia ao sobrinho do Barão, o Coronel João Pedro Diniz Junqueira e outro a Antônio Penha de Andrade.

O senhor Antônio Penha de Andrade era casado com Ana Inácia da Luz Junqueira. Pelo sobrenome de sua esposa, percebe-se que ela fazia parte do núcleo familiar de Gabriel Francisco Junqueira. Infelizmente, não se ao certo o grau de parentesco que Ana Inácia tinha com o Barão de Alfenas, mas, de certo modo, é um forte indicio de uma proximidade familiar entre Antônio Penha de Andrade e o Barão senhor.

Para estreitar ainda mais as relações, descobrimos que Mariana Vitória de Andrade Junqueira, filha de Gabriel Francisco Junqueira, apadrinhou um filho de Antônio Penha de Andrade. Isso mostra que o senhor Andrade tinha uma proximidade com os membros da família Junqueira e que, de certa maneira, interligou-se socialmente ao Barão de Alfenas.

Como demonstramos acima, neste quadro familiar, Francisca Crioula foi de fundamental importância para Gabriel Francisco Junqueira, pois suas relações de

compadrio reforçavam os laços de seu senhor com seus familiares consanguíneos²⁶⁰. Em outras palavras, Francisca teria contribuído para que o Barão de Alfenas fortalecesse os seus laços sociais com os membros de sua família, que perpassavam pelas mesmas preocupações de garantir a manutenção do patrimônio familiar.

Na família Junqueira, foram raros os casamentos fora da parentela, pois era uma forma de evitar o fracionamento das fortunas²⁶¹. Essas estratégias matrimoniais eram algo que poderia interferir na vida familiar dos cativos, pois é possível perceber que os laços de compadrio de Francisca Crioula circunscreveram somente nas escravarias que pertenciam aos membros da família do seu senhor. Nesse sentido, as relações de parentesco da escrava seriam responsáveis pelo reforço dos laços endogâmicos, orientadas para a concentração das riquezas internas do grupo.

O compadrio de Leonarda Parda

Outra escrava de Gabriel Francisco Junqueira que esteve envolvida numa ampla rede de compadrio nas escravarias da região é Leonarda Parda, de 32 anos, casada com Lino, crioulo de 35 anos, escravo do mesmo senhor. Comparada às duas cativas que foram examinadas nos tópicos anteriores, Leonarda foi a que menos apadrinhou crianças no cativeiro; tornou-se madrinha de oito cativos nos plantéis escravistas de São Tomé.

Um segundo fator que diferencia Leonarda Parda das outras cativas é a ausência de seu cônjuge como padrinho ao seu lado nas cerimônias de batismo. Por outro lado, Lino, seu esposo, apadrinhou crianças nos plantéis escravistas da região na companhia de outras escravas. Com Lucinda, escrava de Gabriel Francisco Junqueira, foram padrinhos do inocente Arsênio, filho legítimo de Simplício Crioulo e Olímpia Crioula, mancípios de Antônio Gabriel Junqueira.

Com Lino Crioulo, Leonarda Parda teve dois filhos. Um deles no ano de 1871, e foi apadrinhado por Francisco de Andrade Junqueira, filho do Barão de Alfenas. Na ocasião, Leonarda Parda encontrava-se liberta e seu esposo Lino ainda estava preso aos grilhões da escravidão, no qual passou a pertencer a Antonio Gabriel Junqueira, filhos de Gabriel Francisco Junqueira.

²⁶⁰ Quando refiro-me a terminologia “familiares consanguíneos” são filhos, primos, sobrinhos e netos do senhor Gabriel Francisco Junqueira.

²⁶¹ ANDRADE, Marcos Ferreira de. Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850) Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p.248-251.

As oito crianças que foram apadrinhadas por Leonarda Parda estiveram distribuídas em seis unidades escravistas. Alguns desses plantéis pertenciam aos membros da família de Gabriel Francisco Junqueira. Um pertenceu ao seu filho, Joaquim Tibúrcio Junqueira, outro à Pundenciana Umbelina de Azevedo Junqueira, viúva de Gabriel Francisco Azevedo Junqueira e outro ao Capitão João Candido da Costa, genro do Barão.

Interessante ressaltar que a propriedade (Fazenda Jardim) em que João Candido da Costa residia era uma subdivisão da Fazenda de Campo Alegre, unidade que pertenceu ao Barão de Alfenas²⁶².

As outras unidades em que Leonarda se tornou madrinha de cativos pertenciam a senhores que não possuíam laços consanguíneos com o Barão de Alfenas, mas relacionavam-se com ele e com os seus familiares.

O Doutor Tristão Antônio de Alvarenga, juiz de paz da Comarca do Rio Verde, aparece na imagem gráfica tendo um escravo apadrinhado por Leonarda Parda. Esse senhor tinha vínculos com Gabriel Francisco Junqueira, pois foi casado com Mariana Junqueira da Costa Alvarenga, neta de Ana Francisca do Vale, irmã do Barão de Alfenas. Sobre o grau parentesco, podemos pensar que o Barão era uma espécie de tio-avô para a esposa do senhor Alvarenga. Isso demonstra que o juiz esteve ligado à família Junqueira e, possivelmente, tenha firmado alguns laços pessoais com o senhor de Leonarda Parda.

Tristão Antônio de Alvarenga era senhor de grande prestígio social e econômico na região, pois se tornou juiz de paz da Comarca do Rio Verde e acumulou uma considerável fortuna. Além disso, fazia parte de um seletivo grupo de senhores que detinham as maiores escravarias da Freguesia de São Tomé das Letras. Portanto, fazia parte do *mesmo grupo social* de Gabriel Francisco Junqueira, e a conexão de suas escravarias através das relações de compadrio dos seus faziam com que se distinguissem dos demais membros da comunidade local. Que fique claro, quando utilizada a expressão “do mesmo grupo social”, não se está indicando um conjunto desprovido de hierarquias internas. Pelo contrário, sugere-se que, entre os grandes senhores de escravos da região, houvesse distinções que poderiam ser medidas através do prestígio e dos recursos materiais que cada um possuía.

A outra escravaria em que Leonarda apadrinhou crianças cativas foi à propriedade de Joaquim José de Oliveira, casado com dona Maria Joaquina de Oliveira.

²⁶² ANDRADE, Marcos Ferreira de. Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850) Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p.216.

Constatou-se que o senhor Oliveira foi padrinho de seus cativos e testemunhou uma união matrimonial entre os escravos que pertenceram a um dos filhos de Gabriel Francisco Junqueira; no caso Antônio Gabriel Junqueira. Diante deste quadro, percebe-se que a ligação de Oliveira com o Barão de Alfenas se deu por vias indiretas. Não encontramos evidencia de um possível laço familiar de Joaquim José de Oliveira com os membros da família Junqueira. Apesar de não haver relações familiares entre o senhor Oliveira e o Barão, ambos se estreitaram socialmente, pois seus cativos mantiveram elos parentais, o que de certa maneira os interligavam. Além disto, relações de sociabilidades desses senhores não perpassavam exclusivamente pelos laços da família, mas talvez por outras formas sociais, como clientelares, empréstimos e alianças políticas.

3.3 - Um balanço destas relações e outras considerações.

Como foram demonstrado anteriormente, as relações de compadrio de Rita Guine, Francisca Crioula e Leonarda Parda ocorreram em unidades escravistas onde os senhores possuíam algum vínculo social ou familiar com Gabriel Francisco Junqueira. Essas cativas foram importantes para que o Barão de Alfenas expandisse e fortalecesse os seus laços sociais e políticos na região.

Diante deste quadro, tentamos mostrar que as relações sociais e familiares de um senhor podem ser um pouco elucidadas pelos laços familiares dos seus cativos, pois as redes parentais dos escravos se ampliavam em consonância com os interesses políticos e sociais dos seus proprietários.

Isso não significa, no entanto, que fossem plenamente manipuladas pelos senhores. Verificou-se que essas mancípias relacionaram-se em várias escravarias e, provavelmente, utilizaram de muitas estratégias para ampliar os seus laços sociais.

Elas mantiveram relações familiares com os pais das crianças batizadas e contato com os senhores desses cativos. Verificou-se também que algumas dessas escravas foram escolhidas para serem madrinhas, por mais de uma vez, na mesma escravaria, como é o caso de Rita Guine, que apadrinhou três crianças cativas na escravaria do Tenente José Procópio de Azevedo. Exercendo a função de madrinha daquelas crianças, a presença de Rita teria sido notada por Procópio de Azevedo e pelos seus familiares. Aos poucos, as idas e vindas de Rita àquela propriedade teriam fortalecido seus laços de sociabilidade com os indivíduos do cativo e com os membros da casa grande. Além disso, é possível acreditar que Rita Guine também se fazia ser notada, na intenção de obter um mínimo de reconhecimento daquele senhor e de seus escravos, pois tal visibilidade valorizaria o seu capital relacional entre as escravarias em que circulava.

Rita Guine, Francisca Crioula e Leonarda Parda formam um grupo de escravas que mais compareceram nas cerimônias de batismo da região ou, como chamou João Fragoso em estudo sobre a freguesia de São Gonçalo, Rio de Janeiro, “*madrinhas rainhas*”²⁶³. Os altos números de vezes que foram escolhidas para apadrinhar crianças nas escravarias da região indicam que tais escravas gozavam de prestígio e, provavelmente, recursos que as alçavam a uma posição de destaque na hierarquia da

²⁶³ FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. Principais da terra, escravos e a republica. O desenho da imagem agrária do Rio de Janeiro Seiscentista. In: Revista de Ciência e Ambiente. Santa Maria: UFSM, n° 33, jul/dez, 2006, p.97-120.

escravidão. Pois, sendo escolhidas ou utilizando-se de estratégias para se relacionar com novos compadres, as cativas se distinguiram de muitos parceiros do cativo, obtendo ganhos sobre essas relações.

Como já apontaram trabalhos diversos, o próprio grupo de escravos contemplava a desigualdade social²⁶⁴. Essa estratificação tinha fatores generativos diversos²⁶⁵. Ainda assim, o compadrio parece ser uma boa pista para encontrarmos escravos que constituíram várias redes de sociabilidade que lhes geraram ganhos materiais e imateriais.

Esse argumento exemplifica bem os recursos adquiridos por Leonarda Parda através de seus laços de compadrio. Vimos que essa escrava constituiu uma ampla rede parental em diversas escravarias, tendo como compadre o filho de seu senhor e sendo libertada pelo Barão de Alfenas. Esses ganhos são algo que esteve no horizonte de expectativa de muitos cativos da região. No entanto, não era acessível a todos. Somente usando de várias artimanhas, prestando bons serviços e tendo paciência com os infortúnios de uma vida incerteza era possível que esses recursos fossem conquistados.

Além do mais, Leonarda, ao longo da vida, pode ter estabelecido boas estratégias de ação. É preciso notar que essa escrava possuía um profundo conhecimento da lógica de funcionamento do cotidiano da escravidão em São Tomé, pois logrou "sucesso" onde muitos falharam. Tal entendimento era compartilhado com seu senhor, pois ele soube compreender e recompensar os esforços desta cativa. Em outras palavras, havia uma esfera de ação e comportamento onde tanto senhores como escravos interagiam com vistas à maximização de seus ganhos, e de comum acordo.

Alem disso, Leonarda passou pelo processo de mudança social da cor. Na lista nominativa de 1839 da Freguesia de São Tomé das Letras, ela aparece listada como *crioula*. Nos registros de batismo de seus filhos, é designada como parda e, quando é liberta e torna-se comadre de um dos filhos do Barão de Alfenas, é registrada pelo pároco da região como *mulata*. Provavelmente, os laços sociais e de compadrio de Leonarda poderiam ter interferido na modificação social de sua cor²⁶⁶. Portanto, o seu

²⁶⁴ LENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. IN: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). História da Vida Privada no Brasil, vol. 2. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, pp. 223-290. FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Op. cit., 2009.

²⁶⁵ BARTH, Fredrik. Process and Form in Social Life. Selected essays of Fredrik Barth. v. 1. Londres, Boston, Henley: Routledge & Kegan Paul, 1981.

²⁶⁶ FERREIRA, Roberto Guedes. Egressos do cativo. Trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1789-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad-FAPERJ, 2008. FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Principais da Terra, Escravos e a República. O desenho da paisagem agrária no Rio de Janeiro Seiscentista. In Revista Ciência e Ambiente. Santa Maria: UFSM, n° 33, jul/dez, 2006, pp. 97-120. _____.

clareamento social processava-se quando era projetada para o mundo livre.

Na escravaria de Gabriel Francisco Junqueira, havia outros escravos que apadrinharam crianças cativas na região. Porém, nenhum deles chegou perto do número de vezes que Rita, Francisca e Leonarda compareceram na pia batismal. Sendo madrinhas em diversas escravarias, alguma qualidade individual essas cativas possuíam. Ou foram mucamas na casa senhorial, parteiras, ou exerciam alguma ocupação especializada que as diferenciava dos demais parceiros do cativo.

Diante disso, é possível imaginar que Rita, Francisca e Leonarda teceram suas próprias redes de relações e contribuíram para o fortalecimento dos laços de sociabilidade do seu senhor, contribuindo para que o Barão de Alfenas expandisse o seu mando local.

3.4 - As relações familiares do Pardo Inácio José de Sant' Ana e de seus escravos.

O pardo Inácio José Santana nasceu na Freguesia de São Tomé das Letras, no ano de 1789. Era filho natural de Ana Bernarda de São José, nascida na Freguesia do Pilar de São João del Rei. Com o tempo, mudou-se para a Freguesia de Nossa Senhora de Carrancas. Como consta na lista nominativa de 1839, Inácio José de Sant' Ana, tinha 50 anos idade e era casado com a parda Ana Marcelina de Figueiredo, de 40 anos.

Sendo pardo e filho natural, é muito provável que tenha uma ascendência escrava. Sua mãe era cativa, e quando adquiriu a liberdade Inácio José de Sant' Ana já tinha nascido. O que mais impressiona é o nível de mobilidade desse pardo. Constatou-se que ele se tornou uma das pessoas mais afortunadas da região, e sua riqueza estava acima de muitos dos senhores de escravos brancos em São Tomé. Seu monte-mor foi avaliado em 67:721\$220, um dos inventários mais aquinhoados da Freguesia.

A origem da fortuna não adveio de herança, foi construída. Filho de uma escrava, durante toda a sua vida não esteve preso os grilhões do cativo, sempre foi uma pessoa livre, e com muito trabalho e ações estratégicas de vida teria acumulado preciosos bens materiais, que lhe colocariam entre os homens mais abastados da Freguesia de São Tomé das Letras.

Ao longo da vida, o pardo Inácio José de Sant' Ana adquiriu os seguintes bens:

Bens adquiridos pelo Pardo Inácio José de Sant' Ana

-Dinheiro - 661\$260 reis;
-61 escravos;
-25 bois de carro – 600\$000;
-158 cabeças de gado vacum;
-96 cabeças de cavalares;
-75 porcos;
-62 carneiros;
-Engenha de cana;
-Parte das terras da Fazenda da Prata, na freguesia de São Tomé em comum com sócios – 3:200\$000;
-Casa no arraial de Três Corações do Rio Verde – 300\$000;
-Casa no arraial de São Tomé – 100\$000;
-Parte das Benfeitorias da Fazenda da Prata – 300\$000;
-Esta Fazenda do Campo Formoso. 1,540 alqueires que divide a Leste com a Fazenda do Jardim e Prata e com a do Campo Belo. A Norte com as terras do Barreiro. E a Sul com as do Retiro. – 33:642\$000;
-Casas na Fazenda do Campo Formoso com seu engenho – 1:000\$000.

Fonte: CEMEC – Campanha – Inventários de Lavras – cx 75, Ano: 1846. Inventariado: Inácio José de Santana.

Com base neste quadro, é possível perceber que os bens adquiridos refletem um pouco da ascensão social do pardo Inácio José de Santana na localidade em estudo. Portanto, sugere-se que a mobilidade social na Freguesia de São Tomé das Letras era aberta a pessoas de cor.

A maior parte do patrimônio do pardo Inácio José de Santana esteve concentrada em casas e fazendas, pois, somados todos os imóveis, chegou-se ao valor de 38:542\$000. Em segundo lugar, vieram os cativos que trabalhavam em suas fazendas e,

por último, as produções agrícolas e pecuárias. Todo esse capital o diferenciou dos próprios pardos. Ou melhor, distinguiu-o dos demais homens livres sem cativos e senhores da região. Portanto, este fragmento de história pode nos dizer um pouco da escravidão na Freguesia de São Tomé das Letras, onde é estabelecida a diferença entre pessoas livres, pois, de antemão, as distinções entre senhores e escravos já esta dada²⁶⁷.

O pardo Inácio José de Santana faleceu na Freguesia de São Tomé das Letras, no dia 23 de dezembro de 1846. Morreu aos 56 anos idade e foi sepultado na Igreja Matriz do Santíssimo Coração do Rio Verde. Faleceu de morte natural, com todos os sacramentos, e foi acompanhado pelo Vigário Agostinho José de Souza de Oliveira.

O senhor Sant'Ana casou-se na Igreja Matriz de São Tomé das Letras com Ana Marcelina de Figueiredo "*de cujo matrimônio não tiveram filhos*", e, por isso, não há herdeiros legítimos. Sendo assim, instituiu herdeiros de sua menção: sua mãe "e na falta desta, sua ex- mulher".

Os louvados indicados no testamento pela viúva Ana Marcelina de Figueiredo foram o Alferes José Martins de Carvalho e o Sargento Mor Gabriel José Junqueira. O senhor Manoel Joaquim Álvares foi quem escreveu o testamento de Inácio José de Santana. Esses senhores foram grandes proprietários de escravarias na região e pertenceram a famílias de grande prestígio local.

O Alferes José Martins de Carvalho contava com 26 escravos em sua unidade escravista. Era proprietário da Fazenda do Ribeirão Fortes, Irmão da Ordem Terceira de São João del Rei e Irmão do Santíssimo Sacramento da Matriz de São João. Eram um homem que consorciava várias atividades produtivas na região, em especial a agricultura e a pecuária. Seu pai, o Capitão Jerônimo Martins de Carvalho residia na vila de São João del Rei. Nessa localidade, tornou-se um grande senhor de escravos, e constituiu, ao longo da vida, uma extensa fortuna. Ao falecer, todos os seus bens foram repartidos entre os herdeiros legítimos e, assim, José Martins de Carvalho, recebendo a parte da herança, deu início a sua empreitada como grande senhor de escravo da Freguesia de São Tomé das Letras.

O Sargento Mor, Gabriel José Junqueira, foi filho de José Francisco Junqueira, o 4º filho do Patriarca da Família Junqueira, João Francisco Junqueira. O Sargento foi proprietário e residiu na Fazenda Atalho, em Três Corações. Além disso, era sobrinho de Gabriel Francisco Junqueira, o Barão de Alfenas; homem de grande relevância para o

²⁶⁷ FINLEY, Moses. Escravidão antiga e ideologia moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

contexto político da época, por ter se tornado ministro do Império, destacando-se na campanha liberal contra o poder conservador. Sendo assim, Gabriel José Junqueira pertenceu a uma das famílias que adquiriu grande prestígio político e social na sul de Minas Gerais.

Manoel Joaquim Alves era filho de Antônio Joaquim Alves e Ana Joaquina de São José. Seu pai era detentor de uma considerável fortuna e de uma grande escravaria na Freguesia de Lavras do Funil. Senhor Manoel residia na Fazenda da Prata e era casado com Dona Missia Carolina de Jesus. Em sua escravaria, havia 12 cativos, um plantel de médio porte.

A relação do pardo Inácio José de Santana com essas pessoas que acabamos de citar demonstra suas alianças com parte da elite local. Porém, não se relacionava somente com pessoas de status elevados, mas também se movimentava entre pessoas de menor qualidade social. Isso se evidencia quando verificamos os bens deixados em seu testamento e seus vínculos de compadrio que não se restringia somente ao universo dos livres brancos da elite.

Em se tratando do seu testamento, o pardo Inácio José de Santana, beneficiou algumas crianças que eram filhas de indivíduos livre e escravos na região. “*Deixo a José, filho de Laureana, escrava que foi de Rita Felícia Ramos, a quantia de 600\$000. Para Antônio, filho de João Antônio da Silva, a mesma quantia de 600\$000*”²⁶⁸. Não se sabe ao certo a ligação dessas crianças e de seus pais com Inácio José de Santana, mas é muito provável que fossem pessoas que mantiveram fortes laços de sociabilidade e solidariedade com Santana, relações essas construídas através de muita estima e gratidão.

Além de se relacionar com pessoas de alto prestígio na região, Inácio José de Santana tornou-se compadre de alguns indivíduos livres que não estavam no topo da hierarquia local. Um deles era o pardo Manuel José Antunes, de 26 anos, casado com Eliodora Maria, de 25 anos. Um dos seus filhos, o inocente Antônio, foi apadrinhado pelo senhor Santana. Manuel e sua família residiam no fogo de nº 88, domicílio que ficava próximo à Fazenda Formosa, propriedade que pertencia ao seu compadre, Inácio José de Santana. Além disto, Manoel José Antunes não era senhor de escravos.

Além de Antônio e de sua esposa Eliodora, no domicílio de Manoel José Antunes moravam mais duas pessoas: seu filho José, de 2 anos, e sua irmã Luciana

²⁶⁸ CEMEC – Campanha – Inventários de Lavras – Ano: 1847, cx:75. Inventariado: Inácio José de Santana.

Parda, de 14 anos. Na lista nominativa, Manuel José Antunes foi classificado como trabalhador, provavelmente prestava serviços nas unidades produtivas da região, o que contribuía no sustento familiar. E, criando laços morais com pessoas de recursos, seria uma forma de conseguir auxílio para a melhoria da condição do batizando e dos seus familiares²⁶⁹.

As outras pessoas, que se relacionaram com o pardo Inácio José de Sant' Ana, foram Antonia de Tal, que teve uma filha apadrinhada por ele, e Joaquim José Antônio Evangelista e Custodia Cândida do Carmo que contaram com Inácio José de Sant' Ana para ser padrinho de casamento dos seus filhos²⁷⁰.

Como foi descoberto anteriormente, o senhor Inácio José de Sant' Ana não teve filhos, mas ampararam duas crianças expostas em sua casa, as pardas e solteiras livres Ana, de 6 anos, e Maria Vitoria, de 18 anos. No dia 22 de novembro de 1842, Maria Vitória de Santana, que tinha recebido o sobrenome do seu tutor, casou-se com o senhor José Inácio Ximenes de Prado, filho legítimo do Alferes José Marcelino da Costa e Dona Francisca de Paula Zeferina.

No ano de 1839, a propriedade escravista do senhor Inácio José de Santana²⁷¹ contava com 42 escravos. A princípio, todos eram solteiros. No ano seguinte, alguns desses cativos começaram a se unir matrimonialmente. No início da década de 1840, ocorrem oito uniões maritais na escravaria do senhor Santana. As testemunhas das uniões destes cativos foram os seus parentes (genro e irmãos), e esses casamentos ocorreram de forma coletiva, 3 dos laços foram formalizados no dia 31/04/1845 e 5 em 18/04/1845. A maioria dos casais escravos teve compadres livres. Somente os casais Manoel e Rita e Geraldo Guine e Claudina Crioula tiveram parentes escravos.

Na escravaria do senhor Inácio José de Santana, apenas um casal de cativos teve como compadres seus parentes, que foram Francisco José Guine e Marciana Crioula. Entre todos os escravos que pertenciam à propriedade, o referido casal de cativos foi o que mais se aproximou dos membros familiares do seu senhor.

Essa aproximação teve início no dia 23 fevereiro de 1844, quando Izia, filha legítima do casal de cativos foi apadrinhado por José Inácio Ximenes de Prado e Ana

²⁶⁹ BRÜGGER, Sílvia. Minas Patriarcal: Família e sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Anablume, 2007.

²⁷⁰ CEMEC – Campanha – Inventários de Lavras – Ano: 1847, cx:75. Inventariado: Inácio José de Santana.

²⁷¹ CEMEC – Campanha – Inventários de Lavras – Ano: 1847, cx:75. Inventariado: Inácio José de Santana.

Honória de Figueiredo. O padrinho era genro e a madrinha era cunhada do senhor Inácio José de Santana.

Além disso, José Inácio Ximenes de Prado (genro) apadrinhou mais um filho desse casal de cativos, o inocente Batista, que recebeu os santos óleos do batismo no dia 23/01/1846.

As senhoras que apadrinharam os filhos de Francisco José Guine e Marciana Crioula eram Maria Vitoria de Santana, filha do senhor Inácio José de Santana, casada com José Inácio Ximenes de Prado e a outra era Ana Honória de Figueiredo, irmã da esposa do senhor Inácio José de Santana. O senhor José Inácio de Santana não conseguiu presenciar o momento em que um dos filhos do casal, Francisco José e Marciana, foram libertados por sua esposa, pois, antes disso, veio a falecer.

Quando Inácio José de Sant'Ana e sua mãe Ana Bernarda de São José faleceram, a fazenda de Campo Formoso, de 1540 alqueires, e os escravos que trabalhavam nesta unidade passaram a pertencer a Ana Marcelina de Figueiredo, como já dissemos viúva do senhor Sant'Ana.

No assento de batismo datado do dia 11 de abril de 1859, constatou outro filho de Francisco José e Marciana sendo apadrinhado pelo senhor José Inácio de Santana e Ana Marcelina de Figueiredo, o padrinho era irmão de Inácio José de Sant'Ana (ex-senhor desses cativos) e a madrinha, como já dito, era esposa do mesmo.

No ano de 1859, Francisco José e Mariana aparecem no registro de batismo de seu filho José como forro. Porém, o Vigário da Freguesia de São Tomé das Letras, José Cancio dos Reis Meirelles²⁷² não mencionou a origem e nem a cor desse casal. Por outro lado, fez questão de evidenciar as suas novas condições jurídicas. Sabemos que, na sociedade escravista brasileira, o critério de cor e origem era algo que tanto poderia distanciar os indivíduos do cativo como também aproximá-los. Assim, o desaparecimento da origem desses casais pode estar relacionado às suas inserções no mundo livre e, além disso, um distanciamento do estigma do cativo.

Essa afirmação pode ser plausível, pois se pode notar que nenhum dos filhos de Francisco José e Marciana tiveram padrinhos vindos da senzala - todos foram apadrinhados por pessoas livres que eram parentes do seu senhor. Assim, é possível perceber que o leque de relações desse casal de cativos e de seus filhos estava circunscrito ao ambiente familiar da casa grande.

²⁷² Substituto do antigo Vigário da paróquia de São Tomé das Letras, João Ribeiro Maia.

Para reforçar esta aproximação, Francisco José e Marciana adotaram o sobrenome de seu senhor e o nome dos parentes do mesmo para seus filhos. O próprio Francisco José, pai desses inocentes cativos, assumiu o mesmo sobrenome de seu senhor.

A iniciativa dos cativos e ex-cativos em adotarem o sobrenome do senhor, tem sido bastante relatada pela historiografia²⁷³. Gilberto Freyre talvez tenha sido o primeiro estudioso a fazer referência a isso. Segundo ele, os “*negros batizados e constituídos em família tomavam em geral o nome da família dos senhores brancos*”. Certamente, Freyre exagerou na abrangência do fenômeno, articulando-o com a sua ideia de família patriarcal²⁷⁴. Márcio Soares coloca que “*raríssimos eram os casos em que os escravos apareciam com um sobrenome, fosse ele qual fosse*”. De acordo com o Soares, essa era uma prática mais difundida entre os forros²⁷⁵. Para o período colonial, João Fragoso argumenta que o costume de adotar o sobrenome fazia parte do sentimento de pertencimento do cativo à casa senhorial²⁷⁶. De acordo com Fragoso, as famílias escravas com os nomes das casas de seus senhores tinham mais chances de estabelecer vínculos sociais com pessoas de condições distintas, o que lhes dava maiores recursos no cotidiano do cativo²⁷⁷.

Conforme Paulo Moreira, a adoção do sobrenome senhorial podia fazer parte do projeto de vida dos cativos. Para o autor, se por um lado esta estratégia mergulhava mais ainda o escravo em laços de dependência com a casa senhorial, por outro “[...]auxiliava na sua localização social. Um indivíduo sem referências representava um ponto frágil, desprotegido, afinal, a imersão em redes de dependência é um pré-requisito[...] [para a elaboração de] estratégias de resistência e sobrevivência”²⁷⁸. Carlos Engemann postula que o sobrenome senhorial “foi uma herança tomada ao antigo senhor. Um nome, uma identidade no mundo luso-colonial. Algo que permitisse a construção de relações livres [...]. Enfim, uma estratégia sem dolo, mas com ganho”²⁷⁹.

Nesse sentido, esses seriam os cativos que tinham maior proximidade com a

²⁷³ Dentre tantas obras, ver: XAVIER, A Conquista, op.cit.; ENGEMANN, De laços, op. cit.; SOARES, op. cit.; REIS, Domingos Sodré, op. cit. FREYRE, Gilberto. Casa Grande& Senzala.

²⁷⁴ FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. São Paulo: Global, 2006, p. 539.

²⁷⁵ SOARES, op. cit, p. 166-167.

²⁷⁶ FRAGOSO, Capitão, op. cit., p. 276

²⁷⁷ Ibidem, p. 279.

²⁷⁸ MOREIRA, Os cativos, op. cit., p. 17.

²⁷⁹ ENGEMANN, De laços, op. cit., p. 132. HAMEISTER, Martha. Para Dar Calor à Nova Povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1863). Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS-PPGH, 2006, (Tese de Doutorado).

família senhorial e, por isso, os que tinham mais oportunidades de alcançar a liberdade. Dentro da linha de argumentação aqui empregada, é possível crer que, geralmente, esta era uma liberdade que acontecia, em tese, sem rompimento com o senhor.

O elo familiar de José Inácio Ximenes de Prado com o senhor Inácio José de Santana, de alguma forma, refletia na situação de vida dos seus compadres e afilhados que estavam presos aos grilhões do cativeiro. Pode-se sugerir que o próprio senhor Ximenes de Prado fazia com que seus compadres presos à senzala fossem valorizados e reconhecidos na casa senhoril. Em consonância com essa prática, havia as estratégias escravas, pois a relação de compadrio com um membro familiar de seu senhor foram um dos meios encontrados por Francisco José e Marciana para tecer laços de parentesco ritual com a família senhorial. Esses laços permitiram a esses cativos uma estabilidade para formarem famílias, escolherem aliados e afinarem estratégias num mundo escravista marcado pela insegurança. Além do que, estamos estudando uma sociedade escravista repleta de diversas estratégias cativas, mas visando o mesmo objetivo, que seria “*reduzir as margens de incertezas do cativeiro*”²⁸⁰.

²⁸⁰Idem , p. 220.

3.5 – Os laços de compadrio da ex-escrava Leodora Maria Penha Crioula.

Leonara Crioula nasceu no ano de 1806, na Freguesia do Bom Serrat de Baependi, termo da Vila da Campanha da Princesa. Era filha legítima de Antônio e Cristina, escravos que foram do Capitão Antonio Gonçalves Penha. Quando Leodora era cativa do senhor Penha, tinha apenas poucos meses de idade. Em outras palavras, era uma recém-nascida na escravidão sujeita a engrossar a lista de crianças que foram vítimas da alta taxa de mortalidade infantil ocorrida nas senzalas brasileiras. Entretanto, devido aos cuidados e atenções, Leodora conseguiu escapar das precariedades insalubres do cativeiro. Tanto é, que superados estes obstáculos, viveu além da perspectiva de vida padronizada na sociedade brasileira durante o período Imperial.

O Capitão Antônio José Gonçalves Penha era natural da Ribeira de Penha, bispado de Braga, filho de Pedro Gonçalves Penha e Maria Andreza, e casado com Florencia Maria de Jesus. Casaram-se na capela de São Miguel do Cajuru, e, durante os anos de casamento, tiveram por filhos o Padre Antônio Gonçalves, João Gonçalves e José Gonçalves.

O senhor Antônio Gonçalves Penha morreu em 12/06/1804, e foi sepultado dentro da Capela de São José do Favacho. Sua mulher Florência Maria de Jesus faleceu antes de finalizar as contas do testamento do seu cônjuge. Com testamento escrito em 17/11/1803, deixou para seu filho, o Padre Antônio Gonçalves, a escrava Leonara e seus pais,

Declaro que dei mais ao dito padre dois escravos, um por nome Antônio e um mulatinho por nome Antônio e mais uma escrava por nome Cristina e mais um filho desta que entrará com eles para a conta de sua legítima pelo seu justo preço.²⁸¹

Com base no relato acima, nota-se que Leodora e seus pais foram transferidos para outro senhor. Além disso, seus laços familiares não foram fracionados. Porém, os outros cativos não tiveram a mesma sorte, pois foram vendidos para parentes e amigos do senhor Antônio Gonçalves Penha. Houve situações em que alguns escravos que viviam em famílias foram separados pelas vendas dos seus entes queridos. Portanto, na

²⁸¹ Museu Regional de São João del Rei, Tipo de Documento: Testamento. Ano: 1806 Caixa: 102. Nº de Páginas: 170. Testamenteiro: Alferes José Gonçalves Penha.

propriedade do Capitão Antônio Gonçalves Penha a única família que permaneceu unida foi a de Leodora e seus pais.

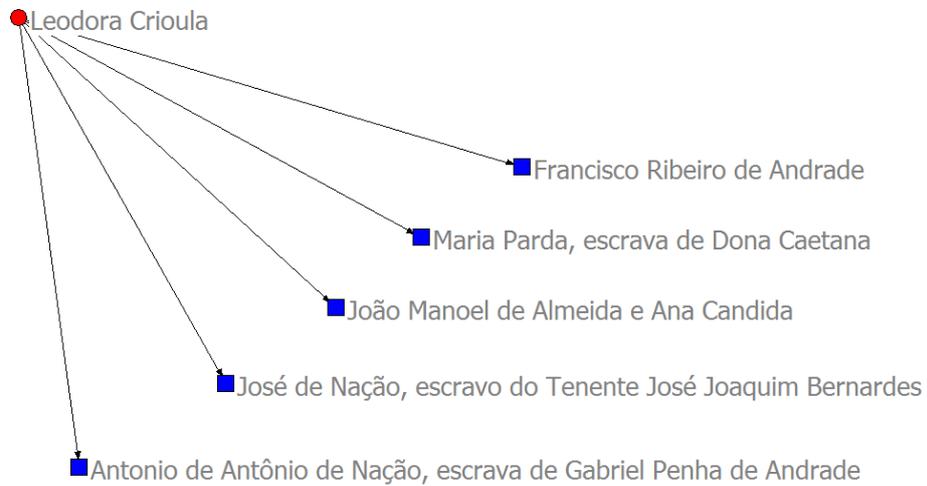
Diante desse quadro, é certo que os pais de Leodora teriam tido boas relações com o Capitão Antônio Gonçalves Penha e utilizaram várias estratégias para que seus laços familiares fossem reconhecidos e respeitados pelos membros familiares da casa grande.

No ano de 1841, em um dos assentos de batismo da Freguesia de São Tomé das Letras, encontramos novamente Leodora, descrita como crioula e escrava de João Ferreira da Silva. Essa cativa e seu senhor tornaram-se padrinhos da inocente Domingas, filha legítima dos pardos livres João Manuel de Almeida e Ana Cândida, moradores da Freguesia de São Tomé das Letras.

No ano subsequente (1842), Leodora apadrinhou outra criança livre na companhia e Manuel Jacinto Alves como padrinho. A inocente batizada foi Maria, filha legítima do pardo Francisco Ribeiro Morais, 31 anos, e da parda Maria Custódia do Nascimento, de 29 anos, moradores da Freguesia de São Tomé, no fogo de nº 58.

Além dessas crianças livres, Leonara também compareceu ao batistério dos inocentes cativos da região, tornando-se comadre das seguintes pessoas, como mostra a figura;

Compadres e Comadres de Leodora crioula



Fonte: Livro de assentos paróquias de batismo da Freguesia de São Tomé das letras (1840-1859).

Essas pessoas que se encontram na representação gráfica tiveram seus filhos apadrinhados por Leodora Crioula entre os anos de 1841 e 1852. Durante todo esse tempo, Leodora exerceu a função de madrinha para as crianças filhas de pais de distintas condições sociais da Freguesia de São Tomé das Letras. Portanto, as relações parentais demonstram como era extenso e fortalecido o capital relacional desta escrava na região. Ela era ligada a escravos que pertenciam a distintas escravarias e manteve laços de compadrio com pessoas que estavam livres do jugo do cativo. Além disso, todas as pessoas que foram padrinhos ao seu lado eram livres, inclusive, um deles era o seu senhor, João Ferreira da Silva. Sobre ele, iremos analisar mais à frente.

Sobre a trajetória de vida da escrava Leodora, infelizmente surgiram algumas lacunas no meio do caminho, pois não se sabe ao certo como esta cativa chegou à propriedade do senhor João Ferreira da Silva. Não foram encontrados o testamento e o inventário do antigo senhor de Leodora, o “Padre Antônio Gonçalves”. Além disso, à procura do Padre, pesquisamos várias listas nominativas, assentos paroquiais e tomo paróquias, e, mesmo assim, não conseguimos encontrar vestígios sobre o Padre. Portanto, no que diz respeito à transição para outro senhor, infelizmente não se pode fazer afirmações e suposições categóricas.

Contudo, é possível dar continuidade nos exames sobre a trajetória de vida de Leodora Crioula a partir do momento em que se encontra no plantel do senhor João

Ferreira da Silva. Através de seu inventário, descobrimos que a escrava Leodora chegou a sua propriedade no ano de 1841. No entanto, a documentação não informa o seu local de origem. Sendo assim, não há como saber se ela pertencia a outro plantel ou foi vendida ou doada por algum senhor.

No ano de 1839, o senhor João Ferreira da Silva aparece na lista nominativa de São Tomé das Letras, com 62 anos idade. Branco, lavrador, sabendo ler e escrever e viúvo de Dona Francisca Maria. Em sua companhia, havia mais duas pessoas, um deles era o seu filho Joaquim José da Silva. Branco, de 27 anos, solteiro, lavrador e sabia ler e escrever. O outro morador era um homem de nome José Ferreira. Branco, de 15 anos de idade e analfabeto.

Além dessas pessoas, João Ferreira da Silva tinha mais duas filhas que residiam entre propriedades. Uma delas era Maria Ferreira da Silva, casada com Antônio Monteiro da Silva. A outra era Joana Feliciano, de 21 anos, casada com Antônio Correia Flávio. O casal morava no domicílio de número 63º e, em seu plantel, havia apenas 1 cativo.

No ano de 1839, João Ferreira da Silva contava com 7 escravos em sua unidade produtiva, todos trabalhavam no cultivo de alimentos. Leodora crioula não aparece listada nessa propriedade, mas, como já dissemos, conseguimos encontrá-la como cativa deste senhor nos assentos de batismo da região no ano de 1841. Leodora apadrinhou crianças em São Tomé até o ano de 1852. Após esse ano, não localizamos nenhum assento de batismo em que esta escrava tenha servido de madrinha para crianças livres ou escravas da freguesia.

No ano de 1857, Leodora Crioula foi libertada pelo seu senhor. Sua liberdade foi concretizada no testamento feito por João Ferreira da Silva. Leodora tornou-se livre de forma incondicional. Ou seja, sem atender qualquer exigência após o falecimento de seu senhor. Esta conquista era fruto de várias estratégias que resultaram em uma intensa aproximação com seu senhor.

O senhor João Ferreira da Silva era nascido e batizado no Distrito de São Tomé das Letras. Era filho legítimo de José Ferreira da Silva e Domingas de Souza, ambos já falecidos. Foi casado com Francisca Maria, com quem teve três filhos, de nomes Joaquim, Maria e Joana. Declarou ao seu testamenteiro, que deixa em testamento, em primeiro lugar, José da Costa Resende, em segundo seu filho, Joaquim José de Almeida e, em terceiro lugar, seu neto, João José da Silva.

Com exceção de Leodora crioula todos os escravos de João Ferreira da Silva foram doados ou dados para saldar suas dívidas com outros senhores de cativos na região. Exemplo da escrava Rosa, que ficou registrada em poder do senhor José da Costa Resende, como pagamento de uma dívida que Silva possuía com Resende.

Dando sequência nas análises, é possível verificar que um dos motivos que levaram o senhor João Ferreira da Silva a libertar Leodora em testamento foram os bons serviços prestados. Durante a redação de seu testamento, foram vários momentos que o senhor Silva demonstrava gratidão por esta ex-escrava. Tanto é que lhe concedeu a liberdade.

Importante frisar que, neste documento foi acrescido mais um nome para Leodora, que passou a se chamar Leodora Maria, porém designação de origem crioula ainda permanecia em seus registros. Ou seja, um forte indicativo de sua ascendência escrava quenão lhe distanciava da estigma do cativo. Em outras palavras, um tipo de classificação social que dificulta o seu acesso a outros patamares sociais mais elevados.

Além do mais, o novo nome acrescido para Leodora Maria é o mesmo nome da senhora de seus pais, Florência Maria de Jesus. É possível que a homenagem esteja ligada às boas relações de convivência que seus pais mantiveram com essa senhora e com seus familiares.

No dia 11 de novembro de 1858 foi feita a abertura do inventário do senhor João Ferreira da Silva. Seus maiores bens foram os seus 7 escravos, que foram avaliados em 6:350\$000. Todos foram vendidos e os lucros das transações e de outros bens foram divididos entre os seus filhos e sua ex-escrava, Leodora Maria. Além de receber parte da herança, obteve três escravos. Segue na tabela abaixo os bens que foram deixados para Leodora Maria:

Bens recebidos por Leodora Maria no inventário de seu ex-senhor.

Dois alqueires de terras de Samambaia avaliado em 78\$767.
A ferramenta de carpinteiro 12\$000.
Três machados 12\$000 e uma foice 1\$750.
Uma enxada 1\$750.
Uma mesinha 2\$000.
Um oratório com imagem 16\$000.
Um escravo de nome Inácio pardo por 387\$555.
Uma escrava de nome Lina avaliada 75\$465.
Um escravo de nome Domingos avaliada 45\$557.

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN da cidade de São João del Rei. Inventário da Freguesia de São Tomé das Letras. Ano 1858, cx 10. Inventariante: João Ferreira da Silva.

Todos os bens deixados para Leodora Maria foram avaliados em 626\$400. Esses recursos deixados foram significativos na vida desta recém-egressa do cativeiro, no qual lhe dava plenas condições para dar início a uma nova vida em liberdade, não correndo o risco de ficar desamparada em mundo incerto e hostil. De acordo com os bens deixados, percebe-se que o senhor João Ferreira da Silva se preocupava com o futuro de sua ex-escrava. Pois, de acordo com o quadro acima, Leodora Maria recebeu terras para o cultivo de alimentos e instrumentos de trabalho para realização da atividade. Além disso, Silva deixou para ela três escravos de seu plantel, algo que poderia lhe conferir algum reconhecimento por ter acesso à posse de cativos.

Toda a estima e gratidão que o senhor João Ferreira da Silva teve por Leodora Maria não se resumiu apenas por serviços prestados. É provável que Silva e sua ex-escrava tenha forjado fortes relações de afinidade. Em momento algum as documentações consultadas revelam de forma enfática e direta a existência de uma relação íntima entre João Ferreira da Silva e Leodora. Porém, reconstituindo um pouco da trajetória dos dois, notamos alguns indícios que podem nos ajudar a compreender um possível laço de afinidade entre esses indivíduos de condições tão distintas.

Um primeiro dado sobre as relações é que o senhor João Ferreira da Silva encontrou-se viúvo por muito tempo, e a busca por uma nova esposa poderia causar certos constrangimentos familiares. A começar pelos filhos, que não aceitariam a presença de uma nova esposa, pois, colocaria em risco as lembranças e recordações da figura materna. Além disso, a família de sua falecida esposa consideraria a atitude um descaso com a memória da falecida esposa.

Um dado importante a ser ressaltado é que Leodora recebeu um tratamento diferencial comparado aos outros cativos do senhor José Ferreira da Silva. Foi à única escrava naquele plantel a manter relações de compadrio com pessoas livres e cativas na região, exclusivamente a única escrava na região que esteve em companhia do seu senhor no apadrinho de uma criança livre; não foi doada e nem comercializada; entre seus parceiros de cativeiro, foi a única a ser libertada e, finalizando, recebeu significativos pecúlios no testamento do seu senhor.

Como mostramos no parágrafo acima, Leonora foi à única escrava na Freguesia de São Tomé das Letras a apadrinhar uma criança livre na companhia de seu senhor como padrinho. São raros os casos em que os senhores aparecem apadrinhando crianças na companhia dos seus cativos. Além do mais, se os inocentes forem livres, como é comum, na maioria das vezes, quando um senhor apadrinha uma criança livre, sempre estão na companhia de sua esposa como madrinha. Leodora é a única exceção na região pesquisada, um forte indício de uma aproximação íntima entre Silva e sua escrava. Portanto, no ritual do compadrio, Leodora Maria estaria ocupando o lugar da falecida esposa do senhor João Ferreira da Silva.

Em se tratando das estratégias utilizadas por Leodora Maria para adquirir sua liberdade e melhores condições econômicas e sociais por meio desta relação afetiva, Eduardo França Paiva ²⁸² demonstrou que o envolvimento de escravas com senhores, em muitos casos, possibilitou novos entendimentos sobre as relações escravistas. Muitas dessas mulheres passaram a serem agentes ativos ao conquistarem e manterem relacionamentos com homens de melhor condição socioeconômica. Ao provocarem esses contatos amorosos, essas mulheres tiveram a possibilidade de garantir recursos materiais para o futuro, ao gerar filhos de seus senhores e de adquirir melhores condições na vida em cativeiro ou até mesmo sua alforria.

²⁸² PAIVA, Eduardo França. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos. 2 ed. São Paulo: Annablume, 1995, p. 118-120.

Retomando o caso que estamos analisando, as relações afetivas entre João Ferreira da Silva e Leodora Maria são oriundas de intensa convivência e interação, pois esta escrava conviveu ao lado de seu senhor durante muito tempo. Por quase duas décadas estiveram compartilhando o mesmo espaço social e doméstico. Portanto, esse tipo de relacionamento é reflexo das várias relações familiares entre pessoas de distintos segmentos sociais, que contribuíram para formação de uma sociedade plural, heterogênea, diversificada social e culturalmente, que ensejava a constituição de distintos e complexos arranjos sociais e familiares.

No dia 22 de junho de 1864, Leodora Maria Penha Crioula faleceu, aos 54 anos de idades, de morte natural; faleceu com todos os sacramentos e foi velada pelo Vigário da Freguesia de São Tomé das Letras, João Ribeiro Maia. Seu testamento foi aberto no dia 10 junho de 1864, dias antes de seu falecimento. Durante a redação do documento, Leodora declarou que era solteira e não teve filhos e nem herdeiros legítimos. Os bens que foram listados em seu testamento foram distribuídos para as seguintes pessoas:

Deixo por meu testamenteiro em primeiro lugar José da Costa Resende, em segundo lugar Silvestre da Silva Morais e em terceiro lugar João Antônio de Souza, aos peço que irão aceitar este meu testamento, e ao que aceitar, deixo-lhe de premio sessenta mil reis. Peço para rezar duas missas para a alma do finado João Ferreira da Silva Deixo a minha afilhada Maria Rita ou filha de Francisco Ribeirão de Morais a quantia de doze mil reis. Deixo para a matriz de São Tomé a quantia de 20 mil reis, para suas almas. A senhora Antonia mulher de Silvestre da Silva Maciel a quantia de cinquenta mil reis. Deixo digo, a meu testamenteiro deixara ao procurador ? Nossa Senhora do Rosário a quantia de dezenove contos de reis, quem estou devendo. Declaro que deixo para a ajuda da Matriz de São Tomé a quantia de 90 mil reis. Declaro mais para a Capela do Santíssimo Sacramento, que vai na sacramento da Matriz de São Tomé das Letras a quantia de 50 mil reis. Deixo a minha afilhada Maria Rita Filha de Ana a quantia de dez mil reis, titular herdeira dos meus bens de diz por de cumpridas minhas as ? a José Costa Rezende²⁸³.

São Tomé das Letras 10 de julho de 1864.

²⁸³ Testamento de Eliodora Maria Penha, anexo abaixo do seu assento de obito da Freguesia de São Tomé das Letras. Este testamento foi descrito no original.

A parte transcrita do testamento de Leodora Maria Penha Crioula resume a constituição do seu capital relacional, que foi construído através de suas relações de compadrio e outras formas de sociabilidade na região. José da Costa Resende, o primeiro a ser citado em seu testamento, era morador da Freguesia de São Tomé das Letras, e residia como agregado no plantel escravista da senhora Rita Maria de Jesus, viúva, de 70 anos de idade, que contava com 30 escravos em sua unidade. Este agregado se tornou senhor de escravos. A ligação de José da Costa Resende e Leodora Maria Penha se deu no momento em que Resende apadrinhou uma criança de sua escravaria. Portanto, reforçaram os laços de convívio.

Mais adiante, Leodora pede duas missas ao seu finado ex-senhor, João Ferreira da Silva, e na sequência deixa alguns pecúlios para sua afilhada, Maria Rita, filha de seu compadre Francisco Morais Ribeiro.

Outro dado que nos chamou atenção no testamento, foi o acréscimo de mais um nome, pois, em seu testamento, ela se chama Leodora Maria Penha. É possível notar que não há nenhum sobrenome do seu ex-senhor, João Ferreira da Silva. Pois, adotou os sobrenomes do antigo senhor dos seus pais.

Diante deste dado, faz-se uma pergunta: por que Leodora, quando esteve liberta, não adotou o sobrenome de João Ferreira da Silva? Como foi visto anteriormente, este senhor e a liberta Leodora mantiveram, ao longo do tempo, fortes relações afetivas. Com o receio de não subverter os preceitos morais, normativos e cristãos da sociedade local, é provável que o senhor João Ferreira da Silva tenha se relacionado com Leodora em segredo. Portanto, o não reconhecimento social do relacionamento amoroso tenha descontentado Leodora, que resolveu não homenagear o seu antigo senhor com a adoção de um novo sobrenome.

Como é possível verificar em seu testamento, Leodora Maria Penha continuava a ser designada como crioula, uma designação que ainda lhe aproximava do estigma da escravidão. Portanto, o reconhecimento social de sua relação com um senhor de escravos da região poderia apagar um pouco de seu passado escravista, gerando grandes oportunidades de uma tranquila inserção social em uma sociedade escravista, hierárquica e baseada em privilégios.

Esse tipo de relação que acabamos de examinar pode ter ocorrido em várias casas grandes da região. Pode-se dizer que a sociedade que ali se constituía abria possibilidades a diferentes e complexos arranjos familiares e sociais.

CONCLUSÃO

Eis que chegamos ao limite de nossa investigação. É hora de lembrar-se de algumas considerações tecidas ao longo destas paginas e enfatizar outras.

Entre as décadas de 1840 a 1870, procurei analisar a vida familiar de pessoas livres e escravas de uma Freguesia, localizada na Comarca do Rio das Mortes do Sul de Minas Gerais. Deste modo, busquei examinar algumas especificidades das relações escravistas que estava inscrita nesta localidade.

Neste intuito, foi observado o perfil das posses escrava, o tráfico de escravos/reprodução natural na reposição dos planteis, relações familiares entre pessoas de distintas condições sociais, e a trajetória de vida de alguns senhores e escravos na região. A posse escrava na região, nos mostrou os grandes planteis escravistas esteve concentração nas mãos de poucos senhores, além do mais, estas pessoas detentoras de riquezas senhorearam quase a metade da população escrava da Freguesia de São Tomé das Letras. Por outro lado, uma pequena parcela deste contingente de cativos estava distribuída nas pequenas unidades escravista, que representavam a metade dos planteis na localidade.

Diante deste quadro, concluo que havia dois tipos de concentração na estrutura de posse da região, a “propriedades escravistas” e os “cativos”. Pois, notamos que os planteis escravistas, estiveram mais centralizadas nas unidades que possuíam de 1 a 5 mancipios (pequenas), e os cativos estavam mais concentrados nas posses que detinham acima de 41 escravos (excepcionalmente grande). Portanto, este perfil posse escrava, foi um dos elementos que caracterizou a escravidão na Freguesia de São Tomé das Letras.

Na Freguesia de São Tomé das Letras, podemos compreender que a conjugação das duas hipóteses de reposição das escravarias de São Tomé, via tráfico atlântico e reprodução natural, eram plausíveis. Os números não apresentam nenhuma discrepância exorbitante para o desconsiderarmos qualquer das duas formas mencionadas de composição da mão de obra cativa, mesmo com um predomínio em números absolutos de crioulos na população escrava da região os africanos tiveram participações expressivas nos grupos de idade ativa. Acreditamos que muitos destes africanos que foram recenseados na lista nominativa de 1839, tenham sidos importados nos anos de 1820 a 1830, impulsionados pelas pressões inglesas quando ao fim do trafico.

No que se trata das atividades produtivas, verificamos que na região havia uma

economia diversificada, voltada para as atividades agrícolas e pecuárias, direcionada para comercialização e abastecimento de localidades próximas da Freguesia de São Tomé. Notamos que as atividades ligadas a criação de animais superaram as de plantações de alimentos. Os gêneros pecuários mais comumente encontrados nos inventários são os gados, cavalos e porcos. Somando estes bens, eles representaram entorno de 57,6% da produção da Freguesia de São Tomé das Letras. Os gêneros agrícolas direcionados para a alimentação que aparecem nos inventários são o milho, arroz e feijão, dieta básica da maioria das famílias da região. Esta produção atinge um percentual 42,4%. Portanto, estas atividades foram dinâmicas e complementares na manutenção dos planteis escravista de São Tomé.

Outros dado importante em nossa pesquisa, foram as relações familiares entre livres e escravos na região. No que confere os enlaces matrimoniais, notamos que os cativos apresentaram números de uniões maritais muito próximos a dos livres. Durante as décadas de 1840 e 1850, muitos escravos conseguiram formalizar as suas uniões, mas, no início dos anos de 1860, este laços foram periodicamente interrompidos. Sobre este fato, concluímos que a suspensão destes casamentos pode estar relacionada a um processo de acomodação destas relações, pois, o alto numero de uniões formais que ocorreram nas décadas anteriores entre os cativos, talvez tenha desaquecido o mercado matrimonial²⁸⁴ de noivos (as) cativos.

A endogamia nas relações matrimoniais entre cativos de distintas naturalidades, não foi absoluta. Apesar dos homens nativos assumirem um comportamento endogamico, as nativas da mesma naturalidade não se mostraram tão fechadas, pois se ligaram a vários nubentes africanos. Os motivos destas uniões consistem no fato de vários Além-Mares, terem um profundo conhecimento da lógica de funcionamento do cotidiano da escravidão em São Tomé. Ou seja, antes de contrair os seus matrimônios com estas crioulas, já estavam adaptados interagidos e integrados aos valores da comunidade escrava.

No que concerne o casamento na região, não nos limitamos examinar somente os enlaces entre os cativos, procuramos compreender como esta instituição funcionava entre pessoas livres da Freguesia. Contatamos que muitos destes indivíduos contraíram as suas uniões precocemente. Poucos destes nubentes eram membros de famílias, detentoras de algumas riquezas na região. Portanto, concluímos que, o fato de

²⁸⁴ GÓES, José Roberto Pinto de & FLORENTINO, Manolo. A Paz Das Senzalas - Famílias Escravas e Tráfico Atlântico, Rio De Janeiro, C.1790 - C.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

contraírem cedo as primeiras núpcias, aponta para uma estratégia familiar de estabelecimento de alianças – via casamentos – o quando antes possível – numa região com um limitado desenvolvimento comercial agrícola e com pouca oportunidade de trabalho. Sendo assim, as idades matrimônias precoces podem ser compatíveis com as condições econômicas da Freguesia. Mais do que um padrão cultural específico, as idades para os casamentos parecem relacionar-se às condições de sobrevivência da localidade.

Passemos ao compadrio na região. Um primeiro dado sobre este laço familiar consiste no fato, dos pais das crianças escravas batizadas, ligarem-se mais a pessoas das mesmas condições social. Mas, os livres foram também, tiveram presença significativa no batistério deste inocentes presos ao cativo. Portanto, isto, significa que as alianças sociais e familiares dos pais destas crianças eram tecidas para dentro e fora do cativo.

Sobre o comportamento familiar dos cativos, encontramos um dado importante. Notamos que os escravos que pertenciam as grandes unidades escravistas da região, mantiveram suas relações de compadrio entre si. Em nenhum momento, estes cativos se ligaram a mancipios que pertenciam a pequenos planteis na região. Os senhores que eram donos destas grandes escravarias, era pessoas detentoras de riqueza e prestígio social na região, além disto, encontravam-se no topo da hierarquia local da Freguesia de São Tomé das Letras. Sendo assim, a iniciativa de fazer com que seus cativos mantivessem relações familiares, era um dos meios encontrados para que este seletivo grupo se distinguir dos demais senhores de escravos na região.

Porém, não significa que estes senhores não se relacionavam com os demais membros da comunidade local, pois, precisavam que suas posições sociais na hierarquia local fossem reconhecidas pelos seus e escravos e demais homens livres da região.

Para encerrar estas considerações finais, fizemos alguns estudos de caso, sobre as relações familiares entre senhores e escravos. No que consiste as extensas relações de compadrio das cativas do Barão de Alfenas, vimos que estas mancipias contribuíam na ampliação das relações sociais do seu senhor. A exemplo, Francisco crioula, cooperou para que o Barão investisse nas suas relações interfamiliares, pois esta escrava apadrinhou escravos que pertenciam aos membros da família Junqueira. Rita e Leonarda colaboraram na extensão dos laços sociais do Barão. Porém estas duas cativas tiveram destinos diferentes. Rita Guine era uma das escravas mais antigas de Gabriel Francisco Junqueira, além do mais, foi a mancipia que mais compareceu como madrinha, nas cerimônias de batismo dos inocentes escravos da região. Mas, ao longo da vida não

adquiriu a tão “liberdade”, mas, obteve reconhecido de alguns senhores e conseguiu constituir um forte capital relacional nas senzalas de São Tomé.

Leonarda parda, como as outras escravas mencionadas constituiu uma ampla rede parental em diversas escravarias. Pois, ao longo da vida teve ganhos sociais significativos – tornou comadre do filho de senhor, foi libertada pelo Barão de Alfenas e clareou-se socialmente. Todos estes ganhos foram frutos de estratégias e negociações que começaram a ser colocados em praticas no interior do cativeiro. Ou seja, um ambiente de incertezas e de recursos limitados²⁸⁵, que exigia que os agentes presos a esta realidade utilizassem de varias artimanhas para ter uma vida mais benigna.

Porém as ganhos de Leonarda parda, não ofuscou as atuações de Rita e Francisca, pois, também souberam agenciar os recursos disponíveis no cativeiro. Além do mais, estiveram situadas no topo da hierarquia interna da senzala, posição que era informada pelas relações de parentesco (consanguíneo e ritual) e proximidade com seu senhor. É provável que os motivos que não as levaram a ter os mesmos ganhos de Leonarda, podem ser resultado de uma ação mal malograda.

Outros casos singulares que procurei examinar neste trabalho diz muito sobre as relações familiares senhores e escravos, estes laços foram construídos num cotidiano escravista, que se configurava no dia a dia das fazendas, nas estratégias aproximações com os membros da casa senhorial e com seu próprio senhor e no empenho de algumas escravas em estabelecer relações intimas com seus donos.

Em termos gerais, o tipo de escravidão que se desenvolveu na Freguesia de São Tomé das Letras, foi redimensionada não somente pela posse escrava ou pelo desenvolvido das estruturas produtivas, mas, também pelas relações familiares que foram sendo constituídas por pessoas de distintos condições sociais. Agentes que reproduziam através de seus laços familiares, hierarquias, desigualdades e sociabilidades de uma sociedade escravista que configurava-se numa Freguesia que se organizava localmente.

²⁸⁵ LEVI, Giovanni. A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FONTES

ARQUIVO PUBLICO MINEIRO (APM)

Lista nominativa de 1839 da Freguesia de São Tomé das Letras.

Mapa Geral da população da paróquia de São Tomé das Letras.

- Registros das terras da província de Minas Gerais efetuados pelos vigários das paróquias, descrevendo a localização, limites, data e os proprietários de terras. Data: 1856, Local: São Tomé das Letras (Baependi), Micrifilme: TP Rolo-17/Flash01 - textual

ARQUIVO DA CURIA DE CAMPANHA (ACDC)

Livros de assento paroquial batismos da Freguesia de São Tomé das Letras:

1841-1859: Livro 01 – 1859-1878: Livro 02.

Livro paróquias de assento de casamentos da Freguesia de São Tomé das Letras, 1840-1893.

Livro de assento de óbitos da Freguesia de São Tomé das Letras, 1840-1892.

OBS: No livro de óbito da Freguesia de São Tomé das Letras há 32 testamentos anexados abaixo dos assentos de óbitos.

ARQUIVO DO MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL REI (AMRSJDR)

Inventario da Freguesia de São Tomé das Letras.

Testamento da Freguesia de São Tomé das Letras.

CENTRO DE MEMÓRIA CULTURAL DO SUL DE MINAS GERAIS. (CEMEC-SM).

Inventários de Lavras – cx 75, Ano: 1846. Inventariado: Inácio José de Santana.

ARQUIVO ECLESIASTICO – CÚRIA DIOCESSANA DE CAMPANHA

Livro de Tombo - São Thomé das Letras, 1903/1996.

Cartório de Registro Civil Ofício e Notas. São Thomé das Letras - Comarca de Baependi - Minas Gerais

- 1- Termos de Bem Viver de São Thomé das Letras do Ano de 1860.
- 2- Termos de Conciliações de Sam Thomé das Letras do ano de 1871.
- 3- Delegacia de Sam Thomé das Letras do Ano de 1873.

Revistas

REVISTA do Arquivo publico Mineiro. Vol. IV, 1899. Belo Horizonte, Imprensa. Oficial, p. 566/69.

CLUBE HONDA - ANO I, N.3, ago/set 1983. "São Thomé das Letras, benção ou tumulo de uma civilização ". Ronaldo Leme.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Origem Histórica de São Tomé das letras

FONTES IMPRESSAS

ANTONIL, Andre João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Edusp, 1982.

ANDRADE, Jorge. *Pedreira das Almas*. Rio de janeiro, Livraria Agir Editora, 1960.

ANUARIO Eclesiástico da Diocese de Campanha, 1948. Sul de Minas. Campanha, Imprimatur, 2/2/1949.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1971.

CUNHA MATOS, Raimundo Jose. *Corografia Histórica da província de Minas Gerais; 1837*. Belo Horizonte, Publicações do Arquivo Publico Mineiro, 1979.

FONSECA FILHO, Hermes da. *S. Thomé das Letras*. Rio de janeiro. A coelho Branco Filho editor, 193 5.

RESENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

ROVERANO, Andrés A. *Santo Tome; El Paso Historico de Santa Fe de Ia Vera Cruz*, s.n.t.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanak Sul-Mineiro*. 2 ed. Campanha: Tipografia

Monitor Sul Mineiro, 1874.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822*. Niterói (RJ): UFF, 2001 (Tese de Doutorado – História).
- ALMEIDA, Kátia Lorena. *Alforrias em Rio de Contas – Bahia (século XIX)*. Salvador: PPGH/UFBA, 2006. (Dissertação de Mestrado).
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Família, fortuna e poder no Império do Brasil – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- ANDRADE, Rômulo. *Escravidão e cafeeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata*. Revista Brasileira de História. São Paulo: v.11, n o 22, mar./ago., 1991.
- BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1971.
- BACELLAR, Carlos. A. P. *Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfico brasileira*. Comunicação apresentada no XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, 2011.
- _____. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001.
- BARTH, Fredrik. *Process and Form in Social Life*. Selected essays of Fredrik Barth. v. 1. Londres, Boston, Henley: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- BOISSEVAIN, Jeremy. *Network Analysis: a reappraisal*. Current Anthropology. vol. 20. n. 2 (Jun. 1979).
- BOTELHO, Tarcísio R. “*Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*.” População e família, São Paulo, v.1, n.1, jan.-jul., 1998.
- BRÜGGER, Silvia. *Minas Patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.
- _____. *Legitimidade, Casamento e Relações Ditas Ilícitas em São João Del Rei (1730-1850)*. In: PAIVA, Clotilde A.; Libby, Douglas C. 20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira, 1982-2002: coletânea de trabalhos, 1982/2000. Belo Horizonte: UFMG/FACE/Cedeplar, 2002.
- _____. *Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de

Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

BARNES, John A. “*Class and comittes in a Norwegian Island Parish*”. In: Human Relations. (7).1954; BOISSEVAIN, Jeremy. “ *Network Analysis: a reappraisal.*” In: *Current Anthropology*. V. 20 (2). Jun. 1979.

CANO, Wilson. *A economia do ouro em Minas Gerais* (século XVIII). In: Contexto. São Paulo, no .3, 1977.

CARRARA, Ângelo Alves. *Estruturas agrárias e capitalismo: ocupação do solo e transformação do trabalho na zona da Mata central de Minas Gerais* (séculos XVIII e XIX). Ouro Preto, MG: Editora UFOP, 1999.

_____. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora, MG: Editora da UFJF, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Iraci del Nero da. *Vila Rica: (1727-1826)*. Revista de História, São Paulo, v. 111, p. 195-208, 1977, . 8. Disponível em: <http://história_demografica.tripod.com/iddcosta/pdfs-ira/ar05.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2006.

DIAS, Maria Odila Silva. *Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Trabalhos da Memória*. São Paulo: EDUC, n. 17, p. 8, 1998.

CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. *Produção mercantil e diversidade econômica: um desafio para o sul mineiro. Freguesia de Itajubá, 1785-1850*. In: XIV Seminário sobre economia mineira. Cedeplar, 2010, Diamantina. XIV Seminário sobre economia mineira. Cedeplar, 2010.

ENGEMANN, Carlos. *De Laços e de Nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em Grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos* / Carlos Engemann – Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Os compadres de Estevão e Benedita: hierarquia social, compadrio e escravidão no sul do Brasil (1821-1845)*. Anais eletrônicos do XXVI Encontro Nacional de História. São Paulo: 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308156793_ARQUIVO_FarinattiSNH2011_2_.pdf> Acesso em 14 de dez. de 2011.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e Rio de Janeiro – 1790-1830*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FONSECA FILHO, Hermes da. *S. Thomé das Letras*. Rio de Janeiro. A Coelho Branco Filho editor, 1935.

FRAGOSO, João Luiz R. Efigênia Angola, Francisca Muniz Forra Parda, Seus Parceiros e Senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, Século XVIII. Uma Contribuição metodológica para a História Colonial. *Revista Topoi*, V. 11, n. 21, jul.-dez. 2010.

_____. FLORENTINO, Manolo Garcia. O Arcaísmo como Projeto-mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro. 1790- 1840. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001.

_____. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

_____. FRAGOSO, João Luis Ribeiro. A Espera das Frotas: Hierarquia Social e Formas de Acumulação no Rio de Janeiro, Século XVII IN: *Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social*. Departamento de História. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

_____. “Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760)”. In M. de F. Gouvêa e J. Fragoso (orgs.), *Na Trama das Redes. Política e Negócios no Império Português. Séculos XVI-XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

_____. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”. In: *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro, vol. 5, 2002.

FERREIRA, Roberto Guedes. *Alegrias e Artimanhas de uma fonte seriada, despacho de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833*. Seminário de História Quantitativa e serial no Brasil: um balanço. Ouro Preto: ANPUH-MG, 2001.

_____. *Egressos do cativo*. Trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1789-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad-FAPERJ, 2008.

FREIRE, Jonis. “Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista”. Campinas: UNICAMP, 2009. (Tese de doutorado em história).

_____. *Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG) (1838-888)*". In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu: ABEP, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1987.

FURTADO, Júnia Ferreira. "*Teias de negócios*": conexões mercantis entre as Minas de ouro e a Bahia, durante o século XVIII". In: João Fragoso, Manolo Florentino, Antônio Carlos Jucá, Adriana Campos (orgs) *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória- ES: Edufes, 2006.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. "*Las "estancias" en la campaña de Buenos Aires. Los medios de producción (1750-1815)*." In: FRADKIN, Raúl O. (org.) *La historia agraria del Río de la Plata colonial. Los establecimientos productivos (II)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993.

GALLOWAY, J. H. "*Nordeste do Brasil 1700-1750. Reexame de uma crise*", Revista Brasileira de Geografia, vol. 36, n 2, (1974).

GIL, Tiago. "*O Bando de Rafael Pinto Bandeira em uma representação gráfica*". Uma tentativa de aplicação da historia social network analysis na Historia social. I Colóquio do Lahes. Alternativas Metodológicas para uma Historia econômica e social – Texto de seção de comunicação coordenadas. UFJF, 2005.

GINSBURG, Carlos. *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

GÓES, Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

GÓES, José Roberto. "*O cativo imperfeito*": um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX". Lineart, 1993.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro & PINTO, Fábio Carlos Vieira. *Tráfico e famílias escravas em Minas Gerais*. In: GONÇALVES, Andréa Lisly & ARAUJO, Valdei Lopes de. *Estado, região e sociedade: contribuições sobre história social e política*. Belo Horizonte: Argumento, 2008.

GUDEMAN, S. & SCHWARTZ S. *Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII*, in: REIS, João José (org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, Brasília CNPq, 1988.

GUEDES, Roberto. *Na pia batismal família e compadrio entre escravos na freguesia*

de São José do Rio de Janeiro (primeira metade do século XIX). Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2000. (Dissertação de Mestrado em História).

_____. *O Parentesco ritual na freguesia de São José do Rio de Janeiro*. Sesmaria Revista do NEHPS. Faculdade de Filosofia de Campo Grande, 01, ano 1, 2001.

_____. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2008.

GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. *Agricultura e escravidão em Minas Gerais* (1700-1750). Revista do Departamento de história. Belo Horizonte, n.2, jun.1986.

HAMEISTER, Martha D. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande* (1738-1763). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.

HAJNAL, J. *European marriage patterns in perspective*. In: Glass DV, Eversley DE, eds. *Population in history: essays in historical demography*. Chicago, Illinois, Aldine Publishing Company, 1965.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro* (1808-1850). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. *As múltiplas faces da escravidão: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711 - c. 1756*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X : FAPERJ, 2012.

KENNEDY, John Norman. “*Bahian elites, 1750-1822*”, *The Hispanic American Historical Review*, vol 53, nº 3, (1973).

KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII*. Niterói: Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2006. [tese de doutoramento]

JUNIOR, Djalma Esteves de Ávila. “*Compadrio escravo em Curitiba: um estudo das relações sociais estabelecidas pelos escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba* (1790-1834)”. Monografia de conclusão de curso em História, UFPR, Curitiba, 2003.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Blowin' in the wind: Thompson e a experiência negra no Brasil*. Projeto História, São Paulo, v. 12, p. 43-56, 1995.

- _____. “*Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa*”. In: José Andrés-Gallego (coord.), *Nuevas aportaciones a La historia jurídica de Iberoamérica*. Madri: Fundación Histórica Tavera /Digibis/Fundación Hernando de Larramendi, 2000.
- LEBRUN, François, *A Vida Conjugal no Antigo Regime*, Edições Rolim, Trad. de M.Carolina Querioga Ramos N., Fevereiro de 1983.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado; os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.
- LUNA, Francisco Vidal. “*Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1804)*”. In: COSTA, Iraci del Nero da (org). *Brasil: História Econômica e Demográfica*. São Paulo: IPE-USP, 1986.
- MACHADO, Cacilda. *A trama das Vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- _____. “*As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR) na passagem do século XVIII para o XIX.*”, *Revista Brasileira de História*, v.26, n.52, jul.-dez., 2006.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo, Ed. Pioneira: EDUSP, 1973.
- MAIA, João de Azevedo Carneiro. *Do Descobrimento Do Campo Alegre À Criação Da Vila De Resende*. [S.Ed] , 1886.
- MOTTA, Márcia M. *Proprietários de terra e arrendarios-escravistas em uma região produtora de gênero alimentícios.São Gonçalo (1808-1892)*”In: *Revista Arrabaldes*,ano I, nº 2, set/dez. 1988.
- MOUTOUKIAS, Zacharias. *Redes personales y autoridad colonial*. Los comerciantes de Buenos Aires en el Siglo XVIII. ANNALES. Histoire, Sciences Sociales. v. (1992).
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX* - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998 (1º ed.: Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995).
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

- MARTINS, Maria do Carmo Salazar e SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. “Via Bahia: a importação de escravos para Minas Gerais pelo Caminho do Sertão, 1759-1772”. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2006.
- MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal, 1750-1808*. 3a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MAIA, Moacir R.C. (2010). *Tecer redes, proteger relações: portugueses e africanos na vivência do compadrio (Minas Gerais, 1720-1750)*. Topoi. v. 11. n. 20, p. 49.
- MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas coloniais - Elite e riqueza em Salvador - 1760 – 1808*. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silencio. Sudeste escravista, Brasil século XIX*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998
- _____. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e Dinheiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo Fapesp/Annablume, 1999.
- PAIVA, Eduardo França. *O ouro e as transformações na sociedade colonial; produção, abastecimento e comércio nas Minas Gerais.. 4-2. ed. São Paulo: Atual Editora/Saraiva Editora, 2008*.
- PAIVA, E. F. ; MASSARA, M. ; ANDRADE JUNIOR, A. ; SOUZA, P. M. ; SAMPAIO, S. D. *Evolução urbana de Ouro Preto nas primeiras décadas do século XVIII*. Revista do Departamento de História, Belo Horizonte, 1989.
- PINTO, Natália G. *Parentes, aliados, inimigos: o parentesco simbólico entre os escravos na cidade de Pelotas, 1830/1850, século XIX*. XXVI Encontro Nacional de História. São Paulo: ANPUH. (2011).
- OLIVEIRA, Mônica, Ribeiro. *Negócios de Família: mercado, Terra e poder na formação da cafeicultura mineira- 1780-1870*. Bauru/ SP: EDUSC; Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2005.
- RAMOS, Donald. *A mulher e a família em Vila Rica de Ouro Preto: 1754-1838*. História e População. Estudos sobre a América Latina, São Paulo, Abep, 1990.
- RANGEL, Ana Paula dos Santos. *Nos Limites da Escolha. Matrimônio e Família entre Escravos e Forros. Termo de Barbacena – 1781-1821/ Ana Paula dos Santos Rangel*.

Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2008.

REIS, Isabel Cristina F. dos. “*A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888.*” Campinas: UNICAMP, 2007. (Tese de doutorado em história).

RIOS, Ana Maria Lugão. “*Família e Transição: Famílias Negras em Paraíba do Sul, 1872-1920.*” Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1990. (Dissertação de Mestrado em História).

RIBEIRO, Alexandre Vieira. *Estimativas sobre o volume do tráfico transatlântico de escravos para a Bahia, 1582-1851.* In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005.

_____. *O comércio de escravos e a elite baiana no período colonial.* In: Fragoso, João; Sampaio, Antônio Carlos de Jucá; Almeida, Carla Maria Carvalho de. (Org.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

REIS, João José (org). *Escravidão e Invenção da Liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil.* São Paulo, Brasiliense, 1988.

REIS, Déborah Oliveira Martins dos. *Características demográficas dos escravos em Araxá (MG), 1816-1888.* Anais eletrônicos do XXXIII Encontro Nacional de Economia. Natal: ANPEC, 2005. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A018.pdf>> Acesso em 12 de jan. de 2011.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial.* Tradução de Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ROCHA, Cristiany M. *Histórias de famílias escravas.* Campinas, século XIX. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2004.

RODARTE, M. M. S. *Arranjos domiciliares, urbanização e desenvolvimento econômico: um ensaio de tipologia domiciliar com as listas nominativas de Minas Gerais na década de 1830.* In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. Anais Eletrônicos...Caxambu: ABEP, 2006.

SCHWARTZ, STUART, *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.* São Paulo. Cia da Letra. 1995, p. 167.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. “*Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português*” (1701-1750). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernandes; GOUVÊA, Maria de Fátima; (Orgs). *Antigo Regime nos*

Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SANTILLI, Daniel. *Representación gráfica de redes sociales*. Un método de obtención y um ejemplo histórico. Mundo Agrário. Revista de estudios rurales. Universidad Nacional de La Plata, Argentina. Nº 6, primer semestre de 2003.

SILVA, Denize Aparecida. “*PLANTADORES DE RAIZ*”: Escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville –1845/1888. (Programa de Pós-graduação em História- UFP) Dissertação de Mestrado, 2004.

SILMEI DE SANT’ANA PETIZ. *Considerações sobre a família escrava da Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Florianópolis/SC, 2007. 12p. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/59.59.pdf>. Acesso em: 20/03/2011.

SLENES, Robert W. *Na Senzala, Uma Flor: As Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

_____. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. In: Cadernos IFHC Nº. 17. Campinas: IFHC – UNICAMP, 1985.

SOCOLOW, Susan Migden. *Los mercaderes del Buenos Aires virreinal: família y comercio*. Buenos Aires: Ed. de la Flor, 1991.

SOARES Mariza, “*Histórias Cruzadas: os mahi setecentistas no Brasil e no Daomé*”, in: Manolo Florentino (org.), *Tráfico, Cativo e Liberdade – Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba, com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: O distrito da Lage, 1780-1850*. Dissertação de mestrado. B.H., UFMG, 1998. TSCHUDI, Johann J. Von. *Viagens às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Tradução de Eduardo de Lima Castro, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/ Edusp, 1988.

ROCHA, Cristiany Miranda. *Gerações da senzala: famílias e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004, (Tese de Doutorado em História).

ROSENTAL, Paul- André. Construir o “macro” pelo micro: Fredrik Barth e a “microstória”. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas. A experiência da*

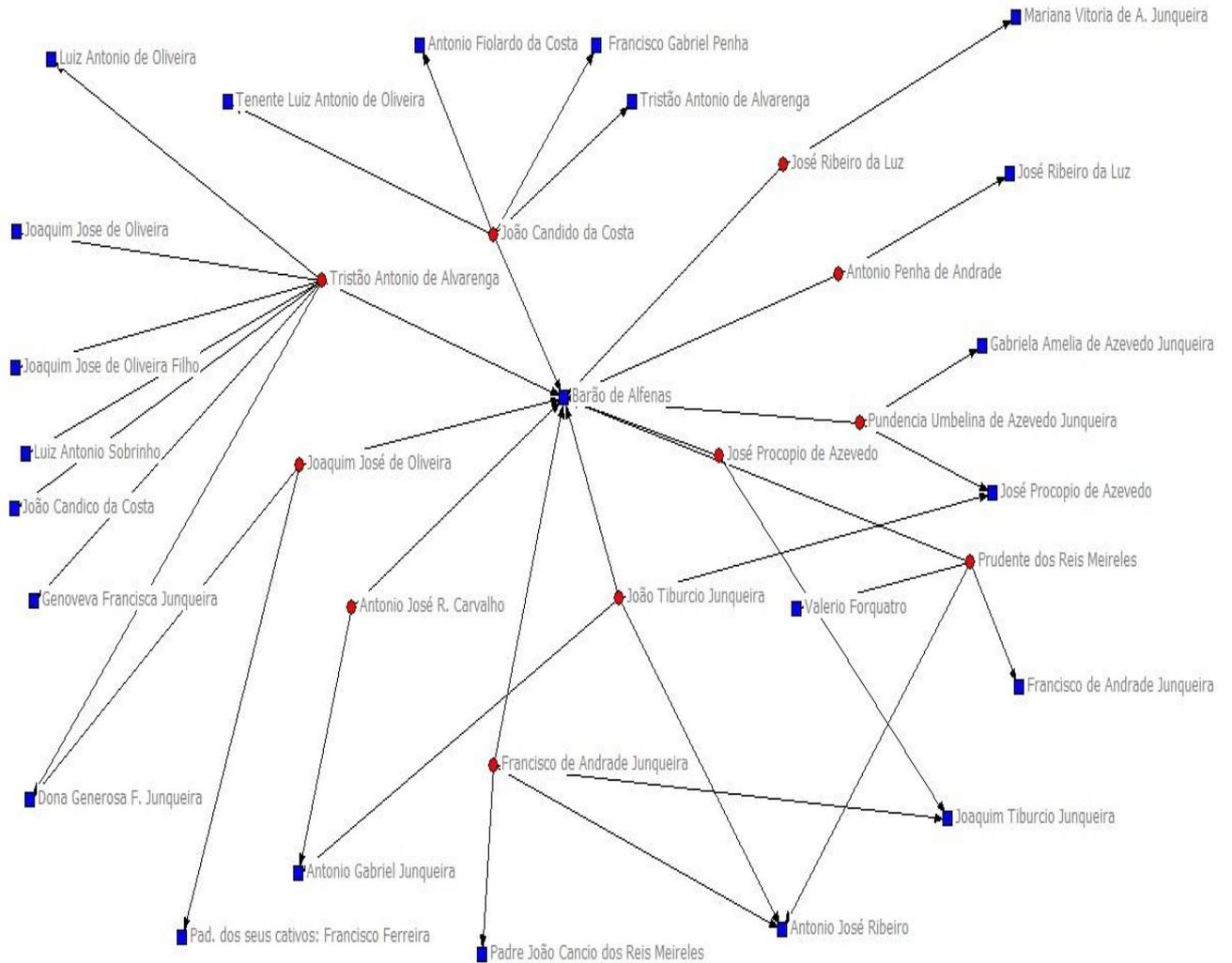
microanálise. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

VENANCIO, Renato Pinto. *Nos limites da sagrada família*. Ilegitimidade e casamento no Brasil. In: Ronaldo Vainfas (org). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 107-123, 1998.

ZEMELLA, Mafalda P. *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada à cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1951.

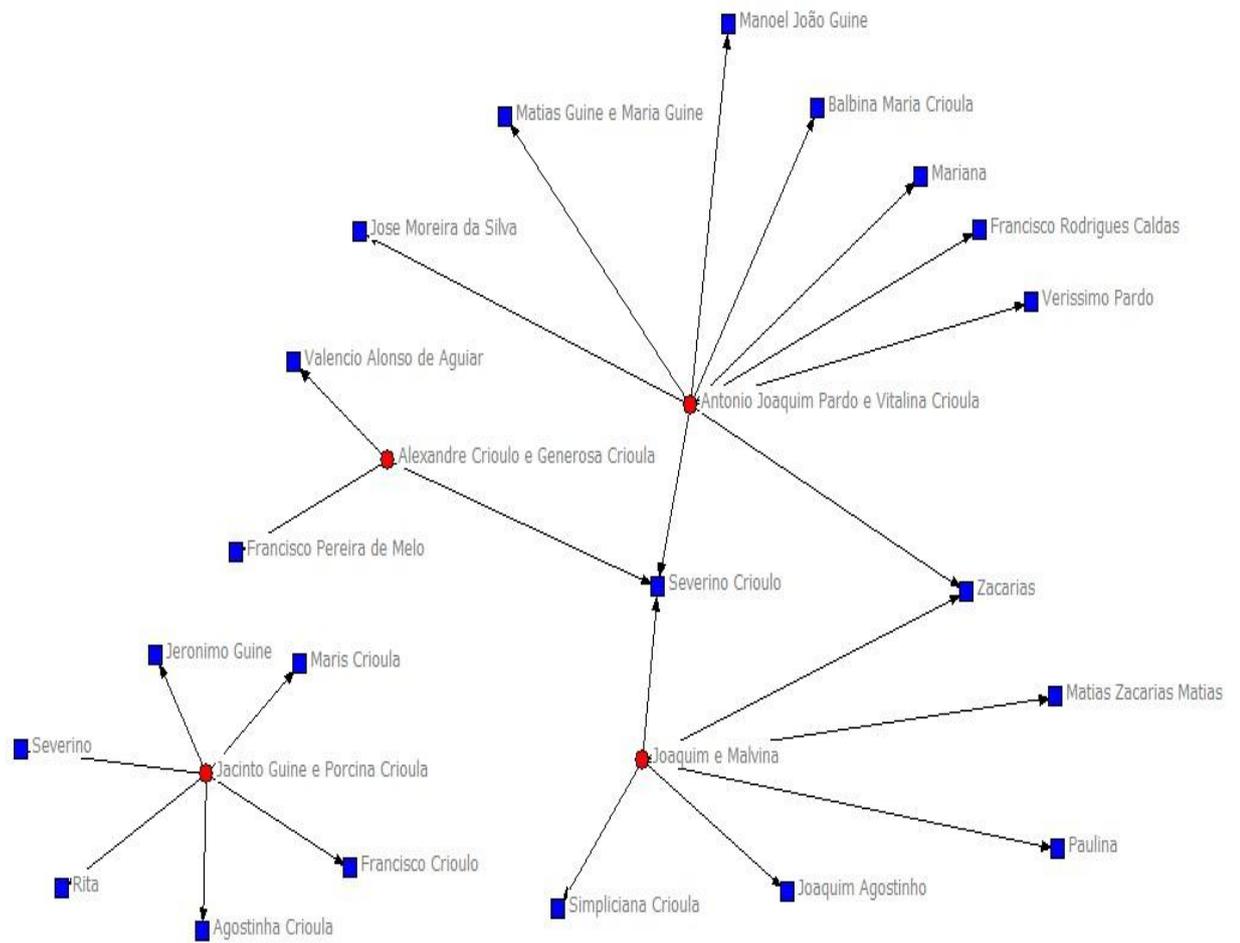
ANEXOS

Redes de ligações entre os senhores de escravos da Freguesia de São Tomé das Letras.

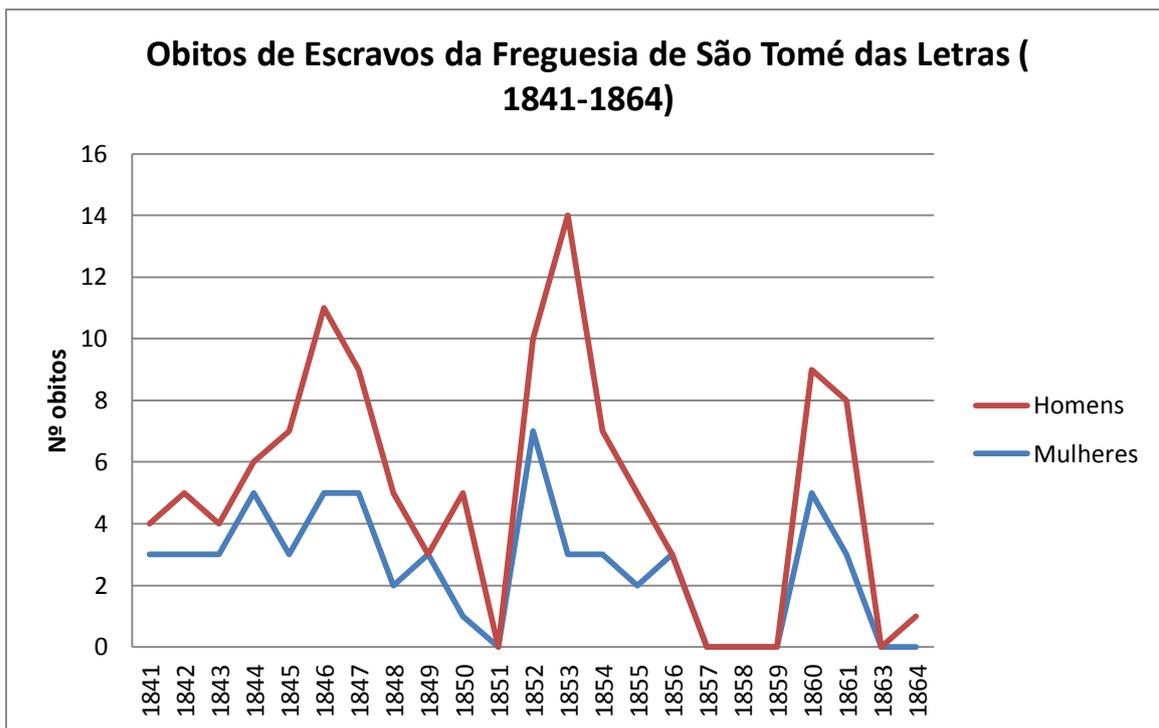


Fonte: Cúria Diocesana da Cidade de Campanha. Registros Paroquiais de Batismo da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870)

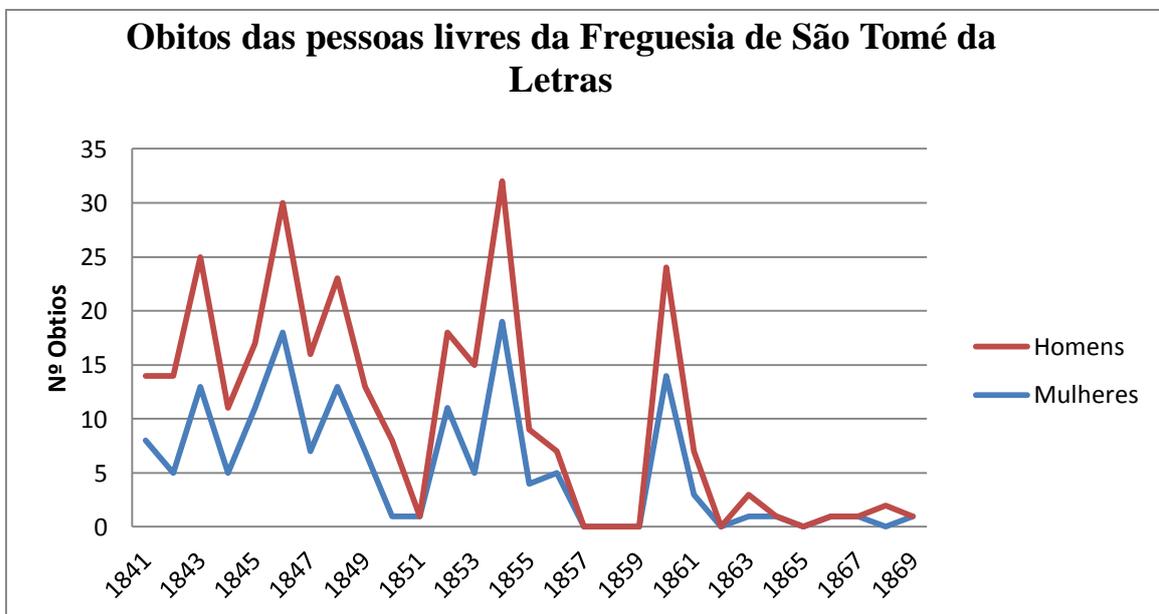
Rede de Compadrio dos Cativos do Doutor Tristão de Alvarenga de Andrade.



Fonte: Cúria Diocesana da Cidade de Campanha. Registros Paroquiais de Batismo da Freguesia de São Tomé das Letras (1840-1870).



Fonte: Cúria Diocesana de Campanha. Assentos de Óbitos da Freguesia de São Tomé das Letras (1841-1893).



Condição	Sexo	N° de pessoas	Branços	Pardos	Pretos	Cablocos
Livres	Homens	1104	819	150	115	20
	Mulheres	1079	711	245	103	20
	Total	2183	1530	395	395	40
Escravos	Homens	994	0	245	749	0
	Mulheres	755	0	314	441	0
	Total	1749	0	559	1190	0

Estado civil da população livres e escrava da Freguesia de São Tomé das Letras – 1872

	Sexo	N° de pessoas	Solteiro	Casados	Viuvos	Cablocos
Livres	Homens	1104	602	363	139	20
	Mulheres	1079	598	356	125	20
	Total	2183	1200	719	264	40
Escravos	Homens	994	563	392	39	0
	Mulheres	755	425	294	36	0
	Total	1749	988	686	75	0

A religião de pessoas livres e escravas na Freguesia de São Tomé das Letras – 1872

Condição	Sexo	Nº de pessoas	Católicos	Acatólicos
Livres	Homens	1104	1104	-
	Mulheres	1079	1079	-
	Total	2183	2183	-
Escravos	Homens	994	994	-
	Mulheres	755	755	-
	Total	1749	1749	-

Nacionalidade da população livre e escrava da Freguesia de São Tomé das Letras - 1872

Condição	Sexo	Nº de pessoas	Brasileiros	Estrangeiro
Livres	Homens	1104	1089	15
	Mulheres	1079	1074	5
	Total	2183	2163	20
Escravos	Homens	994	860	134
	Mulheres	755	694	61
	Total	1749	1554	195

Instrução educacional de livres e escravos da Freguesia de São Tomé das Letras – 1872.

Condição	Sexo	Nº de pessoas	Sabe Ler e escrever	Analfabetos
Livres	Homens	1104	218	886
	Mulheres	1079	101	978
	Total	2183	319	1864
Escravos	Homens	994	-	994
	Mulheres	755	-	755
	Total	1749	-	1749

Origem do pai do batizando escravos da Freguesia de São Tome das Letras (1841-1854)		
ORIGEM	Nº.	%
CRIOULO	50	12,2%
BENGUELA	1	0,2%
ANGOLA	1	0,2%
GUINE	40	9,7%
NÃO CONSTA	320	77,7%
TOTAL	412	100%

Fonte: Curia Diocesana de Campanha. Registros de batismo da Freguesia de São Tomé das Letras 1841-1854.

Origem da mãe do batizando escravos da Freguesia de São Tome das Letras (1841-1854)		
ORIGEM	Nº.	%
CRIOULA	153	6,0%
GUINE	24	37,13%
NÃO COSNTA	235	57%
TOTAL	412	100%

Fonte: Curia Diocesana de Campanha. Registros de batismo da Freguesia de São Tomé das Letras 1841-1854.

Origem do padrinho dos batizando escravos da Freguesia de São Tome (1841-1854)		
ORIGEM	N	%
CRIOULA	46	11%
GONGO	2	0,40%
BENGUELA	1	0%
GUINE	22	5%
NAO CONSTA	341	83%
TOTAL	412	100%

Fonte: Curia Diocesana de Campanha. Registros de batismo da Freguesia de São Tomé das Letras 1841-1854.

Origem das madrinhas dos batizando escravos da Freguesia de São Tome das Letras (1841-1854)		
ORIGEM	N	%
CRIOULA	64	16%
BENGUELA	1	0,2%
GUINE	21	5%
NAO CONSTA	326	79%
TOTAL	412	100%

Fonte: Curia Diocesana de Campanha. Registros de batismo da Freguesia de São Tomé das Letras 1841-1854.

Mapa das Casas de Negocio de Aguardente Simples , Importados, Fazendas Secas e Engenhos nestes Distrito de São Tomé das Letras

NOME DOS POSSUIDORES	Lojas de Fazenda secas	Aguardente simples	Armazens	Engenhos
JOÃO MANUEL BATISTA	S	N	S	N
MANOEL ANTÔNIO DO PILAR	N	S	N	N
DOMINGOS PEREIRA DOS SANTOS	N	S	N	N
PEDRO CONTANÇA	N	S	N	N
JOÃO MARCELINO	N	S	N	N
JOAQUIM TOMAZ	N	S	N	N
CLAUDINA MARIA	N	S	N	N
JOÃO EVANGELISTA	N	S	N	N
MARIA CAETANA	N	S	N	N
FRANCISCA INACIA	N	S	N	N
JOAQUIM BERNARDES	N	S	N	N
JOSÉ BENTO	N	S	N	N
MANOEL GOULART	N	S	N	N
MANOEL FARINHO	N	S	N	N
FRANCISCO RIBEIRO	N	S	N	N
MANOEL JOÃO	N	S	N	N
JOÃO CANDIDO DA COSTA	N	N	N	S
INÁCIO JOSE DE SANT. ANA	N	N	N	S
JOSÉ JUSTINO BRANQUINHO	N	N	N	S
DONA MARIA DOS SANTOS	N	N	N	S
DONA MARIA TEREZA DE JESUS	N	N	N	S
JOÃO BATISTA DA FONSECA , JUIZ DE PAZ				